

psicologia
revista

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Reitora

Maria Amalia Pie Abib Andery

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP

Direção

Patrícia Jundi Penha

Vice-direção

Plínio de Almeida Maciel Junior

A *Psicologia Revista* tem por objetivo contribuir com a produção do conhecimento em Psicologia, através da publicação de trabalhos de pesquisadores e pensadores, tanto da PUC-SP quanto de outras instituições do país e do exterior, que possuam relevância e qualidade reconhecidas pela comunidade acadêmica. A composição preferencial de cada número procura incluir quatro relatos de pesquisa e/ou ensaios teóricos e/ou revisões bibliográficas de autores nacionais, um artigo de instituição estrangeira e um relato de experiências de ensino, serviço ou extensão. Todos os artigos passam por avaliação de conteúdo e relevância, realizada por pareceristas, e por uma revisão editorial, que verifica a adequação do texto às normas. A revista adota a normatização da APA e tem periodicidade semestral.

Forma de difusão: eletrônica.

Apoio

Pró-Reitoria de Pós-Graduação PUC SP

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfoury – PUC-SP

Psicologia Revista / Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP. – N. 1 (1995)
– São Paulo: EDUC

1995 –
Interrrompida de 2001 a 2003
Recuperada em 2004 (volume 13, número 1)
Semestral

ISSN 2594-3871

1. Psicologia – periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Psicologia.

CDD 150.05

Indexadores

Base, Crossref, Diadorim, Dimensions, DOAJ, Fatcat.wiki, Google Scholar, Latindex, LatinREV, LILACS, Miguilim, Index Psi Periódicos, ROAD, Sudoc, Ulrich's Periodicals Directory, Wikidata

ISSN 2594-3871

33
2

psicologia
revista



revista da faculdade de ciências humanas e da saúde – PUC-SP

psicologia revista

Editora chefe

Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Vice editor

Marcelo Camargo Batistuzzo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Conselho Executivo

Emerson Ferreira da Costa Leite, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Camila Santos Lima Fonteles, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Marcelo Camargo Batistuzzo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Maria Cristina Pinto Gattai, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Maria da Graça Marchina Gonçalves, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Pedro Eduardo Silva Ambra, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Ricardo Radin Bueno, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Solange Aparecida Emilio, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Universidade Federal da Bahia

Carlos Roberto Drawin, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil

Claudia Lemos, Instituto de Estudos de Linguagem – Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil

Eduardo Vianna, City University of New York, New York

Elaine Gomes dos Reis Alves

Iray Carone, Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, USP, Brasil

Liana Fortunato Costa, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

Lisandro Vales, Universidad de la Republica, Uruguay

Luiz Roberto Monzani, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil

Magali Ravit, Université Lumière Lyon 2, França

Mathilde Neder, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Pedrinho Árcides Guareschi, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Peter Kevin Spink, Fundação Getúlio Vargas, Brasil

Ubiratan D'Ambrosio, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Wanda C. Rodríguez Arocho, Universidad de Puerto Rico, Porto Rico

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Correspondência:

psicologia revista

Rua Monte Alegre, 984, Sala T-52

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Fone (11) 3670-8155 – Das 9:00 às 18:00

E-mail: psicorevista@pucsp.br

Sumário

| | |
|--------------------|-----|
| Apresentação | 229 |
|--------------------|-----|

Artigos Teóricos

| | |
|---|-----|
| Família, política de Assistência Social e Psicologia: um ensaio teórico | 231 |
| <i>Family, Social Assistance policy and psychology: a theoretical test</i> | |
| <i>Família, Assistência Social Y psicología: un ensayo teórico</i> | |
| <i>Catheline Rubim Brandolt</i> | |
| <i>Dorian Mônica Arpini</i> | |

| | |
|---|-----|
| A atuação do psicólogo no SUAS: considerações da realidade vivenciada na cidade de São Paulo..... | 253 |
| <i>The role of the psychologist in SUAS: considerations of the reality experienced in the city of São Paulo</i> | |
| <i>El papel del psicólogo en el SUAS: consideraciones a cerca de la realidad vivida en la ciudad de São Paulo</i> | |
| <i>Adriano Francisco de Oliveira</i> | |

| | |
|--|-----|
| Defesa como Resposta (ao) Possível: um estudo a partir das obras pré-psicanalíticas de Freud..... | 274 |
| <i>Defense as an Answer (to the) Possible: a study from Freud's pre-psychoanalytic works</i> | |
| <i>Defensa como Respuesta (a) posible: un estudio basado en las obras pre psicoanalíticas de Freud</i> | |
| <i>Nadja Barbosa Pinheiro</i> | |
| <i>Mariana Pinheiro Pinho</i> | |

Relatos de Pesquisa Empírica

| | |
|--|-----|
| Estratégias de enfrentamento de familiares diante da terminalidade de pacientes idosos na UTI | 294 |
| <i>Family members' coping strategies in the face of terminality of elderly patients in the ICU</i> | |
| <i>Estrategias de afrontamiento de los familiares ante la terminalidad de pacientes ancianos en la UCI</i> | |
| <i>Mirela Dorta</i> | |
| <i>Heloisa Schwarzman de Araújo Silva</i> | |

| | |
|--|-----|
| Percepção do suporte organizacional e do capital social em trabalhadores em tempo de pandemia..... | 323 |
| <i>Perception of organizational support and social capital in workers during a pandemic</i> | |
| <i>Percepción del apoyo organizacional y del capital social en trabajadores en tiempos de pandemia</i> | |
| <i>Nilton Soares Formiga</i> | |
| <i>Thalita Kelle Pires Beserra</i> | |
| <i>Juliana Bianca Maia Franco</i> | |
| <i>Ricardo Ovídio de Oliveira Lima</i> | |
| <i>Ionara Dantas Estevam</i> | |

Caracterização das queixas e perfil de pessoas que procuraram atendimento online na pandemia de COVID-19: experiência na universidade “omitido para revisão cega” 351
Characterization of complaints and profile of people who sought online care during the pandemic: university experience “omitted for blind review”

Caracterización de las reclamaciones y perfil de las personas que buscaron atención online durante la pandemia de COVID-19: experiencia en la universidad “omitida por revisión a ciegas”

*Ivelise Fortim, Ida Elizabeth Cardinali, Katia el Id, Paula Regina Peron,
Nicolí Abrão Fasanella, Marcia Almeida Batista, Eduardo Ferezim Santos,
Fabiana Campos, Tales Robles*

Corpo como apresentação de si: o papel do Instagram para jovens adultos372
Body as Self-presentation: the role of Instagram for young adults

Cuerpo como presentación de sí mismo: el papel del Instagram para jóvenes adultos

Karen Angélica Seitenfus

Brigido Vizeu Camargo

Ana Maria Justo

Izabela Zomkowski

“Eu não estava preparada”: um estudo qualitativo sobre a parentalidade em mães de bebês prematuros 399

“I wasn’t prepared”: a qualitative study on parenting in mothers of premature babies

“No estaba preparada”: un estudio cualitativo sobre la crianza en madres de bebés prematuros

Natalia Pereira da Silva

Maíra Bonafé Sei

Motivações de casais pretendentes à adoção – uma pesquisa qualitativa425
Couples motivations to adoption – a qualitative research

Motivaciones de parejas para la adopción – una pesquisa qualitativa

Janaína Ramalho Ferraz Pereira de Souza

Durval Luiz de Faria

Jovens autores

Ser em Meio ao uso das Mídias Sociais: reflexões a partir da fenomenologia existencial448
Being in the midst of the use of Social Media: reflections from existential phenomenology

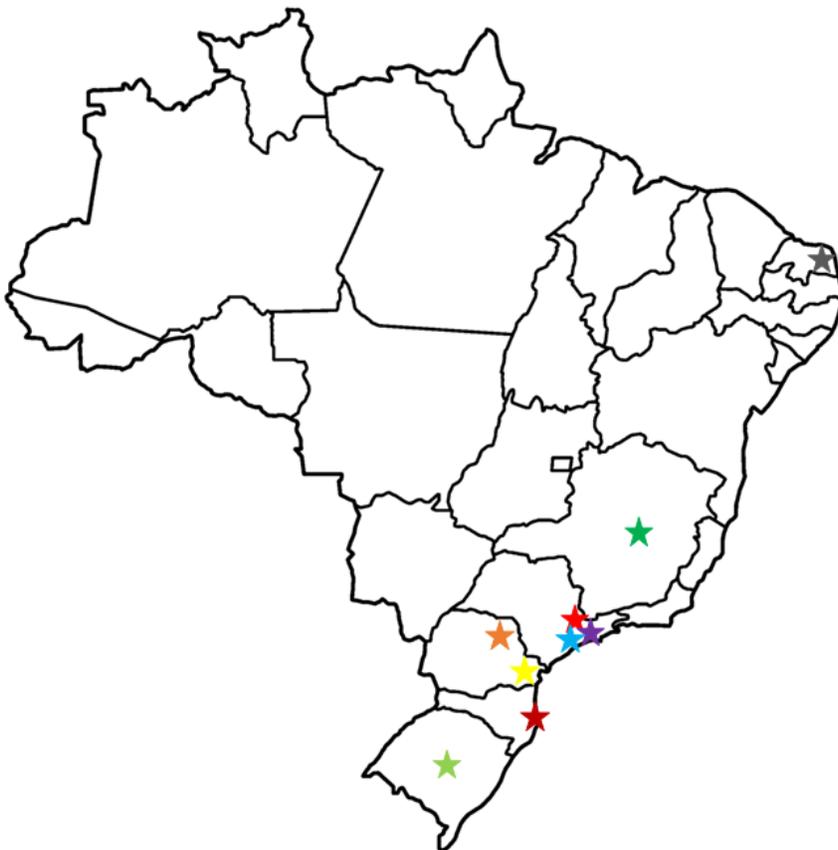
Estar en medio del uso de Redes Sociales: reflexiones desde la fenomenologia existencial

Nathália Santos Dutra

Maria Clara Silva Peixoto

Apresentação

Representação da proveniência dos artigos deste número:
universidades e estados



LEGENDA

Amarelo - Universidade Federal do Paraná, PR.

Azul - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

Cinza - Universidade Potiguar, RN.

Laranja - Universidade Estadual de Londrina, PR.

Roxo - Universidade de São Paulo, SP

Verde - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, MG.

Verde claro - Universidade Federal de Santa Maria, RS.

Vermelho - Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, SP.

Vinho - Universidade de Santa Catarina, SC.

Família, política de Assistência Social e Psicologia: um ensaio teórico

*Family, Social Assistance policy and psychology:
a theoretical test*

Familia, Assistência Social Y psicología: um ensayo teórico

*Catheline Rubim Brandoltⁱ
Dorian Mônica Arpiniⁱⁱ*

Resumo

As concepções sobre os modelos de família são resultantes de processos históricos e da relação intrínseca e dialética entre Estado, família e capitalismo, os quais foram lhes conferindo novos arranjos sociais. Aliás, por meio da política social, é assumida uma linha tênue em relação aos aspectos da proteção, do cuidado com as famílias e da responsabilização do Estado nesse processo. Este ensaio teórico tem por objetivo refletir sobre o lugar da família na política social, especificamente na Assistência Social, e suas implicações para a atuação da psicologia nesse campo. Para isso, foram utilizados artigos científicos, capítulos de livros e referências técnicas correspondentes ao tema. A partir deles, identificaram-se os diferentes modelos de família, desde a família tradicional à família contemporânea, resultado das mudanças sociais, a centralidade da família na política de Assistência Social e os reflexos sobre suas concepções no trabalho a ser desenvolvido pela psicologia nos serviços socioassistenciais. Espera-se que os psicólogos possam ampliar suas escutas e olhares para além do modelo tradicional e que estejam dispostos a reconhecerem a indissociabilidade entre o contexto, as demandas e as relações que permeiam o trabalho com as famílias, estabelecendo uma relação dialógica, horizontal, respeitosa e afetiva com as elas.

Palavras-chave: *família; Assistência Social; proteção social; Psicologia.*

ⁱ Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6000-8563>.
E-mail: cathelinerb@gmail.com

ⁱⁱ Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1667-5112>.
E-mail: monica.arpini@gmail.com

Abstract

Conceptions of family models are the result of historical processes and the intrinsic and dialectic relationship between the State, the family and capitalism, which have been giving them new social arrangements. Indeed, through social policy, is assumed a tenue line when it comes to protection, caring for families and the State's responsibility in this process. Thus, the objective of this theoretical essay is to reflect on the place of the family in social policy, specifically in Social Assistance, and its implications for the work of psychology in this field. To develop this study there were used: scientific articles, book chapters and technical references corresponding to the theme. From this research, it was identified the different family models, from the traditional family to the contemporary family as a result of social changes, the centrality of the family in the Social Assistance policy and the reflections on its conceptions in the work to be developed by psychology in social assistance services. Therefore, it is hoped that psychologists can broaden their listening and perspectives beyond the traditional model and be willing to recognize the indissociability between the context, demands and relationships that permeate work with families, establishing a dialogical, horizontal, respectful and affectionate relationship with them.

Keywords: Family; Social Assistance; Social Protection; Psychology.

Resumen

Las concepciones sobre los modelos familiares son resultado de procesos históricos y de la relación intrínseca y dialéctica entre Estado, familia y capitalismo, que le otorgaron nuevos arreglos sociales. De hecho, a través de la política social se traza una línea muy fina en relación a aspectos de protección, atención a las familias y responsabilidad del Estado en este proceso. Así, este ensayo teórico tiene como objetivo reflexionar sobre el lugar de la familia en la política social, específicamente en la Asistencia Social, y sus implicaciones para el desempeño de la psicología en este campo. Para ello se utilizaron artículos científicos, capítulos de libros y referencias técnicas correspondientes al tema. A partir de ellos, se identificaron diferentes modelos de familia, desde la familia tradicional hasta la familia contemporánea resultante de los cambios sociales, la centralidad de la familia en la política de Asistencia Social y las reflexiones sobre sus concepciones en el trabajo a desarrollar por la psicología en los servicios de asistencia social. Por lo tanto, se espera que los psicólogos puedan ampliar su escucha y perspectivas más allá del modelo tradicional y estén dispuestos a reconocer la inseparabilidad entre el contexto, las demandas y las relaciones que permean el trabajo con las familias, estableciendo una relación dialógica, horizontal, respetuosa y afectiva con ellas.

Palabras clave: Familia; Asistencia Social; Protección Social; Psicología.

A família, ao longo da história da humanidade tem passado por muitas transformações em sua constituição. Essa instituição social, composta minimamente por duas gerações, é a primeira fonte de relações dos sujeitos. Groeninga (2003), define família como um conjunto de elementos de interações que se alteram e se (re)organizam no tempo de acordo com as prioridades e os movimentos de uma época.

Ao longo do século XX, tanto a organização quanto o papel da família na sociedade passaram por mudanças que refletiram em novos valores e concepções sobre o sistema familiar. Devido a esse processo, a família nuclear patriarcal foi cedendo lugar para novos tipos de configurações, como: famílias monoparentais femininas e masculinas, famílias tentaculares, casais homossexuais (Galvão, 2017; Kehl, 2003; Silva, Polli, Sobrosa, Arpini, & Dias, 2012).

Entende-se que as transformações que ocorreram nas últimas décadas do século XX demonstram uma relação intrínseca e dialética entre as transformações societárias (esfera pública) e as concepções de família (esfera privada). Logo, diante dessas novas relações sociais entre família, Estado e capitalismo, ocorreu a institucionalização de sistemas de proteção social (Miotto, 2020; Savietto, 2010).

Conforme apontam Sposati, Araújo e Boullosa (2023), a proteção social significa a preservação de condições dignas de vida, as quais são muito afetadas pelas diferentes expressões da desigualdade social. Como resposta a essas demandas e outras resultantes do próprio capitalismo, o Estado adota como estratégia de ação as políticas sociais, as quais, de acordo com Behring e Boschetti (2011) e Yamamoto e Oliveira (2010), são expressões fragmentadas e parcializadas dos problemas sociais, políticos e econômicos.

As políticas públicas sociais, no Brasil, têm como marco importante a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 – também chamada de “Constituição Cidadã” –, que promoveu uma série de mudanças significativas, principalmente no que tange à garantia dos direitos sociais para toda a população brasileira, responsabilizando o Estado pela sua efetivação.

Por meio da CF, foi estabelecida uma nova lógica de Seguridade Social, composta pelo tripé: Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Com isso, tais políticas passaram a assumir um caráter universalista,

generalista e não contributivo (Cordeiro, 2018; Cruz & Guareschi, 2014). Nesse conjunto de políticas, a família passa a ocupar um espaço central de ações e de cuidado, ao mesmo tempo em que se fortalece enquanto entidade de direitos. Contudo, mesmo assumindo tal centralidade nas políticas sociais, as famílias também vivenciam o contraponto da presença do processo de contrarreforma do Estado, que afeta as conquistas de direitos sociais, contribuindo para o agravamento da desigualdade social (Boschetti, 2019).

A Assistência Social – foco deste estudo – tem como campo a proteção social, regida pelo acesso e o reconhecimento dos direitos socioassistenciais (Cruz & Guareschi, 2014; Sposati et al., 2023; Yamamoto & Oliveira, 2010). Já a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), operacionaliza-se, em todo o território brasileiro, a partir do Sistema Único de Assistência Social (Suas), sendo este estruturado entre a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) – de média e alta complexidade (Cordeiro, 2018; Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, 2005; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Na PNAS, os conceitos de matricialidade sociofamiliar e territorialização são considerados eixos estruturantes do Suas, no qual a matricialidade refere-se à família e às suas especificidades como foco principal para efetivar as ações e os serviços, buscando superar a concepção tradicional e socialmente idealizada. Já a territorialização, contempla o território e a compreensão das vulnerabilidades e riscos existentes, considerando-o em suas dimensões geográficas, políticas, econômicas, culturais e afetivas (Marion & Pereira, 2021; MDS, 2009).

Cabe à Psicologia – enquanto uma das profissões obrigatórias no Suas – repensar o seu modo de atuação, fugindo dos padrões individualizantes, do imaginário social referente ao modelo de família tradicional e de análises descontextualizadas da realidade social, que dificultam a criatividade, o planejamento e o alcance das intervenções profissionais (Alberto, Freire, Leite, & Gouveia, 2014; Marion & Pereira, 2021; Oliveira & Paiva, 2016). Assim sendo, este artigo tem o objetivo de refletir sobre o lugar da família na política social, especificamente na Assistência Social, e suas implicações para a atuação da psicologia nesse campo.

RELAÇÃO ENTRE ESTADO E FAMÍLIA

Para iniciar a reflexão aqui proposta, ressalta-se a necessidade de compreender o conceito de políticas sociais, que tem uma relação direta com os movimentos e as lutas da classe trabalhadora do final do século XIX, nas sociedades capitalistas. A partir da transformação do processo de trabalho decorrente da Revolução Industrial, instaurou-se uma nova lógica de exploração do trabalho, centrada na acumulação do capital. Tal processo resultou em um novo perfil, tanto de Estado como de política social. Assim, esta passa a constituir uma das respostas para lidar com as expressões da questão social, tendo sua gênese fundamentada nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (Behring & Boschetti, 2011; Pereira, 2016).

Dessa forma, a questão social representa um conjunto de expressões das desigualdades sociais e o crescimento do pauperismo populacional (correspondente à polarização das camadas sociais da burguesia e do proletariado) resultante da relação de exploração capital-trabalho. Logo, a manifestação da questão social é indissociável do processo de acumulação de capital. Ela tem sua manifestação política ligada às lutas da classe operária em prol dos direitos sociais e políticos de todos os sujeitos sociais, trazendo para a esfera pública algo que correspondia ao âmbito privado. Diante dessas manifestações, o Estado buscou intervir, tendo como elemento central as políticas sociais (Iamamoto, 2001; Netto, 2001; Oliveira & Yamamoto, 2020).

Assim, para “dar conta” da questão social, o Estado as transforma em “políticas sociais” que se constituem de modo fragmentado e parcializado como: saúde, assistência social, educação, habitação, emprego, previdência social, entre outras. Portanto, elas representam as inter-relações entre Estado, sociedade e seus atores sociais (compreendendo interesses, conflitos, relações de força), assumindo um posicionamento ambíguo em que ora propõe-se a beneficiar as necessidades da classe trabalhadora, ora atua privilegiando o mercado e os objetivos de poder das elites burguesas (Behring & Boschetti, 2011; Oliveira & Yamamoto, 2020; Pereira, 2016).

Nesse sentido, destaca-se que é por meio das políticas sociais que o Estado demarca sua presença entre a proteção social – condição para

garantir o desenvolvimento do capitalismo – e as famílias, a quem sempre recaíram a responsabilidade e a expectativa dessa proteção. Ou seja, o alinhamento entre os projetos societários vigentes e as distintas concepções sobre a família é resultado da articulação estabelecida entre Estado, família e mercado/capitalismo (Oliveira & Yamamoto, 2020; Mioto, 2020).

Um dos desdobramentos que se pode observar nessa construção é o Estado adentrando na intimidade das famílias, principalmente daquelas presentes nos grupos mais vulneráveis, assumindo uma preocupação em combater padrões desviantes e/ou indesejáveis para a sociedade, como a vadiagem, a delinquência, a criminalidade, entre outros. Essa perspectiva visava educar as famílias com relação ao cuidado com os filhos, pois havia o entendimento de que nas crianças se encontrava o futuro do país. Caberia ao Estado, então, intervir nas famílias que não tivessem condições de exercer essa função para proteger não só as crianças, mas, principalmente, a sociedade dos possíveis riscos provenientes de tal fragilidade (Rizzini, 2008; Silva et al., 2012). A partir dessa contextualização, ressalta-se que a família, a partir da infância, passa a ser alvo da ação estatal, quando o incremento da pobreza se converte em questão social (Rizzini, 2008).

Cabe destacar que partimos da compreensão de que a família é entendida como um sistema de relações e de interações que mantêm interdependência, que se transformam no tempo e de acordo com as mudanças sociais. A família, desse modo, é compreendida como tendo a finalidade da proteção física e psíquica de seus membros, isto é, cabe a ela um papel formador, preparando seus membros para as responsabilidades do convívio social (Groeninga, 2003; Kehl, 2003).

É importante mencionar que, até meados do século XIX, o modelo idealizado de família correspondia às necessidades da sociedade burguesa. Para Mioto (2020), esse modelo de família, fundado no amor romântico e no casamento, possui as seguintes denominações: “família patriarcal”, “família tradicional” e “família moderna”. No entanto, a partir da metade do século XX, essa família centrada no poder patriarcal e hierarquizada passa a acompanhar as transformações sociais da época, nas quais o poder centrado na figura do pai, única e exclusivamente, como provedor do lar, passa a ser distribuído entre o homem e a mulher, tal como, de forma mais tardia, entre

esses pais e seus filhos. Assim, cada membro da família contemporânea é convocado a redefinir tanto o seu lugar quanto suas funções (Kehl, 2003; Miotto, 2020; Savietto, 2010; Silva et al., 2012).

Entre as transformações que suscitaram essa nova autoridade parental compartilhada, pode-se evidenciar: o aumento dos índices de escolarização feminina, o novo lugar da sexualidade feminina (acarretando liberdade sexual) – possibilitando novos relacionamentos conjugais –, bem como as relações resultantes do processo de reestruturação produtiva que acarretou no ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Ou seja, grande parte das mudanças deve-se às vicissitudes relacionadas aos papéis de gênero, à quebra da divisão sexual do trabalho e do poder (Kehl, 2003; Miotto, 2020; Oliveira & Miotto, 2019; Savietto, 2010).

Nesse escopo, Miotto (2020) aponta que as mudanças que caracterizam a família contemporânea influenciam e são influenciadas pelos padrões dos modos de vida e pelas relações que se estabelecem com outras esferas da sociedade. Contudo, apesar dessas transformações e dos seus impactos nos arranjos familiares, ainda percebe-se a permanência dos velhos padrões da família burguesa (Couto, Yazbek & Raichelis, 2017) enquanto um ideal social a ser alcançado.

Avançando na reflexão proposta, direcionamos a discussão para o sistema de proteção social no Brasil, configurado no início do século XX, o qual foi estruturado a partir dos pilares trabalho e família (Miotto, 2020), sendo esta a configuração que perdurou até a promulgação da CF de 1988. Como já mencionado, a CF trouxe novas bases para o atual sistema de Seguridade Social brasileiro, formado pela Saúde, Assistência Social e Previdência Social (Cordeiro, 2018; Oliveira & Paiva, 2016).

A Assistência Social, que tem como campo a proteção social, adquire um caráter universalista e igualitário, passando a ser regida pela afirmação de direitos sociais (Couto et al., 2017; Cruz & Guareschi, 2014; Miotto, 2020; Oliveira & Costa, 2023; Sposati et al., 2023; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Tais mudanças influenciaram não apenas as relações entre Estado e indivíduos, mas também as famílias.

Na perspectiva de Miotto (2004, 2010) a incorporação da família pelas políticas sociais reflete concepções distintas de proteção social a partir de

duas grandes perspectivas: a familista e a protetiva. A primeira aposta na centralidade da família, na família tendo uma capacidade intrínseca em assumir o cuidado e a proteção de seus membros, sendo um pilar central na tríade composta por família, Estado e o mercado. Haveria, nessa tendência, uma concepção naturalizada e idealizada sobre a organização da família e as suas obrigações, aspecto que parece corroborar a menor responsabilização do Estado (Miotto, 2004; Miotto & Campos, 2016). Já a perspectiva de cunho protetivo, dirige-se na contramão da concepção familista, pois entende que, para executar suas capacidades de cuidado e zelo, a família necessita, também, que o Estado lhe garanta proteção, a qual se daria por meio das políticas sociais. Desse modo, é preciso compreender as dificuldades que a família vivencia, refletindo a relação intrínseca e dialética com as transformações sociais contemporâneas e suas manifestações distintas sobre cada uma delas. Tais atravessamentos resultam em um processo de fragilização dos vínculos familiares, tornando a família mais vulnerável (Miotto, 2004, 2010).

A fragilização dos vínculos é uma realidade que atinge grande parte das famílias acompanhadas pela Assistência Social, traçando um elo entre a vulnerabilidade e a pobreza. Ainda de acordo com Miotto (2004), tal relação acaba por exigir que as famílias tenham que desenvolver complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem. Diante disso, percebe-se que, com as mudanças mais recentes no capitalismo, a tendência familista e a protetiva encontram-se imbricadas nas ações propostas pelas políticas sociais, repercutindo as diferentes faces em que se estruturam os processos de formulação, gestão e execução no campo social.

A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como mencionado, a Constituição Federal (CF) de 1988 representou um marco significativo na configuração das políticas sociais no país, uma vez que unificou os direitos socioassistenciais à Saúde, à Previdência Social e à

Assistência Social. A partir do título VIII (da Ordem Social), direcionaram-se as novas bases para o atual sistema de proteção social brasileiro (Alberto et al., 2014; Cordeiro, 2018; Oliveira & Paiva, 2016; Sposati et al., 2023).

A seção IV desse mesmo título, ao conceituar a Assistência Social, identifica, imediatamente, o papel ocupado pela família no âmbito dessa política. No objetivo da proteção à família, por exemplo, é central o desenvolvimento de ações visando envolver todas as fases da vida de seus membros. Além desse objetivo, a CF (Brasil, 2016) traz os direitos à habitação, à inclusão no mercado de trabalho, à reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, à garantia de um salário-mínimo de benefício mensal para a pessoa portadora de deficiência e para o idoso que comprovem não possuir meios de suprir a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Salienta-se que o texto constitucional retoma a concepção de família, considerando-a como a base da sociedade, logo, demandando especial proteção do Estado (Brasil, 2016). Todavia, a proteção social ofertada tem sido debatida, pois há sinais cada vez mais evidentes de que é necessário maior cuidado e cautela no manejo das ações a serem desenvolvidas no campo da Assistência Social, uma vez que os trabalhadores podem recair em um processo de responsabilização, culpabilização e penalização das famílias, desvinculando o compromisso do Estado (Oliveira & Costa, 2023).

A partir da CF de 1988, a política de Assistência Social passa a ter caráter universal e não contributivo. Cabe ressaltar que, nela, a concepção de família está atravessada pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, das crianças e dos idosos, assim como pela ruptura da visão mais tradicional de família (heteronormativa e adultocêntrica), reconhecendo, assim, novos arranjos familiares. A família passa a ser o foco de atenção para o desenvolvimento das ações nos serviços socioassistenciais (Alberto et al., 2014; Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop, 2021; Couto et al., 2017).

Outro marco importante a ser mencionado, o qual trouxe avanços conceituais importantes, foi a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) (1993). Por meio dela se estabelece que a proteção social deve ser uma

política não contributiva, de direito inalienável para qualquer cidadão em situação de vulnerabilidade e desproteção social (Behring & Boschetti, 2011; Cruz & Guareschi, 2014; Sposati et al., 2023).

Cabe salientar que, juntas, a CF e a Loas marcaram o início da transição do caráter assistencialista e clientelista da Assistência Social para o modelo civilizatório, enquanto política de proteção social, muito embora esses dois marcos tenham esbarrado em um cenário de abertura econômica do país que interferiu em suas execuções – fato que acabou promovendo ações desarticuladas e imediatistas no sistema de proteção social (Cordeiro, 2018; Couto et al., 2017).

Esse movimento resultou na invisibilização da política de Assistência Social por todos os governos democráticos até os anos 2000 (Couto et al., 2017; Macedo & Dimenstein, 2011; Oliveira, Maheirie, Machado, Motta, & Minchoni, 2017). Diante desse cenário, percebeu-se um aprofundamento das desigualdades sociais por meio do empobrecimento dos trabalhadores e de suas famílias (Cruz & Guareschi, 2014; Macedo & Dimenstein, 2011).

Somente em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (MDS, 2005), propondo ações para além das concessões de benefícios, que contemplassem, também, as famílias e as comunidades em situação de vulnerabilidade, garantindo-lhes a prevenção, a atenção e o cuidado às desproteções (Sposati et al., 2023). A operacionalização da PNAS ocorreu com a atualização da Loas por meio da Lei n. 12435/2011, que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (Suas). Tal sistema operacionaliza a PNAS em todo o território nacional, expandindo-a e interiorizando-a, norteadando, assim, serviços, benefícios e ações socioassistenciais de caráter permanente ou eventual (Cordeiro, 2018; Couto et al., 2017, Macedo, Fontenele & Gomes, 2022).

Aliás, o Suas tem direção única e organiza-se em dois níveis de proteção social: a Básica (PSB) e a Especializada (PSE) – esta subdividida entre a média e a alta complexidade. Ambos os níveis têm como prioridades o trabalho com as famílias e o território, ofertando práticas mais próximas aos usuários (Cordeiro, 2018; MDS, 2005; Oliveira & Costa, 2023;

Rodrigues & Guareschi, 2019). Ainda cabe destacar que, no desenvolvimento das ações no Suas, a matricialidade sociofamiliar e a territorialização são categorias centrais (Cruz & Guareschi, 2014; MDS, 2005, 2009).

Como sinalizado anteriormente, a matricialidade sociofamiliar, além de ocupar um lugar enquanto protagonista para o desenvolvimento das ações no Suas (Couto, 2015; Cruz & Guareschi, 2014), compreende a família como espaço de contradições – atravessada por tensões, conflitos, adversidades, desigualdades – em que, igualmente, se concebe a existência de diversos arranjos familiares (monoparental, homoafetivo, entre outros), superando, assim, o modelo tradicional. Dessa forma, a matricialidade sociofamiliar baseia suas propostas de ação no fortalecimento dos vínculos familiares, na defesa e na promoção do direito à convivência familiar e comunitária, bem como no desafio de apoiar e possibilitar o acesso das famílias a condições de educação, proteção social e renda (MDS, 2005, 2009). Por meio dessa nova perspectiva, pretende-se romper com a fragmentação dos atendimentos, os quais, antes da PNAS, estavam focados nos indivíduos isoladamente (Couto, 2015; Miotto, 2004).

Já a territorialização, conforme documentos norteadores do trabalho, corresponde à centralidade do território, tanto como fator para compreender as vulnerabilidades e riscos daquele local quanto para planejar as estratégias de enfrentamento dessas situações. Assim, considera-se que o território é resultado da dimensão espacial/geográfica, bem como da relacional, uma vez que ali perpassam afetividades, sentimento de pertença e identidade, os quais estão intrinsecamente influenciados pelos contextos social, cultural e econômico (MDS, 2009).

Particularmente no caso dos dispositivos socioassistenciais da PSB, o lócus principal do desenvolvimento das ações são os Centros de Referência da Assistência Social (Cras), destinados à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da fragilização de vínculos e/ou do precário acesso a serviços públicos (Cordeiro, 2018; Cruz & Guareschi, 2014). Esse nível é considerado a porta de entrada no sistema de proteção social, contemplando grande número de famílias (Cordeiro, 2018; Rodrigues & Guareschi, 2019; Yamamoto & Oliveira, 2010) e, conseqüentemente, exige maior número de ações a serem realizadas. Ademais, esse é o campo mais

desafiador para a atuação da psicologia, já que posiciona a profissão diante dos problemas concretos e profundos da desigualdade social (Oliveira & Paiva, 2016; Oliveira et al., 2017).

Nos Cras, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) é o principal meio de materialização das ações da PSB; todos os serviços desse nível de proteção devem ser referenciados e articulados a ele. As ações desenvolvidas no Paif consideram que o trabalho social com as famílias deve ser contínuo, baseando-se em propostas de caráter preventivo, protetivo e proativo entre os distintos arranjos familiares (MDS, 2009, 2014).

Contudo, apesar dessa transição nas configurações de organização dos processos de trabalho nos serviços socioassistenciais, que leva a um repensar a forma de garantir a efetividade no sistema de garantia de direitos e de proteção a esses núcleos familiares e seus membros, Miotto e Campos (2016) salientam a importância de se refletir sobre o lugar ocupado pelas famílias na política social. Também Couto (2015) e Oliveira e Costa (2023) ressaltam que se devem redobrar os cuidados ao se colocar a família como categoria central nos serviços do Suas para que não se criminalize a pobreza, não se imponham determinados padrões de conduta e os trabalhadores não assumam posicionamentos fiscalizatórios e/ou policiais. Então, é importante que os profissionais tenham clareza dos modelos familiares que coexistem em determinada comunidade, os quais, muitas vezes, não correspondem ao modelo de suas experiências pessoais.

Couto et al. (2017) reiteram a necessidade de rever as metodologias de atendimento às famílias, pois o padrão burguês e disciplinador parece ainda se fazer presente no modo de se compreender o atendimento, aspecto que necessita, urgentemente, ser revisitado. Além disso, as autoras destacam a importância de compreender a indissociabilidade entre as dimensões macro e microssocial, tais como a diversidade de arranjos familiares, suas singularidades e o pertencimento a uma classe social, características que refletem no desenvolvimento de seus membros. No intuito de avançar em nossa análise reflexiva, passaremos a abordar as implicações que se apresentam as(os) profissionais da psicologia a partir das mudanças e propostas do Suas, mais especificamente, nos Cras.

PRÁTICAS DA PSICOLOGIA NO CRAS

A partir da regulamentação do Suas, os psicólogos ingressam de forma mais sistematizada e organizada enquanto profissionais de referência nos serviços. A formalização dos profissionais da psicologia junto aos do Serviço Social para composição da equipe de nível superior ocorreu por meio da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/Suas) em 2005. Tal fato contribuiu para que o campo da Assistência Social, seja um importante lócus de absorção do mercado de trabalho para a profissão (Conselho Federal de Psicologia – CFP & Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social – Conpas, 2016; Macedo et al., 2022; Yamamoto & Oliveira, 2010).

De acordo com Macedo et al. (2022), há cerca de 25.131 psicólogos atuando nos serviços do Suas – em unidades públicas estatais e de gestão –, a segunda maior categoria profissional presente no campo, ficando atrás apenas dos assistentes sociais. Conjuntamente a esse novo espaço de atuação profissional, acompanham-se mudanças em relação aos modelos de trabalho dos profissionais, em especial, aqui, aos modelos de trabalho dos psicólogos. Isso tem gerado estranhamentos e tensionamentos, pois há novas questões colocadas para a profissão, entre elas, a pobreza e os seus desdobramentos (Oliveira & Paiva, 2016; Oliveira et al., 2017; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Nessa direção, Ribeiro e Guzzo (2014) ressaltam a importância de compreender que a prática da psicologia nos serviços do Suas se distancia dos padrões tradicionais, tanto em relação à clientela atendida como em relação às atividades propostas. Isso implica a necessidade de operar mudanças na formação dos psicólogos (base conceitual e técnica) e nos processos de educação permanente dos profissionais já inseridos nos serviços que constituem essa rede (Macedo & Dimenstein, 2011; Oliveira & Paiva, 2016).

Assim, ao atuarem nas equipes de referência da Assistência Social, os psicólogos precisam ser capazes de ampliar suas escutas e seus olhares para além do modelo de família nuclear tradicional (pai, mãe e filhos residindo na mesma casa), o qual ainda se faz presente no imaginário social (Marion

& Pereira, 2021; Mito, 2020). A partir das mudanças sinalizadas, novos fatores passam a vigorar no que se refere à compreensão sobre “ser família”, entre eles, a qualidade das relações estabelecidas entre seus membros, a capacidade de suprimir as necessidades físicas e emocionais, bem como se constituir em um espaço de proteção e cuidado (Marion & Pereira, 2021; MDS, 2009).

Nesse escopo de análise, termos como “famílias desestruturadas”, “recompostas” ou “não tradicionais” apenas reforçam que existiria um modelo padrão a ser almejado (Kehl, 2003; Marion & Pereira, 2021), contrapondo-se à perspectiva de abordagem almejada pelo Suas, a qual deve considerar a interação de relações existentes entre as condições externas e internas e os padrões culturais, econômicos, sociais e afetivos (Marion & Pereira, 2021; Oliveira et al., 2017).

Ressalta-se que, entre os dois níveis de complexidade que compõem o Suas, é na Proteção Social Básica (PSB) que se encontra o maior número de psicólogos atuando (Macedo et al., 2021), de tal modo que o Cras se diferencia das demais unidades desse sistema por ter, como funções exclusivas, o trabalho social com famílias por meio do Paif e a gestão territorial da rede socioassistencial de proteção (Crepop, 2021; MDS, 2009).

Assim, para fomentar o trabalho com e para as famílias, a psicologia necessita compreender como são as relações que se estabelecem em determinado contexto sócio-histórico, quais são os determinantes e as suas mediações, tendo clareza de que, para desenvolver uma prática nesse campo, será necessário dialogar com outras perspectivas e outros saberes, percebendo as famílias e os seus membros como agentes ativos na comunidade e na sociedade. Assim, o trabalho desenvolvido diretamente com as famílias se dá no compartilhamento entre os profissionais e os usuários, construído e reconstruído constantemente (CFP & Conpas, 2016; Marion & Pereira, 2021; Mito, 2010; Oliveira et al., 2017).

Logo, o fazer da psicologia deve fundamentar-se em uma postura ativa, acolhedora, livre de julgamentos e comprometida ético-politicamente. Deve ter presente a construção de relações dialógicas, horizontalizadas, respeitosas e afetivas que sejam capazes de acompanharem e auxiliarem as famílias na garantia de direitos (Battistelli & Cruz, 2019; CFP & Conpas,

2016). Na mesma direção, Alberto et al. (2014) complementam que, ao planejarem suas intervenções, os psicólogos necessitam tanto de visões mais ampliadas sobre os modelos familiares quanto de outros modelos de atuação, contrários àquelas práticas consideradas hegemônicas para a profissão. Exige-se, assim, que as práticas profissionais estejam implicadas em promover espaços de reflexão-ação da família e de seus membros, iniciando um processo que vise à autonomia e ao protagonismo de suas próprias histórias (CFP & Conpas, 2016).

Nesse processo, sinaliza-se a questão do vínculo como algo primordial para se estabelecer conexão com as famílias no respectivo contexto sócio-histórico, (re)conhecendo o que afeta e mobiliza os sujeitos, bem como o que possibilita encontros e transformações. Por meio do vínculo, é estabelecido um ponto de ancoragem central para o trabalho da psicologia no campo da proteção social (Crepop, 2021; Rodrigues & Guareschi, 2019).

Além disso, a escuta – uma das ferramentas basilares para a prática da psicologia – não deveria se eximir da leitura dos desdobramentos que atravessam a vida dos sujeitos e das famílias que acessam o Cras, com o intuito de definir ações mais condizentes com as necessidades e demandas apresentadas pelos usuários. A escuta, quando implicada e ativa, é capaz de reconhecer o que se encontra nas entrelinhas das demandas que chegam aos serviços, devendo ter como horizonte: o diálogo, a participação e a autonomia das famílias. Posturas de cunho intimidador e culpabilizador a respeito das famílias devem ser evitadas (CFP & Conpas, 2016; Crepop, 2021; Oliveira et al., 2017).

Ressalta-se que, ao promover tal escuta, o profissional deve fundamentá-la em seu compromisso ético-político, o qual implica que, diante de algumas situações, se possa quebrar o pacto de silêncio e de sigilo em seu trabalho, principalmente quando isso significa romper com ciclos que produzem situações de desproteção social para determinada família. Assim, destaca-se a importância do vínculo e da escuta enquanto ferramentas essenciais nesse campo de trabalho.

Os aspectos abordados nesta análise evidenciam as transformações no campo da Assistência Social e no trabalho com as famílias. Nesse sentido, a psicologia, enquanto profissão que compõe as equipes, é convocada,

cotidianamente, a repensar suas práticas e seus saberes no sentido de alinhar suas estratégias e metodologias de trabalho com a perspectiva dos pressupostos do Suas. Vários são os desafios que se fazem presentes aos psicólogos que trabalham nesse sistema. Certamente, refletir e analisar são estratégias que permitem avanços no sentido de um fazer mais comprometido, ético e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das transformações processuais e históricas, a instituição família – o primeiro espaço constituinte dos sujeitos – permanece com seu papel de mediadora das relações entre seus membros, o Estado e a sociedade. Todavia, principalmente nas sociedades capitalistas, a família tem fundamental importância no âmbito da proteção social.

Cabe ressaltar que a política social acaba sendo um recurso que demarca a presença do Estado na proteção social, refletindo a forma como serão estabelecidas as relações entre a família e os outros setores da sociedade, na medida em que os resultados dessas articulações acarretam mudanças não apenas nos projetos societários, mas também nas concepções e nos modelos de família reconhecidos socialmente.

Nas políticas sociais do Brasil, as famílias ocupam um lugar de centralidade, apesar de se encontrarem, constantemente, em uma linha tênue nessa relação contraditória com o Estado, sendo ora responsabilizada e culpabilizada, fiscalizada a comprimir determinadas condicionalidades, ora estimulada ao protagonismo e à autonomia.

Para a psicologia, a família é o *locus* estruturante dos sujeitos, sendo importante compreender que as mudanças nos papéis desempenhados e a diversificação dos arranjos familiares acompanham as transformações sociais da contemporaneidade. Logo, os profissionais precisam estar atentos para não produzirem discursos e práticas orientados por um modelo idealizado de família, cujas raízes estão na concepção patriarcal tradicional.

Quando inseridos em dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (Suas) – em destaque nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) –, cabe aos psicólogos conhecer como aquele território se organiza,

as relações que ali se estabelecem e identificar obstáculos e potencialidades existentes. Para o desenvolvimento desse trabalho, os profissionais precisam estar dispostos a olhar e escutar para além dos fatos concretos, ou seja, para as vicissitudes – “sutilezas” – que compõem o discurso presente na demanda inicial, compreendendo a indissociabilidade entre o contexto, as demandas e as relações que permeiam o trabalho a ser desenvolvido com as famílias acompanhadas. Por fim, sem dúvida, entendemos serem muitas as implicações que atravessam o fazer da psicologia no contexto da política de Assistência Social e em seus dispositivos socioassistenciais. Refletir sobre elas e buscar estratégias de enfrentamento fazem parte tanto do fazer daqueles que se encontram inseridos nessa política pública social quanto daqueles que se dedicam à formação do profissional, que precisam rever, constantemente, modelos e práticas, tendo em vista a futura inserção de novos agentes do Suas.

REFERÊNCIAS

- Alberto, M. de F. P., Freire, M. L., Leite, F. M., & Gouveia, C. N. N. A. (2014). As Políticas Públicas de Assistência Social e a Atuação Profissional. In: I. F. de Oliveira, & O. H. Yamamoto (Eds.), *Psicologia e políticas sociais: temas em debate* (pp. 127-174). Belém: Editora UFPA.
- Battistelli, B. M., & Cruz, L. R. da. (2019). Cartas à Assistência Social. In: L. R. da Cruz, N. Guareschi, & B. M. Battistelli (Orgs.), *Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo* (pp. 15-35). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Behring, E.R., & Boschetti, I. (2011). *Política Social: fundamentos e história*. 9.ed. São Paulo: Cortez.
- Boschetti, I. S. (2019). Crise do capital e agravamento da desigualdade social no Brasil. In: G. Toassa, T. M. C. Souza, & D. de J. da S. Rodrigues (Eds.), *Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis*. (pp. 42-57). Goiânia: Editora da Imprensa Universitária.

- Brasil (2016). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Recuperado de https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CRAS/SUAS*. 3.ed. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP) & Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) (2016). *Nota técnica: com Parâmetros para atuação das (os) profissionais de Psicologia no âmbito do SUAS*. Brasília.
- Cordeiro, M.P. (2018). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma breve introdução. In: M. P. Cordeiro, B. Svartman & L.V. Souza (Eds.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. (pp. 63-80). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Couto, B. R. (2015). Assistência Social: direito social ou bem-estar? *Serviço Social & Sociedade*, (124), 665-677. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.045>
- Couto, B. R., Yazbek, M. C., & Raichelis, R. (2017). A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: B. R. Couto, M. C. Yazbek, M. O. da S. e Silva & R. Raichelis (Eds.), *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento* (pp. 61-94). 5.ed. revisada e atualizada. São Paulo: Cortez.
- Cruz, L. R. da, & Guareschi, N.G. (2014). A constituição da Assistência Social como Política Pública: interrogações à Psicologia. In: L. R. da Cruz & N. Guareschi (Eds.), *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. (pp.13-40). Petrópolis: Vozes.
- Galvão, A.A.Y. (2017). A linha do tempo do significado da família. In: M. I. B. Bellini, P. T. Scherer, & C. S. Faler (Eds.), *Intersetorialidade e Políticas Sociais: uma concertação possível* (pp.297- 312). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

- Groeninga, G. C. (2003). Família: um caleidoscópio de relações. In: Pereira, R. da C., & Groeninga, G. C. (Eds.), *Direito de Família e Psicanálise: Rumo a uma nova epistemologia*. (pp. 125-142). Rio de Janeiro: Imago.
- Iamamoto, M. V. (2011). A questão social no capitalismo. *Temporalis: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2(3), 09-32. Recuperado de http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf
- Kehl, M. (2003). Em defesa da família tentacular. In: Pereira, R. da C., & Groeninga, G. C. (Eds.), *Direito de Família e Psicanálise: Rumo a uma nova epistemologia*. (pp.163-176). Rio de Janeiro: Imago.
- Lei nº 12.435 (2011, 6 de julho). Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm
- Macedo, J.P., & Dimenstein, M. (2011). Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31 (2), p. 296-313.
- Macedo, J. P., Fontenele, M. G., & Gomes, R. W. S. (2022). Psicologia e assistência social: Crise e retrocessos pós-encerramento do ciclo democrático-popular. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42(n.spe), 1-14. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262852>
- Marion, J., & Pereira, C. R. R. (2021). Família na visão dos psicólogos do CRAS. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(2), 1-23. doi: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e16285>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2009). *Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. 1. Ed. Brasília. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2014). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
- Mioto, R. C. T., & Campos, M. S. (2016). Matricialidade sociofamiliar. In: R. M. C. Fernandes, A. Hellmann (Eds.), *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil* (pp. 174-177). Porto Alegre: Ed. UFRGS. Recuperado de https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_70.pdf
- Mioto, R. C. T. (2004). A centralidade da família na Política de Assistência Social. *Revista de Políticas Públicas*, 8(1), p. 133-142. Recuperado de <http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3756/1820>
- Mioto, R. C. T. (2010). Família como referência nas Políticas Públicas: dilemas e tendências. In: L. A. B., Trad (Ed.), *Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas* (pp.51-66). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Mioto, R. C. T. (2020). Família contemporânea e proteção social: notas sobre o contexto brasileiro. In: E. T. Fávero (Org.), *Famílias na cena contemporânea: (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização* (pp. 23-44). Uberlândia: Navegando Produções.
- Netto, J. P. (2001) Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*, 2(3), p. 41-50. Recuperado de http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf
- Oliveira, A. C. de, & Mioto, R. C. T. (2019). Famílias, cuidados e políticas públicas. *O Social em Questão*, (43), 9-22. Recuperado de http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf

- Oliveira, I. F. de, & Paiva, I. L. (2016). Atuação do psicólogo no campo das políticas sociais: mudanças e permanências. In: D. U. Hur, & F. L. Júnior (Eds.), *Psicologia, políticas e movimentos sociais* (p.142- 156). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Oliveira, I. F. de, Maheirie, K., Machado, F. V., Motta, R. F., & Minchoni, T. (2017). Psicologia no contexto do SUAS: um olhar para o cenário e para as tendências do trabalho na Política de Assistência Social. In: A. A. S. de Oliveira (Ed.), *Psicologia sócio-histórica e o contexto de desigualdade psicossocial: teoria, método e pesquisas* (pp. 289-306). Maceió: EDUFAL.
- Oliveira, I. F. de, & Yamamoto, O. (2020). Contexto histórico das políticas sociais: definição e conceituação. In: M. Azambuja, & H. R. Campos (Orgs.), *Políticas sociais, formação e atuação do psicólogo* (pp. 15-39). Florianópolis, SC: ABRAPSO Editora.
- Oliveira, I. F. de, & Costa, A. L. F. (2023). DO BOLSO QUE ENFIA A MÃO, O POBRE SÓ TIRA DEDOS: (des)caminhos da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social. In: B. C. Pereira, D. B. Rodrigues, & A. I. de Alencar (Orgs.), *Implicações políticas da psicologia* (pp. 91-106). Curitiba: CRV
- Pereira, P. A. P. (2016). Política Social. In: R. M. C. Fernandes, A. Hellmann (Eds.), *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil* (pp. 204-206). Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- Ribeiro, M. E., & Guzzo, R. S. L. (2014). Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Pesquisas e Práticas psicossociais*, 9(1), 83-96. Recuperado de http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/837/651
- Rizzini, I. (2008). Salvar a criança. In: *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil* (pp. 83-119). São Paulo: Cortez.

- Rodrigues, L., & Guareschi, N. M. de F. (2019). O vínculo familiar e comunitário como operador que conecta a Psicologia e a Política de Assistência Social. In: L. R. da Cruz, N. Guareschi, & B. M. Battistelli (Eds.), *Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo*. (pp.52-65). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Savietto, B.B. (2010). A família contemporânea: filhos desamparados, pais desmapeados. In: B. B. Savietto (Ed.), *Adolescência: ato e atualidade* (pp. 61-79). Curitiba: Juruá
- Silva, M. L., Polli, R. G., Sobrosa, G. M. R., Arpini, D. M., & Dias, A.C.G. (2012). Da normatização à compreensão: caminhos construídos para intervenção familiar. *Revista Mudanças: Psicologia da Saúde*, 20(1-2), p.13-21. doi: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v20n1-2p13-21>
- Sposati, A., Araújo, E. T., & Boullosa, R. F. (2023). Assistência Social e Desenvolvimento Social: regressão de direitos socioassistenciais? *Vértices (Campos dos Goitacazes)*, 25(2). Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/20624>.
- Yamamoto, O.H., & Oliveira, I. F. de. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n.spe). doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>

Recebido em 22/10/2020

Aceito em 28/08/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

A atuação do psicólogo no SUAS: considerações da realidade vivenciada na cidade de São Paulo

*The role of the psychologist in SUAS: considerations
of the reality experienced in the city of São Paulo*

*El papel del psicólogo en el SUAS: consideraciones
a cerca de la realidad vivida en la ciudad de São Paulo*

Adriano Francisco de Oliveiraⁱ

Resumo

O presente artigo visa discutir algumas posições ligadas a atuação do psicólogo no sistema único de assistência social (SUAS) da cidade de São Paulo, realidade essa que passa necessariamente pelas organizações não governamentais (ONGs). Logo, a atuação do psicólogo na política pública de assistência na cidade é indireta, sendo que tanto o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) quanto o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) figuram como agentes fiscalizadores entre o termo de colaboração assinado entre poder público e essas organizações. Diante dessa realidade, algumas reflexões precisam ser consideradas: a atuação dos psicólogos frente ao empregador, salário e carga horária, a questão teórica. É lançada ainda uma reflexão sobre a identidade do psicólogo dessa política, aqui denominado de psicólogo socioassistencial. Como conclusão, ao falarmos de psicologia no SUAS, se faz necessário elencar tais pontos. Não parece adequado, ao menos na realidade da cidade de São Paulo, analisarmos a ação do psicólogo sem ponderar essas questões que são pertinentes a sua atuação.

Palavras-chave: *Psicologia; Psicologia e SUAS; Psicologia e Políticas Públicas.*

ⁱ Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8626-4637>. E-mail: adrianodefo@gmail.com
Agência de fomento: CAPES

Abstract

This article aims to discuss some positions related to the role of the psychologist in the Unique System of Social Assistance (SUAS) in the city of São Paulo, a reality that necessarily involves non-governmental organizations (NGOs). Therefore, the psychologist's role in the city's public assistance policy is indirect, with both Social Assistance Reference Center (CRAS) and Social Assistance Specialized Reference Center (CREAS) acting as supervisory agents for the collaboration agreement signed between the government and these organizations. Faced with this reality, some reflections need to be considered: the role of psychologists in relation to the employer, the salary and the workload, the theoretical issue. A reflection is also launched on the identity of the psychologist of this policy, here called socio-assistance psychologist. In conclusion, when we talk about psychology in SUAS, it is necessary to list these points. It doesn't seem appropriate, at least in the reality of the city of São Paulo, to analyze the actions of psychologists without considering these issues that are pertinent to their work.

Keywords: *Psychology; Psychology and SUAS; Psychology and Public Policies.*

Resumen

El objetivo de este artículo es debatir algunas cuestiones relacionadas con el papel del psicólogo en el Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) de la ciudad de São Paulo, una realidad que involucra necesariamente a organizaciones no gubernamentales (ONG). Por tanto, el papel del psicólogo en la política de asistencia pública de la ciudad es indirecto, ya que tanto el Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS) como el Centro de Referencia de Asistencia Social Especializada (CREAS) actúan como agentes supervisores en el acuerdo de colaboración firmado entre el gobierno y estas organizaciones. Ante esta realidad, es necesario considerar algunas reflexiones: el papel de los psicólogos frente a sus empleadores, el salario y la carga de trabajo, la cuestión teórica. También se reflexiona sobre la identidad del psicólogo de esta política, aquí denominado psicólogo socioasistencial. En conclusión, cuando hablamos de psicología en el SUAS, es necesario enumerar estos puntos. No parece adecuado, por lo menos en la realidad de la ciudad de São Paulo, analizar la actuación del psicólogo sin considerar estas cuestiones pertinentes a su actuación.

Palabras clave: *Psicología; Psicología y SUAS; Psicología y Políticas Públicas.*

A atuação do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é marcada por questões que, embora estejam imbricadas, possuem especificidades. Ao mesmo tempo, é uma atuação que ainda carece de muitas discussões e reflexões, tanto do ponto de vista teórico quanto prático.

Me recorro que por volta do de 2013/2014, comecei de modo mais efetivo a participar da seleção de funcionários para o SUAS e, como psicólogo, era rotineiro durante as entrevistas notar que os profissionais que compareciam para vaga de psicólogo não tinham noção do que era o SUAS, quanto mais o que fazer. Logo, o aprendizado da função decorria pelas atribuições contidas em portarias e orientações de outros profissionais sobre o que se objetiva por exemplo ao falar de proteção básica ou de alta complexidade. Perguntas sobre “onde vou atender”? ou até mesmo a busca de parte dos usuários por este profissional para resolver seus “problemas” ou questões emocionais também se tornaram rotineiras; este contexto narrado, é muito comum e talvez esperado em uma categoria que ainda está se constituindo em uma política pública como o SUAS.

Talvez essas situações se derivem da tão mencionada tese de ser o psicólogo formado com foco para o atendimento individual, clínico, e, de fato, os currículos universitários exercitam essa prática; ainda hoje, no imaginário popular e muitas vezes também no acadêmico, o psicólogo é aquele do consultório e que ocupa um modelo clínico individual de trabalho, impulsionado em grande parte ao *status* que a área médica desfruta junto à sociedade (Campos, 2016).

Passados alguns anos, minimamente uma década, a situação tem se alterado. Os psicólogos conhecem um pouco mais sobre o SUAS, mas não necessariamente porque as universidades têm investido neste aprimoramento; a título de exemplo, a maioria das disciplinas que leciono e que possuem essas características que podemos chamar de sociais, tiveram em um primeiro momento a carga horária reduzida e posteriormente foram transferidas para a modalidade online. Concomitantemente, disciplinas em que o foco não esteja neste atendimento individualizado, parece provocar um interesse mais restrito por parte dos alunos, o que demonstra a complexidade da situação. Logo, o maior conhecimento sobre o a atuação no

SUAS deriva principalmente pelo fato de ser essa uma área de considerável empregabilidade para os profissionais de psicologia e ao mesmo tempo em que se começa a ter um certo “rodízio” de profissionais que saem de um serviço para outro dentro do próprio sistema.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil, 2015), havia 16 mil profissionais em todo o país em 2015, sendo que em 2016 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) já contabilizava 23.500 trabalhadores nessa condição. Para Ribeiro e Guzzo (2014) os psicólogos já aparecem como a segunda categoria profissional mais presente no SUAS, o que demonstra a grande expansão e representação da área nessa política pública. Já em 2019, de acordo com o senso SUAS, contabilizava-se 24.800 psicólogos atuando dentro nesta modalidade em todo o país.

Sabemos que a atuação deste profissional se dá em resposta a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) que estipula o quantitativo necessário para atuação em todo o país. É a partir dessa normativa que a presença dos psicólogos no sistema fica regulamentada (Brasil, 2005). Entretanto, as características deste fazer estão em grande medida sendo ainda construídas, principalmente devido a sua complexidade.

De acordo com o CFP, um dos focos da atuação do profissional de psicologia no SUAS se norteia pela interdisciplinariedade, declarando que:

A interdisciplinaridade exige uma troca e cooperação entre diferentes saberes superando o tecnicismo, o isolamento e a fragmentação do conhecimento. Considera-se um partilhar de concepções e práticas que priorizam o trabalho coletivo nos fazeres cotidianos e na equipe multiprofissional, visando à qualificação da ação junto ao público atendido. Na perspectiva interdisciplinar, o conhecimento se constrói com uma visão ampliada de uma rede de profissionais trabalhando de forma cooperativa e dialógica que convergem para resolubilidade de situações, seja no acolhimento, atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento (Conselho Federal de Psicologia, 2016, p.12).

Sobre o objetivo da função do psicólogo no SUAS, o CFP enumera 114 orientações gerais para os distintos campos de atuação na assistência social por meio da Nota Técnica elaborada pelo CFP em 2016. Dentre elas, cabe destacar as normas 3 e 4:

A atuação profissional da psicóloga e do psicólogo no SUAS deve se sustentar no princípio da garantia de direitos, fundante da Política de Assistência Social. Para isso, baseará sua prática nos campos teóricos e metodológicos que contemplam a visão crítica da realidade social, a sua historicidade, as lutas políticas e as relações de poder. A Psicologia, em suas diversas abordagens, permite a compreensão do contexto social e comunitário, possibilitando o entendimento crítico que o profissional deve ter ao construir seu fazer, a partir das diferentes metodologias ou campos teóricos com os quais dialoga. Para contemplar a construção do trabalho coerente com os direitos, as e os profissionais devem compreender as demandas e as necessidades sociais do público usuário/sujeito de direitos desta política e fazer escolhas condizentes (p. 15).

E complementa:

Aos profissionais de Psicologia atuantes no SUAS cabe a realização de intervenções crítico-reflexivas frente às condições de vida dos usuários/sujeitos de direitos e suas famílias, face ao contexto social em que estão inseridos, e no processo de atendimento/acompanhamento. Também deve favorecer um processo de reflexão-ação, oferecendo, ao usuário/sujeitos de direitos, formas de participação e ação nas transformações das condições sociais e políticas geradoras das situações *vivenciadas por ele* (p.15).

Estudos tem surgido justamente na expectativa de debater a questão. A revisão de literatura proposta por Cordeiro (2018), demonstrou o aumento de interesse no tema; a pesquisa que abrangeu os anos de 2005 a 2015, encontrou 38 artigos que se enquadravam em sua proposta; a autora, constatou o predomínio de normativas e referências técnicas da política de assistência social, servindo como uma espécie de fio que alinhava os vários argumentos apresentados (Cordeiro, 2018); aponta para a necessidade de modelos de formação que atendam as reais necessidades dos profissionais que atuam nessa área: “a análise desses textos nos permite concluir que, a despeito de terem sido publicados durante os primeiros dez anos de existência do SUAS, os estudos sobre Psicologia na Assistência Social não constituíam um campo tão incipiente” (Cordeiro, 2018, p.179).

Entretanto, a partir da realidade em que vivencio na cidade de São Paulo, existe uma questão que precisa ser considerada e que me parece um tanto quanto distante das discussões que estamos conduzindo. Na

literatura sobre o SUAS, quando analisamos em textos, artigos e livros sobre a atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou até mesmo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), é preciso refletir sobre de que CRAS ou CREAS estamos falando. Ao menos na realidade da cidade de São Paulo, essa atuação ocorre no SUAS de forma indireta; o trabalho do psicólogo no CRAS propriamente dito tornou-se uma realidade vivenciada por um número tão pequeno de profissionais que, sem exageros, podem ser considerados “privilegiados”. A realidade presente no município de São Paulo, é de psicólogos que prestam serviços para o SUAS, mas como funcionários de organizações não governamentais, as ONGs; essas sim ligadas tanto ao CRAS quanto ao CREAS por meio de um termo de colaboração, assinado junto a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, SMADS. Logo, atuar no CRAS, CREAS ou tendo essas organizações como intermediária, não pode ser considerada como a mesma questão; não se trata de equivalências. A presença de uma ONG como contratante deste profissional altera consideravelmente a relação deste com o SUAS. O CRAS (e também o CREAS), deste modo, supervisiona as suas ações visando a reta efetivação do SUAS no serviço proposto; mas por vezes com indicativos e propostas de orientação ou intervenções tão variadas e diversas de um CRAS para o outro que dificulta ainda mais uma ação enquanto sistema que seja único, o que rotineiramente gera ruídos. Deste modo, traçarei uma breve e resumida contextualização histórica da trajetória das ONGs no Brasil que nos permita compreender um pouco mais da complexidade que se instala com este modelo; e junto a isso, a impossibilidade, a meu ver, de analisarmos o trabalho desenvolvido pelo psicólogo no SUAS a partir das ONGs como equivalente ao que as pesquisas chamam de atuação do psicólogo no CRAS. O panorama que será apresentado nos ajuda a compreender as consequências que essa inserção terá nos profissionais envolvidos, inclusive os psicólogos.

DESENVOLVIMENTO

Organizações não governamentais - De acordo com Álvares (2000), entidades sem qualquer participação do Estado e que não visam ao

acúmulo de lucros existem desde os primórdios da humanidade, mencionando os grupos voluntários, comunitários, entidades de classe e até associações de intelectuais como exemplos desse fenômeno na história. Em âmbito mundial, a expressão ONG surgiu pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU) após a Segunda Guerra Mundial, com o uso da denominação em inglês “Non-Governmental Organizations (NGOs)” para designar organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais (Landim, 1993). Deste modo, a denominação organização não-governamental começou a aparecer em documentos da ONU desde a segunda metade da década de 1940, do século XX, no pós-guerra. Neste momento o termo era utilizado se referindo às organizações internacionais, que se destacaram a ponto de possuírem direito a uma presença formal na ONU, contudo não representavam governos (Acioli, 2008).

Para Acioli (2008), no caso brasileiro, as ONGs em seu início prestavam assessoria aos movimentos populares nas décadas de 60 e 70; nasceram não-governamentais. O voluntarismo e a informalidade eram a base das atividades que ocorriam também nos centros populares e nas associações amigos de bairros. Alvares (2000) vê nas desigualdades sociais das décadas de 60 e 70 as raízes dos movimentos sociais, bem como de algumas ONGs. Entretanto, essa característica de surgimento como não governamental na visão de Acioli (2008) se caracteriza principalmente por resistirem ao modelo de Estado ditadura. A mesma autora chama a atenção para o período da redemocratização e logo em seguida ascensão via eleitoral de uma gestão neoliberal, fazendo com que o discurso não-governamental fosse cooptado por um discurso antiestatal.

Sem embargo, Coutinho (2004) destaca que se na década de 1970 associavam-se aos movimentos sociais, a partir dos anos 1990, as ONGs estão submetidas a uma outra lógica: priorizam trabalhos em “parceria” com o Estado e/ou empresas; proclamam-se “cidadãs”; exaltam o fato de atuarem sem fins lucrativos. É justamente neste ponto, de acordo com Acioli (2008), que começa haver um certo distanciamento entre ONGs e movimentos sociais, demonstrando que se as organizações atuavam em conjunto com os movimentos sociais, no final da década de 1980, principalmente sob influência da ONU, há uma separação entre as ONGs e esses movimentos.

Com tal protagonismo, as ONGs foram ganhando espaços e a partir da virada do século XX e durante toda a década dos anos 2000 tornaram-se referência no que diz respeito a prestação de serviços em parceria com os governos. Cada vez mais o Estado Brasileiro e seus entes foram se utilizando das denominadas parcerias com a Sociedade Civil para tentar resolver questões ligadas à assistência social, saúde, educação, cultura, prestação de serviços etc. Trata-se de uma forma de atuação indireta do estado. Acredita-se que por meio das parcerias com o Estado, a sociedade civil organizada pode incidir mais diretamente no ciclo de políticas públicas, com atuação relevante em diferentes papéis (Brasil, 2015).

A grande maioria das ONGs, como percebemos hoje, foram, não só no Brasil mas em todo o mundo, uma resposta da sociedade civil ao vácuo criado pelo desenvolvimentismo (Alvares, 2000). Entretanto, Abreu, Dysman e Caldas (2009) frisam o protagonismo que tem assumido as ONGs nas políticas públicas e deixam uma importante contribuição sobre as características e objetivos atuais das ONGs e que parece de considerável relevância

Há importante alteração na fonte de financiamento das ONGs brasileiras. O Estado, que antes se colocava como uma antítese, passa a ser visto como um parceiro possível. Cada vez mais o Estado financia os projetos das ONGs. Esse relacionamento com o Estado gera diversos questionamentos sobre por quais vias se daria esta parceria (p.6).

Observa-se uma considerável diminuição de uma participação direta do estado na execução de serviços públicos, considerados essenciais como saúde, educação e assistência social, e a transferência dessas atividades tanto para o setor privado quanto para organizações sem fins lucrativos. Para Behring (2003) observava neste fenômeno a imersão de uma espécie de clientelismo (pós) moderno ou neocorporativismo, onde a sociedade civil é domesticada – sobretudo seus impulsos mais críticos – por meio da distribuição e disputa dos recursos públicos para ações focalizadas ou da seleção de projetos sociais pelas agências multilaterais.

O risco em toda essa ação, está no que demonstrou Gohn (2004), onde mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a

população para participar de programas e projetos sociais. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais; ou como tive a oportunidade de ouvir certa vez um representante de uma ONG que possui diversos serviços em parceria com o governo municipal que ao ser questionado sobre o porquê abrir e gerir tantos serviços respondeu: “queremos formar militância social; não há mal ou crime nisso”.

Sem dúvida, o discurso crescente de que o Estado é inoperante no que diz respeito a execução das políticas públicas tem contribuído para o crescimento dos chamados trabalhos em parceria. Mas, este crescimento trouxe à tona uma série de problemas existentes nessa relação que norteou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs realizada em 2009 (Brasil, 2017), que proporcionou posteriormente a criação de um marco que regulasse o setor (Lei 13.019). A desburocratização dos serviços públicos é outra bandeira que se torna parte deste discurso de ampliação das parcerias (Brasil, 2014). Muitas ONGs (ou como se opta em chamar a partir da Lei 13.019¹ – Organizações da Sociedade Civil - OSC), formadas na atualidade tem como finalidade a parceria com os entes públicos e, na formalidade de seus estatutos, já possuem as cláusulas básicas para constituição desta parceria conforme determinado pelo poder público. Das ONGs que nasciam do voluntarismo, passando por aquelas que lutavam por causas sociais até os dias atuais percebemos grandes alterações em sua estrutura, formas de funcionamento e objetivos. São hoje mais integradoras com o Estado e menos contestadoras. O poder de mobilização que conteste o Estado por parte da ONGs hoje denominadas de parceiras caem consideravelmente, para não dizer que, se extinguem. As lutas existentes são em torno de melhores condições para o fortalecimento das parcerias onde, a depender da pauta, essas organizações são mais concorrentes entre si do que atuantes em rede.

Traçado este breve panorama, chegamos na atualidade a um dado relevante. De acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil – desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA), havia

1 Lei 13019/2014 conhecida como MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

em 2016 um total de 444.305 mil Organizações da Sociedade Civil (OSC); já em 2020 o mesmo órgão computou 815.676 OSC no país. Um aumento considerável. Elas, atuam em diversas áreas – como assistência social, educação, cultura, saúde, esporte, agricultura familiar e promoção do desenvolvimento sustentável, entre outros – e em defesa dos direitos de grupos historicamente excluídos, como pessoas com deficiência, mulheres, jovens, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTs). Cada uma das organizações, individualmente ou em rede, atua nas mais diferentes localidades do país em causas públicas (Brasil, 2015, p.11). Essa atuação em todo o território nacional tem favorecido a certo reconhecimento do governo brasileiro que vê nessa forma de atuação um agente potencializador para a execução de diversas ações no que diz respeito às políticas públicas.

A inserção no SUAS - a cidade de São Paulo, possui de acordo com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2022), a maior rede socioassistencial da América Latina. A rede atual possui uma composição que pouco se alterou, se utilizado o ano de 2013 como referência:

Tabela 1

| | Maio/2013 | Julho/2022 |
|----------------------|---------------|--------------------|
| CRAS | 54 | 54 |
| CREAS | 30 | 30 |
| CENTROS POP | 6 | 6 |
| CPAS | 1 | 1 |
| Serviços conveniados | 1178 | 1301 |
| ONGs (OSC) | 378 | 341 |
| Vagas | 220.751 | 235.988 |
| Repasse mensal | 52.997.049,02 | R\$ 108.429.471,96 |

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) (2022).

Observa-se nestes dados que, diferente do preconizado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que priorizava a execução direta do Estado nos serviços, programas e projetos, houve uma completa estagnação dos

serviços que são diretamente geridos pela secretaria como CRAS, CREAS e Centro POP ao contrário do leve crescimento dos serviços conveniados (123 a mais no total) e um aumento de 15.237 vagas. Ao mesmo tempo, o número de OSC que realizam os serviços diminuíram, o que aponta uma maior concentração da execução de serviços em torno de algumas organizações.

É neste quantitativo que, a meu ver, se esconde um problema de dimensões ainda não mensurado. Como já mencionado, fala-se muito nos artigos sobre o papel do psicólogo no SUAS, o que se espera ou práticas do psicólogo no CRAS ou até mesmo no CREAS e, em alguns casos, o papel do psicólogo na proteção básica ou na de alta complexidade. Bem verdade, há surgido estudos e relatos de práticas sobre a atuação profissional em um serviço determinado. Entretanto, embora o número de pesquisas tem de fato aumentado, me parece que ainda não alcançamos um referencial próprio do SUAS nestes estudos. Há muitas elencações ou como demonstrou Cordeiro “muitos fios soltos ou mal atados”. Cito ao menos três que busco agora discurrir: 1 – a atuação do psicólogo frente ao empregador; 2 – salário e carga horária; 3 – a identidade do psicólogo no SUAS.

A atuação do psicólogo frente ao empregador – se a maioria dos psicólogos que atuam no SUAS trabalham para OSC, não é possível falar que o profissional de psicologia na cidade de São Paulo trabalha no ou para o CRAS. Este equipamento (assim como o CREAS), passou a ser nessa relação (com as OSC) e na realidade de São Paulo uma espécie de agente fiscalizador da execução dos serviços prestados pela OSC contempladas em termo de colaboração. O CRAS desenvolve a gestão; mas o psicólogo é contratado e empregado de uma OSC, para desenvolver a função em um local determinado, quase sempre, fora do prédio do CRAS. E qual é a grande diferença em tudo isso? Há inúmeras. Enquanto escrevo este artigo, recebo o comunicado de uma psicóloga de um equipamento socioassistencial - Centro Dia - de São Paulo que não estará na próxima formação que darei naquele local. O motivo é que toda a equipe técnica foi demitida com a finalidade de contratar outra equipe, com salário menor em R\$ 110,00 o que irá aliviar as contas daquele convenio específico, sendo que o mesmo ocorre com as demais parcerias da instituição com o poder público. Não preciso frisar que essa profissional não tem a quem recorrer. Ela está dispensada

por uma economicidade organizacional. Não há ilegalidade neste processo e tampouco interferência do CRAS já que o profissional não é dele, é da OSC. Gostaria de poder dizer que essa é uma situação isolada, mas, quem vivência a realidade do SUAS atualmente já percebeu que não é; tendo a OSC como empregador, o psicólogo vai se deparar com questões de toda ordem: a perda do aspecto laico de alguns serviços, ameaças demissionais por desobediências mesmo contrárias ao que rege o SUAS, coerção política e instabilidade de vínculo entre tantas outras situações acompanhadas no dia a dia. Felizmente há OSC que trabalham de forma correta, buscam valorizar e dar o devido apoio aos profissionais para a execução do SUAS, mas ainda assim mesmo não ficam isentas das dificuldades impostas pelo modelo de parceria: falta de atualização no valor do repasse municipal e a transferência de responsabilidades do poder público em questões ligadas a diversos temas são corriqueiros; a perda de poder de compra pela inflação e até o dissídio coletivo da categoria é algo que as OSC precisam continuamente esbravejar para a devida atenção do poder público o que pode “obrigar” o empregador a tomar atitudes como a aqui mencionada de cortes de funcionários visando contratar outros com um salário menor. Seria uma espécie de luta pela sobrevivência e continuidade do próprio serviço. E, em contrapartida, normalmente quando ocorre algumas dificuldades na execução do serviço pela OSC ou algum tipo de ato corruptivo, o poder público encerra o termo de colaboração sendo que a nova organização que assumir a gestão pode, se optar, levar sua própria equipe, o que quase sempre ocorre. Em serviços como de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), esses rompimentos de vínculos com a equipe profissional costumam ser problemático; o fortalecimento de vínculos preconizado pelo SUAS não é capaz de alcançar a equipe de trabalho. A fragilidade de vínculo do psicólogo com o seu empregador possui as mesmas características de qualquer empresa terceirizada, embora terceirização seja um termo negado pelo poder público para descrever a parceria com as OSC, optando-se pelo termo colaboração.

Alguns, é verdade, podem questionar que nessa reflexão há um equívoco pelo fato de o psicólogo prestar serviços para o SUAS a partir de algum serviço (prestado por uma OSC) referenciado pelo CRAS ou CREAS. De fato,

é isso que ocorre. Mas, a meu ver, em nada invalida o fato aqui contido. Há um intermediário potente entre o poder público e os usuários. Nessa relação estabelecida, até mesmo a visão que se tem do CRAS ou CREAS ficam alteradas, já que passam a ser vistos quase como “supervisores”² e, com uma frequência considerável, os responsáveis por autorizar uma série de procedimentos da própria OSC; essa forma de atuação gera inúmeros problemas na relação poder público – sociedade civil, já que há temas que normalmente vem a tona como o autoritarismo e a subjetividade na tomada de algumas decisões, que instalam um certo conflito entre ambos; conflito que em algumas vezes corre velado; em outras é caracterizado pela intransigência. Deste modo, torna-se visível a substituição do trabalho em parceria por uma atuação hierarquizada onde a SMADS toma suas decisões, repassadas por CRAS/CREAS e obedecidas pelas OSCs. Em outros momentos, o próprio CRAS/CREAS toma as decisões amparadas na interpretação de algum documento jurídico ou portaria municipal. Em ambos os casos, se prevalece uma ausência de parceria justamente contrariando de modo completo a essência do SUAS. Culpa do CRAS/CREAS? De modo algum. Neste modelo, ambos são incumbidos de desempenhar este papel. E, nem sempre possuem autonomia para desenvolver a gestão do modo que almejam. Entramos assim nos limites da administração pública que não é o objetivo deste artigo.

Entretanto, é inegável que é graças a este modelo de parcerias que houve expansão do atendimento numérico do SUAS na cidade de São Paulo. São as OSC, que sustentam os fabulosos números apresentados pela SMADS. Contudo, diante dessa realidade, para as glórias, o trabalhador é do SUAS; diante dos percalços e dificuldades, é da OSC. Neste sentido, o psicólogo no SUAS, e as outras funções que compõe o sistema, precisam conviver no cotidiano com uma certa precariedade. E, assim mesmo, são os responsáveis por garantir por exemplo proteção e fortalecimento de vínculos na cidade de São Paulo.

Salário e carga horária: aponte em outra ocasião a disparidade salarial que existe na função do psicólogo em relação a outros profissionais

2 Terminologia alterada por gestor de parceria a partir da Lei 13.019.

da assistência social (Ramos & Oliveira, 2021); não que necessariamente ele ganhe diretamente um honorário menor. Talvez, o leitor vislumbre que essa é uma situação que afeta os trabalhadores de um modo geral em qualquer área, aliás, passamos de fato por diversas situações de precarização da mão de obra profissional; este argumento se sustenta; de qualquer modo, o que ocorre dentro da psicologia no SUAS possui características singulares, que não significa que seja exclusiva. Tomemos como exemplo o que ocorre com o profissional de psicologia dentro do Núcleo de Convivência para Idosos – NCI- da proteção básica. Psicólogos e Assistentes Sociais tem mesma “atribuição”, ambos são técnicos II a partir do conceito adotado pela SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2010); o que muda é o olhar que cada um terá para a situação além dos encaminhamentos e orientações oferecidas. Assim mesmo, ele precisa trabalhar 40 horas semanais ao contrário do assistente social que fará sua função com 30 horas devido legislação federal que com toda justiça lhe confere este direito. Assim mesmo, tal situação é tão constrangedora que mesmo com o passar dos anos, não me acostumei a presenciá-la. Junto a isso, ao comparar salário, benefícios e carga horaria por exemplo entre psicólogo que atuam no CRAS por meio de concurso e aquele que exerce a função em uma OSC, veremos que a situação é ainda mais complexa e que talvez nos ajude a compreender o porquê da adoção deste modelo de expansão do SUAS por meio de terceirizações, ou, como preferam, termos de parcerias (colaboração). O psicólogo que presta serviço no SUAS possui um vínculo de trabalho frágil onde seu “poder” de questionamento fica comprometido. Para quem ele vai reclamar com relação a este tema? A prefeitura costuma dizer que o funcionário não é dela; a OSC diz que não tem como pagar a não ser que a prefeitura aumente o repasse; quando o sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal acertam o dissídio coletivo (de forma pacífica ou na justiça) a prefeitura costumeiramente anunciam um aumento menor, obrigando as organizações a realizarem um remanejamento dentro da verba que já recebem.

Seguramente, tanto o psicólogo como os demais profissionais que prestam serviços para o SUAS dentro dessas organizações são os maiores prejudicados com o sistema adotado. De modo específico, é um modelo

economicamente mais barato para o município, precário³ para o trabalhador e indiferente⁴ para a população; em resumo, podemos denominá-lo pela sigla BPI (barato, precário, indiferente). A questão que fica nessa realidade é que ela tem se naturalizado no cotidiano e se apresentado com contornos de normalidade. Ou seja, os aspectos que estão inseridos nessa denominada sigla BPI se transvestem de um formato oficial de contrato onde tais prismas são vivenciados no dia a dia de modo que seus aspectos “problemáticos” tornam-se quase invisíveis ou não nítidos.

A questão teórica - e por fim, entramos na questão teórica. Quem é o psicólogo que atua no SUAS? Minha formação é em psicologia social. Leciono em cursos de graduação disciplinas como psicologia social, psicologia política, psicologia comunitária. Me impressiona a grande quantidade de estudos que deixam de apontar as contribuições que essas áreas poderiam oferecer ao SUAS (como também podem oferecer contribuições a Gestalt terapia, a terapia centrada na pessoa etc) e tratam como equivalentes. É muito comum na divulgação de vaga para psicólogo no SUAS observar “precisa-se de Psicólogo Social ou Psicólogo Comunitário”. Tenho dificuldade em definir o psicólogo que atua no SUAS como um psicólogo social. Justifico-me: a psicologia social possui uma importante contribuição para a compreensão homem-sociedade por exemplo. Desde Kurt Lewin, Solomon Asch, Gordon Allport, Georg Mead, Sergi Moscovici passando pelos autores da América Latina e Central como Martin Baró, Gonzales Rey e autores brasileiros como Silvia Lanne, Vanderley Codo etc.. O que se observa com esses autores é uma psicologia social que longe de ser “uma”, se propõe a problematizar o que denominamos de social e até mesmo o chamado objeto da psicologia social⁵. Em uma análise incipiente, podemos observar que a própria burocracia (que é considerável) dentro do SUAS, com seus nume-

3 Em seu sentido etimológico (incerto, passageiro, que não é estável ou seguro, de pouca monta, escasso, que não é suficiente ou adequado, deficiente, que não se mantém ou se sustenta).

4 Normalmente para os usuários é indiferente se o serviço é público direto ou por parceria. O que almejam é que o serviço funcione.

5 Para melhor discutir este termo recomendo a obra *Psicologia Social e a questão do hífen*. disponível em <https://sites.usp.br/ppg-pst/wp-content/uploads/sites/218/2017/03/psicologiasocialquestaoahifen.pdf>

rosos instrumentais e demandas, norteados de pedidos de urgência, não contribui para denominarmos de psicólogo social o profissional que presta serviços para o SUAS. Penso a psicologia social como uma área de análise-reflexão, pesquisa, mais do que uma forma de atuação tão sistematizada como é o SUAS; a psicologia social é anterior a tais questões. Já que há uma clara opção por ter que distinguir o fazer psicológico do fazer psicólogo no SUAS (parafrazeando Frederic Munné (2008) ao ter que escolher uma etiqueta para a Psicologia Social), parece mais apropriado denominarmos de psicólogo Socioassistencial o profissional de psicologia que atua no SUAS. Isso, me parece, pode contribuir para pensarmos na identidade deste profissional em um campo de atuação que possui características peculiares.

É um psicólogo que atua em uma política pública e que pode, visando atingir os objetivos preconizados pelo SUAS, utilizar inúmeras estratégias ou orientações a fim de realizar o seu trabalho⁶. Obviamente, o psicólogo no SUAS possui em sua função algumas características em comum com o que se pensa da psicologia social ou comunitária, mas ainda assim, trata-se de um profissional específico e com uma identidade que ainda está em construção. Como analogia, é possível usar como exemplo o psicólogo organizacional que, apesar de todas as ponderações que existe sobre a pouca formação deste profissional frente a outras áreas como a psicologia individual, ainda assim possui uma identidade, uma característica e área de atuação que possui ferramentais próprios (que não significa necessariamente exclusivos) e que estão melhor definidos se comparado ao SUAS. O mesmo pode-se dizer do psicólogo escolar, educacional ou da saúde. Por tais motivos, me parece ser o momento apropriado para a consolidação de um saber que possua as características e peculiaridades do psicólogo socioassistencial, como nomenclatura a ser utilizado pelo profissional de psicologia que atua na política pública do Sistema Único de Assistência Social.

6 Um bom exemplo é o estudo de Silva & Corgozinho (2011) onde buscam demonstrar as contribuições da psicologia social, de modo específico a psicologia comunitária para a atuação no SUAS.

CONCLUSÃO

Alguns pontos aqui elencados foram sintetizados por Cordeiro, Bernado e Vilela (2018). Eles realizaram uma síntese na literatura sobre os principais conflitos e contradições para a execução da psicologia na assistência social: a falta de clareza do papel do psicólogo (é comum encontrarmos ainda hoje profissionais que não sabem o que fazer no serviços socioassistenciais ou que aprendem mais com os assistentes sociais os objetivos do SUAS), a precária preparação e formação acadêmica sobre o tema, a precarização do trabalho, a dificuldade com a interdisciplinaridade, o viés clientelista e o abuso de poder de gestores. Me parece que muitos pontos elencados foram tratados neste artigo; embora reconheça que inúmeras reflexões e pesquisas sobre o tema ainda precisam ser desenvolvidas.

Deste modo, acredito que é necessário, ao falarmos de psicologia no SUAS, (ao menos em cidades que possuem um sistema próximo de parcerias com OSC) levar em consideração os 3 pontos acima elencados: a atuação do psicólogo frente ao empregador, salário e carga horária e a identidade do psicólogo no SUAS. Não me parece adequado, ao menos na realidade da cidade de São Paulo, analisarmos a ação do psicólogo sem ponderar essas questões que são pertinentes a sua atuação. Se o primeiro e segundo ponto dependem de uma certa reformulação mínima de políticas públicas, o terceiro ponto é unicamente de reflexão teórica e conceitual da própria da categoria. A psicologia no SUAS requer atualmente tal exercício.

Não se trata, contudo, de demonizar o trabalho exercido pelas OSCs. Como demonstrado, o crescimento do atendimento a população e o acesso ao SUAS ocorreu na cidade de São Paulo graças a parceria firmada com essas organizações. Essa realidade se constata em diferentes serviços que existem na cidade de São Paulo; desde um centro para defesa de mulheres vítimas de violência, ao serviço para acolhimento de moradores de ruas, centro para crianças e adolescentes, centro dia para idosos, núcleo de apoio a inclusão social a pessoas com deficiência, aos centros de cidadania LGBTI+. O que ambos tem em comum é que para existirem na quantidade hoje vivenciada foi necessário a contribuição de alguma OSC. O mesmo ocorreu no aumento de atendimento a crianças em idades de creche onde o número de vagas

foi ampliado graças a este mesmo modelo de conveniamento-parceria; por vezes, com as mesmas organizações que atuam no SUAS. Em ambos o atendimento é ampliado graças a precarização do trabalho. É um tema que discuti extensivamente em outra obra (Oliveira, 2018), onde apresento a seguinte problemática:

A educação infantil na modalidade creche e na cidade de São Paulo, parece que historicamente viveu um dilema que beirou sempre em torno de uma só questão: como aumentar consideravelmente o atendimento em creches sem com isso investir tanto em termo financeiros? A questão da qualidade não me parece estar presente nessa discussão, ao menos com a importância que merece (p.109).

Por fim, é válido ressaltar que independente do perfil identitário do grupo no poder do governo municipal (direita, esquerda, centro) essa tendência não se alterou. O conveniamento com as OSC, é um instrumento utilizado por diferentes ideologias governamentais como forma de aumento na oferta do número de vagas por um custo menor que tem se mantido como política pública no município. Logo, parece que é a partir desta perspectiva de parcerias, que não é alegórica, que devemos refletir a atuação do psicólogo no SUAS na cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- Acioli, A. (2008). A explosão das ongs no mundo e no Brasil e seus reflexos no espaço rural fluminense. In: *4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa* (p.8-25). São Paulo, SP: ENGEGRUP.
- Alvares, L. C. (2020). ONGS: uma alternativa aos descaminhos do desenvolvimentismo. *Cadernos da Escola do legislativo*, 3 (10), 39-62. Recuperado de: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1078/3/001078.pdf>
- Behring, E. R. (2003). *Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*: São Paulo,SP: Cortez.

- Brasil. (2005). *Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012*. Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), Brasília, DF. Recuperado de: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf.
- Brasil. (2010). *Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs*. Recuperado de: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/194594>.
- Brasil. (2015). *Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. A construção da agenda no governo federal – 2011 a 2014*. Brasília,DF. Recuperado de: https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/manuais-e-cartilhas/arquivos-e-imagens/04.12.15_MROSC_ArquivoCompleto_Capa_Miolo.pdf.
- Brasil. (2016). *II Plano decenal da assistência Social. “Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as”*. Recuperado de: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/II_Plano_Decenal_AssistenciaSocial.pdf.
- Caldas, E., Dysman, M. & Abreu, R. (2015). Sociedade Civil e Estado: Um estudo dos convênios entre o governo federal e as Ongs. *Revista Habitus*. 7 (1). Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11302>
- Campos, D. C. (2016). A Psicologia do Trabalho: Uma disciplina em construção. In: Campos, D. C. (org.). *Atuando em Psicologia do Trabalho, Psicologia Organizacional e Recursos Humanos*. Rio de Janeiro,RJ: LTC.
- Conselho Federal de Psicologia. (2016). *Norma Técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do sistema único de assistência social (SUAS)*. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%CC%81cnica-web.pdf>.

- Cordeiro, M. P. (2018). A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 166-183. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300012&lng=pt&tln g=pt.
- Cordeiro, M. P., & Curado, J. C. (2017). Psicologia na Assistência Social: um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, 29. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29169210>.
- Coutinho, J. (2004). As ONGs: origens e (des)caminhos. *Recherches Internationales*, 73, 3-24. Recuperado de: <file:///C:/Users/Adriano/Downloads/18668-Texto%20do%20artigo-46871-1-10-20140316.pdf>.
- Gohn, M. G. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, 13 (2), 20-31. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2017). *Mapa das Organizações da Sociedade Civil*. Recuperado de: <https://mapaosc.ipea.gov.br/#I01>.
- Landim, L. (1993). *A invenção das Ongs. Do serviço invisível à profissão impossível*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014. Institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/lei/L13019compilado.htm.
- Munné, F. (2008) *La psicologia social como ciência teoria*. Edición online: Barcelona, Espanha. Recuperado de: <file:///C:/Users/Adriano/Downloads/La%20psicolog%C3%ADa%20social%20como%20ciencia%20te%C3%B3rica.pdf>.
- Oliveira, A. F. (2018). *Creche conveniada: problema ou solução?* Curitiba, PR: Editora CRV.

- Ramos, O. A., & Oliveira, A. F. (2021). Atuação da Psicologia no SUAS: Análise das atribuições e remuneração do Psicólogo na SMADS. *Anais do XI simpósio brasileiro de psicologia política*. Recuperado de: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/SBPSICOLOGIAPOLITICA.pdf>. acessado em 10/04/2022.
- São Paulo. (2022) *Raio-X – Smads - Dezembro de 2016*. Recuperado de: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2016/Raio-X/Raio_X_Julho.2022.pdf.
- Silva, J. V. & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 23,12-21. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400003>.

Recebido em 19/03/2023

Aceito em 18/09/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Defesa como Resposta (ao) Possível: um estudo a partir das obras pré-psicanalíticas de Freud

*Defense as an Answer (to the) Possible:
a study from Freud's pre-psychoanalytic works*

*Defensa como Respuesta (a) posible: un estudio basado
en las obras pre psicoanalíticas de Freud*

*Nadja Barbosa Pinheiroⁱ
Mariana Pinheiro Pinhoⁱⁱ*

Resumo

Inserindo-se em uma pesquisa de mestrado cujo objetivo geral é investigar a formalização do conceito de defesa ao longo da obra freudiana pari passu à sua participação na integração e manutenção do Eu em face dos instintos e da cultura, este artigo visa apresentar os resultados da investigação inicial obtida pelo estudo dos artigos pré-psicanalíticos de Freud. Assim, inicia destacando a ideia freudiana sobre a presença de um conflito intrapsíquico a partir da qual ele sustenta as coordenadas para a constituição da etiologia das psiconeuroses de defesa. Em seguida, o artigo aborda o tema das defesas a partir da hipótese de que elas possuem uma importante participação na constituição do Eu. Por fim, expõe a ideia de que os textos da fase pré-psicanalítica já vinham apontando a função do ambiente como partícipe, ao lado das defesas, na gênese do Eu. Como conclusão, indica a necessidade de maiores estudos mais aprofundados acerca da importância da fantasia para a organização psíquica, uma vez que a entendemos como construções relacionadas a mecanismos defensivos.

Palavras-chave: *psicanálise; defesas; pré-psicanalíticos; Eu; Freud.*

ⁱ Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2927-6177>.
E-mail: nadjanbp@hotmail.com

ⁱⁱ Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2517-6507>.
E-mail: mariana@lfeipe.com.br

Abstract

*As part of a master's research whose general objective is to investigate the formalization of the concept of defense throughout Freud's work *pari passu* to its participation in the integration and maintenance of the ego in the face of instincts and culture, this article aims to present the results of the initial investigation obtained by studying Freud's pre-psychoanalytic articles. Thus, it begins by highlighting the Freudian idea about the presence of an intra-psychic conflict from which he sustains the coordinates for the constitution of the etiology of the neuro-psychosis of defense. Next, the article approaches the theme of defenses from the hypothesis that they have an important participation in the constitution of the ego. Finally, the article exposes the idea that the texts from the pre-psychoanalytic phase already pointed out to the function of the environment as a participant, alongside the defenses, in the genesis of the ego. As a conclusion, it indicates the need for further studies about the importance of fantasy for psychic organization, once we understand it as constructions related to defensive mechanisms.*

Keywords: *Psychoanalysis; Defenses; Pre-analytical; Ego; Freud.*

Resumen

*Insertándose en una investigación de maestría cuyo objetivo general es investigar la formalización del concepto de defensa a lo largo de la obra Freudiana *pari passu* a su participación en la investigación y mantenimiento del Ego en face a los instintos y la cultura, este artículo tiene como objetivo presentar los resultados de la investigación inicial obtenida por el estudio de los artículos pre psicoanalíticos de Freud. Así, comienza destacando la idea de Freud de la presencia de un conflicto intrapsíquico, a partir del cual proporciona las coordenadas para la constitución de la etiología de las psiconeurosis de defensa.. Luego, el artículo aborda el tema de las defensas partiendo de la hipótesis de que tienen una participación importante en la constitución del Ego. Finalmente, el artículo expone la idea de que los textos de la fase pre psicoanalítica ya apuntaban al papel del medio ambiente en su participación, junto con las defensas, en la génesis del Ego. En conclusión, señala la necesidad de nuevos estudios sobre la importancia de la fantasía para la organización psíquica, ya que la entendemos como construcciones relacionadas con mecanismos defensivos.*

Palabras clave: *Psicoanálisis; Defensa; pre psicoanalíticos; Ego; Freud.*

Este artigo se situa como parte de uma pesquisa de mestrado cujo objetivo geral é compreender como Freud, partindo dos achados de sua prática clínica, formulou a noção psicanalítica de defesa. Nesse sentido, Roudinesco e Plon (1998) ressaltam que a elaboração da ideia de defesa ocorre no contexto dos estudos sobre a etiologia da neurose histérica e, rapidamente, assume um papel discriminador entre os tipos de adoecimento mental: histeria (conversão); neurose obsessiva (substituições); paranoia (projeção).

Fróe e Camargo (2013) destacam que devemos notar que o estabelecimento da noção de defesa se deu como base de sustentação das manifestações clínicas da resistência apresentadas ao longo dos processos de tratamento desenvolvidos por Freud nesse período inicial de sua obra. Na opinião dos comentadores, essas observações oriundas da prática foram fundamentais para a emergência da psicanálise na medida em que engendraram os conceitos de recalque (pedra angular de toda psicanálise, como afirmou o próprio Freud em 1915) e de Inconsciente.

Roudinesco e Plon (1998) acrescentam que a ideia de defesa acompanha Freud ao longo de toda sua obra, demonstrando sua importância tanto teórica quanto clínica. Tal relevância permanece presente no âmbito psicanalítico após a morte de Freud, tomando significações distintas entre os analistas que o sucederam. Silva e Fontenele (2012-2013) acrescentam que as diferentes formas de compreensão teórica a respeito das funções e do estabelecimento dos mecanismos defensivos resultaram em diferentes modos de condução e manejo clínico psicanalíticos, adotados pelas diferentes escolas psicanalíticas (kleiniana, lacaniana, winnicottiana ou psicologia do ego).

Por um lado, se essas considerações destacam a importância da noção de defesa, por outro, alertaram-nos quanto à sua complexidade e à necessidade de executarmos um rigoroso percurso conceitual a respeito do tema. Tal constatação sustentou a abertura de uma pesquisa acadêmica sobre como se deu a elaboração e o desenvolvimento da noção de defesa ao longo da obra freudiana. Neste momento, nossa intenção é a de apresentarmos os resultados parciais de nossa pesquisa, destacando as considerações realizadas pelo autor em alguns de seus textos pré-psicanalíticos, mais especificamente, naqueles produzidos entre os anos de 1892 e 1899.

Em nossa investigação, partimos do pressuposto de que, ao longo de toda sua obra, o posicionamento dado por Freud sobre a defesa psíquica mostra-se extremamente relevante, uma vez que essa concepção é compreendida como um fundamental movimento realizado pelos indivíduos, tanto no sentido de se manterem a salvo de ameaças do mundo externo quanto preservados de pressões instintuais intensas (Laplanche & Pontalis, 2004).

Desse traçado inicial, pretendemos apresentar que a leitura atenta dos artigos iniciais de Freud nos permite indicar que neles há a percepção de que as defesas atuam no processo de constituição do Eu, bem como nas relações estabelecidas entre o Eu e o ambiente no qual ele se insere, tal como indicam Silva e Fontenele (2012).

Para tal, o artigo inicia pelo destaque dado por Garcia-Roza (1988) para a ideia freudiana sobre a presença de um conflito que o próprio Eu do indivíduo desconfia ser incapaz de solucionar. A razão do conflito, nesse primeiro momento, parece se situar na disparidade entre a memória de algum acontecimento real de natureza sexual, ocorrido em um período precoce da vida, e o senso de moralidade do indivíduo que se depara com essa lembrança na idade adulta.

Essa ideia freudiana parece indispensável para localizarmos as coordenadas do posicionamento das defesas em sua teoria e o estabelecimento das patologias denominadas, a partir desse momento, como as “*Psiconeuroses de defesa*” (Freud, 1894/1996). Em nossa perspectiva, essa noção sustentada por Freud nos auxilia na descrição dos mecanismos de defesas relacionados às diferentes patologias enunciadas em seus artigos destinados a elucidar essas psiconeuroses. Trata-se, portanto, de movimentos que explicitam atos defensivos contra conflitos de ordem moral identificados pelo Eu que se defende.

Em seguida, o artigo aborda o tema das defesas a partir da hipótese de que elas possuem importante participação na constituição do Eu. Contando com a orientação de Freud acerca da gênese do Eu, que culmina em sua concepção de um Eu que se posiciona ativamente na definição de

caminhos a seguir, pareceu-nos fundamental destacar a escolha que o Eu realiza a partir da desconfiança da sua própria capacidade de solucionar o conflito percebido.

Por fim, o artigo expõe a ideia de que os textos da fase pré-psicanalítica já vinham apontando a função do ambiente na constituição do Eu. Concebendo que a aquisição da moralidade pode ser vista, nesse ponto da obra freudiana, como parte dos processos educacional e cultural por ele descrito, a maneira com que o Eu opta por se defender parece refletir a intersecção entre a parcela individual de cada organismo e as impressões que ele irá receber do ambiente no qual está inserido.

Sustentando tais noções, o artigo indica que, nesse momento de sua obra, Freud nos apresenta um deslizamento da ideia de que as defesas são erigidas a partir de ameaças reais para sustentar a proposição de que as recordações relatadas por seus pacientes se referiam a construções mentais efetuadas ao longo de suas vidas, e não a memórias fidedignas de experiências concretas vivenciadas em suas infâncias. Assim, o autor abre espaço para as futuras investigações acerca da importância das fantasias, entendidas como construções relacionadas a mecanismos defensivos para a constituição do aparelho psíquico.

O QUE SURGE NOS PRIMÓRDIOS DA PSICANÁLISE – DESDE O INÍCIO, O CONFLITO

Freud localiza, em suas primeiras correspondências para Fliess (1950[1892-1899]/1996), a percepção de que constantemente há, permeando a necessidade de apresentar defesas, um tipo de conflito. Apesar de ser conhecido o fato de que a ideia freudiana sobre conflito irá se modificar ao longo do desenvolvimento de sua obra, podemos indicar que, nesse primeiro momento de teorização, o autor percebe que se trata de um conflito de ordem sexual, vivido em um momento precoce da vida; o senso de moralidade desenvolvido pelo indivíduo, em idade posterior ao ocorrido, ressignifica o que ocorreu no momento infantil (Garcia-Roza, 1988).

Uma referência a essa constatação remonta a uma carta datada de 21 de maio de 1894, a Carta 18, para Fliess. Ela apresenta menção a quatro

aspectos fundamentais das estruturas que serão seguidamente nomeadas de neuroses: “degeneração, senilidade, conflito, conflagração”. A descrição dada pelo autor para o item listado como “Conflito” é a de que seria uma denominação alternativa à concepção de defesa (Freud, 1894/1996).

Segundo Strachey (1996) é no texto *As Psiconeuroses de Defesa* (Freud, 1894/1996) que Freud torna público o termo defesa pela primeira vez e desenvolve o que nomeia como uma atualização à teoria da histeria, com base nas observações até então realizadas. Em sua perspectiva, um processo de defesa é ativado pelo indivíduo para protegê-lo de lidar com um afeto “... tão aflitivo que o sujeito decidiu esquecer-lo (p.55)”. Trata-se da necessidade de lidar com esse afeto que não encontra correlato, por intermédio da atividade de pensamento, com o mundo interno do indivíduo.

Desde a gênese do conceito de defesa, o autor indica a necessidade que o Eu manifesta de solucionar um tipo de conflito persistente entre sua constituição e algo do mundo externo, conflito factualmente insolúvel, o que tornaria o direcionamento para sua resolução um dispêndio energético sem sentido. Além disso, Freud toma essas concepções para postular estruturas que selecionam os conteúdos dos conflitos, buscando torná-los, a partir do que julgam insuportável ou incompatível, inacessíveis ao indivíduo. As exceções se mostram nos sinais que advêm de falhas no processo de manter esse conflito oculto dos processos conscientes (Freud, 1894/1996).

Ao avançar em sua pesquisa, o autor irá apontar o fato de que, visando à resolução desses conflitos, o organismo irá chegar a formações de compromisso, a partir das quais, conforme será descrito, são estabelecidos termos nos quais seria possível sanar, ao menos em parte, esses embates.

Em *Observações Adicionais sobre as Neuropsicoses de Defesa*, de 1896, Freud retoma a temática das defesas e, sustentando-se sobre maior número de casos, torna-se capaz, nesse segundo texto, de confirmar e detalhar conteúdos inaugurados em seu primeiro artigo. Garcia-Roza (1988) observa que, nesse momento, ainda sem realizar uma distinção entre os termos defesa e recalque, Freud passa a discutir as defesas como núcleo das neuroses de defesa, seguindo com um detalhamento de sua gênese. Para a histeria, Freud destaca o papel das lembranças de situações traumáticas de estimulação, na forma de algo de significado sexual, ocorridas em uma idade

prematura, que ressurgem em um momento de maturidade sexual em que tais memórias podem ser devidamente interpretadas. No caso da histeria, portanto, a defesa seria contra a rememoração de uma sedução sofrida, com caráter passivo, em idade anterior à da maturidade sexual. Já na neurose obsessiva, essas rememorações parecem trazer a marca de uma posição ativa por parte do indivíduo, sendo ele o perpetrador da sedução, ou tendo obtido prazer em uma relação sexual precoce. Dessa maneira, mostrou-se ser o fator da passividade ou o da atividade relacionados à atividade sexual precoce a diferença entre o adocimento histérico ou o obsessivo. Enquanto os pacientes histéricos descreviam cenas passivas, os neuróticos obsessivos relatavam cenas nas quais haviam praticado movimentos com intenção sexual, ou experimentado prazer pela realização de atos dessa natureza.

Freud (1896/1996) se dedica a descrever como funcionaria a neurose obsessiva a partir da formação dos processos de defesa. Ele apresenta o que tratará, a partir desse ponto, como sintomas de compromisso, o tipo de manifestação que surge no processo de neurotização das defesas como resposta à desconfiança do Eu acerca de sua própria capacidade de reagir ao evento desencadeante. Essa desconfiança do Eu entra em ação com o fracasso da tentativa de recalçamento e deflagra “. . . um colapso da defesa originalmente alcançada” (Freud, 1896/1996, p.171), a partir do qual se produz uma série de sintomas que possuem como função mediar as duas linhas distintas de pensamento inauguradas diante de um conflito percebido pelo Eu, e escolhe uma ou outra maneira de se defender. Aqui surge a diferenciação entre defesa e sintoma, este sendo característico da instauração das psiconeuroses de defesa, em que: “A conscienciosidade, a vergonha e a autodesconfiança são sintomas dessa espécie [de compromisso], que dão início [na neurose obsessiva] ao terceiro período – período de aparente saúde, mas, na realidade, de defesa bem sucedida”, que culminaria, então, no “. . . retorno das lembranças recalçadas – isto é, pelo fracasso da defesa” (Freud, 1896/1996, p.169).

Com o retorno do que havia sido previamente recalçado, em forma de sintomas de autoacusação e diversos tipos de deslocamentos, existe uma tentativa do Eu de voltar à coerência que acreditava possuir, corrigindo, por meio de ações obsessivas, os pensamentos e atos reprováveis que identifica.

Partindo dessa concepção freudiana sobre a função das defesas na construção das neuroses histérica e obsessiva, formulamos a hipótese de que a percepção do conflito e a maneira desenvolvida pelo indivíduo para manejá-lo é o que dará início ao processo de integração do Eu. Em consequência, tal processo, concomitantemente, impelirá o Eu a reconhecer sua existência em um ambiente externo e a desenvolver maneiras pessoais de, com ele, relacionar-se.

Logo, a percepção do conflito pelo Eu, sua integração e a percepção de existência diferenciada de um ambiente externo são movimentos que ocorrem de modo simultâneo e constante durante os primórdios da constituição subjetiva.

A INTEGRAÇÃO DO EU

De posse do conhecimento do funcionamento e da participação do Eu tanto na construção de defesas quanto na seleção do material do qual deve se defender, surge o questionamento acerca do momento a partir do qual essa prática se originou. Houve um primeiro movimento defensivo? É possível datar o início do processo de integração do Eu?

Freud irá partir da percepção de que houve um processo de educação, inicialmente dirigido por um estado de expectativa, no qual existe um organismo primitivo que busca a constante repetição do prazer. A partir desse estado de expectativa, inaugura-se a constituição do aparelho psíquico. Gradativamente, e com o auxílio de seu meio, esse organismo senciente assume as primeiras percepções de que é necessário realizar escolhas que garantam a manutenção de sua existência.

A aparição do que, paulatinamente, irá se integrar em um Eu leva a considerar que existe grande lógica no movimento de evitar o desprazer, que figura, em conjunto com a busca pelo prazer, no pêndulo da constituição psíquica. Uma vez que investir além de certa medida na busca desejante poderia fixar o indivíduo (como eventualmente ocorre) em uma ocorrência alucinatória, incompatível com a manutenção da vida; o sucesso em se

manter em um nível de obtenção de prazer e evitação de desprazer delimitado representaria a possibilidade de manutenção de um grau de satisfação compatível com a vida (Sanches & Bocchi, 2021).

Derivando desse primeiro processo educacional, Freud apresentou o que ele denomina de primeira regra biológica, maneira de aprendizado do sistema nervoso, regra que ele nomeia como regra da defesa primária. A partir dela, o autor busca orientar a “aquisição biológica do sistema nervoso” (Freud, 1950[1895]/1996, pp.425-426) como relacionada às experiências de prazer e desprazer. De acordo com essa percepção, constituem-se as defesas primordiais do indivíduo, que se volta, constantemente, a evitar o desprazer, entendido aqui como movimento fundamentalmente voltado à manutenção da existência (Silva & Fontenele, 2024).

Freud, nesse artigo, chega a comparar a aquisição da primeira regra biológica do sistema nervoso ao movimento de extensão de pseudópodes de uma ameba, ressaltando o processo de reconhecimento do ambiente como fundamental para se construir uma diferenciação entre externo e interno.

A segunda regra biológica, relacionada à atenção, também parece contribuir para o processo de construção de defesas, uma vez que, ao qualificar aqueles pensamentos aos quais dirige atenção, complementando essa “testagem de ambiente” com a seleção do que deve ou não ser valorizado nele, o mecanismo neuronal também pode dar vazão às suas formas, mais complexas, de desviar-se do desprazer.

Assim, esses processos primários de aquisição de informações a respeito do ambiente circundante irão auxiliar o organismo em seu processo de crescimento, favorecendo os movimentos de contato com a realidade externa, que visam à aquisição de recursos para a fruição e a constituição de maneiras de defender-se das interferências desse mesmo ambiente na manutenção do equilíbrio do organismo (Garcia-Roza, 1991).

DEFESA PRIMÁRIA – O AMBIENTE QUE DETERMINA E É DETERMINADO PELO INDIVÍDUO

Castiel et al. (2012) informam que, como primeiro movimento defensivo do aparelho psíquico, o conceito de defesa primária surgiu na

13ª sessão de seu “Projeto para uma Psicologia Científica”, no qual Freud (1950 [1895]/1996) tematizou as noções de afetos e de estados de desejo. Nessa sessão, Freud irá realizar a descrição das defesas primordialmente erigidas e como se encontram vinculadas primitivamente às experiências físicas de dor e satisfação. Assim, o autor irá destacar que, diante de uma percepção diferente da homeostase originalmente experimentada, o organismo sentirá a necessidade de reagir, defendendo-se e buscando restaurar sua condição anterior. Esse primeiro movimento defensivo dará origem, a partir das percepções do organismo e aos esforços mobilizados na direção de retorno à condição inicial, aos afetos e estados de desejo. Dessa constituição primária decorrerá a formação do próprio aparelho psíquico.

Segundo a proposição teórica do autor, essas primeiras sensações, percebidas após um evento prévio de total satisfação indiferenciada, impelem o organismo a buscar, no meio, formas de recuperar essa satisfação preteritamente percebida. Nesse momento, esse organismo ainda não se percebe como algo diferenciado do ambiente, interpretando os estímulos que ocorrem em seu próprio organismo em conjunto com o que se apresenta na externalidade.

Com o passar do tempo e a recepção de novas sensações desagradáveis, ocorre a percepção de que, além da busca pelo prazer, será necessário o dispêndio de certa dose de energia na evitação do desprazer, uma vez que ele pode significar a extinção do organismo. Tal evitação é nomeada por Freud como defesa primária.

Considerando-se a defesa primária, pode-se notar a tendência do aparelho psíquico em se manter estável, preservando um estado de vitalidade que parece ser conquistado na manutenção de uma homeostase do organismo. Além de visar a um estado de prazer, a busca por esse equilíbrio parece, igualmente, ser compreendida como uma via que objetiva um estado de não desprazer. Assim, as elevações de *quantum* energético são concebidas como, apesar de qualitativamente diferentes, excitações que perturbam o equilíbrio primevo, demandando, invariavelmente, sua descarga. Por um lado, Freud segue afirmando que, embora julgue a concepção da “atração

do desejo” ligada à fruição de prazer como uma noção de fácil concepção, por outro, definir em que consiste a defesa primária que visa à evitação de desprazer, revela-se uma tarefa mais complexa.

Visando expor essa complexidade, tratou-se, nesse momento da teorização freudiana, de conceber um modo de defesa primitivo que permite que o Eu abandone os afetos hostis primordialmente experimentados, como dor ou desconforto. Pode-se questionar, nesse ponto da pesquisa, se esse Eu ao qual o autor se refere pode ser considerado um Eu integrado, ou se, como seria factível conjecturar, não se trataria de uma estrutura em construção, visto que o aparelho psíquico adquire paulatinamente maior complexidade (Garcia-Roza, 1991).

Pensamos ser possível compreender esse abandono regular dos afetos hostis primitivos relacionando-os aos processos de facilitação/barreira apresentados pelo autor na mesma obra. Nesse sentido, processos como “estímulos, substituição, conversão e descarga” (Freud, 1950[1895]/1996, p.347) sugerem os movimentos do aparelho neuronal que tencionam a redução de desconforto no aparelho psíquico. Para Freud, em seu “Projeto...” (1950[1895]/1996), a escolha do Eu parece vinculada à hipótese de que existem “barreiras de contato” que irão favorecer a comunicação inerente aos neurônios, o que pode ser compreendido como um protótipo do mecanismo de defesa previamente apresentado (Garcia-Roza, 1988).

É possível considerar essas barreiras de contato como estruturas que irão criar uma espécie de “facilitação de caminho”, à medida que o aparelho psíquico for construindo suas experiências. A partir dessas construções, pode-se conceber que tais facilitações se tornam reações diante de situações específicas mais habituais, comparáveis com as respostas automatizadas, ou estereotipadas.

Ainda assim, não se trata apenas de estímulos externos que colocam em risco a homeostase que o aparelho mental busca. Isso porque, segundo o autor, à medida que a complexidade do organismo se eleva, seu sistema nervoso se especializa e passa a ser, ele também, gerador de estímulos, produzindo, dessa forma, uma quantidade de origem interna com a qual o indivíduo precisa igualmente lidar.

Freud também explica que, diante de circunstâncias nas quais a experiência do indivíduo eleva-lhe a percepção de desprazer, o sistema por ele denominado “psi” é capaz de produzir um contrainvestimento com potência equivalente. Erige-se, assim, uma defesa ante a iminência dessa sensação.

Temos a introdução, nessa mesma sessão, do que seria, então, nomeado de “Eu”, como organização possível diante das formações anteriores a essa constituição integrada. Freud define o Eu como “a totalidade dos investimentos ‘psi’ existentes em determinado momento, nas quais cumpre diferenciar um componente permanente e outro mutável” (Freud, 1950[1895]/1996, p.375). Com base nessa concepção, é possível admitir que esse Eu está sempre em constituição e afirmar que, por possuir um componente permanente, estrutura-se, na verdade, sobre uma constituição anterior à sua, a partir da qual assume, enfim, sua existência.

Ao nos apresentar a noção de afeto defensivo, o autor a descreve como uma “. . . defesa primária que consiste na inversão da corrente de pensamento assim que ele se depara com um neurônio cuja catexização libera desprazer” (Freud, 1950[1895]/1996, p.404). Tal afeto parece operar como uma cortina de fumaça que, pela atividade compulsiva, desvia o foco do Eu de elementos com os quais não é capaz de lidar por meio da atividade de pensamento.

Assumimos, portanto, que existe um risco identificado pelo Eu de não suportar um segundo contato com o afeto, uma vez que “. . . se recalcam lembranças que só se tornam traumáticas por ação retardada [grifo do autor]” (Freud, 1950[1895]/1996, p.410), e esse risco presumido é o que faz o Eu recalcar e deslocar – formas elaboradas de defesa do Eu – o afeto para um pensamento sem importância, visando garantir, com a sua recorrência, que não haverá espaço para a memória (dolorosa) do trauma.

Partindo dessas leituras, avançamos para a concepção de que existe um momento anterior, intenso ou prematuro, que será registrado como ameaçador e que parece colocar em risco a existência – percebido, portanto, como algo a ser rechaçado. O que parece ocorrer, no mecanismo das patologias, é uma antecipação exacerbada do momento de se defender, ou mesmo um não enfrentamento de situações cotidianas por temor de se deparar com as experiências demasiadamente intensas anteriormente registradas.

Enquanto um indivíduo intitulado por Freud (1950[1895]) de “normal” desenvolverá essas ideias com base em um processo educacional (cultural) rastreável, a partir do qual o autor destaca que “conferem individualidade ao ego”, nas histerias, essas ideias parecem não ter explicações para quem é por elas acometido, de modo que Freud as descreve como “intrusas, usurpadoras e, conseqüentemente, ridículas” (Freud, 1950[1895]/1996, p.402).

Especula-se que a constituição do Eu perpassa esse processo educacional, e que essa individualidade, pelo próprio Eu evidenciada e, por vezes, expressão sintomática, como no caso das histerias, serve como evidência de forte relação entre um tipo de defesa manifestado primordialmente e a própria constituição do Eu. Ideia esta também proposta por Fróes e Viana (2013) ao analisarem as relações entre a construção do conceito de Inconsciente e das defesas psíquicas nesses artigos inaugurais de Freud.

Nesse cenário, o artigo *O Mecanismo Psíquico do Esquecimento*, de 1898, mostra uma significativa transformação na pesquisa freudiana. Conforme tomamos conhecimento por intermédio do autor, essa mudança coincide com sua autoanálise. Utilizando-se do próprio inconsciente como fonte de obtenção de informações acerca do funcionamento psíquico individual e sua verificação pelo método de pesquisa da psicanálise, Freud indica a gênese da compreensão da presença da sexualidade infantil e das fantasias na constituição do aparelho psíquico.

Anzieu (1989), em seu estudo sobre a autoanálise de Freud, indica de forma cabal a importância desse processo autoanalítico para a constituição da teoria psicanalítica, pois, ao se posicionar não apenas como observador, mas também como objeto de sua técnica analítica, Freud verifica suas hipóteses acerca do material patológico a que tinha acesso em seu tempo e descreve como operam os mecanismos daquilo que passa a conceituar como o Inconsciente. Além disso, é capaz de constatar a importância das construções (operações) defensivas na constituição do Eu (Laplanche & Pontalis, 2004) e é desse modo que o autor consolida as defesas como parte fundante do Eu, considerando, igualmente, a presença de um ambiente cultural que apresenta suas regras à apreciação desse Eu.

Garcia-Roza (1991) informa que nesse movimento, o autor se distancia, finalmente, da concepção psicopatológica e, conforme verificamos nos desdobramentos da teoria, passa apenas a diferenciar quantitativamente as manifestações defensivas, agora consideradas comuns ao processo constitutivo individual.

O texto intitulado *Lembranças Encobridoras*, datado de 1899, introduz a percepção de que as proposições mnêmicas de seus pacientes talvez sejam, de fato, mais construções e menos memórias em relação ao que se acreditava até então. Com base nesse material e nos demais textos estudados, acreditamos que Freud, nesses escritos, vem, concomitantemente, centralizar as defesas na construção teórica de sua psicanálise e na constituição do Eu.

Nesses artigos pré-psicanalíticos, o movimento do recalque se produz, inicialmente, sobre a sedução. Ao retirar a factualidade dessas memórias e inserir a fantasia no seu lugar, somos convidados por Freud a considerar as possibilidades de atuação dessas fantasias no aparelho psíquico. Assim, fica a questão, a ser explorada posteriormente, sobre a possibilidade de concebermos também as fantasias, em relação ao circuito instintual, como elaborações de um processo defensivo, possivelmente arcaico.

Não sem razão, Roudinesco (2016) informa que a introdução da noção de fantasia por Freud em seu arranjo teórico foi um dos principais pontos a partir dos quais a psicanálise, como ciência, pôde ser instaurada na medida em que produziu o seu afastamento da neurologia, da psiquiatria e da psicologia de sua época – fato que, segundo Garcia-Roza (1988), foi o passo para fundar a realidade psíquica como primordial para o funcionamento e a organização da subjetividade como um todo.

Observamos, no entanto, que esse movimento de deslocamento operado por Freud, da teoria da sedução para o campo da fantasia, pode ser equivocadamente concebido como um processo inexorável de substituição da teoria da sedução por aquela inaugurada a partir da introdução da noção de fantasia. Porém, Monzani (2015), em seus estudos sobre esse momento da obra freudiana, traz à baila a questão de que essas duas teorias não se contradizem e não se substituem completamente. Do seu ponto de vista, elas são, de certa forma, complementares, ou seja, para o comentador, Freud

mantém a importância das vivências concretas como o ponto sobre o qual as fantasias infantis são construídas. Dessa forma, podemos concebê-las como representantes do mundo psíquico que entrelaçam a pulsão, o desejo e o mundo externo.

CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste artigo foi compreender o percurso freudiano desde o encontro com as manifestações clínicas que despertaram seu interesse ainda no início de sua atuação até a formalização da noção de defesa para a psicanálise.

Para a realização desta pesquisa, tomamos como fonte artigos, rascunhos e cartas que integram o período compreendido como pré-psicanalítico, localizando, entre esses escritos, os que versavam sobre as manifestações defensivas descritas por Freud. Destacamos elementos centrais para o entendimento da noção de defesa edificada por Freud nesse momento teórico e detalhamos, ao longo do primeiro momento da nossa investigação, os seguintes aspectos: o conflito e seus desencadeamentos; a formação do Eu; a percepção de um ambiente e suas interferências na constituição do Eu.

Com base no pesquisado até o momento, é possível compreender que, muitas vezes, ocorre algum evento de grande impacto a pessoas que antes não apresentavam sinais de sofrimento mental. A partir da ocorrência desse evento, é produzida tamanha repercussão no aparelho psíquico, que o Eu se (re)encontra perante algo da ordem do insuportável. Essa situação deflagra uma experiência ou um sentimento que não condizem com sua estrutura interna – de maneira tão inconciliável, que existe um movimento de “escolha” por se esquecer deste evento. Trata-se de um movimento voltado a defender o Eu de algo que o próprio Eu não tem certeza de conseguir integrar.

Compreendemos que algo se (re)inaugura no (re)encontro com afetos que representam um conflito para o Eu e que, portanto, algum impacto progressivo já foi percebido pelo Eu analisado. Não seria compreensível haver uma desconfiança acerca da própria potencialidade sem haver algum ponto de rememoração a partir do qual acessar a manutenção ou o rechaço

do conflito apresentado. Existe um desvio, uma retirada de afeto, ou um desligamento deste, que irá consolidar esse processo defensivo. O processo de defesa se perpetua no momento em que o Eu transforma uma representação interpretada como intensa e intolerável em uma representação fraca. Ocorre, assim, a retirada do afeto de seu pensamento de origem, não restando com o que associá-lo, ou, ainda, recorrendo a uma associação alternativa, com menor impacto para o Eu.

Ao longo dos textos selecionados, encontramos o amadurecimento da ideia de que seria central para o Eu se defender de um conflito identificado, que nasce de um sofrimento primordial e adquire complexidade com o paulatino amadurecimento do psiquismo. Ao avançar em seus textos, Freud conclui que existe um caráter sexual constante naquilo contra o qual o Eu se defende, o que nos dá uma preciosa orientação para a compreensão de que esse conflito parece se estabelecer na concorrência entre o processo civilizatório e os instintos primitivos.

Encontramos, no Projeto para uma Psicologia Científica (1950[1985]/1996), a compreensão de que existem estruturas capazes de reter a informação acerca da maneira pela qual o Eu de cada indivíduo desenha suas reações primordialmente. Deduz-se, disso, a construção de um mecanismo que evolui de experiências primordiais, registradas por estruturas próprias do aparelho mental, para a complexa formação do aparelho psíquico. Essa evolução será a base que dará as coordenadas de como o Eu se portará diante de situações futuras.

Assim é descrito o conceito de defesa primária: nos primórdios da constituição do aparelho psíquico, seriam formas de organização neuronal cujo intuito seria armazenar, nos sistemas mnêmicos, quais estímulos deveriam ser evitados a fim de manter a existência desse ser. Com o amadurecimento do aparelho psíquico e o surgimento de diferentes estruturas que começam a ser vislumbradas ainda no “Projeto...”, ocorrem as diferenciações decorrentes desse processo de defesa primordial que acompanhará o indivíduo.

Nesse ponto, Freud busca delimitar manifestações patológicas oriundas das defesas como momentos em que as defesas se mostram evidentes, exacerbadas. Partindo disso, o autor destaca quais movimentos serão fundamentais para a constituição do Eu (Freud, 1896/1996).

A fundamental diferença com relação aos afetos tidos como normais e às suas expressões patológicas, manifesta-se, segundo o autor, no fato de serem expressões que não conduzem à resolução dos conflitos geradores desses afetos. São, portanto, movimentos executados por determinada parcela do aparelho mental que, embora sejam bem-sucedidos em desviar a percepção desse conflito originário, mantêm níveis de angústia que prejudicam o indivíduo. A conclusão desse movimento surge como o que é frequentemente apontado pelas pacientes como um afeto desmedido, ridículo, sem sentido.

Assim, em face de experiências que desencadeiam sensações potentes, o organismo desenvolve um padrão de resposta que, por ter contribuído para a manutenção da sua existência, mostrou-se efetivo e, então, registrou-se como um modo facilitado de promover um rápido escoamento da energia gerada por sensações primitivas e, portanto, arrebatadoras.

Para trazer maior detalhamento ao mecanismo das defesas primárias, o autor também nos apresentou a concepção de origem do Eu, como partícula fundamental da experiência e coordenação de respostas do indivíduo. Essa estrutura teria origem a partir de um processo educacional cujo objetivo é a manutenção da existência e a fruição de prazer, especializando-se para priorizar a evitação de desprazer e a aniquilação.

A fim de compreender o complexo movimento realizado pelo aparelho psíquico, surge a explicação de que uma existência fixada na fruição de prazer poderia não garantir a sobrevivência, favorecendo o estabelecimento de um estado de alucinação prazerosa incompatível com a manutenção da vida.

Assim, Freud nos apresenta o movimento pendular do aparelho psíquico, buscando o equilíbrio entre busca de prazer e evitação de desprazer. Destacamos que nossa atenção repousa sobre o processo de evitação de desprazer.

Dele, restaria (quando o Eu é bem-sucedido, mesmo que parcialmente, na evitação do desprazer) uma soma de excitação livre, nomeada de afeto. Este, então, utiliza-se de diferentes modos de se ligar ao aparelho mental, de forma menos afitiva para o aparelho psíquico, mas podendo investir, colateralmente, em representações que passam a se manifestar de maneira sintomática. De algum modo, resolve-se o conflito que originou o afeto angustiante, porém se mantém outro tipo de sofrimento com o qual o Eu precisa lidar.

Encerramos apontando para o encontro de Freud com as fantasias, a alternativa para a teoria da sedução e a percepção da importância do ambiente no qual o indivíduo irá se constituir como Eu, como parte do início do paulatino aumento de complexidade da concepção do aparelho psíquico, que toma como pilar as defesas, mais especificamente, o recalque.

Esse deslizamento conduz Freud da proposição de um edifício teórico sobre as psicopatologias para a elaboração de uma teoria geral a respeito da constituição do Eu. Assim, a noção de defesa, na obra freudiana, vai se tornando cada vez mais complexa e fundamental, abrindo espaço para a confirmação da presença de mecanismos de defesa como atividades constitutivas.

Com isso, vislumbramos a necessidade de realizar futuras pesquisas visando investigar as relações que parecem se estabelecer, a partir dos últimos escritos pré- psicanalíticos, entre fantasias e recalque e a possível conexão entre tal relação e os mecanismos de defesa ao longo do processo de construção da subjetividade.

REFERÊNCIAS

- Anzieu, D. (1989). *A auto-análise de Freud e a descoberta da psicanálise*. São Paulo: Artes Médicas.
- Castiel, S. Sibemberg, A., Firpo, L. & Martins da Silva, R. (2012). Defesa e trauma: do Projeto à atualidade. *Ágora*, 15 (1): 23-32. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/agora/a/P9F6MWsSdjkrvP9PVLtjCdf/?lang=pt>

- Freud, S. (1950 [1892 – 1899]/1996) Extratos dos documentos dirigidos à Fliess. In: S. Freud. *Edição estândar das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. I, pp. 219 – 330. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1950 [1894]/1996) Carta 18. In: S. Freud. *Edição estândar das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. I. pp. 233-234). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1893 – 1895/1996) Estudos sobre a Histeria. In: S. Freud. *Edição estândar das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. v. II. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1893/1996). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos históricos: comunicação preliminar. In: S. Freud. *Edição estândar das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V.II, pp. 39-53. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1894/1996). As neuropsicoses de defesa. In: S. Freud. *Edição estândar das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. III, pp. 51-72. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1950[1895]/1996). Projeto para uma psicologia científica. In: S. Freud. *Edição estândar das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. I, pp. 335-454. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1896/1996). Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. In: S. Freud. *Edição estândar das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. III, pp. 159-183. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1898/1996). O Mecanismo Psíquico do Esquecimento. In: S. Freud. *Edição estândar das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. III, pp. 273-282. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1899/1996). Lembranças Encobridoras. In: S. Freud. *Edição estândar das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. III, pp. 285-304. Rio de Janeiro: Imago.
- Fróes, H. & Viana, T. (2013). As noções de inconsciente derivadas da teoria da defesa: primeiras elaborações freudianas. *Tempo psicanalítico*, 45(2): 267-285. Recuperado de: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000200003

- Garcia-Roza, L. A. (1988). *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Garcia-Roza, L. A. (1991). *Introdução à metapsicologia freudiana*. Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2004). *Vocabulário da psicanálise* (4a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Monzani, L. R. (2015). *Freud e o movimento de um pensamento*. Campinas: Unicamp.
- Roudinesco, E. (2016). *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sanches, A. & Bocchi, J. (2021). Defesa psíquica na primeira tópica freudiana: porque as pulsões são reprimidas? *Revista de Filosofia Aurora*, 33(58). Recuperado de: <https://www.redalyc.org/journal/6733/673373986015/html/>
- Silva, J. & Fontenele, L. (2012-1013). Considerações sobre a trajetória do conceito de defesa em Freud e sua retomada por Lacan. *Revista aSEPHallus*, 15, p. 13-34. Recuperado de: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21641/1/2013_art_lbfontenele.pdf
- Strachey, J. Introdução. In Freud, S. (1894/1996). As neuropsicoses de defesa. In: S. Freud. *Edição estândar das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. III, pp. 51-72. Rio de Janeiro: Imago.

Recebido em 14/04/2021

Aceito em 02/09/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Estratégias de enfrentamento de familiares diante da terminalidade de pacientes idosos na UTI

Family members' coping strategies in the face of terminality of elderly patients in the ICU

Estrategias de afrontamiento de los familiares ante la terminalidad de pacientes ancianos en la UCI

Mirela Dortaⁱ

Heloisa Schwarzman de Araújo Silvaⁱⁱ

Resumo

Os familiares de pacientes idosos gravemente adoecidos e internados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) podem vivenciar o luto, principalmente perante a morte iminente; o enfrentamento dessa situação pode depender de diversos fatores. O objetivo deste estudo foi compreender as estratégias de enfrentamento e as percepções de familiares diante da terminalidade de pacientes idosos que estão internados na UTI. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, composta por uma amostra de 6 familiares de pacientes idosos em terminalidade, em um hospital público de grande porte. Foram aplicados um questionário sociodemográfico, o Inventário de Estratégias de Coping e uma entrevista semiestruturada. Para as análises, foram utilizados o teste t de student e a correlação de Pearson. Os dados obtidos na entrevista foram avaliados a partir da técnica de análise clínico-qualitativa. Compreendeu-se que as estratégias de enfrentamento mais utilizadas pelos familiares foram “Reavaliação Positiva” e “Fuga e Esquiva”. Houve uma correlação negativa de estratégias de enfrentamento voltadas para o problema e

ⁱ Secretaria Municipal da Saúde - São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3147-7747>. E-mail: mirela.dorta@gmail.com

ⁱⁱ Secretaria Municipal da Saúde - São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2494-6250>. E-mail: helo.silva@gmail.com

o uso de álcool e do cigarro. Identificou-se que o luto antecipatório, a clareza da comunicação médica, o sentimento de esperança e o suporte social podem favorecer o enfrentamento da situação estressora.

Palavras-chave: UTI; Luto; Morte; Idosos.

Abstract

Family members of seriously ill elderly patients hospitalized in the Intensive Care Unit (ICU) may experience grief, especially in the face of imminent death, and coping with this situation can depend on various factors. The aim of this study was to understand the coping strategies and perceptions of family members facing the terminality of elderly patients in the ICU. This is a qualitative and quantitative study, with a sample of 6 family members of elderly patients who are terminally ill in a large public hospital. A sociodemographic questionnaire, the Coping Strategies Inventory and a semi-structured interview were applied. For data analysis, the Student's t-test and Pearson's correlation were used, while the interview data were analyzed using the clinical-qualitative analysis approach. It was found that the coping strategies most used by family members were "Positive Reappraisal" and "Escape and Avoidance". A negative correlation was found between problem-oriented coping strategies and use of alcohol and cigarette. It was identified that anticipatory grief, clear medical communication, a sense of hope and social support can help cope with the stressful situation.

Keywords: ICU; Grief; Death; Elderly.

Resumen

Los familiares de ancianos gravemente enfermos hospitalizados en la Unidad de Cuidados Intensivos (UCI) pueden experimentar duelo, especialmente ante la muerte inminente, y el afrontamiento de esta situación puede depender de diversos factores. El objetivo de este estudio fue comprender las estrategias de afrontamiento y las percepciones de los familiares ante la terminalidad de ancianos hospitalizados en la UCI. Se trata de una investigación cualitativa y cuantitativa, constituida por una muestra de 6 familiares de ancianos en estado terminal, en un gran hospital público. Se aplicó un cuestionario sociodemográfico, el Inventario de Estrategias de Afrontamiento y una entrevista semiestructurada. Para los análisis se utilizó la prueba t de Student y la correlación de Pearson y los datos obtenidos en la entrevista fueron evaluados mediante la técnica de análisis clínico-cualitativo. Se observó que las estrategias de afrontamiento más utilizadas por los familiares fueron la "Reevaluación Positiva" y la "Evasión y Escape". Hubo una correlación negativa entre las estrategias de afrontamiento orientadas al problema y el consumo de alcohol y cigarrillos.

Se identificó que el duelo anticipatorio, una comunicación médica clara, el sentimiento de esperanza y el apoyo social pueden favorecer el afrontamiento de la situación estresante.

Palabras clave: UCI; Duelo; Muerte; Anciano.

INTRODUÇÃO

O luto pode ser caracterizado como uma reação diante da perda ou do rompimento de um vínculo entre uma pessoa e um objeto significativo e amado por ela, compreendido como um fenômeno natural dinâmico e singular que faz parte do processo do desenvolvimento humano. Qualquer situação de perda ou de rompimento profundo que tenha um grau significativo de investimento afetivo estabelecido pela pessoa pode ser considerada um processo de luto, seja de um status, de um bem material, de um emprego, ou qualquer objeto que seja importante. Por isso, o luto não está relacionado apenas a situações de morte de um ente querido (Soares & Castro, 2017).

Quando o luto é instalado diante da perda, o indivíduo também começa a vivenciar a sua elaboração, desligando da libido as lembranças, expectativas e esperanças relacionadas ao objeto perdido. Assim, o ego fica inibido diante da energia psíquica envolvida. Ao final deste curso, o ego fica livre e ocorre o deslocamento da libido do objeto perdido para outro objeto (Santos et al., 2017). Cada vínculo de um indivíduo com um objeto é único e possui diferentes significados. Desse modo, cada processo de enlutamento é único e pode variar em tempo e fases, não linearmente. A reação e o enfrentamento diante da situação também depende de diversos fatores do enlutado – como os recursos psicológicos, a personalidade, o contexto em que se encontra, a história passada de perdas – e da existência de redes de suporte sociais, familiares e religiosas e/ou espirituais (Monteiro et al., 2017).

As estratégias de enfrentamento são influenciadas por diversos fatores, mas se desenvolvem no sentido de minimizar o sofrimento relacionado à situação estressora, buscando resultar em um ajustamento biopsiossocial do sujeito. Existem dois tipos de estratégias de enfrentamento: (1) estratégias voltadas para o problema; (2) estratégias voltadas para a emoção. Na primeira, compreende-se o agente estressor, procurando solucioná-lo ou modificá-lo; na segunda, a ideia é diminuir a angústia causada pelo agente estressor, porém pode não ser resolutiva. As estratégias de enfrentamento podem funcionar tanto como um empoderamento quanto como uma vulnerabilidade para suplantação das dificuldades e complicações. Por isso, é importante e necessário perceber e identificar que tipo de estratégia o indivíduo experencia perante o luto a fim de desenvolver estratégias mais adaptativas e atenuadoras (Morero et al., 2018).

Diante do processo de adoecimento e hospitalização, por exemplo, os familiares do paciente podem experienciar diversas maneiras de enfrentamento, em face de possíveis angústias, inseguranças, anseios e medos, principalmente quando se refere à internação na Unidade de Terapia Intensiva, que atende a pacientes graves e/ou com risco de morte e que necessitam de um tratamento intenso, com assistência e monitoramento contínuos (Woinarovicz & Moreira, 2020). A complexidade desse ambiente hospitalar é capaz de desencadear ainda mais estresse, ansiedade e desequilíbrio nos familiares, além de sensação de impotência e vulnerabilidade. Estar diante da ameaça e da possibilidade da perda de um familiar gera um impacto psíquico subversivo e árduo para o indivíduo sustentar, e o enfrentamento pode depender de muitas variáveis, principalmente relacionadas ao paciente, ao vínculo do familiar com o paciente e à estrutura psíquica do familiar (Monteiro et al., 2017).

Os familiares de um paciente hospitalizado já podem vivenciar o luto simplesmente pela situação de o indivíduo estar longe da família, com a perda do contato constante, principalmente no setor da UTI, onde o paciente não pode ter um acompanhante, as visitas ocorrem em um período reduzido, não se pode ficar com pertences pessoais que facilitam a comunicação, como o aparelho celular. Tais situações são capazes de dificultar a manutenção e o fortalecimento dos vínculos afetivos. Outra questão que pode gerar o luto

nos familiares é o fato de o sujeito estar doente, isto é, ter perdido a saúde (Barth et al., 2016). Segundo Barbieri (2019), o luto é um processo cognitivo que envolve o enfrentamento e a reorganização dos pensamentos referentes à experiência da perda; a depender do tipo de morte vivenciada pela família e em qual fase da vida o paciente se encontra, a vivência do luto pode ser mais ou menos dolorosa. O envelhecimento, no caso de pacientes idosos, suscita a vinculação e a aproximação do processo de morte, aumentando a possibilidade do fim da vida. Por isso, os familiares, muitas vezes, quando internam um idoso adoecido, podem esperar que esse fim naturalmente aconteça, facilitando o enfrentamento da morte e o processo de luto, porém isso não é uma regra (Alves et al., 2019).

Tratando-se de um paciente idoso, a morte pode ser mais bem compreendida e assimilável pela família, já que, como um processo natural, é o mais esperado. Contudo, isso não quer dizer que não haja o luto, a existência de sofrimento ou a precisão de uma adaptação a uma nova estrutura familiar, pois tal contexto pode causar maior consolação e conforto à família, como um recurso para o enfrentamento da perda (Aciole & Bergamo, 2019). Como em qualquer outro processo de luto, de acordo com Peixoto et al. (2021), o enfrentamento e a evolução desse decurso irá depender do tipo de vínculo formado com o objeto, portanto, mesmo que se trate de um idoso, é algo particular e característico. Dependendo do significado da pessoa e da maneira como ocorreu a perda, em que circunstâncias, o luto pode ser enfrentado de maneira mais saudável, com a consciência do sofrimento, trabalhando a elaboração, a ressignificação e a reconstrução do mundo interno. Quando isso não é realizado, pode-se desenvolver um enfrentamento do luto e da terminalidade de maneira complicada, crônica e até patológica.

O luto antecipatório é um tipo de resposta e fenômeno adaptativo de pesar de indivíduos que não sofrem pela morte em si, mas pela situação de separação, de ameaça de morte e de perda iminente – tipo de luto sofrido comumente no âmbito hospitalar, ainda mais no contexto da UTI. Ele refere a uma perda futura e, portanto, esse tipo de luto pode ir preparando tanto os familiares quanto o próprio paciente, afinal, quando se percebe que a cura não é mais uma realidade e que não se pode mais modificar tal situação,

os familiares e o adoecido passam a focar o enfrentamento do que está por vir, reajustando-se, buscando trabalhar as possíveis reações e a aceitação da morte. Por isso, o luto antecipatório é considerado um facilitador para o enfrentamento da perda (Santos et al., 2017).

Diante disso, torna-se relevante entender a maneira como os familiares enfrentam o luto relacionado à terminalidade de pacientes idosos que se encontram no contexto da UTI, uma vez que, em pesquisas voltadas especificamente para esse tema, há poucos estudos direcionados aos familiares, sendo a amostra das pesquisas ligadas, principalmente, à equipe de enfermagem (Ferraboli & Quadros, 2020). Percebe-se que os estudos evidenciam o enfrentamento do luto do próprio paciente idoso ante o processo de hospitalização e de adoecimento, mas não se encontram pesquisas atuais sobre as estratégias de enfrentamento dos familiares diante da eventual morte de um idoso; a maioria das pesquisas foca bebês, crianças, jovens e adultos, pois é esperado que a morte de um idoso seja um acontecimento que cause maior facilidade de processamento e aceitação (Bugança & Kretzer, 2022). Contudo, a morte, o morrer, independentemente da fase da vida, implica questões individuais profundas e complexas, existindo uma necessidade de intervenções efetivas voltadas à finitude humana. Nesse sentido, faz-se indispensável e fundamental uma compreensão individual sobre cada percepção.

O objetivo principal deste trabalho é compreender as estratégias de enfrentamento utilizadas por familiares diante do luto da terminalidade de pacientes idosos internados na UTI. Também é relevante para esta pesquisa perceber como a comunicação realizada pelo médico sobre a possível morte do idoso pode influenciar no enfrentamento dessa situação; quais são as experiências emocionais vivenciadas pelos familiares ao receberem tal notícia; qual é a percepção dos familiares diante da internação na UTI; entender como os tipos de suporte – familiar, social ou religioso/espiritual – influem nessa fase de enfrentamento do luto.

MÉTODO

Participantes

Participaram desta pesquisa 6 familiares de pacientes idosos em situação de terminalidade, de acordo com a avaliação da equipe médica, internados em uma UTI de um hospital público de grande porte no estado de São Paulo. Entre os participantes, de ambos os sexos, 4 (66,7%) são mulheres. Em relação à idade, possuem de 32 a 63 anos ($M=47,7$; $DP=11,6$). Em relação aos pacientes internados, a idade variou de 64 a 76 anos ($M=69,7$; $DP=5,16$). A Tabela 1 apresenta os dados da caracterização dos familiares; a Tabela 2 apresenta os dados da caracterização dos pacientes internados. Foram utilizados nomes fictícios para os participantes da pesquisa de forma a garantir o sigilo sobre a identidade dos entrevistados e dos pacientes internados.

Tabela 1. Caracterização dos familiares

| Participante | Sexo | Idade | Grau de parentesco | Estado civil | Escolaridade | Trabalha atualmente | Número de filhos | Religião | Uso de álcool | Uso de cigarro |
|--------------|------|-------|--------------------|--------------|----------------|-----------------------------------|------------------|------------|----------------------------|-----------------------------|
| Tamara | F | 59 | Prima | Casada | E. M. Completo | Não (Do lar) | 3 | Espírita | Sim (a cada 15 dias) | Sim (8 maços/semana) |
| Gabriel | M | 32 | Filho | Solteiro | E. M. Completo | Sim (Técnico de telecomunicações) | 3 | Messiânica | Sim (aos finais de semana) | Não |
| Daiane | F | 40 | Filha | Solteira | E. M. Completo | Sim (Ourives) | 0 | Evangélico | Não | Não |
| Karina | F | 45 | Sobrinha | Solteira | E. S. Completo | Sim (Vendedora) | 0 | Espírita | Não | Sim (2 maços e meio/semana) |
| Fausto | M | 47 | Filho | Solteiro | E. M. Completo | Sim (Autônomo) | 0 | Evangélico | Sim (diariamente) | Não |
| Mariana | F | 63 | Esposa | Viúva | E. M. Completo | Não (Do lar) | 2 | Católica | Sim (diariamente) | Não |

Nota. Em Sexo: F= feminino; M= masculino.

Em Escolaridade: E.M.= Ensino Médio; E.S.= Ensino Superior.

Em Uso de cigarro: /= por (maços por semana).

Tabela 2. *Caracterização dos pacientes idosos internados na UTI*

| Paciente | Sexo | Idade | Estado civil | Motivo da internação | Tempo de internação |
|-----------|------|-------|--------------|---|---------------------|
| Wanderley | M | 64 | Solteiro | Hemorragia Digestiva Alta (HDA) | 22 dias |
| Marlene | F | 70 | Solteira | Acidente Vascular Cerebral (AVC) + Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) | 12 dias |
| Aparecida | F | 69 | Viúva | Pneumonia + Intestino Necrosado + Hérnia Umbilical | 19 dias |
| Mirna | F | 75 | Solteira | Pneumonia + Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) | 15 dias |
| Josué | M | 76 | Divorciado | Acidente Vascular Cerebral (AVC) | 9 dias |
| Vicente | M | 64 | Divorciado | Insuficiência Cardíaca (IC) | 10 dias |

Nota. Em Sexo: F= feminino; M= masculino.

Os critérios usados para a inclusão dos participantes foram: (1) o familiar ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; (2) ser familiar de um paciente idoso¹; (3) o paciente estar internado na UTI por, pelo menos, 24 horas e ter como causa da internação uma doença de base grave e em estado avançado; (4) o sujeito ser o membro da família responsável pelo paciente e aquele que é reconhecido pela equipe multidisciplinar como o cuidador familiar; (5) o familiar ter ciência, por meio da comunicação da equipe médica, sobre o agravamento do quadro clínico do paciente e sobre o risco de vida iminente.

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico (Apêndice 1)

Foi elaborado pelas pesquisadoras para identificar dados pessoais. Composto por perguntas sobre sexo, idade, estado civil, escolaridade, grau de parentesco com o paciente, com quem mora, se está trabalhando atualmente, se possui filhos, religião, se possui diagnóstico de transtorno mental, se está fazendo acompanhamento ou tratamento psicológico, se está fazendo acompanhamento ou tratamento medicamentoso, se possui diagnóstico de

1 Segundo o Ministério da Saúde (2009), pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

doença preexistente, se faz uso de álcool (se sim, com que frequência), se faz uso de drogas (se sim, com que frequência), se faz uso de cigarro (se sim, com que frequência). O Questionário Sociodemográfico também foi elaborado para obter dados do paciente – como idade, sexo, estado civil, qual o motivo da internação do paciente e o tempo de internação – a fim de caracterizar a amostra estudada.

Inventário de Estratégias de Coping de Lazarus e Folkman (1984) (Anexo 1)

É um instrumento que possui o intuito de detectar estratégias de *coping* ou enfrentamento em situações distintas. A adaptação e a validação desse inventário para a população brasileira foi realizada por Savóia, Santana e Meijas (1996), e o instrumento se mostrou preciso e válido, apresentando boa consistência interna e 95% de confiabilidade. O instrumento é composto por 66 itens que descrevem pensamentos e ações utilizados pelas pessoas para lidarem com demandas internas ou externas. Em cada item, apresentam-se quatro opções, sendo que uma deve ser apontada em relação à frequência ou à intensidade com que o indivíduo agiu em relação ao evento estressor. As opções são: 0 – não usei esta estratégia; 1 – usei um pouco; 2 – usei bastante; 3 – usei em grande quantidade.

Os itens do inventário são agrupados em 8 fatores: confronto, afastamento, autocontrole, suporte social, aceitação de responsabilidade, fuga-esquiva, resolução de problemas e reavaliação positiva. Tais fatores são divididos da seguinte maneira: os itens 6, 7, 17, 28, 34 e 46 correspondem ao fator “Confronto”; os itens 12, 13, 15, 21, 41 e 44 correspondem ao fator “Afastamento”; os itens 10, 14, 35, 43, 54, 62 e 63 correspondem ao fator “Autocontrole”; os itens 8, 18, 22, 31, 42 e 45 correspondem ao fator “Suporte social”; os itens 9, 25, 29 e 51 correspondem ao fator “Aceitação de responsabilidade”; os itens 11, 16, 33, 40, 47, 50, 58 e 59 correspondem ao fator “Fuga e esquiva”; os itens 1, 26, 39, 48, 49 e 52 correspondem ao fator “Resolução de problemas”; e por fim, os itens 20, 23, 30, 36, 38, 56 e 60 correspondem ao fator “Reavaliação positiva”.

Para melhor compreensão a respeito, segue a descrição de cada fator do Inventário de Estratégias de Coping de acordo com a percepção de Folkman e Lazarus (1988): *Confronto: Esforços agressivos para alterar a situação, sugerindo certo grau de hostilidade e de assumir riscos; *Afastamento: Esforços cognitivos de desprendimento e minimização do significado da situação; *Autocontrole: Esforços para regular os próprios sentimentos e ações; *Suporte social: Esforços para buscar suporte informacional, suporte tangível e suporte emocional; *Aceitação de responsabilidade: Reconhecimento do próprio papel no problema e concomitante tentativa de resolvê-lo; *Fuga-esquiva: Esforços cognitivos e comportamentais para escapar ou evitar o problema (difere do fator afastamento, que sugere desprendimento); *Resolução de problemas: Esforços focados no problema, deliberadamente empregados com o objetivo de alterar a situação, associados a uma abordagem analítica para resolver o problema; *Reavaliação positiva: Esforços de criação de significados positivos, focando o crescimento pessoal, incluindo dimensão religiosa.

Entrevista semiestruturada (Apêndice 2)

Em relação às percepções, aos sentimentos e às emoções dos participantes sobre o tema e a situação vivenciada, foi utilizada como instrumento uma entrevista com um roteiro semiestruturado, com questões abertas formuladas pelas pesquisadoras. As perguntas foram as seguintes: “1) Como é a sua relação com o paciente? O que ele representa diante da estrutura familiar? ”; “2) Como você se sente diante desta situação do adoecimento do paciente? ”; “3) Como você se sente diante do prognóstico reservado e da possibilidade de perda deste paciente idoso? ”; “4) Pensando neste contexto, a idade do paciente influencia na intensidade e na maneira geral como você percebe seu luto? ”; “5) Você já havia vivenciado alguma situação parecida ou já tinha tido algum contato relacionado aos temas do luto e de perdas anteriormente? ”; “6) Você possui algum tipo de apoio externo que acredita que pode estar influenciando nesse processo de enfrentamento do luto? (Ex. familiares, amigos, religião/espiritualidade) ”; “7) Como você percebe a forma da comunicação médica sobre esta situação? ”.

PROCEDIMENTOS

Primeiramente, o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do hospital no qual foi realizado o estudo (CAAE: 59406422.2.0000.0073) e todos os participantes receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os instrumentos foram aplicados individualmente, em uma sala reservada, na instituição em que foi realizada a pesquisa. A coleta de dados foi realizada anterior ou posteriormente ao horário de visita ao paciente, conforme preferido e escolhido pelo familiar. Foi realizada uma análise descritiva dos dados sociodemográficos e clínicos. Por meio da metodologia quantitativa, o teste t de *student* foi utilizado para verificação de possíveis diferenças de médias no uso de estratégias de enfrentamento em relação às variáveis sociodemográficas dicotômicas, utilizando como significância $p < 0,05$. Também foram realizadas correlações entre as variáveis com o coeficiente de correlação de *Pearson*. A análise estatística dos resultados foi realizada por intermédio do Programa Estatístico Jamovi 1.1.9. (Navarro & Foxcroft, 2019).

Foi utilizada, também, uma metodologia clínico-qualitativa. O método da análise de conteúdo proposto por Bardin (1977) foi utilizado para analisar os dados coletados por meio das entrevistas e, a partir desse material discursivo, foram consideradas a presença ou a ausência de características dos conteúdos, buscando categorizar palavras ou frases do texto que prevalecem e/ou se repetem. Essa análise visa compreender o pensamento subjetivo do texto mediante o conteúdo que se expressa. A análise se organiza em: divisão do conteúdo em unidades de texto, agrupamento e categorização semântica e atribuição de significados às categorias. As respostas às questões abertas da entrevista semiestruturada foram gravadas com a autorização dos participantes e, posteriormente, ouvidas atentamente pelas pesquisadoras e descritas na íntegra para a leitura com a técnica de atenção flutuante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a análise descritiva, sobre a variável estado civil foi possível constatar que a maior parte da amostra é composta por solteiros (66,7%). Sobre o nível de escolaridade dos participantes, parte significativa deles possui até o ensino médio completo (83,3%). Quanto a estar trabalhando atualmente, a maioria da amostra é composta por pessoas que trabalham (66,7%). Sobre possuir filhos, 50% da amostra possui. Cem por cento dos participantes possuem uma religião.² A totalidade da amostra (100%) refere não possuir diagnóstico de transtorno mental, todos também relatam que não realizam acompanhamento e/ou tratamento psicológico, e 100% também não realizam tratamento medicamentoso. Sobre possuir uma doença preexistente, a maior parte da amostra refere que não possui (66,7%). Os participantes também responderam, em sua maioria, que fazem uso do álcool (66,7%); destes, 50% usam diariamente. Sobre o uso do cigarro, a maior parte da amostra usa (66,7%), e a totalidade dos participantes (100%) não faz uso de substâncias psicoativas ou drogas.

A Tabela 3 descreve a análise de resultados sobre média, mediana, intervalo mínimo-máximo, desvio-padrão e valor de *p* sobre os fatores do Inventário de Estratégias de *Coping*.

Tabela 3. Medidas descritivas dos fatores do Inventário de Estratégias de *Coping*

| Variáveis | Média | Mediana | Mínimo-Máximo | Desvio-padrão | P |
|-------------------------------|-------|---------|---------------|---------------|-------|
| Confronto | 1,33 | 1,00 | 0,00-3,00 | 1,03 | 0,47 |
| Afastamento | 2,50 | 3,00 | 1,00-4,00 | 1,22 | 0,10 |
| Autocontrole | 4,17 | 4,50 | 1,00-8,00 | 2,48 | 0,79 |
| Suporte Social | 3,83 | 4,00 | 1,00-6,00 | 1,72 | 0,83 |
| Aceitação de Responsabilidade | 1,83 | 1,50 | 0,00-5,00 | 1,94 | 0,45 |
| Fuga e Esquiva | 5,83 | 5,00 | 3,00-12,0 | 3,19 | 0,05* |
| Resolução de Problemas | 5,50 | 5,00 | 4,00-7,00 | 1,22 | 0,10 |
| Reavaliação Positiva | 7,33 | 6,50 | 3,00-15,0 | 4,68 | 0,40 |

Nota. *A diferença é significativa no nível de $p=0,05$

² Por isso, não foi possível verificar, nesta pesquisa, as diferenças de média de pessoas que possuem e não possuem uma religião com as variáveis estudadas.

Com relação à distribuição das médias das respostas dos familiares, é possível observar que os fatores “Reavaliação Positiva” ($M=7,33$) e “Fuga e Esquiva” ($M=5,83$) foram os mais utilizados, seguido de “Resolução de Problemas” ($M=5,50$). O fator menos utilizado foi “Confronto” ($M=1,33$).

A média estatisticamente significativa foi a do fator “Fuga e Esquiva”. Esse tipo de estratégia, segundo Dias e Pais-Ribeiro (2019), volta-se para a emoção. O indivíduo, em um processo defensivo, evita confrontar-se de maneira realista com a situação de estresse por meio de comportamentos que desviam o seu foco da situação estressora. O fator com a maior média foi “Reavaliação Positiva”, mas não apresentou significância estatística. A reavaliação positiva é uma estratégia voltada para o problema, sendo considerada uma estratégia adaptativa diante da situação estressora que busca diminuir o impacto da fonte estressante, aproximando-se ativamente e positivamente do estressor. Tal fator pode estar relacionado à religiosidade, à espiritualidade da pessoa, voltando sua atenção para o desenvolvimento pessoal e positivo diante dos acontecimentos (Lazarus & Folkman, 1984).

Não houve diferenças de média estatisticamente significativas entre as estratégias de *coping* utilizadas e os grupos do sexo feminino e do masculino.

Houve diferenças estatisticamente significativas entre o uso de estratégias de *coping* e as características sociodemográficas dos participantes relacionadas ao uso do cigarro e ao uso do álcool. A Tabela 4 e a Tabela 5 expõem os resultados.

Tabela 4. Medidas descritivas dos fatores do Inventário de Estratégias de Coping e o uso do cigarro

| Estratégias | Uso do cigarro | N | Média | Desvio-padrão | t | p | d de Cohen | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|----------------|---|-------|---------------|------|-------|------------|-------------------------------|-----|---|------|------|------|-------|-------|-----|---|------|------|-------------------------------|-----|---|------|------|------|-------|-------|-----|---|------|------|-------------------------------|-----|---|------|------|------|-------|------|-----|---|------|------|-------------------------------|-----|---|------|------|------|------|------|-----|---|------|------|------------------------|-----|---|------|------|------|------|------|-----|---|------|------|------------------------|-----|---|------|------|------|------|------|-----|---|------|------|----------------------|-----|---|------|------|------|------|------|
| Confronto | Não | 4 | 1,75 | 0,95 | 1,60 | 0,18 | 1,38 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 2 | 0,50 | 0,70 | | | | Afastamento | Não | 4 | 2,75 | 1,25 | 0,66 | 0,54 | 0,57 | Sim | 2 | 2,00 | 1,41 | Autocontrole | Não | 4 | 4,00 | 3,16 | 0,20 | 0,84 | -0,18 | Sim | 2 | 4,50 | 0,70 | Suporte Social | Não | 4 | 4,75 | 0,95 | 2,91 | 0,04* | 2,52 | Sim | 2 | 2,00 | 1,41 | Aceitação de Responsabilidade | Não | 4 | 2,50 | 2,08 | 1,25 | 0,27 | 1,08 | Sim | 2 | 0,50 | 0,70 | Fuga e Esquiva | Não | 4 | 6,25 | 3,94 | 0,41 | 0,70 | 0,35 | Sim | 2 | 5,00 | 1,41 | Resolução de Problemas | Não | 4 | 5,50 | 1,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | Sim | 2 | 5,50 | 2,12 | Reavaliação Positiva | Não | 4 | 9,00 | 4,96 | 1,32 | 0,25 | 1,14 |
| Afastamento | Não | 4 | 2,75 | 1,25 | 0,66 | 0,54 | 0,57 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 2 | 2,00 | 1,41 | | | | Autocontrole | Não | 4 | 4,00 | 3,16 | 0,20 | 0,84 | -0,18 | Sim | 2 | 4,50 | 0,70 | Suporte Social | Não | 4 | 4,75 | 0,95 | 2,91 | 0,04* | 2,52 | Sim | 2 | 2,00 | 1,41 | Aceitação de Responsabilidade | Não | 4 | 2,50 | 2,08 | 1,25 | 0,27 | 1,08 | Sim | 2 | 0,50 | 0,70 | Fuga e Esquiva | Não | 4 | 6,25 | 3,94 | 0,41 | 0,70 | 0,35 | Sim | 2 | 5,00 | 1,41 | Resolução de Problemas | Não | 4 | 5,50 | 1,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | Sim | 2 | 5,50 | 2,12 | Reavaliação Positiva | Não | 4 | 9,00 | 4,96 | 1,32 | 0,25 | 1,14 | Sim | 2 | 4,00 | 1,41 | | | | | | | | |
| Autocontrole | Não | 4 | 4,00 | 3,16 | 0,20 | 0,84 | -0,18 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 2 | 4,50 | 0,70 | | | | Suporte Social | Não | 4 | 4,75 | 0,95 | 2,91 | 0,04* | 2,52 | Sim | 2 | 2,00 | 1,41 | Aceitação de Responsabilidade | Não | 4 | 2,50 | 2,08 | 1,25 | 0,27 | 1,08 | Sim | 2 | 0,50 | 0,70 | Fuga e Esquiva | Não | 4 | 6,25 | 3,94 | 0,41 | 0,70 | 0,35 | Sim | 2 | 5,00 | 1,41 | Resolução de Problemas | Não | 4 | 5,50 | 1,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | Sim | 2 | 5,50 | 2,12 | Reavaliação Positiva | Não | 4 | 9,00 | 4,96 | 1,32 | 0,25 | 1,14 | Sim | 2 | 4,00 | 1,41 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Suporte Social | Não | 4 | 4,75 | 0,95 | 2,91 | 0,04* | 2,52 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 2 | 2,00 | 1,41 | | | | Aceitação de Responsabilidade | Não | 4 | 2,50 | 2,08 | 1,25 | 0,27 | 1,08 | Sim | 2 | 0,50 | 0,70 | Fuga e Esquiva | Não | 4 | 6,25 | 3,94 | 0,41 | 0,70 | 0,35 | Sim | 2 | 5,00 | 1,41 | Resolução de Problemas | Não | 4 | 5,50 | 1,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | Sim | 2 | 5,50 | 2,12 | Reavaliação Positiva | Não | 4 | 9,00 | 4,96 | 1,32 | 0,25 | 1,14 | Sim | 2 | 4,00 | 1,41 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aceitação de Responsabilidade | Não | 4 | 2,50 | 2,08 | 1,25 | 0,27 | 1,08 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 2 | 0,50 | 0,70 | | | | Fuga e Esquiva | Não | 4 | 6,25 | 3,94 | 0,41 | 0,70 | 0,35 | Sim | 2 | 5,00 | 1,41 | Resolução de Problemas | Não | 4 | 5,50 | 1,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | Sim | 2 | 5,50 | 2,12 | Reavaliação Positiva | Não | 4 | 9,00 | 4,96 | 1,32 | 0,25 | 1,14 | Sim | 2 | 4,00 | 1,41 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fuga e Esquiva | Não | 4 | 6,25 | 3,94 | 0,41 | 0,70 | 0,35 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 2 | 5,00 | 1,41 | | | | Resolução de Problemas | Não | 4 | 5,50 | 1,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | Sim | 2 | 5,50 | 2,12 | Reavaliação Positiva | Não | 4 | 9,00 | 4,96 | 1,32 | 0,25 | 1,14 | Sim | 2 | 4,00 | 1,41 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Resolução de Problemas | Não | 4 | 5,50 | 1,00 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 2 | 5,50 | 2,12 | | | | Reavaliação Positiva | Não | 4 | 9,00 | 4,96 | 1,32 | 0,25 | 1,14 | Sim | 2 | 4,00 | 1,41 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Reavaliação Positiva | Não | 4 | 9,00 | 4,96 | 1,32 | 0,25 | 1,14 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 2 | 4,00 | 1,41 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Nota. *A diferença é significativa no nível de $p < 0,05$

O fator 4 do Inventário de Estratégias de Coping, que representa o “Suporte Social”, apresentou uma diferença de média estatisticamente significativa maior no grupo de pessoas que não fazem uso do cigarro ($M=4,75$; $DP=0,95$), $t(4,00)=2,91$, $p=0,04$, $d=2,52$ em relação às pessoas que fazem uso do cigarro ($M=2,00$; $DP=1,41$). Esse resultado descreve que pessoas com maior suporte social não fazem uso do cigarro. Os dados também estão relacionados ao que Dias e Pais-Ribeiro (2019) descrevem sobre as estratégias de enfrentamento voltadas para a emoção. Um estudo de Corradi-Webster et al. (2020) demonstra que existe uma associação entre o apoio social fragilizado, ou a ausência deste, e o uso de drogas lícitas e ilícitas, destacando o uso do tabaco. O suporte social pode funcionar como um fenômeno protetivo de patologias físicas/orgânicas e psíquicas capaz de auxiliar o sujeito a lidar com situações de angústia e de esgotamento, facilitando a confrontação de experiências e evitando que o sujeito sinta o desejo de se utilizar de artifícios para a fuga das situações, voltando suas estratégias para o problema.

Tabela 5. Medidas descritivas dos fatores do Inventário de Estratégias de Coping e o uso do álcool

| Estratégias | Uso do álcool | N | Média | Desvio-padrão | t | p | d de Cohen | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|---------------|---|-------|---------------|-------|-------|------------|-------------------------------|-----|---|------|------|-------|-------|-------|-----|---|------|------|-------------------------------|-----|---|------|------|-------|-------|-------|-----|---|------|------|-------------------------------|-----|---|------|------|-------|-------|-------|-----|---|------|------|-------------------------------|-----|---|------|------|-------|-------|-------|-----|---|------|------|------------------------|-----|---|------|------|-------|-------|-------|-----|---|------|------|------------------------|-----|---|------|------|------|-------|------|-----|---|------|------|----------------------|-----|---|------|------|------|------|------|
| Confronto | Não | 2 | 1,50 | 2,12 | 0,25 | 0,81 | 0,21 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 4 | 1,25 | 0,50 | | | | Afastamento | Não | 2 | 2,50 | 2,12 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | Sim | 4 | 2,50 | 1,00 | Autocontrole | Não | 2 | 3,00 | 2,82 | -0,78 | 0,47 | -0,67 | Sim | 4 | 4,75 | 2,50 | Suporte Social | Não | 2 | 2,50 | 2,12 | -1,49 | 0,20 | -1,29 | Sim | 4 | 4,50 | 1,29 | Aceitação de Responsabilidade | Não | 2 | 1,50 | 2,12 | -0,26 | 0,80 | -0,23 | Sim | 4 | 2,00 | 2,16 | Fuga e Esquiva | Não | 2 | 5,50 | 0,70 | -0,16 | 0,87 | -0,14 | Sim | 4 | 6,00 | 4,08 | Resolução de Problemas | Não | 2 | 7,00 | 0,00 | 6,00 | 0,00* | 5,19 | Sim | 4 | 4,75 | 0,50 | Reavaliação Positiva | Não | 2 | 9,00 | 8,48 | 0,57 | 0,59 | 0,49 |
| Afastamento | Não | 2 | 2,50 | 2,12 | 0,00 | 1,00 | 0,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 4 | 2,50 | 1,00 | | | | Autocontrole | Não | 2 | 3,00 | 2,82 | -0,78 | 0,47 | -0,67 | Sim | 4 | 4,75 | 2,50 | Suporte Social | Não | 2 | 2,50 | 2,12 | -1,49 | 0,20 | -1,29 | Sim | 4 | 4,50 | 1,29 | Aceitação de Responsabilidade | Não | 2 | 1,50 | 2,12 | -0,26 | 0,80 | -0,23 | Sim | 4 | 2,00 | 2,16 | Fuga e Esquiva | Não | 2 | 5,50 | 0,70 | -0,16 | 0,87 | -0,14 | Sim | 4 | 6,00 | 4,08 | Resolução de Problemas | Não | 2 | 7,00 | 0,00 | 6,00 | 0,00* | 5,19 | Sim | 4 | 4,75 | 0,50 | Reavaliação Positiva | Não | 2 | 9,00 | 8,48 | 0,57 | 0,59 | 0,49 | Sim | 4 | 6,50 | 3,10 | | | | | | | | |
| Autocontrole | Não | 2 | 3,00 | 2,82 | -0,78 | 0,47 | -0,67 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 4 | 4,75 | 2,50 | | | | Suporte Social | Não | 2 | 2,50 | 2,12 | -1,49 | 0,20 | -1,29 | Sim | 4 | 4,50 | 1,29 | Aceitação de Responsabilidade | Não | 2 | 1,50 | 2,12 | -0,26 | 0,80 | -0,23 | Sim | 4 | 2,00 | 2,16 | Fuga e Esquiva | Não | 2 | 5,50 | 0,70 | -0,16 | 0,87 | -0,14 | Sim | 4 | 6,00 | 4,08 | Resolução de Problemas | Não | 2 | 7,00 | 0,00 | 6,00 | 0,00* | 5,19 | Sim | 4 | 4,75 | 0,50 | Reavaliação Positiva | Não | 2 | 9,00 | 8,48 | 0,57 | 0,59 | 0,49 | Sim | 4 | 6,50 | 3,10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Suporte Social | Não | 2 | 2,50 | 2,12 | -1,49 | 0,20 | -1,29 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 4 | 4,50 | 1,29 | | | | Aceitação de Responsabilidade | Não | 2 | 1,50 | 2,12 | -0,26 | 0,80 | -0,23 | Sim | 4 | 2,00 | 2,16 | Fuga e Esquiva | Não | 2 | 5,50 | 0,70 | -0,16 | 0,87 | -0,14 | Sim | 4 | 6,00 | 4,08 | Resolução de Problemas | Não | 2 | 7,00 | 0,00 | 6,00 | 0,00* | 5,19 | Sim | 4 | 4,75 | 0,50 | Reavaliação Positiva | Não | 2 | 9,00 | 8,48 | 0,57 | 0,59 | 0,49 | Sim | 4 | 6,50 | 3,10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aceitação de Responsabilidade | Não | 2 | 1,50 | 2,12 | -0,26 | 0,80 | -0,23 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 4 | 2,00 | 2,16 | | | | Fuga e Esquiva | Não | 2 | 5,50 | 0,70 | -0,16 | 0,87 | -0,14 | Sim | 4 | 6,00 | 4,08 | Resolução de Problemas | Não | 2 | 7,00 | 0,00 | 6,00 | 0,00* | 5,19 | Sim | 4 | 4,75 | 0,50 | Reavaliação Positiva | Não | 2 | 9,00 | 8,48 | 0,57 | 0,59 | 0,49 | Sim | 4 | 6,50 | 3,10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fuga e Esquiva | Não | 2 | 5,50 | 0,70 | -0,16 | 0,87 | -0,14 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 4 | 6,00 | 4,08 | | | | Resolução de Problemas | Não | 2 | 7,00 | 0,00 | 6,00 | 0,00* | 5,19 | Sim | 4 | 4,75 | 0,50 | Reavaliação Positiva | Não | 2 | 9,00 | 8,48 | 0,57 | 0,59 | 0,49 | Sim | 4 | 6,50 | 3,10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Resolução de Problemas | Não | 2 | 7,00 | 0,00 | 6,00 | 0,00* | 5,19 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 4 | 4,75 | 0,50 | | | | Reavaliação Positiva | Não | 2 | 9,00 | 8,48 | 0,57 | 0,59 | 0,49 | Sim | 4 | 6,50 | 3,10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Reavaliação Positiva | Não | 2 | 9,00 | 8,48 | 0,57 | 0,59 | 0,49 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Sim | 4 | 6,50 | 3,10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Nota. *A diferença é significativa no nível de $p < 0,05$

O fator 7 do Inventário de Estratégias de Coping, que representa a “Resolução de Problemas”, teve uma diferença de média com significância estatística maior no grupo de pessoas que não fazem uso do álcool ($M=7,00$; $DP=0,00$), $t(4,00)=6,00$, $p=0,00$, $d=5,19$ em relação ao grupo de pessoas que fazem uso do álcool ($M=4,75$; $DP=0,50$). Tal resultado afirma que indivíduos que não fazem uso de álcool apresentam mais a estratégia de resolução de problemas, que é uma estratégia de coping voltada para o problema. Constant (2018) refere que o abuso de álcool, geralmente, está relacionado às dificuldades de enfrentamento de situações estressoras e ao objetivo de fuga e de distanciamento do fator estressor.

Para verificar a associação entre os construtos também foi realizada uma correlação de Pearson entre o Inventário de Estratégias de Coping, cada um dos seus fatores separadamente e os dados do questionário socio-demográfico. Aqui, serão citadas apenas as correlações estatisticamente significativas. As magnitudes das correlações serão designadas seguindo

as faixas de intervalos sugeridos por Dancey e Reidy (2006). O fator 8 – “Reavaliação Positiva” – apresentou uma correlação positiva de magnitude forte com o fator 2 – “Afastamento” ($r=0,87, p=0,02$), ou seja, quanto maior é a estratégia de reavaliação positiva da pessoa, maior é a estratégia de afastamento e vice-versa. Esse resultado difere dos retratados por Souza (2018), referindo que as estratégias de aproximação são mais adaptativas e positivas, objetivando enfrentar diretamente a situação de estresse; as estratégias de evitação são consideradas menos adaptativas, ocasionando afastamento e maior dificuldade de enfrentamento. O fator “Reavaliação Positiva” também apresentou uma correlação positiva de magnitude forte com o escore total do Inventário de Estratégias de *Coping* ($r=0,90; p=0,01$), sendo que quanto maior a reavaliação positiva, maiores são as estratégias de enfrentamento em geral do indivíduo e vice-versa. A estratégia reavaliação positiva é dirigida para o controle das emoções e uma reinterpretação positiva da situação vista inicialmente como negativa e, a partir de novas reflexões, essa estratégia favorece a compreensão e a vivência da pessoa diante da experiência, analisando-a como crescimento e aprendizagem pessoal (Folkman & Lazarus, 1988).

O fator 5 – “Aceitação de Responsabilidade” – apresentou uma correlação positiva de magnitude forte com o escore total do Inventário de Estratégias de *Coping* ($r=0,93; p=0,00$), isto é, quanto maior for a estratégia de aceitação de responsabilidade da pessoa, maiores serão as estratégias de enfrentamento em geral e vice-versa. O intuito da estratégia de aceitação de responsabilidade é amenizar e resolver o problema, porém de modo voltado para a emoção e, na maioria das vezes, por impulso e sem planejamento. O sujeito pode se sentir culpado nesse contexto e ter uma interpretação equivocada sobre a situação e sobre si mesmo dentro dela (Sousa & Hidaka, 2021). Também houve correlações negativas, sendo uma correlação negativa de magnitude forte entre o fator 4 – “Suporte Social” – e a variável “uso do cigarro” ($r=-0,82, p=0,04$), ou seja, quanto maior a estratégia do suporte social, menor é o uso do cigarro e vice-versa. Outra correlação negativa de magnitude forte do fator 7 – “Resolução de Problemas” – com a variável “uso do álcool” ($r=-0,94, p=0,00$) indica que quanto maior é a estratégia de resolução de problemas, menor é o uso do

álcool e vice-versa. Segundo Sousa e Hidaka (2021), estas duas estratégias se voltam para o problema, ou seja, são estratégias resolutivas. A primeira considera o pensamento coletivo e enxerga nas relações um apoio importante para as tomadas de decisões; a segunda estratégia busca resultados factuais e claros por meio do planejamento racional. O uso do cigarro e o uso do álcool são estratégias voltadas para a emoção e não resolutivas do problema e, por isso, são correlações negativas.

Em relação à entrevista semiestruturada, os dados foram apresentados diante da divisão de cinco categorias.

A vivência do luto antecipatório

De acordo com os temas que emergiram nos discursos dos familiares dos pacientes internados na UTI, percebe-se que o luto antecipatório é experimentado por eles, principalmente, porque a maior parte dos pacientes estava vivendo uma internação prolongada, com prognóstico desfavorável, e os familiares já haviam recebido a comunicação médica sobre a morte iminente dos pacientes. Os participantes relataram que estavam adequando suas rotinas, em casa, sem o paciente, que é citado, nas expressões, no passado, como se a morte já houvesse acontecido. Nos relatos a seguir, fica evidente essa questão: “Nossa relação era boa [...] Ele era bom também, muito bom.” (Tamara); “Você começa a lembrar das besteiras que vocês faziam juntas [...] coisas que vocês viveram, da comida que ela gostava.” (Karina); “Ele foi um grande amigo [...]” (Fausto).

Massocatto e Codinhoto (2020) descrevem o luto antecipatório como um processo em que o indivíduo pode vivenciar, em casos de doenças graves e em períodos longos de hospitalização, a necessidade de elaborar a perda ainda com o sujeito vivo, processo que pode gerar sentimento de culpa, visto que, diante do sofrimento, a pessoa pode desejar a morte do paciente para alívio da angústia de ambas as partes. No discurso a seguir, retrata-se o sentimento de culpa vivenciado pelo familiar diante do luto antecipatório e do desejo da morte: “É difícil, eu estou imaginando, estou com a mente

já, Deus que me perdoe, mas eu já estou com aquela imagem do caixão, já estou imaginando isso. Desculpa ser tão frio assim, é que realmente já estou imaginando isso, viu.” (Fausto).

Os familiares retratam, também, o fato de serem realistas, de buscarem enxergar o real essencialmente devido à realidade imposta pela equipe médica sobre o prognóstico desfavorável dos pacientes e a iminência da morte. De certa forma, os familiares ficam esperando por esse acontecimento, visto que foram comunicados da gravidade do estado do paciente. Alguns relatos demonstram essa situação: “Eu praticamente já estou esperando o telefonema, eu estou sendo realista, né, porque eu realmente fico naquela tensão, naquela angústia.” (Tamara); “Nossa, esses dias estão sendo os mais angustiantes da minha vida inteira. Mandaram uma mensagem do hospital sobre a doação de sangue, aí, eu já falei: Ai, meu Deus, é nota de falecimento [...]. Eu sei que pode acontecer, eles deixaram claro aqui, né, mas a gente não se prepara exatamente.” (Daiane). Segundo Melo et al. (2013), uma doença potencialmente fatal concebe a perda da ilusão da imortalidade, da invulnerabilidade e do controle sobre o destino, tanto para a pessoa adoecida quanto para os familiares, gerando angústia, incerteza e insegurança. Quando se fala evidentemente da morte, o medo, a dor e a angústia são os sentimentos predominantes. A estrutura psíquica mantém latente a consciência sobre a morte na maior parte do tempo, uma distância ilusória que traz segurança ao indivíduo. Contudo, essa organização psíquica se desordena diante da morte iminente, desencadeando sentimentos angustiantes aos sujeitos implicados nesse contexto.

O envelhecer também aproxima o sujeito das ideias de adoecimento e morte. Alguns familiares relataram que, diante da idade, por ser idoso, esperava-se que poderia acontecer, em algum momento, o surgimento ou o agravamento de uma doença, abeirando a morte: “Pela questão da idade dela, não que eu desejava, mas se espera que um dia iria adoecer, porque é comum, as pessoas envelhecem, adoecem e morrem.” (Daiane); “Quando a gente acompanha a doença, sempre tem medo de acontecer qualquer coisa de repente. Quando a pessoa já vem doente, a gente só reza para que Deus faça o melhor para ela.” (Karina).

O luto antecipatório também faz o indivíduo avaliar tudo o que foi vivido até o momento, o pensar nas realizações, nas superações, o que pode lhe trazer conforto: “Minha mãe viveu muito na vida dela, criou os filhos, viu crescer, educou todos, nunca deixou faltar nada, então, vamos dizer que ela tem o papel dela, a missão cumprida.” (Daiane). A fase da vida que mais se aproxima da morte é a fase idosa, e a morte iminente pode ser sentida, quando se fala em velhice, anteriormente à morte real, de forma simbólica, visto que as perdas diárias, como um modo de preparação para a morte real, aproxima o sujeito do momento em que ela, concretamente, acontece. Porém, deve-se reconhecer a singularidade das experiências de cada pessoa, ou seja, a iminência da morte de um idoso pode, ou não, ser mais aceitável, diante de suas vivências (Melo et al., 2021).

Vivendo ou revivendo o luto

Percebe-se, no relato dos participantes desta pesquisa, que alguns já haviam vivenciado perdas significativas anteriormente, e outros tiveram experiências de morte de familiares, porém sem vínculos tão próximos como os que possuíam com os pacientes internados. Essas vivências anteriores podem ou não favorecer o enfrentamento dos acontecimentos atuais, mas a maior parte dos participantes relatou que cada perda é única e, diante disso, cada luto também é único, com sentimentos próprios de cada relação: “É diferente, cada experiência foi diferente, cada um tem um sentimento que envolve, né?” (Mariana); “O de hoje tá totalmente diferente, não que eu não amasse meu pai, mas minha cumplicidade com a minha mãe é totalmente outra, com ele não tinha aquele vínculo” (Karina); “Nunca tive uma perda próxima assim, sempre foi só eu e ela, né.” (Gabriel).

No relato desses familiares, é possível comprovar o que Bolaséll et al. (2020) referem ao dizerem que todas as perdas podem afetar, de alguma forma, o indivíduo, mas são processos individuais e únicos, relacionados à vinculação da pessoa com o objeto perdido. Porém, os autores enfatizam que, mesmo sendo processos únicos, algumas reações são esperadas diante do luto, como sentimentos (tristeza, culpa, raiva, solidão, ansiedade), comportamentos (disfunções no sono e no apetite, agitação, choro,

isolamento social, sonhos, esquivar-se de lembranças), sensações físicas (aperto na garganta e no peito, vazio no estômago, falta de energia) e pensamentos (memórias invasivas, preocupações e pensamentos confusos). Nas falas a seguir, são retratadas essas questões: “Já me sinto muito sozinha (choro). Ele é a minha companhia, apesar de morar com meu filho, é diferente [...]. Já tive muitas perdas antes, foi uma atrás da outra, por isso que eu falo que estou vacinada, mas preparada a gente nunca tá.” (Mariana); “É complicado reviver a mesma história outra vez, esse mesmo sofrimento, a mesma angústia, o mesmo nervosismo, a mesma preocupação, tudo de novo.” (Karina).

Outro ponto evidenciado no discurso dos familiares foi a experiência de pessoas próximas a eles em relação à morte e ao luto – que, de algum modo, auxiliou na elucidação de dúvidas e no apoio de sugestões sobre como se comportar diante dessas situações. No discurso de Fausto, fica evidente essa questão: “[...] A minha prima também está me ajudando nisso, porque ela já teve a experiência, né, o meu tio que faleceu, ela já me deu palavras de conforto.” (Fausto); “A minha namorada está me ajudando muito, ela perdeu a mãe dela com problema de coração, então, ela passou por esse processo de UTI e ela sempre fala para mim ser forte [...]. ” (Daiane). Barbieri (2019) afirma que familiares e pessoas próximas são considerados como amparo e suporte emocional perante o luto e, quando possuem uma experiência prévia e pessoal relacionada a esse tema, podem favorecer ainda mais o indivíduo, visto que podem oferecer recomendações e conselhos ante os acontecimentos, fortalecendo os recursos de enfrentamento.

Culpa: Não consegui fazer ou fiz de maneira ineficaz

Alguns familiares retratam, em seus discursos, o sentimento de culpa diante de comportamentos não realizados, promessas não cumpridas ou desejos frustrados, vivências que esperavam concretizar com os pacientes internados. Também relatam situações em que fizeram o que o paciente desejava, contudo, com o sentimento atual de não ter sido suficiente: “[...] Eu tô devendo de levar ela pra Bahia, tem mais de cinco anos que tô querendo, só que tem mais de cinco anos que eu tô trabalhando, sem

conseguir tirar férias, as primeiras férias que eu ia tirar era agora, aí, infelizmente aconteceu isso” (Gabriel); “Tadinha, eu tô arrependida do cuscuz paulista que ela não comeu, ela queria comer cuscuz, eu não sei cozinhar.” (Karina). Horácio e Santos (2020) retratam que quanto maior é o vínculo afetivo do indivíduo com o paciente em terminalidade ou falecido, maior é a intensidade de sentimentos complexos, como medo, culpa e raiva, que podem dificultar o processo de enfrentamento do luto.

Clareza na comunicação da equipe médica

A maior parte dos familiares relatou que a equipe médica da UTI foi objetiva, realista e clara ao comunicar o prognóstico reservado dos pacientes e o quadro de terminalidade. Também referiram que a transparência e assertividade dos profissionais, de certo modo, conforta e oferece mais segurança: “[...] Nós nem fizemos perguntas, o médico respondeu tudo que a gente tinha para perguntar, com aquele jeito calmo, achei ele bem sereno, foi muito claro e abriu a minha mente” (Daiane); “Os médicos estão sendo muito claros, até a parte que eu entendo [...] sempre deixou claro: ‘é muito grave, um caso bem difícil, melhor deixar a família alerta, porque é bem grave’. Se eles ficassem me iludindo, pode ser que hoje eu não estaria tão tranquilo.” (Gabriel); “A minha última conversa com o médico foi bem fria, a conversa dele só me passou o que estava acontecendo, comentou que o risco de óbito é muito grande e eu entendi.” (Karina); “[...] O médico tá certo, ele não pode esconder nada da gente, né? Acho que ele foi certinho, foi cuidadoso e disse o que precisava ser dito.” (Mariana).

Monteiro e Quintana (2016) dizem que, para os familiares, a compreensão de uma comunicação de más notícias é limitada, pois a capacidade de compreensão e assimilação de informações está afetada pelo sentimento de angústia. Diante disso, o maior desafio está na capacidade de o médico realizar uma comunicação mais acessível e clara – visando facilitar o entendimento das verdades complexas que serão expostas e podendo proporcionar amparo aos familiares – e ser capaz de criar vínculo. Tais características favorecem o enfrentamento da finitude, considerado um momento delicado e desagradável para ambas as partes.

Um familiar relatou que teve uma experiência diferente, pois recebeu a comunicação de morte iminente no final de semana, por um médico plantonista que não acompanhava o enfermo diariamente e não havia formado um vínculo com esse familiar, causando sentimento de insegurança e incerteza sobre as informações passadas: “Quando o médico falou, era um plantonista, né. Acho que ele não sabia como que o médico tava lidando comigo, aquele que fica durante a semana, então, eu achei ele bem taxativo. No momento eu respirei e pensei: “Ah, não, segunda-feira o médico dele vai falar comigo, vou esperar o que ele vai falar, meio que fiquei na dúvida, porque não era o médico dele, entendeu? Mas era tudo o que ele falou mesmo. Só que ele foi mais assim pra falar, mais direto, mas era uma coisa que o médico já estava falando de outra forma, mas já estava.” (Tamara). Segundo Monteiro e Quintana (2016), a comunicação de más notícias é considerada pelos médicos como uma tarefa estressante e, por isso, em alguns momentos, evitam transmitir as informações sobre o quadro clínico do paciente ou o fazem de maneira ineficaz. Nesse caso, é possível perceber que a dificuldade do médico diarista em ser preciso em sua comunicação e a ausência de vínculo do médico plantonista complicaram a compreensão do familiar sobre o prognóstico reservado e a piora clínica do paciente.

A esperança de sobrevivência

No discurso de alguns familiares, foi possível identificar que, mesmo tendo consciência da gravidade do quadro dos pacientes, da iminência da morte e a possibilidade de experimentação do luto antecipatório, havia um sentimento de esperança na sobrevivência: “[...] agora é do organismo dela que depende, né, reagir para poder mudar” (Daiane); “Estamos aí, tentando, né.” (Gabriel). Ferreira e Mendes (2013) sugerem que, no contexto da UTI e da terminalidade, existe uma complexidade de sentimentos e, mesmo diante de prognósticos reservados e desfavoráveis, os familiares podem apresentar sentimento predominante de esperança como forma de sustentação emocional.

Ferreira e Mendes (2013) referem, também, que esse sentimento de esperança estará presente nesse contexto como um sustentador, no

sentido de uma esperança de conforto e, na maioria das vezes, não mais de cura, permitindo que os familiares visitem seus entes hospitalizados sendo sustentados por essa esperança, e não somente rodeados pelas variações de morte, que dificultam o enfrentamento e causam maior sofrimento aos envolvidos. Tal esperança favorece o processo de enfrentamento, no sentido de os familiares terem como se apoiarem, conseguindo acompanhar e estar próximos do paciente até seus últimos momentos: “[...] eu tenho consciência que o estado dele é grave, muito grave, entendeu? Mas, ao mesmo tempo você não quer, você entende? [...] eu estou sabendo que ele não tá bom, mas na hora que ele se for vai ser um baque, porque queira ou não queira você tem esperanças que a pessoa vai ficar boa, mas ao mesmo tempo você sabe que não, é um sentimento muito louco, não sei se tô conseguindo me expressar, se você consegue me entender, mas me ajuda.” (Mariana).

A esperança também pode estar conectada a uma crença religiosa/espiritual: “[...] A igreja também me dá força espiritual, Deus também, de eu buscar, orar pela minha mãe, Deus sabe o que tá fazendo, ela vai ter o melhor que Deus vai preparar pra ela [...] Ele coloca no meu coração, se voltar, Eu permiti [...]” (Daiane). Ferreira e Mendes (2013) ressaltam que a esperança e a espiritualidade podem caminhar juntas; a esperança podendo estar apoiada na crença religiosa mesmo diante da morte iminente. Referem, também, que está associada a uma tentativa de aceitação.

CONCLUSÃO

Com esta pesquisa, foi possível compreender que mesmo diante de um prognóstico reservado dos pacientes idosos e o quadro de terminalidade, o sofrimento psíquico é presente, independentemente da idade do sujeito adoecido, mas da qualidade do vínculo preexistente entre o familiar e o paciente. Também pode-se destacar que o luto antecipatório e a clareza na comunicação médica sobre a situação podem ser instrumentos favorecedores do enfrentamento dos familiares perante a angústia da hospitalização e da espera da morte iminente. Compreende-se que os sentimentos de culpa e de esperança são habituais nessas circunstâncias, essencialmente por conta da instabilidade de emoções e sentimentos que perpassa a cena

da iminência da morte. Assim como exposto nas entrevistas, a vivência anterior do luto, tanto a pessoal quanto a de uma pessoa próxima, que está oferecendo apoio, pode contribuir para o processo de enfrentamento dos sujeitos envolvidos, principalmente no que diz respeito às questões mais burocráticas, que exigem maior conhecimento e racionalidade da pessoa. Os participantes que já tiveram uma experiência anterior com o luto afirmam que cada vivência é única e, por isso, cada sentimento, emoção e intensidade depende da relação entre as pessoas envolvidas.

De acordo com o Inventário de Estratégias de *Coping*, constatou-se que a estratégia de enfrentamento mais prevalente foi a “Reavaliação Positiva”, uma estratégia voltada para o problema, seguida da “Fuga e Esquiva”, voltada para a emoção. Contudo, o resultado estatisticamente significativo se apresentou apenas em relação ao fator “Fuga e Esquiva”. Compreendeu-se também, neste estudo, que existe uma associação negativa entre o fator “Suporte Social” com o uso do cigarro e o fator “Resolução de Problemas” com o uso do álcool. A partir desses resultados, foi evidenciado que quanto mais o sujeito se utiliza de estratégias voltadas para o problema, que buscam resolver a situação desagradável, menos faz uso de substâncias como o tabaco e o álcool, que são estratégias voltadas para a emoção, relacionadas à fuga e à atenuação do problema. Assim, pode-se considerar que o suporte social, essencialmente em situações estressoras, pode funcionar como um fenômeno que protege a saúde mental e auxilia um enfrentamento positivo dos eventos que expõem o sujeito ao esgotamento e à tensão, proporcionando um sentimento de poder e de controle sobre a própria vida, pois se sente mais seguro e amparado quando com outra pessoa em situações difíceis (Estanislau et al., 2018).

Houve algumas limitações nesta pesquisa, principalmente no que se refere ao número de participantes, pois dois familiares foram recusados devido à insegurança em assinar o TCLE e este documento estar, de alguma forma, relacionado ao tratamento do paciente, mesmo com a explicação e a orientação da pesquisadora. A prioridade, nesta pesquisa, não era a quantidade de participantes, mas os conteúdos trazidos por eles, sobretudo em razão da entrevista semiestruturada. Entretanto, a quantidade da amostra pode ter interferido nos resultados quantitativos do Inventário de

Estratégias de *Coping*. Por isso, outros estudos, com os mesmos construtos e o mesmo tipo de público, são sugeridos diante da escassez de pesquisas com familiares de pacientes internados na UTI – mas é necessário amostras maiores para que alcancem resultados mais fidedignos.

Enfatiza-se a importância de realizar pesquisas que proporcionem aos participantes um momento de reflexão e de construção, além de se permitirem olhar para seus conteúdos latentes, para tudo que vinham formado durante essa vivência tão delicada e singular, para as questões psíquicas implicadas que, por vezes, podem ser ofuscadas e reprimidas. Os familiares, em sua maioria, agradeceram a oportunidade de poderem falar abertamente sobre assuntos tão complicados, como a morte e o luto, os medos, as angústias e as fantasias em torno desses temas.

Diante dos resultados obtidos, também é possível evidenciar a necessidade da implementação de novos protocolos e/ou programas educacionais, no contexto hospitalar, referentes à comunicação médica e da equipe multiprofissional de saúde em geral, de maneira humanizada e sensibilizada. Tal cuidado se deve essencialmente pelo contato com o próprio paciente, ainda mais quando se trata do público idoso e dos seus familiares, que experimentam um momento de fragilidade psíquica e/ou física, sobretudo no cenário da UTI.

REFERÊNCIAS

- Aciole, G. G., & Bergamo, D. C. (2019). Cuidado à família enlutada: uma ação pública necessária. *Saúde debate*, 43(122), 805 - 818. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912212>
- Alves, A. M., Correia, A. S. B., Pereira, A. T., Santos, L. P. A., & Vasconcelos, S. C. (2019). *Estratégias de enfrentamento para lidar com a morte de idosos hospitalizados: relato de experiência*. Anais VI CIEH. Campina Grande: Realize Editora. Recuperado de <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/53583>.

- Barbieri, J. (2019). *Viver o luto e as redes de apoio a familiares que perderam um ente querido*. (Tese de graduação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS). Recuperado de <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19995/TCCG-ENF-2019-BARBIERI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barth, A. A., Weigel, B. D., Dummer, C. D., Machado, K. C., & Tisott, T. M. (2016). Estressores em familiares de pacientes internados na unidade de terapia intensiva. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, 28(3), 323 - 329. doi: <https://doi.org/10.5935/0103-507X.20160055>
- Bolaséll, L. T., Nunes, F. R. C., Valandro, G. S., Rittmann, I., Markus, J., Weide, J. N., Seibt, L. T., Verde, L. V., & Rodrigues, C. S. M. (2020). *O processo de luto a partir das diferentes perdas em tempos de pandemia*. Porto Alegre: PUCRS. Recuperado de https://www.pucrs.br/coronavirus/wp-content/uploads/sites/270/2020/09/2020_09_03-coronavirus-cartilhas-o_processo_de_luto_a_partir_das_diferentes_perdas_em_tempos_de_pandemia.pdf
- Brasil. Ministério da Saúde. (2009). *Estatuto do Idoso / Ministério da Saúde*. – 2. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 70 p. – (Série E. Legislação de Saúde). Recuperado de https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/estatuto_idoso2edicao.pdf
- Bugança, J. B. & Kretzer, M. R. (2022). Morte e morrer na unidade de terapia intensiva adulto: sentimentos e estratégias dos profissionais de enfermagem. *Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde*. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Santa Catarina, SC. doi: <https://doi.org/10.5935/2446-5682.20220003>
- Constant, H. M. R. M. (2018). *Perspectivas das estratégias de coping em usuários de álcool*. (Tese de doutorado, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, RS). Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/327382629_PERSPECTIVA_DAS ESTRATEGIAS_DE COPING_EM_USUARIOS_DE_ALCOOL

- Corradi-Webster, C. M., Braga, C. M. S., & Santos, M. A. (2020). Consumo de drogas, rede e apoio social entre pacientes psiquiátricos ambulatoriais. *Avaliação Psicológica*, 19(2), 132-141. doi: <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2020.1902.03>
- Dancey, C. P. & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia usando SPSS para Windows*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Dias, E. N. & Pais-Ribeiro, J. L. (2019). O modelo de coping de Folkman e Lazarus: aspectos históricos e conceituais. *Revista Psicologia e Saúde*, 11(2), 55-66. doi: <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v11i2.642>
- Estanislau, M. A., Feitosa M. S., Ximenes V. M., Silva A. M. S., Araújo, M. S., & Bomfim, Z. C. (2018). Apoio social: modo de enfrentamento às vivências de humilhação e de vergonha em contextos de pobreza. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(2), 1-17. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n2/03.pdf>
- Ferraboli, S. F. & Quadros, A. (2020). Estratégias de coping diante da terminalidade: perspectivas de técnicos de enfermagem em UTI. *Saúde em Redes*, 6(2), 153-163. doi: <http://dx.doi.org/10.18310/244648132020v6n2.2533g519>
- Ferreira, P. D., & Mendes, T. N. (2013). Família em UTI: importância do suporte psicológico diante da iminência de morte. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, 16(1), 88-112. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582013000100006&lng=pt&tlng=pt.
- Folkman, S., & Lazarus, R. S. (1988). *Manual for the Ways of Coping Questionnaire (research edition)*. California: Consulting Psychologists Press.
- Horácio, F. C. A. & Santos, L. P. N. (2020). *O enfrentamento do luto na velhice diante da perda do cônjuge no âmbito familiar*. (Dissertação de graduação, Centro Superior UNA – UNACAT, Catalão, GO). Recuperado de <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/17239>
- Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer.

- Massocatto, F. I., & Codinhoto, E. (2020). Luto antecipatório: cuidados psicológicos com os familiares diante de morte anunciada. *Revista Farol – Rolim de Moura – RO*, 11(11), 128-143. Recuperado de <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/262/205>
- Melo, A. F. V., Zeni, L. L., Costa, C. L., & Fava, A. S. (2013). A importância do acompanhamento psicológico no processo de aceitação de morte. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(1), 152-166. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Melo, C. F., Morais, J. C. C., Medeiros, L. C. L., Lima, A. C. F. B., Bonfim, L. P., & Martins, J. C. O. (2021). O binômio morte e vida para idosos em cuidados paliativos. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 22(2), 5-18. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702021000200002&lng=pt&tlng=pt.
- Monteiro, D. T. & Quintana, A. M. (2016). A comunicação de más notícias na UTI: perspectiva dos médicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(4). doi: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e324221>
- Monteiro, M. C., Magalhães, A. S., & Machado, R. N. (2017). A Morte em cena na UTI: a família diante da terminalidade. *Temas em Psicologia*, 25(3), 1285 - 1299. doi: <https://doi.org/10.9788/TP2017.3-17Pt>
- Morero, J. A. P., Bragagnollo, G. R., & Santos, M. T. S. (2018). Estratégias de enfrentamento: uma revisão sistemática sobre instrumentos de avaliação no contexto brasileiro. *Revista Cuidarte*, 9(2), 2257 - 2268. doi: <https://doi.org/10.15649/cuidarte.v9i2.503>
- Navarro, D. J. & Foxcroft, D. R. (2019). *Learning statistics with jamovi: a tutorial for psychology students and other beginners*. (Version 0.70).
- Peixoto, T. T., Servo, M. L. S., Fontoura, E. G., Oliveira, M. A. N., Coelho, M. M. P., & Andrade, J. N. (2021). Estratégias de enfrentamento ao luto por COVID-19 para familiares que vivenciam conflitos e dilemas éticos. *Saúde coletiva*, 11(60), 4610 - 4614. doi: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2021v11i60p4610-4619>

- Santos, R. C. S., Yamamoto, Y. M., & Custódio, L. M. G. (2017). Aspectos teóricos sobre o processo de luto e a vivência do luto antecipatório. *Psicologia.pt: O portal dos psicólogos*, 1 - 18. Recuperado de <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1161.pdf>
- Savóia, M. G., Santana, P., & Mejias, N. P. (1996). Adaptação do Inventário de Estratégias de Coping de Folkman e Lazarus para o português. *Revista de Psicologia USP*, 7(1/2), 183 - 201. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771996000100009&lng=pt&tlng=pt.
- Soares, L. G. A., & Castro, M. M. (2017). Luto: colaboração da psicanálise na elaboração da perda. *Revista Psicologia e Saúde em Debate*, 3(2), 103 - 114. doi: <https://doi.org/10.22289/V3N2A9>
- Sousa, E. S. & Hidaka, A. H. E. (2021). Coping: estratégias de enfrentamento de profissionais da saúde atuantes na assistência durante o contexto de combate à pandemia da COVID-19. *Health Residencies Journal - HRJ*, 2(12), 160–187. doi: <https://doi.org/10.51723/hrj.v2i12.157>
- Souza, I. I. A. (2018). *Estratégias de coping e sua relação com o engajamento no trabalho: um estudo com professores universitários*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Bahia, BA). Recuperado de https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/indyara_souza.pdf
- Woinarovicz, B. P., & Moreira, M. C. (2020). Estratégias de enfrentamento de familiares de pacientes em UTI: uma revisão sistemática da literatura. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, 23(2), 126 - 138. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582020000200012&lng=pt&tlng=pt.

Recebido em 24/01/2023

Aceito em 28/08/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Percepção do suporte organizacional e do capital social em trabalhadores em tempo de pandemia

Perception of organizational support and social capital in workers during a pandemic

Percepción del apoyo organizacional y del capital social en trabajadores en tiempos de pandemia

*Nilton Soares Formigaⁱ
Thalita Kelle Pires Beserraⁱⁱ
Juliana Bianca Maia Francoⁱⁱⁱ
Ricardo Ovídio de Oliveira Lima^{iv}
Ionara Dantas Estevam^v*

Resumo

Em razão da emergência em saúde pública declarada como pandemia global pela OMS em 2020, foi imprescindível o nascimento e desenvolvimento de pesquisas e estudos nas mais diversas disciplinas científicas. Entender como está a relação entre suporte organizacional e capital social tornou-se salutar em face das constantes mudanças organizacionais que se operam com vistas ao desenvolvimento organizacional através dos sujeitos que as compõem e as relações que se manifestam, influenciando inclusive o atingimento de objetivos

ⁱ Universidade Potiguar, RN, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4907-9736>. E-mail: nsformiga@yahoo.com

ⁱⁱ Universidade Potiguar, RN, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2693-8702>. E-mail: tpiresb@gmail.com

ⁱⁱⁱ Universidade Potiguar, RN, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7566-2688>. E-mail: juliana_franco_@hotmail.com

^{iv} Universidade Potiguar, RN, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1645-7537>. E-mail: ricardooliveira-adv@hotmail.com

^v Universidade Potiguar, RN, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4123-3244>. E-mail: ionaradantas@gmail.com

nas corporações. Este artigo objetivou avaliar a relação entre o suporte organizacional e o capital social para trabalhadores em função do contexto do isolamento social devido à pandemia de Covid-19. No que se refere aos instrumentos da pesquisa, foram utilizadas a Escala de Percepção de Suporte Organizacional (EPSO) e a escala de capital social para o contexto nacional, em trabalhadores de distintas organizações. De acordo com os resultados, as escalas de medidas sobre suporte organizacional e capital social foram consistentes, garantindo a qualidade do construto e tendo, em seguida, confirmado o objetivo central, o qual hipotetizava a relação positiva entre ambos os construtos, bem como, na avaliação da variação dos escores médios, quanto maior o escore no construto do suporte organizacional, maior a pontuação no alto capital social.

Palavras-chave: *suporte organizacional; capital social; trabalhadores; Covid-19.*

Abstract

Because of public health emergency declared as a global pandemic by the WHO in 2020, which still persists in the current scenario of 2022, the birth and development of research and studies in the most diverse scientific disciplines was essential. Understanding how the relationship between organizational support and social capital is has become healthy in the face of constant organizational changes that operate with a view to organizational development through the subjects that compose it and the relationships that are manifested, including influencing the achievement of objectives in corporations. This article aimed to evaluate the relationship between organizational support and social capital in workers in the context of social isolation due to the Covid-19 pandemic. About the research instruments, the Perception of Organizational Support Scale (EPSO) and the Social Capital Scale were used for the national context, in workers from different organizations. According to the results, the measurement scales on organizational support and social capital were consistent, thus guaranteeing the quality of the construct; having then confirmed the main objective of the dissertation, which hypothesized the positive relationship between both constructs, as well as, in the evaluation of the variation of the average scores, the higher the score in the organizational support construct, the higher the score at the top share capital.

Keywords: *Organizational support; Share capital; Workers; Covid-19.*

Resumen

Debido a la emergencia de salud pública declarada como pandemia mundial por la OMS en 2020, que aún persiste en el escenario actual de 2022, fue fundamental el nacimiento y desarrollo de investigaciones y estudios en las más diversas disciplinas científicas. Comprender cómo es que la relación entre el apoyo organizacional y el capital social se ha tornado saludable frente a

los constantes cambios organizacionales que operan con miras al desarrollo organizacional a través de los sujetos que la componen y las relaciones que se manifiestan, incluso influyendo en el logro de los objetivos en las corporaciones. Este artículo tuvo como objetivo evaluar la relación entre el apoyo organizacional y el capital social en trabajadores en el contexto de aislamiento social por la pandemia de Covid-19. En cuanto a los instrumentos de investigación, se utilizaron la Escala de Percepción de Apoyo Organizacional (EPSO) y la Escala de Capital Social para el contexto nacional, en trabajadores de diferentes organizaciones. De acuerdo con los resultados, las escalas de medición sobre apoyo organizacional y capital social fueron consistentes, garantizando así la calidad del constructo; tendo em seguida confirmado o objetivo central, o qual, hipotetizava-se a relação positiva entre ambos os construtos, bem como, na avaliação da variação dos escores médios, quanto maior o escore no construto do suporte organizacional, maior a pontuação no alto capital social.

Palabras clave: Apoyo organizativo; Capital social; trabajadores; Covid-19

O estudo do desenvolvimento das organizações no decorrer dos tempos tem sido relevante para estabelecer novos parâmetros em relação ao desempenho do sujeito trabalhador à organização à qual está ligado. De acordo com Moreno (2002), o desenvolvimento e a modificação das propriedades de gerenciamento influenciaram diferentes transformações no ambiente empresarial, o que veio a direcionar orientações e práticas de comportamentos organizacionais para novas alternativas de gestão que fossem aparelhadas por visualizar aspectos correspondentes à emoção, ao prazer, à satisfação, aos sonhos etc. do trabalhador.

Essa condição poderá ser compreendida com a observação de eventos, especialmente daqueles relacionados à saúde geral do trabalhador, no ano de 2022, com o início da pandemia do novo coronavírus. Destaca-se que não apenas os trabalhadores, mas a sociedade em geral precisaram desenvolver estratégias de minimização das distâncias provocadas pela necessária suspensão de atividades presenciais. Empresas e organizações foram levadas a reinventarem seus modos funcionais e estruturais de trabalho de maneira urgente e eficiente (Rodrigues Moscon, Queiroz & Silva, 2020; Rodrigues, Faiad, & Facas, 2020).

As empresas conduziram seus funcionários predominantemente ao estilo *home office* a fim de evitar a propagação do vírus, afetando diretamente

a relação trabalhador-organização (Álvarez et al., 2020; Almeida, 2019). Tal prática tinha, até recentemente, foco exclusivo na diminuição de custos estruturais e no aumento de produtividade dos colaboradores (Rodrigues Moscon, Queiroz & Silva, 2020; Rodrigues, Faiad, & Facas, 2020).

Porém, no contexto pandêmico, o *home office* tornou-se uma alternativa para alcançar os objetivos organizacionais, exigindo destreza tecnológica que nem todos os funcionários dominavam e provocando mudanças no ambiente doméstico a fim de transformá-lo em ambiente laboral equipado com as ferramentas necessárias. A adaptação teve impactos positivos em relação à mitigação de despesas, à maior flexibilidade, ao convívio familiar e no melhor aproveitamento do tempo que seria despendido no deslocamento entre casa e trabalho (Mendes, Oliveira e Veiga 2020). Nesse contexto, as mudanças provocadas resultaram nas adversidades de infraestrutura tecnológica, dificuldade de adaptação, sobrecarga laboral e falta de reconhecimento (Filardi et al., 2020).

O surgimento de diversas novas exigências sem preparo prévio, a insegurança com relação à duração e às consequências da pandemia, a redução de salários e a incerteza sobre a permanência no trabalho afetaram diretamente a saúde mental dos trabalhadores (Araújo & Lua, 2021). Nesse sentido, mudanças na rotina de trabalho e até uma revisão das necessidades de manutenção de processos e estruturas precisaram ser realizadas pelas empresas para que os impactos fossem reduzidos (Castro et al., 2020).

Assim considerado, no contexto em que foi desenvolvida a pesquisa, a situação não mais impera nas tônicas das relações entre o sujeito e a organização. Devido à condição social de saúde e às pesquisas desenvolvidas sobre o tema (Barroso et al., 2020; OIT, 2021; Santos, Fernandes, Almeida, Miranda, Mise, & Lima, 2020; Silva & Carvalho, 2021), estudos têm se desenvolvido com vistas à avaliação do comportamento organizacional e implementação de práticas e, até, de políticas de recursos humanos destinadas ao treinamento do trabalhador para melhor desempenho laboral, produtivo, mas com um ambiente de trabalho saudável.

É importante que mesmo diante de um cenário pandêmico, a organização, por meio de sua gestão, ofereça suporte psicológico, bem como

atualizações que conduzam o funcionário em segurança nesse contexto, trazendo uma característica mais agradável e humanitária no apoio oferecido aos colaboradores, aprimorando o capital social (Moraes et al., 2021).

É possível afirmar que pensar a variável Suporte Organizacional Percebido (SOP), nesse contexto, faz-se importante na medida em que o fenômeno do isolamento coloca em questão os aspectos intrínsecos (fatores psicológicos) e extrínsecos que influenciam o ambiente de trabalho (Formiga et al., 2014).

A definição de SOP é compreendida em torno da percepção de uma relação de troca entre o empregador e o colaborador que leva em conta a crença deste sobre a preocupação da empresa com seu bem-estar enquanto lhe oferece sua força de trabalho. Os estudos sobre suporte organizacional concentravam-se nos incentivos financeiros, porém a complexidade dos fatores que influenciam o desempenho dos trabalhadores revelou a necessidade de um suporte mais amplo, contemplando outras dimensões do sujeito (Formiga et al., 2015).

Com isso, de acordo com Eisenberger, Ford, Buffardi, Stewart e Adis (2015), o SOP apresenta-se como uma espécie de conciliador no que corresponde à combinação organização-trabalhador, uma vez que, através do suporte dispensado, promove-se a aproximação do reconhecimento e valorização profissional. Observar de que modo as relações entre a organização e o sujeito trabalhador afetam o desempenho profissional trazem direcionamentos qualificados na gestão organizacional (Formiga et al., 2017; Scorsolini-Comin et al., 2012; Tamayo & Paschoal, 2003; Tractenberg, 1999).

Segundo Tomasi et al. (2020), a compreensão acerca do suporte organizacional associa-se às relações de troca entre subordinados e superiores hierárquicos, à medida que exista um reconhecimento tanto dos trabalhos desenvolvidos e suas contribuições diretas na organização quanto antecedentes da percepção positiva do ambiente de trabalho. Com isso, existe uma percepção de retribuição por parte do trabalhador com vistas sua autonomia, promoção, estabilidade na organização.

Da mesma maneira, investigar a relação entre os sujeitos trabalhadores no período pandêmico, diante da necessidade de isolamento e

distanciamento social, proporciona o entendimento das estratégias encontradas para o seu desenvolvimento e como o SOP influencia tal dinâmica. De acordo com Habtoor (2016), o suporte prestado pela organização associa-se ao capital social, já que se levam em conta relações sociais, sistema de recompensas e reconhecimentos funcionais, envolvimento do trabalhador na organização, bem como seu comportamento.

O capital social surge como a rede de interações entre funcionários que permite o compartilhamento de procedimentos e habilidades que favorecem o desenvolvimento dos objetivos organizacionais. É o constructo resultante da interligação entre capital intelectual e capital humano, mediador das relações entre sujeitos na organização (Alguezaui & Filieri, 2010; Santos et al., 2020).

O capital social pode ser compreendido a partir de três âmbitos: 1) o estrutural, que representa a rede de relações entre os indivíduos; 2) o relacional, que se refere a características intrínsecas dos relacionamentos, como confiança e afetos; 3) o âmbito cognitivo, que se liga aos objetivos comuns aos atores da relação (Zhao et al., 2016). Ao tratar de capital social, é importante perceber as mudanças organizacionais que trazem novos contextos no que corresponde à diversidade de variáveis, tais como as sociais, econômicas, emocionais e comportamentais, em que as empresas buscam compreender seus processos, percebendo a influência que trazem para a cultura organizacional.

Ao romper com o modelo de gestão tradicionalista, no qual se concebia apenas uma perspectiva técnica e mecânica do desenvolvimento profissional, o mercado moderno destaca que as práticas de gerenciamento com base no escopo da promoção do desenvolvimento e da construção das relações e interações sociais entre os sujeitos, estabelecem vínculos e, conseqüentemente, compartilham experiências, emoções e vivências entre os trabalhadores (Cardozo & Silva, 2014; Moreno, 2002).

Unindo aspectos humanos e cognitivos, o capital social nos proporciona a compreensão dos aspectos subjetivos da atividade laboral para o sujeito e como eles influem na sua produtividade, afirmando, ainda, o quanto é importante no recurso humano para a empresa o compartilhamento do capital intelectual e a manutenção de um capital social qualificado

(Formiga et al., 2021). Ademais, a percepção favorável do trabalhador acerca do suporte recebido tem mais chances de motivá-lo a atingir os objetivos elaborados pela organização e de que essa atitude seja uma constante no desempenho de sua função (Oliveira-Castro et al., 1999).

Em se tratando de um contexto organizacional, Ghosal e Nahapiet (1998) evidenciam o capital social como um instrumento de desenvolvimento de redes de comunicação e parcerias, possibilitando a troca e criação de conhecimento, sendo formado por três dimensões: 1) estruturais; 2) relacionais; 3) cognitivas.

De acordo com Bharati et al. (2015), a dimensão estrutural se refere à organização de redes e à interação entre indivíduos; a dimensão relacional permeia as emoções que são construídas a partir das interações; a dimensão cognitiva evidenciará os atributos comuns existentes e a socialização de recursos entre as organizações, tangíveis ou intangíveis.

De outra maneira, o capital social também pode ser compreendido em fatores inter-relacionais – confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica –, tendo em vista que as redes de relação têm por objetivo o bem-estar comum por intermédio da cooperação, da confiança e do apoio mútuo (D´Araujo, 2003).

O capital social no ambiente organizacional consiste, portanto, nos laços de interação social, confiança e valor que são compartilhados entre os sujeitos (Jeong et al., 2021). Neste construto, destaca-se uma perspectiva que tem o objetivo de facilitar as relações da comunidade organizacional com vistas à criação de vínculos cooperativos (redes de solidariedade) (Campbell, 2020).

Desta maneira, o capital social é uma variável oportuna para compreensão das práticas “subjetivas” no trabalho, exercendo sua influência em aspectos relacionados ao comportamento da organização que se conectam diretamente com a satisfação e o engajamento perante o clima organizacional (Formiga et al., 2020).

Este artigo avalia a percepção do trabalhador em relação ao suporte que a organização lhe oferece e à sua relação com o desenvolvimento do capital social no contexto do isolamento social devido à pandemia de Covid-19. Em termos gerais, a pesquisa em questão é relevante tanto por

compartilhar as estratégias de funcionamento das organizações e os seus impactos na vida do trabalhador no contexto tão singular da pandemia de Covid-19 mas também por servir aos âmbitos acadêmico e profissional e contribuir para o avanço no desenvolvimento da relação entre trabalhador e organização.

MÉTODO

Tipo De Pesquisa

Tem-se como perspectiva epistemológica do estudo a concepção filosófica Pós-positivista, assumindo uma abordagem estratégica de pesquisa de natureza quantitativa, desenvolvendo um estudo descritivo, exploratório e correlacional (Creswell & Clark, 2013; Flick, 2009) com trabalhadores de organizações públicas e privadas no Brasil.

Amostra

A amostra foi coletada por meio do método bola de neve, considerando o trabalhador que, quando consultado, aceitasse participar da pesquisa e concluisse por inteiro as respostas no questionário. Através do pacote estatístico G Power 3.1, calculou-se o poder estatístico relacionando o 'n' necessário para a pesquisa e tipo de cálculo a ser realizado (Faul et al., 2007). Considerando uma probabilidade de 95% ($p < 0,05$), magnitude do efeito amostral ($r^3 0,50$) e um padrão de poder hipotético ($\pi^3 0,80$), uma amostra de 202 trabalhadores com idades acima de 18 anos, brasileiros, revelou-se suficiente, tendo os seguintes indicadores estatísticos: $t \geq 1,98$; $\pi = 0,96$; $p < 0,05$.

Para que os trabalhadores participassem da pesquisa, eles deveriam, individualmente, marcar/assinalar, no espaço concedido no formulário eletrônico, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), estabelecido na Resolução 466/12, para as pesquisas com seres humanos e que foi aprovado com o número CAAE 51234721.8.0000.5296.

Quanto aos critérios de inclusão, participaram da pesquisa servidores públicos, comissionados, celetistas (contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) ou em Regime Especial de Direito Administrativo; que estavam ativos em suas funções; contratados há mais de um ano; com carga horária de trabalho entre 6 horas e 8 horas diárias e idade acima de 18 anos.

Foram apresentadas aos participantes questões relativas aos benefícios da pesquisa (por exemplo, percepção da qualidade de vida no trabalho, identificação de melhor funcionamento da organização, autoavaliação do sistema laboral etc.), bem como os possíveis riscos envolvidos em participar da pesquisa, os quais poderiam ser os mínimos (sentir-se envergonhado, inibido ou desconfiado etc.). Mesmo existindo possíveis riscos relacionados a dano moral ou constrangimento diante das perguntas, ou devido à interação pesquisadora-respondentes, situação indispensável para a execução da pesquisa, podendo acarretar insegurança e constrangimento, levando a danos morais e psíquicos, diante dessa situação, o respondente não era obrigado a continuar a pesquisa (seja ao responder eletronicamente, seja fisicamente), desistindo sem prejuízo ou insistência da pesquisadora. O questionário ficou disponibilizado durante três meses na sua versão eletrônica, tendo um tempo de, aproximadamente, 10 minutos para que fosse preenchido em sua totalidade.

Locus de Pesquisa

O estudo foi desenvolvido por meio eletrônico, através do *Google Forms*, aos profissionais em atuação no mercado de trabalho brasileiro. Aqueles que desejassem contribuir com a sua participação, deveriam acessar o formulário eletrônico enviado por meio das redes sociais e/ou e-mails. A todos foi informado que a participação seria voluntária, anônima e sigilosa.

Instrumentos da Pesquisa

No que se refere aos instrumentos da pesquisa, foram utilizadas a Escala de Percepção de Suporte Organizacional (EPSO) e a a escala de capital social.

A EPSO, desenvolvida por Eisenberger et al. (1986), adaptada e validade para o contexto brasileiro por Siqueira (1995), é composta por 9 itens. Tem por objetivo avaliar o quanto as pessoas que trabalham em organizações públicas e/ou privadas percebem que a empresa tem uma preocupação com o bem-estar do empregado. Para mensurar o construto, o respondente deveria indicar a sua resposta, marcando com o item corresponde à sua resposta, em uma escala de sete pontos que variava de 1 = discordo totalmente a 7 = concordo totalmente.

No estudo inicial de Siqueira (1995), essa medida apresentou um alfa de 0,86, revelando uma consistência interna na mensuração do construto. Em outra amostra com trabalhadores brasileiros, orientando-se na análise psicométrica do estudo de Siqueira (2014), Formiga et al. (2014) verificaram, através da análise fatorial confirmatória, a consistência da estrutura fatorial da escala, tendo indicadores psicométricos que garantiram a organização fatorial proposta pela autora da EPSO ($\chi^2/df = 1,42$, RMR = 0,02, GFI = 0,99, AGFI = 0,97, CFI = 0,99, TLI = 0,99 e RMSEA = 0,03).

A escala de capital social, criada por Nahapiet e Ghoshal (1998), validada por Fandiño et al. (2018) para o contexto brasileiro e organizada por 25 itens, propõe-se a identificar a existência de vínculos entre os profissionais da organização, os tipos de relacionamentos construídos e a percepção dos trabalhadores acerca da importância da interação, da conexão e do compartilhamento de experiências. A ferramenta utiliza uma escala Likert de seis (0 = Pouco a 5 = Muito) referente ao quanto os respondentes se identificam com os itens apresentados.

A estrutura fatorial da escala de capital social é definida com base em três dimensões oblíquas (relacional; cognitiva; estrutural) para verificar e mensurar o capital social em trabalhadores de distintas organizações. No Brasil, Formiga et al. (2019), em uma amostra de trabalhadores de organizações públicas e privadas, revelaram a existência de indicadores estatísticos

correspondentes aos exigidos na literatura relacionada à psicometria, considerando a escala confiável e fidedigna. Além dessas medidas, questões relativas aos dados sociodemográficos e profissionais foram considerados (por exemplo: sexo, idade, renda econômica, tempo de serviço e tipo de organização).

Técnica de análise de dados

No que se refere à análise dos dados, foram realizadas estatísticas descritivas, inferenciais e consistência interna, correlações de Pearson, análise de variância, focada na Anova One-way e teste t de Student; todas realizadas no software estatístico SPSS (versão 25.0).

RESULTADOS

Com a finalização da coleta dos dados, as respostas foram categorizadas no programa Excell e transportadas, em seguida, para o pacote estatístico SPSS, em sua versão 25.0. Avaliou-se a informação sociodemográfica da amostra, a qual apresentou as seguintes características: participaram da pesquisa 202 trabalhadores com idades acima de 18 anos: 62% (a maioria) do sexo feminino, 38% do sexo masculino, 46% casados, 34% solteiros, 10% em união estável, 6% divorciados e 2% viúvos.

Quanto às características laborais, 35% eram do setor público, 55% do setor privado e 10% de ambos os setores. Em termos de temporalidade laboral, os profissionais tinham tempo de serviço que variou de 1 ano a 42 anos ($M = 9,19$, $d.p. = 8,19$). Em relação ao nível de formação educacional, 38% tinham especialização, 26% nível superior, 15% nível médio, 16% mestrado e 5% doutorado.

Em relação à qualidade da amostra, no que diz respeito à multicolinearidade, a correlação entre as variáveis correspondeu aos parâmetros definidos por Tabachnick e Fidell (2001) [$r \leq 0,90$, variando de 0,12 a 0,71], destacando a não existência de variáveis com alto grau de correlação, sendo capaz de gerar modelos preditivos ou correlacionais com baixo erro de medida. Quanto à presença de *outliers* multivariados, o teste de

normalidade de Kolmogorov-Smirnov (KS), destinado à análise de amostras superiores a 100 sujeitos, revelou que a amostra é normal ($KS = 0,91$, $p < 0,36$).

Por ter encontrado estudos que utilizaram tais escalas para o contexto de língua portuguesa – por exemplo, de Fandiño et al. (2018) em Portugal e de Formiga et al. (2018, 2019) no Brasil – os quais apresentaram indicadores estatísticos bastante consistentes relacionados à medida e à definição dos construtos utilizados. Procurou-se avaliar apenas a confiabilidade dessas medidas. Buscando cumprir esta condição, considerou-se o alpha de Cronbach (α) (devendo ser ³ 0,70, mas, também, valores até 0,60 são aceitáveis) (Hair et al., 2008; Hutz et al., 2015; Pasquali, 2011).

Na Tabela 1, observam-se os indicadores estatísticos, os quais estão acima de 0,70 para ambas as escalas. De forma geral, a condição empírica das medidas avaliadas garantiram a sua consistência para o contexto amostral avaliado. Ainda na Tabela 1, apresenta-se a manutenção na variação dos alfas (V) que permaneceram próximos aos alfas previamente observados, condição que verificou uma homogeneidade dos indicadores para os construtos. A título de acréscimo, foi considerado o Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC), que revelou escores com um intervalo de confiança compatível ao estabelecido na literatura estatística, garantindo a confiabilidade das medidas na amostra avaliada para futuros estudos.

Tabela 1. Escores dos alfas de Cronbach (α) das escalas administradas em trabalhadores

| Construtos/Variáveis | Alfa de Cronbach | | | ICC (IC 95%) |
|-------------------------------|-------------------------|----------------------------------|------------|----------------------|
| | α_{geral} | $V\alpha_{\text{Item excluído}}$ | F Friedman | |
| Suporte Organizacional | 0,81* | 0,78-0,85 | 18,43* | 0,81* (0,78-0,88) |
| Capital social organizacional | 0,95* | 0,89-0,98 | 39,54* | 0,95* (0,90-0,97) |
| Relacional | 0,93 | 0,92-0,93 | 7,30* | 0,93* (0,91-0,95) |
| Cognitivo | 0,91 | 0,91-0,94 | 8,75* | 0,91* (0,90-0,94) |
| Estrutural | 0,89 | 0,85-0,90 | 12,73* | 0,89* (0,85-0,90) |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Notas: $V\alpha$ = Variação alfa quando o item for excluído; F = Teste de Friedman; ICC = Correlação intraclasse. * $p < 0,001$.

A partir desses resultados, destaca-se que os indicadores psicométricos garantiram a utilização das escalas no contexto de pesquisa administrado para este artigo, além de representarem muito bem o conteúdo a que se propunham tanto para o suporte organizacional (Formiga et al., 2018) quanto para o capital social (Formiga et al., 2019), condição que corrobora a consistência das medidas tornando-as seguras para o conjunto teórico-empírico dos instrumentos abordados. De forma geral, as condições estabelecidas nas análises psicométricas possibilitaram a qualidade empírica das medidas, as quais foram capazes de avaliar o fenômeno apresentado para este estudo. Considera-se que os respondentes, em ambas as escalas, reconheceram o conteúdo e o sentido dos referidos instrumentos apresentados a eles, sendo seguros e confiáveis.

Com base nesses resultados, procurou-se verificar a relação entre as variáveis de suporte organizacional e de capital social em trabalhadores. Para isso, procedeu-se a análise da correlação de Pearson (r) entre as variáveis, sendo observada uma relação positiva, acima de 0,30, e significativa entre as variáveis, conforme demonstrado na Tabela 2. É destaque, também, que todos os escores médios estiveram acima da mediana. Um

resultado complementar que pode ser destacado com relação às dimensões do Capital Social Organizacional – ECSO (dimensão relacional, estrutural e cognitiva) e o suporte organizacional (EPSO), para as quais, realizou-se o cálculo da correlação, revelando relação positiva da dimensão do capital social com a EPSO – respectivamente, capital estrutural ($r = 0,69$, cognitivo $r = 0,56$ e relacional $r = 0,61$).

Tabela 2. *Análise descritiva e correlação de Pearson (r) do suporte organizacional e do capital social organizacional em trabalhadores*

| Variável independente | Média | d.p. | Mediana | Min-Máx | Correlação Pearson (r) PSO |
|---|--------|-------|---------|--------------|----------------------------|
| Percepção Suporte Organizacional (EPSO) | 31,13 | 4,27 | 271,22 | 5,00-46,00 | --- |
| Capital Social Organizacional (ECSO) | 155,12 | 32,15 | 135,16 | 29,00-179,00 | 0,69* |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Notas: * p-valor < 0,001. PSO = Percepção do Suporte Organizacional

Tendo sido corroborada a relação entre as variáveis, realizou-se uma análise multivariada (Anova one-way) associada ao teste *post-hoc* de *Sheffé* com o objetivo de avaliar as diferenças nas pontuações médias na variável dependente ECSO *versus* independente, isto é, a EPSO. Por encontrar nestas variáveis (independentes e dependentes), correspondente ao somatório dos itens de cada construto uma distribuição ampla entre mínimo e máximo, optou-se por dividi-la em 3 categorias (baixa, moderada e alta) e, para isso, teve-se em conta a análise de quartis.

Na Tabela 3, apresentam-se estes resultados: observou-se a existência de resultados significativos no efeito direto; no capital social, o escore médio dos respondentes foi mais alto (isto é, na avaliação dos sujeitos, a organização investe no capital) em função do suporte organizacional, isto é, quanto maior a percepção do suporte organizacional, maior o capital social entre os trabalhadores. A partir desses resultados, voltou-se para a

análise dos Tamanhos do Efeito (TDE); a necessidade dessa avaliação se deve à importância de verificar o TDE, compreendido em termos do grau ou da dimensão em que o fenômeno está presente na população ou amostra pesquisada, sendo exclusivo desta.

O poder do teste se refere à suposição de probabilidade do pesquisador em relação ao seu poder de detecção em sinalizar que a diferença observada na comparação entre os grupos ou eventos avaliados, para poucas variáveis ou sujeitos, foi insignificante. Para isso, o poder desse teste, em geral, é fixado por convenção, exigindo ser ³ 80%, em cada 'd'observado (Cohen, 1992a;1992b). Dessa maneira, observou-se um TDE acima de 0,90, podendo-se afirmar que é possível que tais resultados, de fato, estejam presentes nas organizações, na concepção dos funcionários.

Tabela 3. Médias (desvio-padrão) e diferença obtida entre as variáveis em função do suporte organizacional

| Variáveis | Nível Suporte organizacional | | | F | p < | d Cohen | Tamanho do efeito |
|-------------------------------|------------------------------|----------------------|----------------------|------|------|---------|-------------------|
| | Baixo | Moderado | Alto | | | | |
| Capital Social Organizacional | 19,40 d.p. = 1,05 | 22,01 d.p. = 0,71 | 25,49 d.p. = 1,16 | 7,57 | 0,01 | 10,70 | 0,98 |
| | B 16,96 d.p. = 0,75 | 20,00 d.p. = 1,45 | 21,25± 2,71 | | | | |
| Capital Social Organizacional | M 19,80 d.p. = 1,40 | 22,58 d.p. = 0,90 | 23,64± 1,32 | 3,14 | 0,01 | 4,44 | 0,91 |
| | A 21,67 d.p. = 3,13 | 27,22 d.p. = 1,27 | 28,85± 0,77 | | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Notas: B = Baixo, M = Moderado, A = Alto. * p-valor ≤ 0,01, R² = 0,35

DISCUSSÃO

A partir dos achados empíricos, inicialmente, destaca-se a qualidade da consistência interna das escalas utilizadas, as quais apresentaram resultados que revelam sua condição de uso para o contexto amostral de trabalhadores. A importância desses resultados não apenas se deve à condição de que eles corroboram a pesquisa de Formiga e Souza (2014) e de Formiga

et al. (2015) sobre o suporte organizacional e de Formiga et al. (2019) sobre o capital social, mas, também, porque os resultados foram observados em um contexto de isolamento social devido à Covid-19 – pois os estudos dos autores supracitados ocorreram bem antes de tal situação.

Com base nos indicadores psicométricos, é possível destacar que os participantes da pesquisa avaliaram tais construtos em uma dinâmica organizacional e funcional bastante distinta para o mundo do trabalho, pois se encontravam no contexto da pandemia de Covid-19.

Merece destaque a segurança das medidas em questão por revelaram a capacidade da avaliação das variáveis para o ambiente laboral, correspondendo à indicação do estudo de Formiga et al. (2020), ao destacarem que tais medidas manteriam semelhantes indicadores psicométricos quando aplicados em contexto amostral semelhante ao que foi administrado no estudo dos autores supracitados.

Assim, não somente os escores psicométricos foram similares aos estudos supracitados no parágrafo, bem como, corroborou a perspectiva teórica-empírica abordada pelos autores, isto é, o trabalhador com características bem próximas às às previamente observadas na amostra que foi coletada, poderá explicar condições laborais e cognitivas dos participantes no ambiente de trabalho.

Na avaliação da coeficiente ICC (Intervalos intraclasse), o limite dos escores de confiança hipotetizado para futuros estudos (a saber: $> 0,70$) (Formiga et al., 2015; Formiga et al., 2019), revelou que, independentemente do contexto em que a amostra foi coletada, ao comparar com os achados dos estudos supracitados com o atual, seria observado que em ambas as escalas, apesar de estarem em contextos sociais e políticos distintos, se verificaria o mesmo fenômeno. Tal condição permite afirmar a segurança da medida e da perspectiva conceitual dos construtos.

No que se refere à avaliação da correlação de Pearson, observou-se o que se esperava: houve correlação positiva significativa, com escores correlacionais acima de 0,30 (isto é, $\geq 0,30$, ver Tabela 2) (Tabachnick & Fidell, 2001; Figueiredo Filho & Silva Junior, 2009; Pasquali, 2011), sugerindo relações de moderada para alta, condição que revela boa associação entre os construtos.

E mais: ao converter os escores observados em percentuais explicativos dessa relação (para o qual se multiplicou por 100), ela apresentou 69% da explicação referente à amostra total. Em direção semelhante, foi observado também para as dimensões do capital social: a dimensão estrutural apresentou 69%, a cognitiva 56% e a relacional 61%, todas acima do escore limite e explicando mais de 50%.

Também na Tabela 2, observou-se que o escore médio para cada construto esteve acima da mediana, condição que permite refletir que os respondentes avaliaram as variáveis para mais de 50% dessas medidas psicológicas aplicadas ao trabalho – resultados que estiveram na mesma direção avaliada por Formiga et al. (2020).

Na Tabela 3, os resultados confirmaram as relações entre as variáveis do suporte organizacional e capital social, para as quais, foi calculada uma Anova, a qual tem como relevância o aproveitamento da informação conjunta das variáveis envolvidas com a variação dos escores médios nos construtos estabelecidos no estudo (Minitab, 2022; Varella, 2020). Foi revelado que, ao assumir a pontuação total do capital social, ela estaria associada à alta variação do nível superior de suporte organizacional.

Em termos gerais, o capital social, seja em sua pontuação total, seja no nível de variação, influi na forma como os trabalhadores percebem o suporte que a empresa lhes oferece, isto é, tendo o suporte organizacional capacidade de identificar as crenças e os valores que o indivíduo estabelece a partir das ações de reconhecimento e valorização, a qual, é demonstrada pela organização sobre a sua atuação profissional. Provavelmente, o colaborador terá um maior capital social, compreendido em termos dos laços de interação social, confiança e valor compartilhados entre os sujeitos, visando facilitar à relação da comunidade organizacional e à criação de vínculos cooperativos (redes de solidariedade) (Formiga et al., 2020).

Por conta da ocorrência da pandemia de Covid-19, os aspectos intrínsecos dos trabalhadores ficaram ainda mais acentuados, observando-se tal circunstância experienciada por esses trabalhadores (Rondon et al., 2021; Silva et al., 2020;) especialmente quando se refere aos achados empíricos. Observou-se, portanto, a influência direta do suporte organizacional nos

aspectos que se relacionam aos fatores psicossociais e comportamentais dos trabalhadores, uma vez que se vislumbraram questões anexas ao desempenho, à rotatividade, à exaustão, entre outros.

Tais reflexões convergem na direção dos resultados avaliados no estudo desenvolvido por Estevam, Formiga, Franco, Bonifácio, Ferreira, Costa, Ferreira e Pereira (2022), pois, mesmo que a pesquisa não tenha sido desenvolvida em contexto semelhante ao que foi administrado pelos autores do estudo, os achados revelaram o quanto o suporte organizacional foi tanto inibidor dos danos relacionados ao trabalho quanto influenciador positivo para a qualidade de vida do empregado brasileiro. De acordo com os autores supracitados, é de suma importância a intervenção na forma de perceber o suporte organizacional, pois tem implicações gerenciais multiprofissionais, com foco na prevenção, diagnose e promoção da saúde dos trabalhadores.

Esses resultados, seja avaliando a correlação ou a Anova, respectivamente, expressos nas Tabelas 2 e 3, são esclarecidos quando, por meio das acentuações dadas pelos respondentes em uma organização que investe no capital social, podem ser traduzidos em resultados positivos para o mundo do trabalho e suas relações, mesmo em detrimento de um momento de crise como o contexto pandêmico.

Assim, inseridos na referida realidade, os resultados mostram-se bons, semelhantes inclusive com o que se apresentava anteriormente em outros estudos relativos à associação entre suporte organizacional e capital social (Formiga et al., 2019; Formiga et al., 2020). Identifica-se algo muito maior a partir dos resultados em um cenário de crise de saúde social e laboral e se faz necessário que as organizações se preocupem em oferecer maior assistência aos seus empregados, contribuindo para o desenvolvimento de seus trabalhadores e de suas relações para com a organização por meio de ações de reconhecimento e de valorização.

Geralmente, ao considerar o capital social, também há que se enfatizar no compromisso profissional estabelecido, o qual, teoricamente, poderá ser considerado um caráter preditivo no estabelecimento do vínculo entre organização e trabalhador; destaca-se que o capital social apresenta um viés diferencial no contexto de crise, tendo o *modus operandi* do trabalhador durante o período de isolamento social, com base nos resultados,

destacado uma influência positiva nos atos de valorização e reconhecimento prestados pela organização, salientada no suporte organizacional (Fandiño et al., 2018).

Ter o apoio interno da empresa a partir do suporte organizacional, principalmente nos momentos de crise, torna-se fundamental para o desempenho das atividades que o funcionário precisa desenvolver mesmo perante um cenário desafiador (Formiga et al., 2014; Formiga et al., 2018). Com isso, o lema “fique em casa”, tão explorado na realidade pandêmica, pode ser confrontado com os dados anteriores acerca do suporte organizacional e do capital social. É importante estar e viver a organização e a dinâmica do trabalho, pois é nessa relação que a tomada de perspectiva, as decisões, o envolvimento e o engajamento etc. contribuem para o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas no mundo do trabalho.

O modelo de gestão tradicionalista do passado, parece não se encaixar nessa contemporaneidade laboral. Mesmo que seja valorizado experienciar uma dinâmica laboral e suas interações sociais, bases para a construção de vínculos, por meio de ações coletivas, provavelmente, será uma condição importante para o crescimento da organização (Bharati et al., 2015; Nahapiet & Ghoshal, 1998).

Assim, organização e trabalhador devem estar associados e convergentes entre suas obrigações e contrapartidas, condição que, provavelmente, ocasionará melhores suporte e capital social. Merece destaque a união da comunidade organizacional em face da realidade pandêmica com vistas ao avanço e à resistência das relações organização-trabalho-indivíduo, sendo preciso se reinventar, rompendo barreiras diante das novas demandas organizacionais, as quais devem ir para além da atividade do cotidiano presencial de uma empresa.

Neste estudo, foi possível mensurar o quanto o mundo do trabalho foi coletivo e comunitário, capaz de contribuir para um melhor ajuste e reestruturação do desafio organizacional, até então nunca enfrentado (Fandiño et al., 2018). O resultado de 0,90 do indicador TDE (ver Tabela 3) confirma esse achado. Nesse sentido, o fenômeno avaliado nesta pesquisa poderá estar presente nas organizações sob a percepção dos trabalhadores,

condição em que se comprovam as afirmativas a respeito da experiência vivida pelos trabalhadores e a forma com que empregaram mecanismos psicológicos – tomados como fator de proteção ao adoecimento laboral.

Pretendeu-se desenvolver, neste estudo, uma avaliação das relações estabelecidas entre a organização e o trabalhador diante das novas realidades enfrentadas no contexto organizacional, tendo em vista que uma organização e seus colaboradores não estão isolados no mundo e, muito menos, dos acontecimentos que se sobrevêm, exigindo-se o investimento em reflexões e práticas para avaliação, diagnose e futura intervenção no ambiente laboral.

É imprescindível lidar com o inesperado para que sejam desenvolvidos estágios sociais e individuais alicerçados na maturidade cognitiva, social e profissional, os quais, envoltos no mundo do trabalho e nas questões do entorno do sujeito trabalhador, capazes de desenvolver e aplicar indicadores avaliativos destinados à qualidade profissional e à produtividade saudável, que são importantes para o contexto organizacional e para os sujeitos que a ela pertencem.

Nesse sentido, esta pesquisa contribui para a apresentação de fatores que precisam ser observados pelas empresas no sentido de atender às questões atinentes ao capital social a fim de remodelar gerenciamentos e níveis de atenção para questões intrínsecas e extrínsecas dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

De forma geral, ao considerar os achados deste artigo, acredita-se que o objetivo principal de avaliar a relação entre o suporte organizacional e o capital social em trabalhadores, em função do contexto do isolamento social causado pela pandemia de Covid-19, foi contemplado.

Apesar da escassa literatura sobre o tema, sabe-se que o suporte organizacional é uma variável preditiva do comportamento e desempenho profissionais, mensurando a percepção do trabalhador no que tange às ações de reconhecimento e valorização das organizações sobre as atividades profissionais.

Quanto ao capital social, foi possível concluir que seu desenvolvimento se associa às redes de comunicação e parcerias, experiências e vivências no ambiente da organização, condições que permitem compreender a interação das dimensões estrutural, relacional e cognitiva, previamente propostas por Nahapiet & Ghoshal (1998) e comprovadas por Formiga et al. (2019), referindo-se à necessidade dos vínculos entre os trabalhadores na internalidade do ambiente laboral.

Esta pesquisa também contribui para a percepção dos colaboradores nas organizações em momentos de crise e perspectivas que necessitam de maior atenção em direção a respostas rápidas, seguras e contundentes referentes à situação complexa de saúde social e até individual do trabalhador. Tais fatos permitem que tanto os colaboradores quanto a organização sejam “condicionados” a respostas que assegurem o desenvolvimento saudável no ambiente de trabalho, com conseqüente melhora da produtividade.

REFERÊNCIAS

- Alguezaui, S., & Filieri, R. (2010). Investigating the role of social capital in innovation: sparse versus dense network. *Journal of Knowledge Management*, 14(6), 891-909. <http://dx.doi.org/10.1108/13673271011084925>
- Almeida, F. D. M. (2019). *As relações de trabalho na modalidade homeoffice em empresas de bens de consumo*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22050>. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.
- Álvarez, P. E., Castiblanco, F., Correa, A. F., & Guío, Á. M. (2020). COVID-19: médicos, gastroenterología y emociones. *Revista Colombiana de Gastroenterologia*, 35, 64-68.
- Araújo, T. M. de & Lua, I. (2021). O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. ISSN: 0303-7657. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=100566937004>

- Barroso, B. I. L., Souza, M. B. C. A., Bregalda, M. M., Lancman, S., & Costa, V. B. B. (2020). A saúde do trabalhador em tempos de COVID-19: reflexões sobre saúde, segurança e terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(3), 1093-1102. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF2091>
- Bharati, P., Zhang, W., & Chaudhury, A. (2015). Better knowledge with social media? Exploring the roles of social capital and organizational knowledge management. *Journal of Knowledge Management*, 19(3), 456-475.
- Campbell, C. (2020). Social Capital, Social Movements and Global Public Health: Fighting for Health-enabling Contexts in Marginalised Settings. *Social Science & Medicine*, 257, 112-153. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2019.02.004>
- Cardozo, C. G., Silva, L. O. S. (2014). A importância do relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho. *Revista Interbio, Dourados*, 8(2), 24-34.
- Castro, B. Gai, M. Morais, L. Oliveira, J. (2020). COVID-19 e organizações: estratégias de enfrentamento para redução de impactos. *Revista Psicologia: Organizações & Trabalho (rPOT)*. <https://doi.org/10.17652/rpot/2020.3.20821>
- Cohen, J. (1992b) Statistical power analysis current directions. *Psychological Science*, 1(3) 98-101.
- Cohen, J. A. (1992a) Power primer. *Psychological bulletin*, 112(1), 155.
- Creswell, John W., & Clark, Vick L. (2013). *Plano. Pesquisa de métodos mistos*. 2. ed. Porto Alegre: Penso.
- D'Araujo, M. C. (2003). *Capital social*. Zahar. Rio de Janeiro-RJ.
- Eisenberger, R., Huntington, R., Hutchison, S., & Sowa, D. (1986). Perceived organizational support. *Journal of applied psychology*, 71(3), 500-507. <http://classweb.uh.edu/eisenberger/perceived-organizational-support/>

- Estevam, I. D., Formiga, N. S. ., Franco , J. B. M., Bonifácio, Élide D. N. C. ., Ferreira , S. V., Costa, E. L. da, Ferreira, M. C., & Pereira, J. F. . (2022). A predictive study about Organizational Support and Psychological Capital at work regarding emotional disorder during COVID-19 isolation period. *Research, Society and Development*, 11(7), e38911729883. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29883>
- Fandiño, A. M., Formiga, N. S. & Menezes, R. M. P. (2018). Organizational Social Capital, Resilience and Innovation validation of a theoretical model for specialized workers. *Journal of Strategy and Management*, 12 (1), 137-152. <https://doi.org/10.1108/JSMA-05-2018-0041>.
- Faul, F.; Erdfelder, E.; Lang, A. G.; Buchner, A. (2007). G* Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior research methods*, 39 (2), 175-191.
- Figueiredo Filho, D., & Silva Junior, J. (2019). Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, 18(1). Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/3852>
- Filardi, F., Castro, R. M. P., & Zanini, M. T. F. (2020) Vantagens e desvantagens do teletrabalho na administração pública: análise das experiências do Serpro e da Receita Federal. *Cad. EBAP.BR*, Rio de Janeiro, 18(1), 28-46. <https://doi.org/10.1590/1679-395174605>
- Flick, U. (2009). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- Formiga et al. (2020). Invariância associativa entre percepção do suporte organizacional e capital social organizacional em trabalhadores brasileiros. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3110/4944>
- Formiga, N. S. ., Fernandes, A. J., Freire, B. G. O., Franco , J. B. M. ., Oliveira , H. C. C. ., Prochazka, G. L. ., Valin, C. G. P. ., Grangeiro, S. R. A. ., & Estevam, I. D. . (2021). Organizational support, social capital and innovative attitudes: A correlational study among workers in the city of Natal-RN. *Research, Society and Development*, 10(3), e55710313753. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13753>

- Formiga, N. S., & Souza, M. A. D. (2014). Comprovação empírica de uma medida psicológica sobre a percepção do suporte organizacional em trabalhadores de diferentes empresas. *Boletim-academia paulista de psicologia*, 34 (87), 510-552.
- Formiga, N. S., Freire, B. G. de O., Grangeiro, S. R. A., Paula, N. H. M. M. de, Almeida, L. A. L., Tomé, A. M., & Fernandes, A. (2020). Invariância associativa entre percepção do suporte organizacional e capital social organizacional em trabalhadores brasileiros. *Research, Society and Development*, 9(5), e109953110. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3110>
- Formiga, N. S., Freire, B. G. de O., Grangeiro, S. R. A., Paula, N. H. M. M. de, Almeida, L. A. L., Tomé, A. M., & Fernandes, A. (2020). Associative invariance between perception of organizational support and organizational social capital in Brazilian workers. *Research, Society and Development*, 9(5), e109953110. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3110>
- Formiga, N. S., Freire, B. G. O. & Fernandes, A. (2019). Evidência de construto, invariância fatorial e validade convergente da escala de capital social organizacional em trabalhadores brasileiros. *Eureka: Revista de Psicologia*, 16(1), 34-59.
- Formiga, N. S., Freire, B. G. O., Batista, P. F. A., & Estevam, I. D. (2017). Suporte organizacional e autoestima em funcionários de organizações públicas e privadas no Brasil. *Psicologia.com.pt*, p.1-15, 2017. http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?suporte-organizacional-e-autoestima-em-funcionarios-de-organizacoes-publicas-e-privadas-no-brasil&codigo=A1142
- Formiga, N. S.; Bassanin, L. L.; Souza, M. V.; Da Silva, F. M.; De Souza, M. A. (2015). Suporte organizacional em trabalhadores de diferentes empresas: comprovação de uma medida. *Revista de Psicologia Universidad de Antioquia*, 7(1), 9-20.
- Formiga, N. S.; Miranda, A. L. B. B.; Araújo, I. T., Pastana, S. T. G; Mafra, A. L. (2018). Evidência da invariância fatorial e validade convergente da escala de suporte organizacional: estudo com trabalhadores brasileiros. *Boletim-Academia Paulista de Psicologia*, 38 (94), 27-35.

- Formiga, N., Fleury, L. F. O., & Souza, M. A. (2014). Evidências de validade da escala de percepção de suporte organizacional em funcionários de empresa pública e privada. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 5 (2), 60-76
- Formiga, N., Freire, B. G. O., Estevam, I. D., Fleury, L. F. O., & Souza, M. A. (2018). A influência do suporte organizacional no autoconceito profissional em trabalhadores de organizações públicas e privadas. *Eureka: Revista de psicologia*, 15 (1), 78-95.
- Habtoor, N. (2016). Influence of human factors on organisational performance: Qualityimprovementpractices as a mediatorvariable. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 65 (4), 460-484.
- Hair, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2008). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre, RS: Bookman.
- Hutz, C. S., Bandeira, D. R., & Trentini, C. M. (Eds.). (2015). *Psicometria*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Jeong, S. W., Sejin H., & Kyu-Hye L. (2021). How to Measure Social Capital in an Online Brand Community? A Comparison of Three Social Capital Scales. *Journal of Business Research*, 131, 652-63. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.07.051>.
- Kurtessis, J. N., Eisenberger, R., Ford, M. T., Buffardi, L. C., Stewart, K. A., & Adis, C. S. (2017). Perceived organizational support: A meta-analytic evaluation of organizational support theory. *Journal of Management*, 43(6), 1854-1884. doi: 10.1177/0149206315575554 » <https://doi.org/10.1177/0149206315575554>
- Minitab (2022). Interpretar os principais resultados para correlação. disponível em: <https://support.Minitab.Com/pt-br/minitab/18/help-and-how-to/statistics/basic-statistics/how-to/correlation/interpret-the-results/key-results/>
- Moraes, C. P., Gomes, G. M. B., Machado, L. C. S., Daumas, L. P. & Gomes, M. M. B. (2021). Impacto da pandemia na saúde mental dos profissionais de saúde que trabalham na linha de frente da COVID-19 e o papel da psicoterapia. *Brazilian Journal of Development*, 7 (1), 1660-1668.

- Moreno, B. S. (2002). Gestão de pessoas: tendências e desafios na nova missão do RH de hoje. *UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres.*, 3 (2), 33-38. <https://revistajuridicas.pgsskroton.com.br/article/view/1410/1351>.
- Nahapiet, J., & Ghoshal, S. (1998). Social Capital, Intellectual Capital, and the Organizational Advantage. *The Academy of Management Review*, 23 (2), 242-266. <https://doi.org/10.2307/259373>
- OIT. (2021). *Trabalho em tempos de COVID Relatório do diretor-geral Conferência Internacional do Trabalho*, 109.a sessão. Genebra, Suíça. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilolisbon/documents/publication/wcms_795276.pdf
- Oliveira-Castro, G. A., Pilati, R., & Borges- Andrade, J. E. (1999). Percepção de suporte organizacional: desenvolvimento e validação de um questionário. *Revista de Administração Contemporânea*, 3 (2), 29-51. <https://doi.org/10.1590/S1415-65551999000200003>
- Pasquali, L. (2011). *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rodrigues, A. C. A., Moscon, D. C. B., Queiroz, G. C., & Silva, J. C. (2020). Trabalhadores na pandemia: múltiplas realidades, múltiplos vínculos in Moraes, M.M (2020). Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho (Vol. 2), 1-14. Editora Artmed
- Rodrigues, C. M. L., Faiad, C., & Facas, E. P. (2020). Fatores de Risco e Riscos Psicossociais no Trabalho: Definição e Implicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]*. 2020, v. 36, n. spe
- Rondon, M. C. de S. ., Estrela, A. C. G. dos S. ., Sales, S. C. de ., Costa, V. V. da ., Santos, A. B. dos ., Costa, B. F. da ., & Lima, N. C. . (2021). The impact of social networks on youth health during the isolation period: an integrative review. *Research, Society and Development*, 10(4), e5310413747. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13747>

- Santos, K. O. B., Fernandes, R. de C. P., Almeida, M. M. C. de., Miranda, S. S., Mise, Y. F., & Lima, M. A. G. de .. (2020). Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. *Cadernos De Saúde Pública*, 36(12), e00178320. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00178320>
- Santos, R. F., Bragagnolo, G., Oliveira, M., & Chaves, M. S.. (2020). Exploring knowledge management within teams from a social capital perspective: a literature review. *Gestão & Produção*, 27(2), e4907. <https://doi.org/10.1590/0104-530X4907-19>
- Scorsolini-Comin, F., Inocente, D. F., & Miura, I. K. (2012). Avaliação de um programa de treinamento corporativo: Em busca da mudança organizacional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(1), 75-86.
- Silva, L. S. et al. (2020). Condições de trabalho e falta de informações sobre o impacto da COVID-19 entre trabalhadores da saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* [online]. 45(2317-6369).
- Silva, T. M., & Carvalho, M. (2021). Reflections on the health-work relation and exposure to COVID-19. *Revista Brasileira Medicina do Trabalho*, 19 (3), 389-396. <http://dx.doi.org/10.47626/1679-4435-2021-693>
- Siqueira, M. M. M. (1995). *Antecedentes de comportamentos de cidadania organizacional: a análise de um modelo pós-cognitivo*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de Brasília, Brasília.
- Siqueira, M. M. M. (2014). *Novas Medidas do Comportamento Organizacional. Ferramentas de Diagnóstico e Gestão*. Porto Alegre: Artmed.
- Tabachnick, B. G & Fidell, L. S. (2001). *Using multivariate statistics*. Allyn & Bacon.
- Tamayo, A., & Paschoal, T. (2003). A relação da motivação para o trabalho com as metas do trabalhador. *Revista de Administração Contemporânea*, 7 (4), 33-54, 2003.
- Tomasi, M., Rissi, V., & Pauli, J. (2020). Influência do suporte organizacional nas vivências de prazer e sofrimento no trabalho em um contexto hospitalar. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(3), 1072-1079. <https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.3.18253>.

- Tractenberg, L. (1999). A complexidade nas organizações: futuros desafios para o psicólogo frente à reestruturação competitiva. *Psicologia: ciência e profissão*, 19 (1), 14-29. doi.org/10.1590/S1414-98931999000100003.
- Varella, C. A. A. (2020). *Análise De Variância Multivariada*. Disponível em: <http://www.ufrjrj.br/institutos/it/deng/varella/Downloads/multivariada%20aplicada%20as%20ciencias%20agrarias/Aulas/MANOVA.pdf>.
- Veiga, A. G. B., Oliveira, L. C. D., & Mendes, R. A. O. (2020). A viabilidade do teletrabalho na administração pública brasileira. *Brazilian Journal of Development*, 6(3), 12745-12759. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n3-222>
- Zhao, X., Tang, Q., Liu, S., & Liu, F. (2016). Social capital, motivations, and mobile coupon sharing. *Industrial Management & Data Systems*, 116 (1), 188-206. doi.org/10.1108/IMDS-05-2015-0184.

Recebido em 06/02/2023

Aceito em 02/09/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Caracterização das queixas e perfil de pessoas que procuraram atendimento online na pandemia de COVID-19: experiência na universidade PUC-SP

Characterization of complaints and profile of people seeking online counseling during the COVID-19 pandemic: Experience at PUC-SP University

Caracterización de las reclamos y perfil de las personas que buscaron atención online durante la pandemia de COVID-19: experiencia en la PUC-SP

*Ivelise Fortimⁱ, Ida Elizabeth Cardinalliⁱⁱ, Katia el Idⁱⁱⁱ,
Paula Regina Peron^{iv}, Nicoli Abrão Fasanella^v,
Marcia Almeida Batista^{vi}, Eduardo Ferezim Santos^{vii},
Fabiana Campos^{viii}, Tales Robles^{ix}*

ⁱ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9035-0199>. E-mail: ifcampos@pucsp.br

ⁱⁱ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0075-9004>. E-mail: icardinalli@pucsp.br

ⁱⁱⁱ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1154-5378>. E-mail: katiaelid@pucsp.br

^{iv} Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4279-836X>. E-mail: prperon@pucsp.br

^v Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9215-073X>. E-mail: nicoli.abrao@gmail.com

^{vi} Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8043-6856>. E-mail: mabatista@pucsp.br

^{vii} Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8593-4715>. E-mail: eduferezim@gmail.com

^{viii} Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1132-4513>. E-mail: fabycampos@gmail.com

^{ix} Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1163-723X>. E-mail: tales.robles.cb@gmail.com

Resumo

A pandemia de COVID 19 impôs diversas transformações na vida das pessoas, que produziram importante repercussão na saúde mental da população em geral. Diversos fatores contribuíram para o sofrimento psicológico, dentre os quais destacamos o distanciamento social. Neste cenário, um grande número de pessoas procurou tratamento psicológico online. Analisamos o perfil e a queixa das pessoas que procuraram auxílio psicológico online em três serviços da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o objetivo de compreender o sofrimento mental apresentado durante a pandemia e o isolamento social. É uma pesquisa retrospectiva e comparativa, realizada por meio de análise das fichas cadastrais e relatórios de triagem dos participantes dos serviços entre abril e dezembro de 2020. A amostra final foi de 628 registros, com 76,2% de mulheres, idade média de 36,6 anos. A principal queixa referida nos três serviços foi ansiedade (24,8%), seguida por depressão (16,7%), sendo que 39,3% dos participantes mencionaram agravamento de suas condições emocionais em decorrência dos impactos da pandemia. Este dado é condizente com a maioria das pesquisas encontradas em revisão bibliográfica. O atendimento online mostrou-se importante à medida que possibilitou o atendimento psicológico dos pacientes durante o período de distanciamento social.

Palavras-chave: *pandemia; covid 19; saúde mental; psicoterapia online; isolamento social; clínica escola.*

Abstract

The COVID 19 pandemic imposed several transformations on people's lives, with an important impact on the mental health of the general population. Several factors contributed to psychological suffering, especially social distancing. In this scenario, a large number of people sought online psychological help. We analyzed the profile and complaints of people who sought online psychological help in three university services from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) aiming to understand the psychological suffering during the pandemic and social isolation. It is a retrospective and comparative research, carried out through analysis of participants' registration forms and screening reports between April and December 2020. The final sample was 628 forms, with 76.2% women, average age 36.6 years old. The main complaint reported in the three services was anxiety (24.8%), followed by depression (16.7%), with 39.3% of participants mentioning a worsening of their emotional conditions as a result of the impacts of the pandemic. This data is consistent with the majority of research found in a bibliographic review. Online services proved to be important as it made it possible to treat patients during the period of social distancing.

Keywords: *pandemic; COVID-19; mental health; online psychotherapy; social distancing; clinical school.*

Resumen

La pandemia de COVID 19 impuso varias transformaciones en la vida de las personas que tuvieron un impacto importante en la salud mental de la población en general. Varios factores contribuyeron al sufrimiento psicológico, entre los que destacamos el distanciamiento social. Ante este escenario, un gran número de personas buscaron ayuda psicológica online. Analizamos el perfil y las quejas de las personas que buscaron ayuda psicológica online en tres servicios universitarios em la Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), con el objetivo de comprender el sufrimiento presentado durante la pandemia y el aislamiento social. Se trata de una investigación retrospectiva y comparativa, realizada a través del análisis de formularios de registro de participantes e informes de tamizaje entre abril y diciembre de 2020. La muestra final fue de 628 formularios, siendo 76,2% mujeres, edad promedio 36,6 años. La principal queja reportada en los tres servicios fue la ansiedad (24,8%), seguida de la depresión (16,7%), y el 39,3% de los participantes refirió un empeoramiento de sus condiciones emocionales como consecuencia de los impactos de la pandemia. Este dato es consistente con la mayoría de las investigaciones encontradas en una revisión bibliográfica. El servicio en línea resultó importante porque permitió acoger a los pacientes durante el período de distanciamiento social.

Palabras clave: *pandemia; COVID-19; salud mental; psicoterapia online; aislamiento social; clínica escolar.*

INTRODUÇÃO

Durante o período inicial da pandemia, os profissionais de saúde mental observaram o aumento das diversas formas de sofrimento psíquico, bem como o rápido aumento pela busca de atendimentos psicológicos em caráter de urgência. Viram-se assim convocados a rapidamente organizar e reorganizar formas de atendimento que dessem conta do acolhimento ágil a tais demandas.

Dada a prioridade do impacto fisiológico sobre saúde, a atenção inicial dos profissionais de saúde voltou-se prioritariamente para cuidar da gravidade dos sintomas orgânicos e suas decorrências, sendo que os reflexos psicológicos da pandemia não foram prioridade nessa primeira etapa (Torales et al., 2020). Segundo Werneck; Carvalho (2020), a pandemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) foi um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século.

A pandemia e o consequente isolamento social geraram crises psicológicas em função de vários fatores como: o risco de ser contaminado; o impacto do aumento do número de mortes; o medo de se contaminar. Outros fatores também foram identificados como produtores de intensificação das crises, a saber: dificuldades com *home office* e ensino à distância; perda do emprego, diminuição da renda familiar; maior convívio familiar; incerteza em relação ao futuro e duração do estado de pandemia; superexposição a informações preocupantes; alto tempo em redes sociais e informações contraditórias (Barros et al., 2020; Benzoni; Octaviano; Cruz, 2021; Bezerra et al., 2020; Tomin; Nascimento, 2021; Fancourt; Speptoe; Bu, 2021; Kunzler et al., 2021; Salari et al., 2020; Shah et al., 2021; Teixeira; Lima; Guerreiro, 2021; Xiang et al., 2020)

Brooks et al. (2020) relatam em revisões bibliográficas aumento de múltiplos sintomas relacionados ao sofrimento psicológico (estresse, depressão, insônia, transtorno de estresse pós-traumático, irritabilidade e angústia generalizada). Estudos indicam que problemas iniciados no período pandêmico podem ter efeitos de longa duração; dentre os principais estressores responsáveis por quadros de estresse, ansiedade e depressão destacam-se: a falta de fontes confiáveis sobre a COVID-19 e comportamentos saudáveis em relação a ela; pouca ou nenhuma acessibilidade a cuidados em saúde mental; problemas econômicos; autoconsciência em relação à própria saúde (Salari et al., 2020).

A partir desse cenário, pode-se compreender o rápido aumento da demanda por atendimento em saúde mental, grande parte caracterizada como urgente, produzindo como efeito um crescimento significativo de atendimentos. Psicólogos e outros profissionais da área da saúde mental rapidamente passaram a desenvolver novas formas de atendimento, ampliando a oferta e possibilidades de cuidado à distância (geralmente via internet), ao mesmo tempo em que houve uma diminuição da oferta dos serviços públicos e de instituições privadas, que não ofereciam atendimento remoto.

O impacto de todo esse contexto sobre o funcionamento dos serviços de atendimento clínico dos cursos de Psicologia foi muito grande. A Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic, uma clínica-serviço-escola que oferece atendimento psicológico à população em geral e à comunidade

universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) a que pertence, precisou rapidamente reinventar-se para dar conta da crescente demanda. O Janus- Laboratório de Estudos de Psicologia e Tecnologias da Informação e Comunicação (LEPTIC), que oferece o serviço de psicoterapia on-line individual por videoconferência desde 2017, para maiores de 18 anos de idade, serviço integrante da Clínica Psicológica, precisou rapidamente ampliar suas possibilidades de atendimento. O serviço da Pró-reitora de Cultura e Relações Comunitárias (PROCRC) foi criado especificamente para a situação pandêmica, fruto do Grupo de Trabalho de Saúde Comunitária da Instituição da PUC-SP; junto à Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic, instalou o atendimento em grupo voltado para integrantes da comunidade universitária (estudantes e trabalhadores).

Em diálogo constante, esses serviços consideraram importante desenvolver uma pesquisa sobre essa experiência denominada *Caracterização do perfil e das queixas das pessoas que procuraram atendimento on-line no contexto da pandemia: a experiência da Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic, Janus e da PROCRC*.

MÉTODO

No presente artigo, focalizamos em dados quantitativos e extraímos deles algumas considerações acerca dos sofrimentos emocionais das pessoas envolvidas no estudo por nós conduzido, durante a pandemia. Consideramos que há rigor científico no contexto das metodologias qualitativas aplicadas à saúde mental e seus fenômenos, onde se busca “entender seu significado individual ou coletivo para a vida das pessoas” (Turato, 2005, p.509) e “interpretar os significados - de natureza psicológica e complementarmente sociocultural - trazidos por indivíduos (pacientes ou outras pessoas preocupadas ou que se ocupam com problemas da saúde, tais como familiares, profissionais de saúde e sujeitos da comunidade), acerca dos múltiplos fenômenos pertinentes ao campo dos problemas da saúde-doença” (Turato, 2005, p. 510).

Os participantes da pesquisa foram 628 pessoas com mais de 18 anos, que procuraram ajuda psicológica *online* nos três serviços da universidade, no período de abril a dezembro de 2020. Foram excluídos quaisquer indivíduos que não expressaram consentimento em participar da pesquisa.

Os instrumentos para a coleta de dados foram fichas e questionários de inscrição (dados sociodemográficos), relatórios de triagem e relatórios de atendimentos. O questionário foi composto de 18 questões, referentes a dados sociodemográficos tais como: nome, idade, telefone, país, estado, cidade, estado civil, gênero, orientação sexual, com quem mora, profissão, se está atualmente em atendimento psicológico, descrição da situação que motiva o pedido de atendimento, acompanhamento psiquiátrico, uso de medicação psiquiátrica. Os relatórios de triagem continham dados sobre o primeiro atendimento, com a caracterização das demandas iniciais do caso e fundamentação das intervenções iniciais realizadas e /ou encaminhamentos feitos. Com relação ao local de coleta, os questionários foram hospedados na plataforma Google. Dados sobre relatórios de triagem foram coletados em prontuários eletrônicos no sistema da universidade. A divulgação foi realizada por canais oficiais da universidade ou pela internet.

Os dados foram analisados utilizando o software SPSS 18 for Windows e a análise estatística foi realizada por psicólogo não co-autor do estudo. Para a análise quantitativa, os testes estatísticos empregados foram: para variáveis categóricas tipo “sim” ou “não”, foram calculados intervalos de confiança pelo método Agresti-Couli, como descrito por Brown, Cai e DasGupta (2001); para a avaliação de potenciais relações entre variáveis categóricas, foram empregados testes qui-quadrado (quando há descrição da estatística do teste) ou, na quebra das premissas, testes exatos de Fisher (sem descrição de estatística do teste); para avaliação das idades, foi utilizado um teste de Kruskal-Wallis; tendo a idade uma variável ordinal (faixa etária apenas), foram empregados testes não paramétricos e teste de correlação de Spearman. A estatística foi contratada e feita por Gabriel Sousa Andrade. Sobre os dados qualitativos, foram realizadas análises categóricas a partir de leitura simples

Para os dados qualitativos, foi feita a análise das queixas dos pacientes. Cabe lembrar que as queixas se referem ao autorrelato dos

pacientes, e não a diagnósticos realizados pelas pesquisadoras. A proposta advém de Pinheiro (2000), que propõe um modelo de como as pessoas fazem o relato de seu sofrimento psíquico, qual seja, o que trazem como queixa. Esta queixa pode incluir descrições de sentimentos, opiniões de outras pessoas próximas ao sujeito, diagnósticos dados por outros profissionais, ou mesmo atribuídos pelo próprio paciente a partir de pesquisas. Alguns termos utilizados fazem parte da psicologia e da psiquiatria.

O projeto desta pesquisa foi aprovado pelo comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, CAAE: 45558921.1.0000.548. Os procedimentos realizados nesta pesquisa obedeceram aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme a resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. É importante esclarecer também que as fichas utilizadas na pesquisa foram preenchidas pelo paciente em seu primeiro contato de acordo com o serviço utilizado. No último tópico das fichas de inscrição consta um item denominado “Declaração de Ciência/Anuência”, que precisa ser assinalada pelo paciente em concordância com a utilização de suas informações para fins didáticos e de pesquisa, incluindo publicações científicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil dos participantes

O perfil dos participantes que descreveremos a seguir leva em conta a totalidade das pessoas atendidas pelos três serviços. Dentre os 628 participantes, 57,8% são da Clínica Ana Maria Poppovic”; 22,1% do Janus e 20,1% da PROCRC.

Gênero

Em relação ao gênero, os três serviços apresentam maior número de mulheres atendidas. A maioria dos usuários foi composta de mulheres, representando 76,2% da amostra, sendo homens representantes de 23,6%.

Percebe-se em todos os serviços a permanência de maior número de mulheres, mesmo anteriormente à pandemia, o que está de acordo com as pesquisas encontradas, como Cardinalli *et al.* (2019), Fortim e Cosentino (2007).

Os dados prévios à pandemia, segundo Castro & Lima (2022) em revisão sistemática, apontam predomínio do gênero feminino na busca por serviços de atenção à saúde mental. É importante salientar que no período da pandemia as mulheres passaram a trabalhar mais horas, seja cuidando de outras pessoas ou com uma carga maior de trabalho. Desse modo, as mulheres procuraram mais frequentemente serviços que oferecessem pronto-atendimento psicológico frente à sobrecarga imposta pelas configurações e aumento de trabalho (seja externo ou maiores jornadas dentro de casa), hipótese que foi constatada também nas falas das usuárias, que foram majoritárias na amostra (Bianconi *et al.*, 2020).

Faixa Etária

A faixa etária com maior prevalência foi a de 18-25 anos (32,7%), mas houve grande variação, com participantes de todas as faixas etárias (intervalos de 5 anos) até maiores de 70 anos, assim distribuídos: 26-30 (15,2%); 31-35 anos (12,3%); 36-40 anos (10,3%); 41-45 anos (6,5%); 46-50 anos (6,4%); 51-55 anos (5,4%), 56-60 anos (3,1%); 61-65 anos (4,4%); 66-70 anos (2,1%) e acima de 70 anos (1,6%). Foi observado ser mais comum pessoas mais velhas na clínica e mais jovens nos demais serviços, por concentração maior de busca por estudantes.

Estado Civil

Em relação ao estado civil, a maioria dos participantes eram solteiros (57,7%), seguidos de casados (27,4%), divorciados / separados (11,8%) e viúvos (3,1%).

Essa informação é condizente com o dado de faixa etária com predomínio de participantes de 18 a 25 anos, etapa da vida na qual o foco costuma

estar em conquistas no mundo dos estudos, no ingresso no mercado de trabalho e busca de vínculos amorosos, antes do estabelecimento de uniões estáveis.

Situação de Trabalho/ Escolaridade

Em relação à situação de trabalho/escolaridade, vale ressaltar que a maior parte da amostra estava empregada (50,6%) ou era estudante (32,9%), sendo que 12,3% da amostra constou estar desempregada, 3,7% eram de aposentados, 0,4% de afastados e houve um participante trabalhador voluntário (0,2%). Considera-se interessante assinalar que houve predomínio na busca por atendimento psicológico por pessoas empregadas, mesmo o emprego sendo indicado como um fator de proteção à saúde mental (Bezerra et al., 2020).

Em relação à escolaridade, 7,7% dos usuários tinham o ensino fundamental como grau mais alto de ensino atingido, sendo 26,7% com ensino médio, 11,3% o superior incompleto, 3% ensino técnico e 51,3%, maioria na amostra, o ensino superior completo.

Local de Residência

Em relação às localizações dos participantes, destaca-se que 94,3% dos usuários foram do estado de São Paulo, refletindo a localização física dos serviços.

Queixas

Em relação às queixas, reiteramos, como já destacado no Método, que elas são autorreferidas. Ou seja, correspondem à expressão usada pelos participantes ao nomear o motivo de sua solicitação por atendimento psicológico, inclusive os itens que referem termos psiquiátricos. Apenas as queixas ‘conflitos identificatórios’, ‘ideação suicida’ e ‘sintomas psicóticos’ foram assim nomeadas pelos pesquisadores, procurando indicar o que o participante expressou em sua queixa.

| Queixa principal | Geral | | |
|--|-----------|-------------------------|-------------------------|
| | Geral (%) | Lim. Inf. (95% I.C.) | Lim. Sup. (95% I.C.) |
| Ansiedade e TAG | 24,8* | 21,3 | 28,5 |
| Relacionamentos interpessoais | 4,1 | 2,4 | 5,9 |
| Relacionamentos amorosos | 4,3 | 2,6 | 5,9 |
| Conflitos identificatórios | 1,1 | 0,4 | 2 |
| Dependência comportamental | 0,4 | 0 | 0,9 |
| Dificuldades profissionais | 7,4 | 5,4 | 9,8 |
| Depressão | 16,7 | 13,7 | 20 |
| Transtornos (TOC, Opositor, Bipolar, Alimentar, Humor) | 3,9 | 2,2 | 5,6 |
| Violência | 0,7 | 0,2 | 1,5 |
| Relacionamentos familiares | 10,6 | 8,1 | 13,1 |
| Dependência química | 0,6 | 0 | 1,3 |
| Ideação suicida | 1,5 | 0,6 | 2,8 |
| Sintomas psicóticos | 0,7 | 0,2 | 1,5 |
| Queixas escolares | 2,6 | 1,3 | 4,1 |

Fonte: As autoras

Figura 1. Queixas principais

Quanto às queixas apresentadas, aponta-se que os casos de ansiedade foram os mais frequentes em todos os serviços (24,8%), seguidos de depressão, que foi a segunda queixa mais comum dos usuários em geral (16,7%). Outras queixas observadas foram: dificuldades nos relacionamentos interpessoais e familiares, insônia, tristeza, falta de vontade de realizar tarefas, angústia, dentre outros.

É importante destacar que os dados epidemiológicos, independentemente da pandemia, apontam o predomínio da ansiedade seguida da depressão no contexto brasileiro (WHO, 2020). Andrade et. al. (2012) realizam uma grande pesquisa em diversas metrópoles mundiais e esclarecem que, no contexto mundial, a depressão é o transtorno mais frequente seguida da ansiedade, mas em São Paulo há uma inversão deste achado pois há predomínio da ansiedade e a depressão aparece em segundo lugar.

Ao mesmo tempo, foi observada a intensificação do sofrimento e o sentimento de urgência por atendimento, o que supomos estar relacionado

ao fato da pandemia ter sido uma situação de desastre, com diferentes graus de enfrentamento em relação às adversidades, com pouca ou nenhuma previsão do que poderia acontecer a curto ou a médio/longo prazo (Fancourt et al., 2021).

Os múltiplos fatores estressores que contribuem para os sintomas depressivos (desemprego, perda de renda, convívio familiar difícil etc.) se agravaram com o período pandêmico ou com o isolamento social (Ettman et al., 2021). O sentimento de medo e o isolamento em geral causaram frequentemente um agravamento dos sentimentos de ansiedade e de depressão. Os dados gerais são compatíveis com os estudos e pesquisa de agravamento de depressão e ansiedade no período pandêmico, indicando pioras na saúde mental durante a pandemia (Kunzler et al., 2021; Shah et al., 2021).

Nos jovens, percebe-se que foram mais afetados por questões envolvendo ansiedade. Apesar da presença de ansiedade ser comum nessa faixa etária (Benzoni et al., 2021), o contexto da pandemia trouxe condições ambientais que contribuíram para a predominância dessa queixa (Santos, 2021). Dentre as condições citadas pelos participantes predominavam: a perda de oportunidades, dificuldades com o ensino remoto e preocupações com o risco de contaminação de familiares.

Nos mais idosos, houve agravamento de quadros envolvendo depressão (perda de laços interpessoais, distanciamento físico) (Oliveira; Lira; Abreu, 2021), embora também tenha havido acentuação de ansiedades devido a informações excessivas sobre a mortalidade da população idosa pré-vacinação.

Acompanhamento Psiquiátrico

Em relação aos participantes que já haviam iniciado tratamento psiquiátrico anteriormente à busca por atendimento psicológico, considerou-se que o uso de medicações apontava um modo já conhecido para lidar com o sofrimento de forma mais imediata, que, no entanto, não foi suficiente para lidar com os impactos da pandemia. Cabe notar também

que estudos indicam que pacientes com diagnóstico psiquiátrico anterior à pandemia tiveram maior tendência ao agravamento de sua condição (Robollard et al., 2021).

Dentre os medicamentos informados pelos participantes, houve predominância do uso de antidepressivos (40,9% dos que já usaram medicação), junto de antipsicóticos, ansiolíticos, anticonvulsivantes, estabilizadores de humor, remédios para dependência etc. Foi possível observar que os antidepressivos foram usados em quadros depressivos e ansiosos, as queixas mais frequentes, e corresponderam à maior parte das citações sobre medicamentos.

Ideação Suicida

Houve relatos de ideação suicida como motivo de consulta por parte de 15 casos (1,5%). Embora se estimasse que haveria um aumento de busca de atendimento em virtude dessa queixa, esse índice se manteve próximo aos dos anos anteriores nos serviços avaliados (Cardinalli *et al.*, 2019; Fortim e Cosentino, 2007).

Chama a atenção que levantamentos mais recentes do 2º semestre de 2021 apontaram para a estabilidade do índice de suicídios e estudos passaram a ser conduzidos para a compreensão desse fenômeno. Pirakis et al. (2021) relatam que a proximidade familiar e a proteção dos indivíduos pelas comunidades contribuíram para a manutenção destes níveis, chegando a haver diminuição em alguns países

Isolamento Social

Foi identificada uma relação entre maior sofrimento psíquico e o isolamento social. Entre os participantes da amostra geral, 19,5% mencionaram o isolamento social como impacto da COVID-19, sendo o isolamento social mencionado com mais frequência por pessoas de faixas etárias menores. Destacam-se alguns fatores decorrentes do isolamento social que intensificaram o sofrimento psíquico como dificuldades de adaptação ao trabalho e ensino remoto, diminuição da renda familiar, o desemprego

gerado pela crise, convívio familiar acentuado, perda da liberdade, separação de pessoas queridas, solidão, perda de atividades cotidianas etc (Brooks et al., 2020; Tomim; Nascimento, 2021; Fancourt et al., 2021; Fontini et al., 2021; Ivashita et al., 2021).

Hwang et al. (2020) sugere que embora não necessariamente iguais, os sentimentos de isolamento social e solidão são associados a uma série de problemas de saúde mental. Bons relacionamentos com amigos, colegas e familiares acompanham menores níveis de sintomas depressivos, ansiosos e de solidão (Aragão et al., 2021; Santos, 2021; Shao et al., 2020). Para compensar dificuldades na socialização, um uso frequente de redes sociais foi percebido, entretanto isso pode ter causado outros sentimentos conflituos (excesso de informações, *fear of missing out*, cansaço, socialização, comparação social) (Hwang et al., 2020).

Medo de Contágio - COVID-19

Outra queixa observada foi o medo do vírus, que pode ter contribuído significativamente para o aumento da ansiedade (Ramirez-Ortiz et al., 2020), sendo reconhecido como um dos fatores de maior impacto direto da COVID-19 na produção de sofrimento psíquico, com maior relevância quantitativa em comparação com os outros fatores; vale considerar que o isolamento social em si não é causado diretamente pelo vírus, assim como outras condições que contribuem para o agravamento dos sintomas em saúde mental. Na amostra, 5,3% dos participantes mencionaram o medo do vírus.

Luto

Na amostra geral, 2,4% das participantes mencionaram o luto como fator de agravamento da situação de sofrimento decorrente da morte de familiares, conhecidos ou amigos, sendo frequentemente citado por pessoas de faixas etárias maiores.

Em relação ao processo de luto, podemos destacar as interferências que podem resultar em um luto complicado, como a impossibilidade dos

rituais de despedida, como ocorreu na pandemia, sem poder visualizar o corpo ou dar adeus ao ente querido, o que poderia causar sentimentos de raiva, tristeza, frustração e ressentimento (CREPALDI et al., 2020)

DISCUSSÃO

Com o agravamento da situação de calamidade pública, e do aumento rápido de fatores estressores observou-se grande aumento da demanda por atendimento psicológico.

Todos os serviços destacaram que foi mais comum o agravamento das queixas em relação à ansiedade, depressão e dificuldades nos relacionamentos familiares. Esse aumento pode estar relacionado com vários dos fatores já descritos acima, com 39,1% da amostra mencionando agravamento de sua situação no geral. Considera-se que estes aumentos estejam diretamente relacionados às imposições pandêmicas. Intensa convivência familiar pode ter propiciado a emergência de conflitos encobertos e as interferências nas atividades laborais apresentaram muitos desafios, e parte da população ficou com receio de perder o seu trabalho ou efetivamente perdeu o emprego.

Pesquisas apontam que a pandemia agravou problemas pré-existent e a frequência de sentimentos negativos foi maior nas pessoas com diagnóstico prévio de depressão (Barros et al., 2020)

O isolamento social obrigou parte da população a uma convivência intensiva paralelamente a dificuldades familiares de adaptação a novas situações, com pais e filhos trabalhando e estudando remotamente.

Queixas relacionadas à vida profissional também apareceram, seja como dificuldades financeiras por redução da carga de trabalho ou perda do emprego. Questões relativas ao trabalho foram um poderoso estressor e o desemprego impactou especialmente os que estavam ingressando no mercado de trabalho, portanto os mais jovens.

Em todos os serviços as temáticas relativas à pandemia eram mais evidentes no início, mas foram sendo substituídas por outras questões ao

longo dos atendimentos, embora não desaparecessem; pondera-se que os motivos para permanência em tratamento não foram questões exclusivamente relacionadas ao período estudado.

Observamos que o presente estudo baseou-se no relato e queixas das pessoas atendidas, registrados por profissionais da Psicologia. Em estudos futuros, poderíamos problematizar possíveis diferenças entre tais relatos e eventuais diagnósticos realizados por estes profissionais, o que não esteve em questão em nossa pesquisa. Além disso, partimos de uma amostra restrita numericamente e retirada de um serviço em âmbito universitário, e fizemos algumas generalizações, embora baseadas em outras pesquisas. A restrição e qualidade específica da amostra apresentam-se como uma limitação da presente pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia exigiu respostas rápidas em relação às condições que impôs e seus efeitos sobre a saúde mental. A oferta de atendimento psicoterápico durante a pandemia e as pesquisas que o envolvem são fundamentais para a compreensão dos impactos sobre a saúde mental e as formas de enfrentamento e de cuidado. Para sustentar o alcance do trabalho psicoterápico durante a pandemia, foi necessário um refinamento rápido em relação às formas de atendimento psicológico e psiquiátrico, em especial o atendimento *online*.

A presente pesquisa buscou analisar este cenário em específico, utilizando o rigor da investigação qualitativa, bem como quantitativa (Turato, 2005), a partir da comparação entre os serviços de ajuda psicológica *online*, a Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic (por atendimento geral e pelo Janus) e na Rede de Apoio e Acolhimento em Saúde Mental: serviço para a comunidade PUC-SP". Pudemos comparar os efeitos da pandemia a partir dos atendimentos realizados, consideradas suas principais diferenças (como a força histórica da Clínica Ana Maria Poppovic, a experiência prévia do Janus e o novo serviço de acolhimento da PROCRC. Foi possível analisar e compreender as ampliações das possibilidades dos serviços a partir de uma situação inédita, qual seja, a pandemia da COVID-19.

Destaca-se o aumento significativo da procura por serviços psicológicos, e a necessidade do atendimento remoto mesmo em casos de alta gravidade e urgência, muitas vezes a única forma de atendimento, dado que anteriormente estes casos não eram atendidos remotamente. Outra necessidade constante foi a de buscar encaminhamentos externos que pudessem dar conta de assegurar suporte presencial e mais efetivo para estes casos mais complexos, seja inicial, posterior ou paralelo ao atendimento online, fortalecendo a construção de redes entre os serviços, especialmente pela precariedade de oferta de cuidado no cenário pandêmico.

Os sintomas mais comuns foram depressão, angústia, ansiedade, conflitos familiares, a maioria agravados pelo isolamento social, ao lado dos demais fatores já citados. O isolamento social, embora essencial para o combate e o gerenciamento das questões pandêmicas, foi um dos principais responsáveis por esses agravamentos e desencadeador de muitos sintomas.

Foram grandes as dificuldades e desafios para a condução de processos terapêuticos. Mesmo com uma súbita necessidade de se adaptar ao atendimento online, e apesar dos múltiplos cenários e realidades trazidos pelo isolamento, pandemia e pelas próprias condições de atendimento (as dificuldades em relação ao sigilo, ao ambiente seguro, e às conexões com a internet etc.), este apresentou-se vantajoso, pois ofereceu possibilidades de acolhimento e formação de vínculos com os pacientes, sendo a maioria das vezes a única oportunidade de acolhimento e cuidado possíveis. Em estudos futuros, é necessário pesquisar em maior profundidade as dificuldades e possibilidades dos atendimentos psicoterápicos *online*.

Esse estudo possibilitou a realização de um mapeamento das questões psicológicas mais impactantes na pandemia, nos serviços estudados, em especial os agravamentos advindos do isolamento social, medos, inseguranças e suas decorrências. Em estudos futuros, os serviços analisados poderão revisar seus projetos de atendimento *online*, a partir da experiência acumulada. Outro desdobramento da pesquisa poderia tratar de comparar a amostra universitária considerada às amostras da população geral, com suas especificidades, por exemplo, territoriais. Por fim, são fundamentais pesquisas futuras acerca da qualificação necessária aos profissionais de

saúde, em especial dos psicólogos, para a realização de atendimentos remotos, bem como sobre as diferenças terapêuticas entre atendimentos presenciais e atendimentos online.

REFERÊNCIAS

- Andrade, L. H., Wang, Y., Andreoni, S., Silveira, C. M. S., Silva, C., Siu, E. R. Viana, M. C. (2012) Mental Disorders in Megacities: Findings from the São Paulo Megacity Mental Health Survey, Brazil. <http://www.plosone.org>.
- Aragão, J. A., dos Santos, I. F., Pimentel, J. V. A., Nunes, M. S. F., Cruz, M. L. A., & Reis, F. P. (2021). Ansiedade, depressão e outros transtornos mentais no estudante de medicina durante a pandemia da COVID-19. *Guarujá-SP: Científica Digital*, 2, 15–30. <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210303575.pdf>
- Barros, M. B. de A., Lima, M. G., Malta, D. C., Szwarcwald, C. L., Azevedo, R. C. S. de, Romero, D. ... Gracie, R. (2020). Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(4). <https://doi.org/10.1590/s1679-49742020000400018>
- Benzoni, P. E., Costa Octaviano, T. S., & da Cruz, A. C. (2021). O impacto da pandemia do COVID-19 na percepção de estresse e estressores em diferentes estágios do ciclo de vida. *Interação Em Psicologia*, 25(2). <https://doi.org/10.5380/riep.v25i2.76404>.
- Bezerra, A. C. V., Silva, C. E. M. da, Soares, F. R. G., & Silva, J. A. M. da. (2020). Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(suppl 1), 2411–2421.
- Bianconi, G. Ferrari, M. Leão, N., Moreno, R. Santos, T. & Zelic, H. (2020). Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. *São Paulo, Gênero e Número*. <https://mulheresnapanidemia.sof.org.br/>

- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, & N., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395(10227), 912–920. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8)
- Brown, L. D., Cai, T. T., & Das Gupta, A. (2001). Interval Estimation for a Binomial Proportion. *Statistical Science*, 16(2), 101–117. <http://www.jstor.org/stable/2676784>
- Cardinali, I. E., & do Nascimento, R. S. G. (2019). A Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic e seu percurso histórico (1959-2019). *Psicologia Revista*, 28, 569–592.
- Castro, I. S. & Lima, T. L. (2022). A influência dos estereótipos na busca por atendimento psicológico entre homens e mulheres. *Revista FL Ciência da Saúde*. Ed. 116. DOI: 10.5281/zenodo.7365115 <https://revistaft.com.br/a-influencia-dos-estereotipos-na-busca-por-atendimento-psicologico-entre-homens-e-mulheres/>
- Crepaldi, M. A. *et al.* (2020). Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 37, <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200090>
- Ettman, C. K., Abdalla, S. M., Cohen, G. H., Sson, L., Vivier, P. M., & Galea, S. (2021). Low assets and financial stressors associated with higher depression during COVID-19 in a nationally representative sle of US adults. *J Epidemiol Community Health*, 75(6), 501–508.
- Fancourt, D., Steptoe, A., & Bu, F. (2021). Trajectories of anxiety and depressive symptoms during enforced isolation due to COVID-19 in England: a longitudinal observational study. *The Lancet Psychiatry*, 8(2), 141–149.
- Fonseca, A. J. Da *et al.* (2021.)Ansiedade, Depressão e Estresse do estudantado universitário pelo reinício das aulas em tempo de pandemia. *Actualidades Investigativas en Educación*, v. 21, n. 3, p. 405–428.

- Frontini, R., Rebelo-Gonçalves, R., Amaro, N., Salvador, R., Matos, R., Morouço, P., & Antunes, R. (2021). The Relationship Between Anxiety Levels, Sleep, and Physical Activity During COVID-19 Lockdown: An Exploratory Study. *Frontiers in Psychology, 12*. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.659599>
- Hwang, T.-J., Rabheru, K., Peisah, C., Reichman, W., & Ikeda, M. (2020). Loneliness and social isolation during the COVID-19 pandemic. *International Psychogeriatrics, 32*(10), 1217–1220.
- Ivashita, S. B., Faustino, R. C., & da Silva, M. L. N. (2021). Ensino Remoto durante a pandemia da Covid-19 na Universidade Estadual de Londrina. *Temas & Matizes, 14*(25), 70–83.
- Kunzler, A. M., Röthke, N., Günthner, L., Stoffers-Winterling, J., Tüscher, O., Coenen, ... Schmucker, C. (2021). Mental burden and its risk and protective factors during the early phase of the SARS-CoV-2 pandemic: systematic review and meta-analyses. *Globalization and Health, 17*(1), 1–29.
- Manwell, L. A., Barbic, S. P., Roberts, K., Durisko, Z., Lee, C., Ware, E., & McKenzie, K. (2015). What is mental health? Evidence towards a new definition from a mixed methods multidisciplinary international survey. *BMJ Open, 5*(6), e007079–e007079. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2014-007079>
- Oliveira, J. T. de; Lira, T. B. de, & Abreu, C. R. de C. (2021). A Saúde Mental Dos Idosos Em Tempos De Pandemia-COVID-19. *Revista Coleta Científica, v. 5, n. 9, p. 20–30*.
- Pirkis, J., John, A., Shin, S., Del Pozo-Banos, M., Arya, V., Analuisa-Aguilar, & Baran, A. (2021). Suicide trends in the early months of the COVID-19 pandemic: an interrupted time-series analysis of preliminary data from 21 countries. *The Lancet Psychiatry, 8*(7), 579–588.
- Ramirez-Ortiz, J. et al. (2020). Consecuencias de la pandemia COVID-19 en la Salud Mental asociadas al aislamiento social. *SciELOPreprints, v. 1, p. 1-21*.

- Robillard, R., Daros, A. R., Phillips, J. L., Porteous, M., Saad, M., Pennestri, M.-H. ... Bhatla, R. (2021). Emerging New Psychiatric Symptoms and the Worsening of Pre-existing Mental Disorders during the COVID-19 Pandemic: A Canadian Multisite Study: Nouveaux symptômes psychiatriques émergents et détérioration des troubles mentaux préexistants durant la pandémie de la COVID-19: une étude canadienne multisite. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 66(9), 815–826.
- Salari, N., Hosseini-Far, A., Jalali, R., Vaisi-Raygani, A., Rasoulpoor, S., Mohammadi, M., Rasoulpoor, S., & Khaledi-Paveh, B. (2020). Prevalence of stress, anxiety, depression among the general population during the COVID-19 pandemic: a systematic review and meta-analysis. *Globalization and Health*, 16(1), 57. <https://doi.org/10.1186/s12992-020-00589-w>
- Santos, R. N. dos. (2021). *Habilidades sociais e ansiedade em universitários na pandemia de Covid-19*. 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM).
- Shah, S. M. A., Mohammad, D., Qureshi, M. F. H., Abbas, M. Z., & Aleem, S. (2021). Prevalence, psychological responses and associated correlates of depression, anxiety and stress in a global population, during the coronavirus disease (COVID-19) pandemic. *Community Mental Health Journal*, 57(1), 101–110.
- Shao, R., He, P., Ling, B., Tan, L., Xu, L., Hou, Y., Kong, L., & Yang, Y. (2020). Prevalence of depression and anxiety and correlations between depression, anxiety, family functioning, social support and coping styles among Chinese medical students. *BMC Psychology*, 8(1), 38. <https://doi.org/10.1186/s40359-020-00402-8>
- Teixeira, P. T. F., Lima, J. D. S., & Guerreiro, M. L. da S. (2021). As Implicações Psicológicas Desencadeadas pelo Excesso de Informações em Tempos de Pandemia Covid-19 / The Psychological Implications Triggered by the Excess of Information in Times of Pandemic Covid-19. *ID on Line REVISTA DE PSICOLOGIA*, 15(55), 676–695. <https://doi.org/10.14295/idonline.v15i55.3098>

- Tomim, G. C.; Do Nascimento, D. T. (2021). O impacto da pandemia Covid-19 na saúde mental. *RAHIS-Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde*, v. 18, n. 3, p. 96-112.
- Torales, J., O'Higgins, M., Castaldelli-Maia, J. M., & Ventriglio, A. (2020). The outbreak of COVID-19 coronavirus and its impact on global mental health. *International Journal of Social Psychiatry*, 66(4), 317–320. <https://doi.org/10.1177/0020764020915212>
- Turato, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*, v. 39, n. 3, p. 507–514, jun. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000300025>
- Werneck, G. L., & Carvalho, M. S. (2020). A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(5). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00068820>
- WHO - Mental Health Atlas 2020 – Disponível em: https://www.who.int/mental_health/evidence/atlas/mental_health_atlas_2020/en/
- Xiang, Y.-T., Yang, Y., Li, W., Zhang, L., Zhang, Q., Cheung, T., & Ng, C. H. (2020). Timely mental health care for the 2019 novel coronavirus outbreak is urgently needed. *The Lancet Psychiatry*, 7(3), 228–229. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(20\)30046-8](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(20)30046-8)

Recebido em 20/02/2023

Aceito em 02/09/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Corpo como apresentação de si: o papel do Instagram para jovens adultos

*Body as Self-presentation:
the role of Instagram for young adults*

*Cuerpo como presentación de sí mismo:
el papel del Instagram para jóvenes adultos*

Karen Angélica Seitenfusⁱ

Brigido Vizeu Camargoⁱⁱ

Ana Maria Justoⁱⁱⁱ

Izabela Zomkowski^{iv}

Resumo

Trata-se de um estudo fundamentado na Teoria das Representações Sociais, que teve por objetivo investigar o uso do Instagram por jovens adultos e sua relação com satisfação corporal e gênero. Participaram 40 jovens adultos pareados por gênero e satisfação corporal. Os dados foram coletados por meio de questionário on-line autoaplicado e observação diária das postagens dos participantes no Instagram. Os resultados foram tratados com estatística descritiva e relacional e análise categorial de conteúdo. Constatou-se presença frequente de imagens de corpo nas postagens, com diferenças entre feed e stories. Foram encontradas relações estatísticas entre publicações de corpo, satisfação corporal, gênero e acesso a determinados conteúdos em redes sociais. Conclui-se que o Instagram é um espaço de narrativa visual de si, altamente impregnado do corpo, retroalimentado pelo conteúdo consumido

ⁱ Universidade de Santa Catarina, SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7708-2513>. E-mail: karen.seitenfus@gmail.com

ⁱⁱ Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9529-4923>. E-mail: brigido.camargo@yahoo.com.br

ⁱⁱⁱ Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2056-3575>. E-mail: justoanamarca@gmail.com

^{iv} Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. <https://orcid.org/0009-0002-8103-8619>. E-mail: izabelazomko@gmail.com

e delineado por duas diferentes narrativas: uma mais permanente, focada no corpo, e outra, mais dinâmica e interativa, relacionada ao cotidiano e às relações. As mulheres são mais interativas e parecem ser mais impactadas por essa rede social.

Palavras-chave: *representações sociais; rede social virtual; Instagram; imagem corporal; jovem adulto.*

Abstract

This is a study grounded in social representations theory, which aimed to investigate young adults' use of Instagram and its relationship to body satisfaction and gender. Participants consisted of 40 young adults, paired by gender and body satisfaction. Data were collected using a self-administered online questionnaire and daily observations of participants' Instagram posts. Results were analyzed using descriptive and relational statistics and categorical content analysis. Body images were frequently present in posts, with differences between feeds and stories. Statistical relationships were found between body-related posts, body satisfaction, gender, and access to specific content on social networks. The conclusion is that Instagram is a space for a visual narrative of oneself, heavily influenced by body image, shaped by the content consumed; delineated by two different narratives: one more permanent, focused on the body, and the other, more dynamic and interactive, related to everyday life and relationships. Women are more interactive and seem to be more impacted by this social network.

Keywords: *Social Representations; Online social network; Instagram; Body Image; Young Adult.*

Resumen

Se trata de un estudio fundamentado en la Teoría de las Representaciones Sociales, cuyo objetivo fue investigar el uso del Instagram por parte de los jóvenes adultos, y su relación con la satisfacción corporal y el género. Participaron 40 jóvenes adultos, pareados por género y satisfacción corporal. Los datos se recolectaron a través de un cuestionario en línea autoadministrado y mediante la observación diaria de las publicaciones de los participantes en el Instagram. Los resultados se analizaron mediante estadística descriptiva y relacional y análisis de contenido categórico. Se constató una presencia frecuente de imágenes de cuerpo en las publicaciones, con diferencias entre feed y stories. Se encontraron relaciones estadísticas entre publicaciones de cuerpo, la satisfacción corporal, el género, y el acceso a determinados contenidos en redes sociales. Se concluye que el Instagram es un espacio de narrativa visual de uno mismo, muy impregnada del cuerpo, retroalimentado por el contenido consumido; delineado por dos distintas narrativas: una más permanente,

centrada en el cuerpo, y otra, más dinámica e interactiva, relacionada con lo cotidiano y a las relaciones. Las mujeres son más interactivas y parecen ser más impactadas por esa red social.

Palabras clave: *Representaciones Sociales; Redes sociales en línea; Instagram; Imagen corporal; Jóvenes adultos.*

Este estudo consiste em uma pesquisa com jovens adultos sobre corpo e uso de redes sociais em uma perspectiva psicossocial. O indivíduo é indissociável do seu corpo e é por meio deste que ocorrem as relações sociais (Jodelet, 2017). Portanto, não há como pensar o ser humano sem considerar o complexo imbricamento entre os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais do qual se constitui um ser humano (Tapia, 2018).

De acordo com a Teoria das Representações Sociais, os ideais de corpo variam entre os grupos sociais, uma vez que são moldados pelo senso comum em contextos culturais específicos (Jodelet, 2017). O senso comum é um pilar fundamental para a formação de uma consciência popular, pois conecta a cultura e o cotidiano ao conhecimento (Moscovici, 1961/2012). Em vista disso, existe distinção nas representações sociais de corpo conforme variáveis temporais e contextuais, como apontam diversos estudos na área (Camargo & Bertoldo, 2009; Camargo et al., 2010; Camargo et al., 2014; Jodelet, 1984, 2017; Lavrilloux & Masson, 2018; Secchi et al.; Tapia, 2018; Vilas Bôas et al., 2017). A maneira como se compreende socialmente o corpo é perpassada pelas representações construídas socialmente a respeito deste objeto e reflete a mentalidade, a cultura, os interesses de determinados períodos e contextos, ecoando o espírito desses tempos, podendo manifestar conservadorismo ou rupturas (Tapia, 2018). O conceito de interseccionalidade ajuda a compreender como diferentes aspectos da vida de um sujeito, como raça, gênero e classe, interagem e se sobrepõem, afetando suas experiências e, portanto, seus saberes na sociedade, não sendo possível analisar tais categorias de forma isolada (Fernandes, 2023). Portanto, não é suficiente analisar apenas as representações internas de um grupo para moldar sua identidade social. É crucial reconhecer as tensões que destacam o conflito entre o grupo dominante e o grupo minoritário a fim de evitar

possíveis opressões ou reações (Bonomo et al., 2011). Atualmente, o ideal de beleza se consolida no corpo magro, jovem e branco, e é em função desse retrato que se instituem as representações sociais de corpo (Polli et al., 2022).

A comunicação é pilar fundamental para a formação das representações sociais constituídas a partir dos processos de interação, influência, de consenso ou dissenso que intervêm em sua estrutura e formação. Além disso, contribui para os aspectos afetivos e práticos da composição de grupos sociais, por promover fenômenos de influência e pertencimento, gerando sistemas intelectuais socialmente compartilhados. Esses fenômenos representativos dos grupos geram e consolidam a realidade, produzindo pensamentos e saberes compartilhados (Jodelet, 2001), como no caso dos ideais de corpo.

Na atualidade, os processos comunicativos ganharam novos formatos com a popularização da internet e o surgimento das redes sociais virtuais. Estima-se que, em 2022, mais de 5 bilhões de pessoas acessaram a internet, o que corresponde a, aproximadamente, 68% da população mundial (Internet World Stats, 2023¹). A rede social Instagram, objeto de análise deste estudo, é considerada a rede social preferida dos jovens (Newberry, 2024), correspondendo à quarta rede social mais usada no mundo e a terceira no Brasil (Volpato, 2024).

O formato do Instagram foca, principalmente, os dispositivos móveis e tem como principal função o compartilhamento de imagens, sejam elas no formato de fotos ou vídeos, por meio das ferramentas de linha do tempo (*feed*) e dos *stories* publicados em um perfil pessoal, no qual a pessoa se apresenta com uma foto e um breve texto de apresentação. Na página individual, também aparecem informações como quantidade de publicações, número de seguidores e de perfis seguidos (Montardo, 2019).

A publicação de fotos no *feed* tem como característica a publicação de imagens que permanecem no perfil pessoal do usuário e são direcionadas à linha do tempo dos seus seguidores. Já os *stories* são publicações de caráter efêmero, que desaparecem 24 horas após publicados. Atualmente,

1 <https://www.internetworldstats.com/stats.htm>

ambas as ferramentas permitem a interação com outros usuários por meio de curtidas e comentários públicos – contudo, na data de realização da pesquisa, apenas os comentários realizados no *feed* eram visíveis para os demais seguidores, enquanto os realizados nos *stories* eram particulares. O usuário pode escolher sobre a privacidade do seu perfil e, portanto, de suas publicações, podendo manter a conta pública ou privada (Montardo, 2019).

Através das ferramentas de publicação, muitos usuários compartilham imagens cujo foco principal é o corpo e a aparência física, frequentemente associados a conteúdos de estilo de vida, fitness e moda (Akerman & Borsa, 2022); o consumo desse material impacta na formação da autoimagem corporal, diretamente em sua dimensão social (Akerman & Borsa, 2022; Portugal & Siquara, 2022; Rosa & Taschetto, 2019; Silva et al., 2020; Yunes et al., 2019).

O compartilhamento de imagens via redes sociais pode ser considerado uma categoria comunicativa característica da contemporaneidade, um ato expressivo, construtor de relações e de sentidos (Pastor, 2020; Tiidenberg, 2018), um ato de experimentação e prática cultural. Nele circulam as crenças, as representações, os modos de compreender o mundo e a si (Kalampalikis, 2009). A imagem, nesse contexto, ultrapassa a documentação da realidade, atuando na sua construção (Torezani, 2022).

Entre as modalidades mais populares de fotos, encontram-se as selfies, autorretratos digitais de caráter instantâneo feitos com o propósito de serem compartilhadas on-line, (Montardo, 2019; Torezani, 2022). É este propósito que as diferenciam dos autorretratos tradicionais, aliado à espontaneidade, à finalidade comunicativa, ao compartilhamento de momentos específicos da vida cotidiana, superando a esfera da vaidade (Souza & Couto, 2021).

Pensar esse fenômeno em conjunto à formação da imagem corporal leva à compreensão de que um processo pode ser impactado pelo outro. Estudos indicam impactos negativos da exposição, produção e postagem de selfies idealizadas em relação à satisfação, à imagem corporal e à internalização do ideal de magreza (Lonergan et al., 2019; McComb & Mills, 2022; Rousseau, 2021; Tiggemann et al., 2020).

As representações sociais proporcionam um meio para que os indivíduos compreendam e se relacionem com o mundo ao seu redor, permitindo a criação de uma identidade individual e social, e estão servindo como base para a tomada de decisões e justificação de atitudes e pensamentos (Tapia, 2018). Considerando que as representações sociais que dizem respeito ao corpo estão sujeitas a variáveis sociais e culturais, este trabalho tem o objetivo de investigar e discutir o uso que os jovens adultos fazem da rede social Instagram relativo ao corpo e verificar possíveis relações do uso dessa rede com o gênero e a satisfação corporal.

MÉTODO

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e atendeu às suas diretrizes éticas. Consistiu em um estudo de casos (Camargo, 2020) por meio de pesquisa observacional de perfis dos participantes na rede social virtual Instagram, alinhado com um delineamento comparativo de duas variáveis: gênero e satisfação corporal.

Participantes

Compuseram este estudo 40 jovens adultos de 18 a 25 anos, usuários da rede social Instagram, pareados por gênero e satisfação corporal. Eles foram abordados por meio de Instituições de Ensino Superior e integraram um estudo anterior. Todos os participantes do primeiro estudo que concordaram em participar desta etapa da pesquisa foram convidados para o perfil do Instagram do laboratório de pesquisa dos pesquisadores, com um texto explicativo e solicitação de autorização para prosseguir. Os critérios de inclusão foram: estar na faixa etária proposta, ser aluno de uma das instituições abordadas, ser usuário do Instagram e disponibilizar o endereço da sua página pessoal. Os critérios de exclusão foram: neutralidade quanto à satisfação corporal, opção “outro” para gênero (o número reduzido impossibilitava o pareamento). Após o aceite do convite e a triagem, foi

realizado um sorteio eletrônico² para que restassem 10 mulheres satisfeitas, 10 mulheres insatisfeitas, 10 homens satisfeitos, 10 homens insatisfeitos, distribuídos igualmente entre duas pesquisadoras para a coleta dos dados.

Instrumento e procedimentos para coleta de dados

Os dados de caracterização, de satisfação corporal e os conteúdos acessados em redes sociais virtuais foram coletados de um questionário on-line autoaplicado ao qual os participantes responderam no estudo anterior, realizado de julho a novembro de 2021.

A coleta de dados deste estudo ocorreu em junho, julho e agosto de 2022, por meio do acesso à rede social virtual Instagram dos participantes, observando-se os elementos públicos indicativos de seu uso, com auxílio de uma grade de observação padronizada a partir de critérios predefinidos e envolveu dois levantamentos:

- 1) Levantamento inicial, com registro em uma planilha eletrônica. Foram observados dados gerais do perfil (conta pública ou privada; número de seguidores e de seguidos; número de postagens; descrição da foto do perfil, data da primeira e da última postagem). Foram descritas as 6 últimas postagens do *feed* de cada participante, considerando apenas as imagens estáticas, excluindo vídeos, e apenas a primeira no caso de múltiplas imagens com a ferramenta “carrossel” (sequência de imagens). Convencionou-se como foco da observação das imagens aspectos do corpo enquanto presença ou ausência, com as seguintes categorias predefinidas: presença de corpo; corpo em evidência (o corpo humano é o destaque da imagem, seja do próprio participante, de outros ou em interação); interação (imagens da própria pessoa, ou em interação com outras pessoas, ou de terceiros); selfie.
- 2) Levantamento diário, por 30 dias, das novas postagens no *feed* e nos *stories*, registrado em um “diário de campo”, cujos resultados foram inseridos em uma planilha eletrônica. Nos *stories*, observou-se o tipo da postagem (texto, imagem, fotos, *boomerang*, vídeos, enquete), seu

2 Por meio do site: <https://sorteio.com/>

conteúdo, se incluía corpo (as mesmas categorias do primeiro levantamento), se a postagem era original da pessoa ou repostada de outro perfil e uso de filtros, quando possível detectar.

Análise dos dados

Devido ao grande volume de imagens descritas no levantamento, dificultando a análise de conteúdos individuais, optou-se por trabalhar com a totalidade do conteúdo, com as categorias elencadas a priori, em seus significados denotativos. O material foi submetido a uma análise de conteúdo por categorias (Bardin, 1977), com desmembramento do conteúdo total em unidades menores e agrupamento em categorias comuns a partir de elementos detectados no levantamento.

Esperava-se que a identificação de formas de utilização do Instagram permitiria estabelecer relações do uso com os elementos detectados no estudo anterior: gênero, satisfação corporal e conteúdos acessados em redes sociais virtuais. Para tanto, foram estabelecidas relações entre variáveis com o auxílio do software Jamovi. Foram utilizados dados numéricos para tornar a descrição dos resultados mais objetiva, mas não foi possível considerar todos eles estatisticamente devido ao pequeno número de participantes selecionados para este estudo, que visa a um estudo de casos, e não resultados quantitativos.

RESULTADOS

Caracterização dos participantes

Compuseram este estudo 40 jovens adultos, com idades entre 18 e 25 anos, média de 21 anos. Quanto à renda familiar, 17 participantes declararam renda menor que 3 salários-mínimos; 14 participantes tinham renda entre 3 e 5 salários-mínimos; 9 tinham renda maior que 5 salários-mínimos. Mais da metade dos participantes (26) estudavam em instituições localizadas na região oeste do Estado de Santa Catarina, e 14 deles em instituições do centro ou litoral do Estado. Houve equilíbrio quanto

a relacionamentos amorosos: 19 participantes tinham parceiros e 21 não tinham. Cinco pessoas declararam-se negras, uma amarela, e as demais 34, brancas. Apenas uma declarou ter deficiência ou condição atípica. Quanto aos cursos frequentados, 12 participantes eram da área da educação, 11 da área agropecuária, 6 de engenharias, 4 da área de tecnologia, 4 da saúde, 2 do design e 1 de turismo. O Índice de Massa Corpórea (IMC) dos participantes mostrou mais da metade deles (26) com perfil eutrófico, aquele considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como adequado. Dos demais participantes, eram 7 com sobrepeso, 6 obesos e somente um deles com baixo peso. Entre os participantes na faixa eutrófica, a maioria (17) estava satisfeita, bem como o participante de baixo peso. Já entre os participantes obesos e em sobrepeso, a maioria (11) estava insatisfeita.

Página inicial dos participantes no Instagram (*Feed*)

Foi possível constatar que a maioria das fotos de perfil eram de corpos em evidência, geralmente do proprietário da conta, mas, por vezes, de algum personagem fictício ou outras pessoas. Tal padrão converge com a utilidade da foto de perfil: apresentar o sujeito, ser o primeiro contato da sua imagem com os usuários que acessam seu perfil.

Quanto ao número de seguidores, os participantes estavam divididos, igualmente, entre quem tem mais de mil ou menos de mil seguidores. Entretanto, foi relevante a relação estatística entre gênero e número de seguidores ($\chi^2=18,6$ $p < 0,001$; $V_{cramer}= 0,68$). Todas as mulheres tinham mais de 500 seguidores, e a maior parte delas (15), mais de mil. Pelo contrário, 15 homens tinham menos de mil seguidores, sendo 11 deles com menos de 500 seguidores. As 6 últimas postagens no *feed* de cada um dos participantes resultaram em um total de 214 postagens analisadas (já que alguns participantes tiveram menos de seis postagens no total), sendo a maior parte delas (189) com presença de corpo. Dos 40 participantes, 19, ou quase metade, tiveram presença de corpo em todas as seis postagens analisadas, e mais 10 participantes tiveram quase todas as postagens (5) com presença de corpo. Apenas dois deles não tiveram nenhuma postagem com presença de corpo.

Em grande parte dessas postagens, o corpo não só estava presente, como apareceu em evidência: foram 146 delas, ou 68% do total, com corpo em evidência. Dos 40 participantes, 37 tiveram ao menos uma postagem com o corpo em evidência. Quase metade dos participantes (19) teve todas ou quase todas (5 ou 6) as postagens analisadas no *feed* com o corpo em evidência. Observa-se que, desses 19, 13 eram insatisfeitos com o corpo, portanto, a maioria deles. Já os que postaram menor quantidade de fotos com o corpo em evidência (4 ou menos) eram os que manifestaram satisfação corporal. A maior quantidade de postagens com corpo em evidência correspondeu à insatisfação corporal ($\chi^2=7,29$ $p=0,03$; $V_{\text{cramer}}=0,43$).

Observou-se relação estatística significativa das postagens com corpo em evidência com o número de seguidores. Quanto maior o número de seguidores, maior o número de postagens com o corpo em evidência ($\chi^2=7,29$ $p=0,03$; $V_{\text{cramer}}=0,43$). Dos que tinham mais de mil seguidores, 15 participantes (12 deles, mulheres) apresentaram corpo em evidência em todas as 6 fotos analisadas, e 3 deles (dos quais, 2 mulheres) em 5 das fotos analisadas. Dos que tinham menos de mil seguidores, apenas 4 participantes tinham a totalidade das fotos analisadas apresentando corpo em evidência.

Foi observada também a interação nas postagens do *feed*. A categorização dessa interação (sozinho, com outras pessoas, de outras pessoas) considerou apenas a presença ou não de corpo, não levou em conta se o corpo estava em evidência e desconsiderou imagens em que apareciam somente partes do corpo. Somente 3 participantes postaram fotos de outras pessoas no *feed*. Já fotografias em que o participante aparecia em interação com outras pessoas foram observadas com mais frequência: essa categoria ocorreu 26 vezes, postada por 16 participantes. A categoria mais frequente, com grande diferença em relação às anteriores, foi de fotografias do participante sozinho: ocorreu 157 vezes, postada por 37 dos 40 participantes.

Além disso, das fotografias observadas no *feed*, 69 tratavam-se de selfies. Doze participantes não publicaram selfies no *feed*, 20 participantes publicaram 3 ou menos, e 8 participantes publicaram de 4 a 6 entre as publicações observadas.

Postagens de curta duração (*Stories*)

Quanto à postagem de *stories*, verificou-se grande heterogeneidade em relação à quantidade de postagens por participante no período observado, sendo zero o mínimo de *stories* postados por uma mesma pessoa e o máximo 105 (M=21,7; Md=11; DP=27). No que se refere à quantidade de dias em que algum *story* foi postado, observou-se o mínimo de nenhum dia e o máximo 28 dias (M=10,2; Md=8,5 e DP=8,24).

Foram encontradas relações estatísticas em relação à postagem diária de *stories* e critérios de gênero ($\chi^2=6,64$ p=0,08; Vcramer=0,41). Evidenciou-se que todas as mulheres postaram *stories* por pelo menos um dia e, ainda, que 12 delas, a maioria, postou *stories* em mais de 10 dias do mês, ao contrário dos homens, dos quais, 4 participantes não realizaram postagens em nenhum dia, enquanto 10 deles realizaram postagens de *stories* em menos de 10 dias.

Do total de *stories* postados no período de observação (868), foi registrada presença de corpo em 528 deles, ou 60%. Essas publicações com presença de corpo foram verificadas nos *stories* de 34 participantes. Considerando-as individualmente, no período observado, encontrou-se um mínimo de zero de *stories* com presença de corpo de um mesmo participante, e o máximo de 64 (M=13,2; Md=6,00; DP=16,7).

Foram 24 participantes que tiveram mais da metade de suas postagens com presença de corpo. A média do total de postagens de *stories* desses participantes foi 33,4 (MD=23,5; DP=30,06). Os demais 16 participantes exibiram presença de corpo em menos da metade das suas postagens, todos com menos de 18 postagens no total, sendo a média de postagens totais deles de 5,25 (MD=5; DP=5,26). Destes, embora não se tenha observado relevância estatística, 6 participantes não tiveram nenhuma presença de corpo em suas postagens, todos homens. Observou-se, assim, que quanto mais postagens, maior o percentual de presença de corpo nas postagens, sugerindo que as pessoas que mais postavam eram as que tinham preferência em realizar postagens com imagens do corpo, seja próprio ou de outrem.

As fotografias com presença de corpo, nos *stories*, foram divididas de acordo com a interação com outras pessoas: foram 200 postagens em

interação com outras pessoas, de 27 participantes (18 delas, mulheres); 171 somente de outras pessoas, postadas por 27 participantes (14 mulheres e 13 homens) e 141 fotos de si mesmos sozinhos, de 21 participantes (14 mulheres). Dos participantes da pesquisa, 16 tinham fotos em todas as categorias acima. As fotografias em que a própria pessoa aparecia foram postadas em sua maioria por mulheres, seja sozinha ($\chi^2=4,91$ $p=0,03$; $V_{cramer}=0,35$) ou em interação com outros ($\chi^2=9,23$ $p=0,002$; $V_{cramer}=0,48$). Postagens de outras pessoas não tiveram diferença estatística entre os gêneros.

Das 528 postagens de *stories* com presença de corpo, 165 foram selfies. Este número aponta que quase um terço, ou 31% das postagens com corpo e 19% do total de postagens, tratava-se de selfies. O mínimo de selfies postadas por um mesmo participante foi zero, e o máximo 18 ($M=4,13$; $Md=1,50$; $DP=5,9$). Dos 40 participantes, 14 pessoas não postaram nenhuma selfie, sendo que destes, 11 eram homens. Em contrapartida, das 6 pessoas que postaram mais de 10 selfies, 5 eram mulheres. Observou-se, assim, recorte de gênero marcante na publicação de selfies ($\chi^2=7,03$ $p=0,008$; $V_{cramer}=0,42$), sendo as mulheres a maioria dos que postaram selfies, e o fizeram em maior quantidade.

Dos 868 *stories*, somente 45 utilizaram filtro (foram considerados apenas os filtros possíveis de detectar, aqueles usados no momento da postagem; não foi possível contabilizar fotos que possam ter sido tratadas/editadas antes da postagem). As 45 postagens com filtro foram realizadas por 12 participantes. Destes, apenas 3 eram do gênero masculino, e os demais, do gênero feminino. As mulheres insatisfeitas foram metade dos que utilizaram filtros, e as que o fizeram em maior quantidade: foram 6 mulheres insatisfeitas, das quais 1 utilizou filtro 16 vezes, 2 utilizaram 7 vezes e outra, 4 vezes. Dos demais, 1 participante utilizou filtros 3 vezes, 1 utilizou 2 vezes, e os restantes, todos usaram filtro apenas 1 vez.

Os *stories* e o *feed* apresentaram características distintas quanto ao tipo de imagens postadas, especialmente no tocante à interação. Como foi apresentado, no *feed*, eram maioria as fotografias do participante sozinho, já nos *stories*, a maioria eram postagens em que o participante aparecia

junto de outras pessoas, podendo ser selfies ou não. Na Tabela 1, é possível comparar as informações sobre presença de corpo e interação no *feed* e nos *stories*.

Tabela 1. Postagens da linha do tempo (*feed*) X postagens dos *stories*

| | Total de postagem | Presença de corpo | Sozinho | Com outras pessoas | De outras pessoas | Selfies |
|----------------|-------------------|-------------------|----------------|--------------------|-------------------|---------------|
| Linha do tempo | 214 | 189 (88,3%) | 157 (73,4%) | 26 (12,1%) | 3 (1,4%) | 69 (32,2%) |
| Stories | 869 | 528 (60,8%) | 141 (16,2%) | 200 (23%) | 171 (19,7%) | 165 (19%) |

Fonte: elaborada pelos autores com os dados da pesquisa.

Atividade no Instagram X conteúdos acessados em redes sociais virtuais

Foram realizados também testes estatísticos para verificar possíveis relações entre o uso da rede social Instagram pelos participantes e os conteúdos que eles afirmaram visualizar em redes sociais virtuais. De diversos conteúdos relacionados ao tema corpo, aqueles cujo acesso encontrou relação estatística com outras atividades no Instagram foram: influenciadores digitais, moda, fitness/atividade física e corpo/*body positive*.

O conteúdo de influenciadores era acessado por 16 participantes nas redes sociais virtuais, ou seja, menos da metade deles. Entretanto, foi aquele cujo acesso pelos participantes encontrou mais relações com outros aspectos da sua atividade na rede Instagram.

A ocorrência de acesso a conteúdo de influenciadores digitais foi maior entre os que realizaram maior número de postagens com presença de corpo, com forte relação estatística ($\chi^2 = 13,4$; $p = 0,001$; $V_{\text{cramer}} = 0,57$): de 14 participantes que postaram mais de 10 *stories* com presença de corpo, 11 deles acessavam esse conteúdo; em contrapartida, 21 dos 26 participantes que publicaram menos de 10 *stories* com presença de corpo diziam não acessar. Complementarmente, o acesso a esse conteúdo se relacionou a postar mais fotos de si, seja sozinho ($\chi^2 = 13,2$; $p = 0,004$; $V_{\text{cramer}} = 0,575$)

ou em interação com outras pessoas ($\chi^2= 10,6$; $p= 0,014$; $V_{\text{cramer}}=0,516$), o que não ocorreu nas postagens de fotografias de outras pessoas.

O acesso ao conteúdo de influenciadores digitais esteve positivamente relacionado à postagem de selfies nos *stories* ($\chi^2= 11,0$; $p= 0,011$; $V_{\text{cramer}}=0,528$): dos 6 participantes que postaram mais de 10 selfies, 5 afirmaram acessar esse tipo de conteúdo. Ao contrário, 21 dos 27 participantes que postaram menos de 5 selfies negavam acessar esse conteúdo.

Houve relação estatisticamente significativa do acesso a esse conteúdo com o número de seguidores ($\chi^2=6,67$; $p=0,010$; $V_{\text{cramer}}=0,408$), o total de publicações no *feed* ($\chi^2=6,86$; $p=0,009$; $V_{\text{cramer}}=0,414$) e a quantidade de dias em que foram postados *stories* ($\chi^2=8,98$; $p=0,030$; $V_{\text{cramer}}=0,474$).

A presença de corpo nos *stories* (considerando os valores totais de postagem por participante) encontrou relação estatística positiva com acesso a conteúdo de moda ($\chi^2= 7,29$; $p= 0,026$; $V_{\text{cramer}}=0,427$). Dos 10 participantes que disseram visualizar conteúdos sobre moda, 7 deles tinham mais de 10 postagens de *stories* com presença de corpo. Essa relação estatística diz respeito às fotos de si mesmo, seja sozinho ($\chi^2= 8,19$; $p= 0,042$; $V_{\text{cramer}}=0,453$) ou com outros ($\chi^2= 11,2$; $p= 0,011$; $V_{\text{cramer}}=0,528$). Não houve relação estatística do acesso ao conteúdo de moda com postagens de fotos alheias. A postagem de selfies nos *stories* encontrou-se estatisticamente relacionada ao acesso a conteúdo de moda ($\chi^2= 8,01$; $p= 0,046$; $V_{\text{cramer}}=0,447$), com fraca relação. O menor número de postagem de selfies correspondeu ao não acesso do conteúdo moda.

O conteúdo fitness/de atividade física era acessado por 12 participantes e encontrou-se relacionado à quantidade de dias em que foram postados *stories* ($\chi^2=8,21$; $p=0,042$; $V_{\text{cramer}}=0,453$). Houve também relação estatística com a média de *stories* com presença de corpo em relação ao total de *stories* ($\chi^2= 13,5$; $p= 0,009$; $V_{\text{cramer}}= 0,580$). Dos 12 participantes que acessavam o conteúdo fitness/atividade física, 9 deles, ou seja, a maioria, tinha presença de corpo em mais da metade de suas postagens. Em síntese, esse conteúdo era acessado por participantes que realizaram postagens de *stories* em grande quantidade de dias e com alto percentual de presença de corpo.

O acesso ao conteúdo de corpo e *body positive* foi acessado por apenas 8 dos 40 participantes analisados, contudo, apresentou relação estatística com 4 das variáveis de pesquisa: a quantidade de dias de postagem de *stories* ($\chi^2=23,1$; $p<0,001$; $V_{cramer}=0,759$), a presença de corpo nos *stories* ($\chi^2= 7,32$; $p= 0,023$; $V_{cramer}=0,42$), a postagem de *stories* sozinho ($\chi^2= 7,99$; $p= 0,46$; $V_{cramer}=0,448$) e a postagem de selfies nos *stories* ($\chi^2= 9,33$; $p= 0,025$; $V_{cramer}=0,483$).

Os participantes que acessavam esse conteúdo tinham alta frequência de postagem nos *stories*: dos 8 participantes que afirmaram consumir o conteúdo de corpo/*body positive*, 6 postaram em mais de 20 dias. Quanto à presença de corpo nos *stories* (considerando os valores totais de postagem por participante) 6 dos 8 participantes que acessavam esse conteúdo tinham mais de 10 postagens com o corpo presente nos *stories*.

Quanto à interação, dos participantes que acessavam tal conteúdo, 7 publicaram fotos sozinho. Dos 19 participantes que não publicaram nenhuma foto sozinho, 18 não acessavam conteúdo de corpo/*body positive*. Por fim, no que se refere à postagem de selfies nos *stories*, o conteúdo corpo/*body positive* foi acessado por quem realizou mais postagem de selfies. Dos 8 que acessavam esse conteúdo, todos postaram selfies: 2 publicaram de uma a 5 selfies, 3 publicaram de 6 a 10 selfies e 3 deles publicaram mais de 10.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Sabendo que as representações sociais sobre corpo têm na interação e na comunicação sua essência, este estudo compreende as redes sociais virtuais como espaço comunicativo contemporâneo. Os resultados mostram a rede Instagram como um espaço de interação e de produção de relatos de si, por meio de um discurso essencialmente imagético. A grande exposição corporal nessa rede, associada ao maior número de seguidores, é um dado importante para pensar o Instagram como uma exegese de si, assentada no corpo, ratificada pelo expressivo número de publicação de selfies. Embora a dinamicidade e rapidez na atualização desse tipo de postagem dificulte

encontrar dados precisos, esta pesquisa converge com um estudo internacional em que cerca de um terço das postagens do Instagram eram selfies, postadas mais pelas mulheres (Manovich, 2017).

O compartilhamento das imagens de si, em que se incluem as selfies, configura-se como metáfora narrativa que auxilia na constituição da subjetividade do sujeito, sustentada pelo olhar que desperta no outro (Pastor, 2020; Silva & Kupermann, 2021). Apesar da sensação de liberdade de escolha do que será compartilhado, a busca de aprovação submete a publicação ao olhar que “vigia e curte” (Hage & Kublikowski, 2019). Essas identidades narradas em forma de imagem são permeadas por ideais de gênero, beleza, felicidade, e assim vão moldando as formas de expressão presentes na rede (Hage & Kublikowski, 2019). Dessa forma, as imagens de si apresentam o indivíduo tal como ele se vê e/ou quer ser visto; não apenas testemunham, mas também organizam e dão realidade à experiência vivida (Sibilia, 2016). Ao mesmo tempo em que publicar uma foto de si mesmo é um fenômeno social contemporâneo, possível pelo aparato tecnológico, é também uma expressão criativa de um sujeito sobre si (Manovich, 2017).

Tais possibilidades se mostram, nesta pesquisa, em diferentes formas, de acordo com o “ambiente” em que foram compartilhadas as imagens no Instagram dos participantes. Os *stories*, com suas muitas publicações em interação com outras pessoas, falam sobre o cotidiano, as interações, com caráter espontâneo, que, teoricamente, confere autenticidade e gera conexão emocional. Nos *stories*, evidencia-se a escolha das imagens como um retrato do presente, um recorte escolhido entre momentos para criar o discurso que o sujeito vai mostrar de si, revelando realizações, interesses, possibilidades outras de ser (Torezani, 2022). Por sua vez, no *feed*, onde a autoexposição é maior e a seleção do que será apresentado não pressupõe espontaneidade, evidencia-se como um espaço que fala sobre a própria pessoa, particularmente, sobre seu corpo, o que reforça o Instagram como uma rede social focada na autoimagem. A autoapresentação é permeada por padrões, normas e representações interiorizados e é direcionada ao feedback do outro. A imagem de si que busca visibilidade e validação social (Tiidenberg, 2018) está especialmente presente no *feed*.

Tais questões ajudam a elucidar a relação entre a insatisfação corporal dos participantes desta pesquisa e o corpo em evidência no *feed*. Sob uma perspectiva individual (psicológica), pode parecer contraditório exibir um corpo com o qual se está insatisfeito. Entretanto, a explicação para isso pode estar na busca por validação social, já que pesquisas revelam que os *feedbacks* positivos (*curtidas*, comentários) relativos à aparência nas *postagens* são vistos como aceitação social e reconhecimento, têm impacto na satisfação corporal e, conseqüentemente, na autoestima (Wang et al., 2018). Essa busca pode promover efeito inverso, em que a insatisfação alimenta o desejo pela validação, mas a interação na rede social acentua a insatisfação, já que há estudos, em diferentes países, assinalando o aumento de insatisfação corporal relacionado à comparação com imagens idealizadas no Instagram ou mesmo a tirar/manipular/publicar *selfies* (Lonergan et al., 2019; McComb & Mills, 2022; Tiggemann et al., 2020), especialmente em mulheres.

A relação de gênero com vários aspectos do uso do Instagram verifica-se claramente neste estudo. Esse resultado converge para o fato de que as mulheres são maioria entre os usuários do Instagram e mais ativas nessa rede social do que os homens (Pew Research Center, 2023³). Entretanto, há que se considerar outras questões. Em parte, essa diferença pode ser interpretada levando-se em conta que estudos encontraram diferentes formas de representar o corpo por homens e por mulheres. Enquanto para homens as representações sociais do corpo estão associadas à funcionalidade biológica e à preocupação com a saúde, para as mulheres sobressai a importância da aparência física nas relações sociais (Silveira et al., 2021).

Estudos evidenciam maior submissão feminina às normas sociais e a padrões de corpo socialmente valorizados (Camargo et al., 2010; Secchi et al., 2009). A maior propensão feminina a interagir no Instagram expondo seu corpo pode ser resultado do pensamento compartilhado socialmente sobre corpo, já que as mulheres têm a aparência como atributo para a validação social (Lavrilloux, & Masson, 2018; Polli et al., 2022). Há evidências de assimetria entre os gêneros na busca de validação em redes sociais

3 <https://www.pewresearch.org/internet/fact-sheet/social-media/>

efetivada pelos feedbacks (Butkowski et al., 2020; Wang et al., 2018). Apresentar-se “bem” em uma rede social focada na imagem pode indicar a submissão feminina ao ideal de corpo fortemente normatizado, socialmente aceito. Na atualidade, para as mulheres, esse padrão almejado, altamente reproduzido pela mídia e compartilhado em redes sociais, corresponde ao corpo magro e está relacionado às representações sociais da saúde e da beleza (Polli et al., 2022).

Uma das formas de adequação à percepção de beleza circulante nas redes, que atende ao desejo de parecer melhor ou diferente, é materializada virtualmente pelos “filtros” (Montardo & Prodanov, 2021). Entretanto, diferentemente do que era esperado, foi observada baixa ocorrência desse recurso. Ainda assim, há que se considerar o papel da busca de adequação feminina ao padrão socialmente aceito, entendendo a insatisfação como fator que contribui para o desejo de mostrar-se diferente, especialmente nas mulheres, uma vez que metade dos que usaram filtros foram mulheres insatisfeitas.

Por fim, as relações do acesso a determinados conteúdos no Instagram também são reveladoras da atividade dos participantes nessa rede e dos impactos do Instagram na relação com seu corpo e na construção da própria imagem, permeadas pelas representações sociais. O que as pessoas “consumem” nas redes pode estar relacionado às representações sociais, bem como pode contribuir na construção delas.

Chama atenção a relação entre o acesso a conteúdo de influenciadores digitais pelos participantes com a exposição do corpo no Instagram, revelando que os participantes que acessam esse tipo de conteúdo são os mais dispostos a se exporem na rede. Influenciadores digitais podem ter papel na consolidação de representações sociais de corpo permeadas por padrões estéticos, já que moda, beleza e estética estão entre os principais temas abordados por eles. Assim, o acesso a esse conteúdo sugere a exposição do corpo no Instagram condicionada à busca por validação social, em uma tentativa de alcançar visibilidade se adequando ao padrão estético promovido pelos influenciadores, o que pode implicar em uma socialização modulada pelo tipo de interação na rede e pelo conteúdo acessado.

Duas grandes categorias em relação a influenciadoras digitais de grande visibilidade foram encontradas por um estudo brasileiro: “conservadoras”, que contribuem para a manutenção de uma representação social de corpo que inclui o padrão estético vigente, e “transgressoras”, de caráter disruptivo, com papel de desconstrução da representação social estereotipada de corpo (Yunes et al., 2019). Entre as conservadoras, podem ser incluídos os perfis de moda, beleza e de inspiração fitness; entre as transgressoras, podem ser incluídos os que compartilham conteúdo *body positive*.

Perfis de inspiração fitness são populares no Instagram, apresentando pessoas consideradas bonitas, em atividades físicas, e ganharam até um termo próprio em inglês: *fitspiration*. Estudos que analisaram perfis fitness populares no Instagram observaram anúncios de produtos e serviços voltados à estética, bem como alta frequência de fotografias que reforçam o ideal de beleza presente na mídia de massa (Stolarski et al., 2018). Exposição a imagens *fitspiration* podem induzir a um julgamento mais rígido de si (Fardouly et al., 2018), com sensação de inferioridade devido à comparação, além da diminuição da satisfação com o próprio corpo em razão da pressão social pelo físico idealizado (Krug et al., 2020).

Um estudo brasileiro (Souza et al., 2019) que investigou representações sociais de corpo e de saúde encontrou exercícios físicos como elementos centrais das representações sociais de corpo, mas não nas de saúde, o que pode indicar a maior importância da atividade física para a estética do corpo do que para a saúde. O papel da atividade física nessa representação pode ajudar a explicar as relações entre o acesso a conteúdo *fitspiration* com altos índices de postagens com exposição do corpo. A relação encontrada neste estudo entre acesso a tal tipo de conteúdo e percentual de postagem de corpo, especialmente considerando a relação entre alto índice de postagem de corpo e insatisfação, corrobora outras pesquisas que relacionam conteúdo *fitspiration* com insatisfação e imagem corporal (Fardouly et al., 2018; Portugal & Siquara, 2022).

Quanto ao acesso a conteúdo de corpo/*body positive*, as relações com postagem de corpo e selfies merecem atenção justamente por ser um conteúdo acessado por número pequeno de participantes. Conteúdos *body*

positive buscam promover a autoaceitação, o amor próprio e a pluralidade da beleza, desafiando os padrões tradicionais. Estudos evidenciam impacto positivo de imagens positivas de corpo na satisfação corporal feminina (Cohen et al., 2019; Cowles et al., 2023; Hendrickse et al., 2021). Considerando esses efeitos, é possível que as pessoas que visualizam esse conteúdo compartilhem imagens de si em busca de validação, mas também pode ser que estejam confortáveis em exibir seu corpo por estarem rompendo com o padrão estético vigente e, com isso, questionando as representações sociais de corpo, engendrando novos elementos.

Ao expor a sua imagem on-line, a pessoa inevitavelmente expõe o corpo, já que o ser humano é o seu corpo e está no mundo por intermédio dele. Ainda assim, observa-se, no Instagram, um espaço enfático de evidência do corpo. Mesmo que se tratem de imagens corporais positivas, ainda são sobre corpo e aparência, com potencial para a sua objetificação (Cohen et al., 2021).

Com o advento das redes sociais virtuais, em especial o Instagram, verificam-se novas formas de ser e estar no mundo, permeadas pelas narrativas de si em um processo comunicativo que parte do aspecto visual e o extrapola por meio de propriedades conversacionais diversas e interativas (marcações, hashtags, curtidas, reações, localizações). O perfil se torna um espaço de conexão, interação, expressão e construção identitária em que a existência está condicionada à visibilidade: existir é ser visto (Sibilia, 2016). A construção de imagem social nas redes sociais virtuais está constantemente exposta ao olhar do outro e atendendo ao padrão normativo ali compartilhado. Portanto, é compreensível que exista a preocupação com a impressão causada e que as ações (publicações) nessas redes estejam orientadas para o outro em busca de legitimação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou investigar o uso que os jovens adultos fazem da rede social Instagram, especialmente no tocante ao corpo, e se existem relações desse uso com sua satisfação corporal e gênero. Os resultados mostraram que o Instagram é usado pelos jovens adultos como espaço de

narrativa visual de si e que o conteúdo acessado por eles em redes sociais tem impacto na sua forma de uso, ambos mediados pelo corpo. Duas linhas narrativas foram observadas: uma mais permanente e focada no corpo, presente no *feed*; outra, mais dinâmica e interativa, que fala do cotidiano e das relações, revelada nos *stories*. Foram verificadas relações da exposição de corpo no Instagram com a insatisfação corporal e o gênero feminino, que é o mais interativo nessa rede social e parece ser o mais impactado por ela.

A coleta de dados on-line ainda é um campo em construção, pois a rapidez na atualização e o alto nível de detalhamento limitam um levantamento mais aprofundado. Nesta pesquisa, a grande quantidade de fotografias publicada pelos participantes no período da coleta inviabilizou a análise minuciosa do conteúdo de cada imagem, o que permitiria uma análise mais interpretativa e poderia complementar as descobertas. Tal complexidade implica em desafios para pesquisas que exploram o Instagram, especialmente em relação à necessidade de clara delimitação do período, do objeto a ser pesquisado e de diversificação nos métodos.

A relação entre usos do Instagram com insatisfação corporal e gênero revela o seu impacto em diversos aspectos da vida dos jovens adultos, especialmente no que diz respeito ao corpo e suas representações sociais. Evidencia-se, com isso, a necessidade da atenção acadêmica sobre esse objeto e da ampliação do campo. Com este estudo, procurou-se fornecer subsídios para a continuidade das pesquisas na área. Recomendam-se novos estudos, com outros públicos e outras variáveis – como raça e localização geográfica –, bem como outros métodos que possam oferecer novas evidências.

REFERÊNCIAS

- Akerman, L. P. F., & Borsa, J. C. (2022). Does accessed content matter? social media and body (dis)satisfaction: a moderation analysis. *Paidéia*, 32, e3229. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3229>
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bonomo, M., Souza, I. D., Menandro, M. C. S., & Trindade, Z. A. (2011). Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31, 373-389. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000400002>
- Butkowski, C. P., Dixon, T. L., Weeks, K. R., & Smith, M. A. (2020). Quantifying the feminine self(ie): Gender display and social media feedback in young women's Instagram selfies. *New Media & Society*, 22(5), 817-837. <https://doi.org/10.1177/1461444819871669>
- Camargo, B. V. (2020). *Métodos e procedimentos de pesquisa em Ciências Humanas e Psicologia*. Curitiba: CRV.
- Camargo, B. V., Justo, A. M., & Jodelet, D. (2010). Normas, Representações Sociais e Práticas Corporais. *Revista Interamericana de Psicología/ Interamerican Journal of Psychology*, 44(3), 449-457. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28420658006>
- Camargo, B. V.; Justo, A. M. & Marcon, A. N. (2014). Representações sociais sobre o corpo nos contextos de estética e saúde. IN: C.F. Gomes, R. M. T. Gimenes, & S.C. Vermelho (Orgs.), *Estética e saúde: a transmutação do corpo*. São Paulo: Opção.
- Cohen, R., Fardouly, J., Newton-John, T., & Slater, A. (2019). #BoPo on Instagram: An experimental investigation of the effects of viewing body positive content on young women's mood and body image. *New Media & Society*, 21(7), 1546-1564. <https://doi.org/10.1177/1461444819826530>
- Cohen, R., Newton-John, T., & Slater, A. (2021). The case for body positivity on social media: Perspectives on current advances and future directions. *Journal of health psychology*, 26(13), 2365-2373. <https://doi.org/10.1177/1359105320912450>

- Cowles, E., Guest, E., & Slater, A. (2023). Imagery versus captions: The effect of body positive Instagram content on young women's mood and body image. *Body Image, 44*, 120-130. <https://doi.org/10.1016/j.bodyim.2022.12.004>
- Fardouly, J., Willburger, B. K., & Vartanian, L. R. (2018). Instagram use and young women's body image concerns and self-objectification: Testing mediational pathways. *New Media & Society, 20*(4), 1380-1395. <https://doi.org/10.1177/1461444817694499>
- Fernandes, P. M. (2023). Raça, gênero, classe e outras interseccionalidades na comunicação de marcas: Uma proposta de análise interseccional semiótica. *Revista FAMECOS, 30*(1), e43673. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2023.1.43673>
- Hage, ZCM, & Kublikowski, I. (2019). Estilos de uso e significados dos autorretratos no Instagram: Identidades narrativas de adultos jovens brasileiros. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 19*(2), 522-539. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000200011&lng=pt&tlng=pt
- Hendrickse, J., Clayton, R. B., Ray, E. C., Ridgway, J. L., & Secharan, R. (2021). Experimental Effects of Viewing Thin and Plus-Size Models in Objectifying and Empowering Contexts on Instagram. *Health communication, 36*(11), 1417-1425. <https://doi.org/10.1080/10410236.2020.1761077>
- Jodelet, D. (1984). The representation of the body and its transformations. IN: R. Farr, & S. Moscovici (Orgs.), *Social representations* (pp. 211-238). Cambridge: Cambridge University Press.
- Jodelet, D. (2017). *Representações sociais e mundos de vida*. Curitiba: PUCPress.
- Jodelet, D. (Org.) (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Kalampalikis, N. (2009). Mitos e representações sociais. In: E. C. Paredes, & D. Jodelet (Orgs.), *Pensamento mítico e representações sociais*. Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT/EdIUNI.

- Krug, I., Selvaraja, P., Fuller-Tyszkiewicz, M., Hughes, E. K., Slater, A., Griffiths, S., Yee, Z. W., Richardson, B., & Blake, K. (2020). The effects of fitspiration images on body attributes, mood and eating behaviors: An experimental Ecological Momentary Assessment study in females. *Body image, 35*, 279–287. <https://doi.org/10.1016/j.bodyim.2020.09.011>
- Lavrilloux, M. & Masson, E. (2018). Le régime : une affaire de femme et non d’homme ? Influence des représentations sociales sur la description et la nomination des pratiques de contrôle alimentaire. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale, 117-118*, 71-95. <https://doi.org/10.3917/cips.117.0071>
- Lonergan, A. R., Bussey, K., Mond, J., Brown, O., Griffiths, S., Murray, S. B., & Mitchison, D. (2019). Me, my selfie, and I: The relationship between editing and posting selfies and body dissatisfaction in men and women. *Body image, 28*, 39–43. <https://doi.org/10.1016/j.bodyim.2018.12.001>
- Manovich, L. (2017). *Instagram and contemporary image*. Online. Disponível em: <http://manovich.net/index.php/projects/instagram-and-contemporary-image>
- McComb, S. E., & Mills, J. S. (2022). The effect of physical appearance perfectionism and social comparison to thin-, slim-thick-, and fit-ideal Instagram imagery on young women’s body image. *Body image, 40*, 165–175. <https://doi.org/10.1016/j.bodyim.2021.12.003>
- Montardo, S. P. (2019). Selfies no Instagram: implicações de uma plataforma na configuração de um objeto de pesquisa. *Galáxia, 41*, 169-182. <https://doi.org/10.1590/1982-25542019237688>
- Montardo, S., & Prodanov, L. (2021). Filtros embelezadores no Instagram Stories: pistas iniciais sobre a plataformização da beleza. *Logos, 28(2)*. <https://doi.org/10.12957/logos.2021.60900>
- Moscovici, S. (1961/2012). *Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes.

- Newberry, C. (2024). 37 Must-know Instagram statistics for marketers in 2024. Hootsuite. <https://blog.hootsuite.com/instagram-statistics/>
- Pastor, L. (2020). Autofotografia e relato de si: materialidades digitais e audiência algorítmica na prática de selfie. *Intercom*, 43(3), 155-171. <https://doi.org/10.1590/1809-5844202038>
- Portugal, M. P., & Siquara, G. M. (2022). Use of Instagram, body image satisfaction and self esteem in young women // Uso do Instagram, satisfação da imagem corporal e autoestima em mulheres jovens. *Revista De Psicologia*, 13(2), 213 - 226. <https://doi.org/10.36517/10.36517/revpsiufc.13.2.2022.15>
- Polli, G., Joaquim, B., & Tagliamento, G. (2022). Representações sociais e práticas corporais: influências do padrão de beleza. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 73(3). <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2021v73i3p.54-69>
- Rousseau, A. (2021). Adolescents' selfie-activities and idealized online self-presentation: An application of the sociocultural model. *Body image*, 36, 16–26. <https://doi.org/10.1016/j.bodyim.2020.10.005>
- Secchi, K., Camargo, B. V., & Bertoldo, R. B. (2009). Percepção da imagem e representações sociais do corpo. *Psicologia. Teoria e Pesquisa*, 25, 229-236. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200011>
- Sibilia, P. (2016). *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Silva, A. F. D. S., Japur, C. C., & Penaforte, F. R. D. O. (2020). Repercussions of Social Networks on Their Users' Body Image: Integrative Review. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 36. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36510>
- Silva, I. G., & Kupermann, D. (2021). Selfie narratives made by young people. *Paidéia*, 31, e3111. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3111>
- Silveira, A. Camargo, B. V. Giacomozzi, A. (2021). Social Representations of the Body and Bodily Care Practices of Older Adults. *Psico-USF*, 26(2), 279-290. <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260207>

- Souza, J. D. F. de, & Couto, E. S. (2021). Selfie: Espetacularização do eu e pedagogias no Instagram Stories. *Educação*, 44(3), e33202. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2021.3.33202>
- Souza, S. C. S., Ribeiro, R. D., Polli, G. M. & Wanderbroocke, A. C. (2019). Social representations of the body and health for physically active and inactive individuals. *Temas em Psicologia*, 27(4), 961-975. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2019.4-10>
- Stolarski, G., Lucena, T. F. R., Milani, R. G., & de Oliveira, L. P. (2018). Blogueiros fitness no Instagram: o corpo e o merchandising editorial de suplementos alimentares. *Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde*, 12(4). <https://doi.org/10.29397/reciis.v12i4.1468>
- Tapia, C. (2018). Le corps dans la culture hypermoderne. Représentations et valeurs. *Connexions*, 110(2), 11-24. <https://doi.org/10.3917/cnx.110.0011>
- Tiggemann M, Anderberg I, Brown Z. (2020) Uploading your best self: Selfie editing and body dissatisfaction. *Body Image*, 33, 175-182. <https://doi.org/10.1016/j.bodyim.2020.03.002>
- Tiidenberg K. (2018). *Selfies: why we love (and hate) them*. Emerald Publishing.
- Torezani, J. N. (2022). *As Selfies do Instagram: os autorretratos na contemporaneidade*. São Paulo: Editus.
- Vilas Bôas, L. M. S, Camargo, B. V., & de Rosa, A. S. (2017). *Beleza e cirurgia estética: representações sociais de estudantes universitários*. Curitiba: Appris.
- Volpato, B. (2024). Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais. RDStation. <https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>
- Wang, Y., Wang, X., Liu, H., Xie, X., Wang, P., & Lei, L. (2018). Selfie posting and self-esteem among young adult women: A mediation model of positive feedback and body satisfaction. *Journal of health psychology*, 25(2), 161–172. <https://doi.org/10.1177/1359105318787624>

Yunes, M. M., Rosa, G. C., & Taschetto, L. R. (2019). Representações sociais e os novos padrões estéticos e ideológicos das influenciadoras digitais: Uma análise de impacto na sociedade brasileira. *Educação, Ciência e Cultura*, 24(3), 273-284. <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v24i3.5553>

Recebido em 29/05/2023

Aceito em 30/09/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

"Eu não estava preparada": um estudo qualitativo sobre a parentalidade em mães de bebês prematuros

*"I wasn't prepared": a qualitative study on parenting
in mothers of premature babies*

*"No estaba preparada": un estudio cualitativo
sobre la crianza en madres de bebés prematuros*

Natalia Pereira da Silvaⁱ
Maíra Bonafé Sei^{iv}

Resumo

A chegada de um bebê prematuro pode gerar problemas na relação mãe-bebê em decorrência da frequente necessidade de internação da criança e, conseqüentemente, separação da mãe. Tendo em vista tal contexto, almejou-se, por meio de uma pesquisa qualitativa de orientação psicanalítica, identificar os aspectos envolvidos no processo inicial de construção da parentalidade de mães de bebês prematuros. Foram entrevistadas quatro mães de bebês com idade gestacional inferior a 37 semanas. Os dados foram analisados considerando uma categorização apriorística, com categorias referentes aos sentimentos presentes na gravidez e vivência do luto do parto idealizado, tamanho do bebê real, sentimentos despertados ao ser mãe de um bebê prematuro durante o parto e as primeiras horas de vida do bebê, relação da mãe com a equipe do hospital e o papel do pai em face da prematuridade. Espera-se que os resultados possam contribuir para o desenvolvimento de intervenções para o público em questão, buscando promover a saúde mental da criança, da mãe e da família de forma mais ampla.

Palavras-chave: nascimento prematuro; psicanálise; maternidade.

ⁱ Universidade Estadual de Londrina, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0960-3022>.
E-mail: nataliapereirasilva2@gmail.com

ⁱⁱ Universidade Estadual de Londrina, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0693-5029>.
E-mail: mairabonafe@gmail.com

Agência de fomento: CAPES

Abstract

The arrival of a premature baby can generate problems in the mother-baby relationship, due to the frequent need for hospitalization of the child and consequently separation from the mother. In view of this context, the objective was, through qualitative research of psychoanalytic orientation, to identify the aspects involved in the initial process of building parenthood for mothers of premature babies. Four mothers of babies with a gestational age of less than 37 weeks were interviewed. The data was analyzed using aprioristic categorization, with categories referring to the discovery and feelings present during pregnancy and the experience of mourning the idealized birth, the size of the real baby, the feelings aroused by being the mother of a premature baby during the birth and the first hours of the baby's life, the mother's relationship with the hospital staff and the father's role in the face of prematurity. It is hoped that the results can contribute to the development of interventions with the public in question, seeking to promote the mental health of the child, mother, and family more broadly.

Keywords: premature birth; psychoanalysis; motherhood.

Resumen

La llegada de un bebé prematuro puede generar problemas en la relación madre-bebé, debido a la frecuente necesidad de hospitalización del niño y, consecuentemente, la separación de la madre. Frente a este contexto, el objetivo fue, a través de una investigación cualitativa de orientación psicoanalítica, identificar los aspectos involucrados en el proceso inicial de construcción de la paternidad de madres de bebés prematuros. Se entrevistaron cuatro madres de bebés con edad gestacional menor de 37 semanas. Los datos se analizaron mediante categorización apriorística, con categorías referidas al descubrimiento y los sentimientos presentes durante el embarazo y la experiencia del duelo por el nacimiento idealizado, el tamaño del bebé real, los sentimientos despertados por ser madre de un bebé prematuro durante el parto y las primeras horas de vida del bebé, la relación de la madre con el personal del hospital y el papel del padre ante la prematuridad. Se espera que los resultados puedan contribuir al desarrollo de intervenciones con el público en cuestión, buscando promover la salud mental del niño, la madre y la familia de manera más amplia.

Palabras clave: parto prematuro; psicoanálisis; maternidad.

A descoberta de uma gravidez pode ser um momento de muita emoção na vida daqueles implicados na chegada da criança à família. Desse modo, o nascimento de uma criança é um acontecimento que institui mudanças e transformações na estrutura familiar, resultando na transmissão de uma herança simbólica ligada à continuação da tradição de uma comunidade (Rosa, 2020).

A partir do nascimento de um bebê, a comunidade irá nomear aqueles que terão a função de fornecer condições adequadas à constituição subjetiva da criança, que exercerão a parentalidade. Esta é reconhecida como um conjunto de ações realizado pelos pais, conectados com seus filhos, no sentido de promover o desenvolvimento dos descendentes de forma mais plena possível (Martins, 2015).

Entende-se que a entrada da parentalidade ocorre em função do lugar da mulher e do homem – bem como em casais homoafetivos e monoparentais – ao assumirem o lugar de mãe e/ou de pai da criança (Garrafa, 2020). Ademais, a gestação, o parto e o aleitamento materno, assim como os fenômenos biológicos que perpassam o corpo da mulher, funcionam como oportunidades, desafios e riscos para a construção da parentalidade (Iaconelli, 2020).

Tendo isso em vista, o processo de construção de parentalidade pode se iniciar na gravidez, sendo a gestação um período de grandes e significativas modificações e adaptações – tanto biologicamente com a percepção do crescimento da barriga como psicologicamente – que darão contorno para a formulação e a elaboração da ideia de ser mãe e de ser pai, assim como da imagem mental que será construída do bebê (Campos, 2019). É nesse período que a família nuclear se organiza e reatualiza sua história a fim de estabelecer e construir o lugar enquanto pais e o lugar psíquico ao qual o bebê será conferido com o seu nascimento (Boas et al., 2013; Ferrari et al., 2006).

De acordo com Freud (1914/2006), as expectativas que a mãe construirá acerca do filho e como ela assumirá o papel materno se estruturam em um renascimento narcísico configurado no que a gestante foi para sua mãe e no que esta representou em sua constituição psíquica. Portanto, a

forma com a qual cada um se constitui enquanto mães e pais será relacionada diretamente com os pais que tiveram, com seus modelos parentais (Szejer & Stewart, 1997).

A constituição e a adaptação materna diante das modificações de caráter biológico e psicológico da gestação serão consolidadas ao final dos nove meses de gestação, em um estado em que, com muita naturalidade, sua atenção estará voltada para o bebê (Winnicott, 1966/2020). É nas primeiras semanas de vida do recém-nascido que os processos iniciais de amadurecimento ocorrem, com o auxílio de um ambiente facilitador. Partindo de um suporte humano e pessoal suficientemente bom, o bebê será capaz de alcançar suas tendências hereditárias de crescimento.

É na gestação – ou mesmo antes dela, no desejo de gestar – que figuras parentais construirão fantasias, sentimentos e impressões em face da chegada do filho, como a cor do cabelo, a aparência física, os traços de personalidade e o sexo do bebê. Entretanto, é com o nascimento do bebê real que as representações parentais são transformadas, a partir do contato com as características do bebê real, perante as expectativas do bebê imaginário (Lebovici, 1987). Dunker (2020) argumenta que:

Uma característica importante da ideia de criança como uma espécie de obra de seus pais é que ela é estruturalmente uma obra sujeita à inadequação. O filho imaginário nunca é o filho encontrado. Somos todos anormais e deficitários em relação às expectativas e as funções que nos demandam (p. 50).

Se esse já é o cenário nos nascimentos a termo, a chegada de uma criança pré-termo leva as figuras parentais ao encontro com o inesperado, demandando que esses passem a investir precocemente na relação com o bebê, assim como na necessidade de elaboração do luto pela perda do bebê imaginário (Lebovici, 1987).

Tal processo de elaboração ocorre nos primeiros meses após o nascimento, com a possibilidade de ser facilitado, ou não, em decorrência da saúde do recém-nascido, pela interação mãe-bebê, pelas condições gestacionais e pelo parto (Soulé, 1987). Contudo, a prematuridade pode se tornar uma ameaça ao estabelecimento de vínculos entre pais e filhos devido, entre outros aspectos, à precoce separação de ambos. Ressalta-se

que o bebê prematuro, usualmente, precisa permanecer por tempo indeterminado, dependendo da saúde individual de cada recém-nascido, em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) para que esteja apto a se desenvolver plenamente, sem ajuda externa (Scherman & Brum, 2012). De acordo com Veras et al. (2010), essas internações geram menor apego e pouco ou nenhum desenvolvimento do vínculo afetivo entre mãe e filho nesse período. Com isso, diante de um nascimento antecipado, surgirá tanto um bebê quanto uma mãe prematuros (Andreani et al., 2006).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), o nascimento prematuro é categorizado como aquele que ocorre antes das 37 semanas completas de gestação, sendo um nascimento prematuro extremo o nascimento antes das 28 semanas. Registram-se cerca de 13 milhões de crianças prematuras todos os anos no mundo, com taxa de mortalidade de um milhão de neonatos. A prematuridade afeta a qualidade de vida dos que sobrevivem a ela e de suas famílias, pois a experiência precoce de hospitalização torna-se realidade para bebês que, sem um aparato psíquico plenamente desenvolvido, encontram-se fragilizados e absolutamente dependentes do outro (Henrich et al., 2017).

A ameaça de nascimento precoce está entre os fatores que afetam a experiência de gestação, podendo acarretar sofrimento e sentimentos ambivalentes, fatores que podem gerar dificuldades na relação mãe-bebê (Esteves et al., 2011). Considerando que o processo de se tornar mãe se constitui em uma transição que se inicia na gestação e se estende até os primeiros anos de vida do bebê, o contato entre mãe e filho, nesse período, irá determinar a natureza de suas relações subsequentes (Esteves et al., 2011). Segundo Winnicott (1956/2000), a maternagem tem papel fundamental para o desenvolvimento dessas relações, de modo que, nos primeiros meses de vida do bebê, a mãe entra em um estado de “preocupação materna primária”, a partir do qual se volta inteiramente para o seu bebê, havendo uma identificação com o filho, bem como investimentos afetivos, facilitando que ela compreenda as necessidades do bebê e as satisfaça. Ressalta-se que, esse início de vida é uma fase de dependência total do bebê, uma dependência absoluta que se desdobra em uma dependência relativa, caminhando rumo à independência à medida que a mãe consegue ajudar o filho em seu

desenvolvimento emocional (Winnicott, 1963/1983). Pode-se pensar, no caso de um bebê prematuro, que o período de dependência absoluta se estende de maneira diversa, haja vista o menor grau de maturação com o qual ele vem ao mundo. Com isso, a sintonia e a dedicação da mãe e do ambiente também precisam ocorrer de forma diferente, cabendo lembrar que, para que a mãe possa estar sintonizada com seu bebê, é necessário que ela desfrute de um acolhimento do seu entorno que proporcione condições para o desenvolvimento do estado de “preocupação materna primária” (Winnicott, 1956/2000).

A partir dessas considerações, objetivou-se investigar os aspectos envolvidos no processo inicial de construção da parentalidade em bebês prematuros com suas mães, haja vista as singularidades advindas da condição da prematuridade. Busca-se refletir sobre as dificuldades enfrentadas em relação aos cuidados com um bebê prematuro e os sentimentos que perpassam a mãe no decorrer da gravidez, do nascimento e do primeiro ano de vida da criança. Entende-se, assim, haver angústias e incertezas, diante do parto antecipado, que podem implicar na saúde emocional do par mãe-bebê, justificando-se um estudo como o aqui empreendido.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se ocupa da exploração de significados, valores, atitudes, fenômenos humanos nem sempre passíveis de quantificação, cuja análise de dados se embasa em uma perspectiva psicanalítica.

Participantes

Participaram da pesquisa quatro mulheres, entre 30 e 39 anos, brancas, mães de um único filho nascido prematuro com idade gestacional inferior a 37 semanas. Deveriam ter estado casadas ou em união estável nos primeiros dois primeiros anos de vida da criança e residentes do interior do Paraná.

| | Idade da mãe | Raça | Tempo de relacionamento | Idade gestacional | Tempo de internação |
|----|--------------|---------|-------------------------|---------------------|---------------------|
| M1 | 31 anos | amarela | 13 anos | 26 semanas e 5 dias | 6 meses e 15 dias |
| M2 | 30 anos | branca | 10 anos | 33 semanas e 2 dias | 20 dias |
| M3 | 39 anos | branca | 9 anos | 33 semanas | 11 dias |
| M4 | 39 anos | branca | 20 anos | 34 | 1 dia |

Procedimentos

A divulgação da pesquisa foi realizada por meio das redes sociais, indicando objetivo, perfil das participantes, link para acesso ao formulário de inscrição e telefone de contato da pesquisadora. A ficha de inscrição era composta por informações como: nome completo, idade, raça, data de nascimento, estado civil, escolaridade, profissão, idade do filho, idade gestacional correspondente ao momento do nascimento do filho, e-mail e telefone de contato para seleção de participantes que correspondessem aos critérios de inclusão.

Contou-se com 8 inscrições, entretanto, percebeu-se que as inscritas não se encaixavam no perfil inicialmente estabelecido, qual seja, mulheres entre 25 e 35 anos, casadas ou em união estável, mães de 1 filho com idade entre 1 e 2 anos, que tivesse nascido com a idade gestacional inferior a 32 semanas, residentes do interior do Estado do Paraná. Dessa forma, flexibilizou-se os critérios de inclusão, com ampliação da idade das crianças, das mães e da idade gestacional em que os bebês nasceram, incluindo-se a participação de 4 mulheres.

Instrumentos

Foi delineado um roteiro semiestruturado de entrevista, permitindo a exploração da temática por meio de perguntas abertas e fechadas (Minayo, 2008b), com entrevista piloto a fim de aferir o roteiro. Foram abordados os seguintes tópicos: histórico do casal, histórico gestacional, família e rede de

apoio, nascimento do bebê, alta médica, trabalho e profissão. As entrevistas foram realizadas pela plataforma Google Meet, gravadas e, posteriormente, transcritas.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da instituição à qual o estudo está vinculado, CAAE 50944821.2.0000.5231, com parecer número 5.017.846. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Análise dos dados

Fez-se uma análise de conteúdo temática (Bardin, 2006) com categorias delineadas de forma apriorística, inspiradas na pesquisa de Campos (2019). A partir delas, fez-se uma leitura flutuante do material coletado, identificando-se os núcleos de sentidos comuns concernentes aos temas: descoberta da gravidez e vivência do luto do parto idealizado, tamanho do bebê real, sentimentos despertados ao ser mãe de um bebê prematuro durante o parto e as primeiras horas de vida do bebê, experiência precoce de parentalidade, relação da mãe com a equipe do hospital, adicionando-se uma categoria referente ao papel do pai em face da prematuridade, organizando-se, assim, 6 categorias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O material advindo das entrevistas foi organizado em 6 categorias temáticas intituladas a partir dos trechos advindos das entrevistas, como: 1. “Foi muito diferente do que eu imaginei, do que eu planejei”; 2. “Eu vesti ele com a roupinha que tinha comprado e ele ficou perdido dentro dela”; 3. “Eu não estava preparada”; 4. “É punk, não é pra qualquer um não”; 5. “Tinha dia que eu queria matar a enfermeira, queria matar todo mundo que estava lá”; 6. “Eu acho que foi uma parceria para manter o bebê vivo”.

1. “Foi muito diferente do que eu imaginei, do que eu planejei”

A gestação é um momento que acarreta transformações físicas e emocionais na mãe, sendo um período de expectativas e ensaios do que está por vir (Ferrari et al., 2007). É nesse momento que sentimentos como alegria, ansiedade e medo podem ser experienciados. Tais sentimentos ambivalentes, muitas vezes, geram desconforto ao serem interpretados como vinculados a uma rejeição da gravidez ou da criança. Entretanto, a ambivalência é esperada em tal contexto, haja vista a movimentação subjetiva da gestante, que passa da posição de filha para se tornar mãe. Assim, o luto da identificação infantil se faz necessário ao possibilitar o acesso ao lugar materno (Ferrari et al., 2007).

Para Stern et al. (1999), durante a gravidez, é como se ocorressem três gestações simultâneas: o desenvolvimento físico do bebê no útero materno, a criação de uma atitude materna no psiquismo da gestante e a formação imaginária do bebê. Ao longo desse percurso, tanto os movimentos fetais como as mudanças corporais maternas são significadas pela mulher a partir do papel de mãe que gradualmente se desenvolve e da relação da mãe com esse bebê.

Tendo isso em vista, foi possível identificar, na fala de 3 participantes, a experiência da gestação de forma positiva, sem apresentar preocupação em relação a esse momento, complicação ou sintoma que indicasse a possibilidade de um parto prematuro.

“Olha, eu amei estar grávida, principalmente pelo fato de que eu não tive nenhuma complicação.” (M1)

“Foi bem tranquila (...) Quando eu descobri, eu ainda estava fazendo caminhadas, fazendo exercícios (...) Foi rápido né, foram só três meses curtidos.” (M2)

Entretanto, a chegada de um bebê prematuro implica em um luto advindo da quebra de expectativas quanto ao parto idealizado, com a mãe devendo elaborar a vivência do parto real. Tal experiência traumática pode levar a mulher a construir fantasias de que seu interior é um ambiente hostil

e perigoso para o bebê que ali se encontrava. Assim, o que deveria ser uma lenta transição da gestação até o nascimento da criança, constitui-se em uma passagem brusca, por meio de sentimentos como medo e insegurança (Lebovici, 1987), como foi possível identificar na fala das participantes:

“Muito medo (...) Você fica meio anestesiado, mas eu acho que mais medo de perder (...) Eu tive medo de morrer, porque você não tem noção do que tá acontecendo com ele. Eu tinha noção do que estava acontecendo comigo (...) Eu tinha zero noção de prematuridade, era uma coisa que eu não tinha ninguém à minha volta que teve um bebê prematuro.” (M1)

“Eu tava com muito muito, muito medo, eu percebi que eu ia ter a Giovana¹ de verdade, porque até então era uma expectativa, né. (...). Quando ela nasceu, eu tava com muito muito medo dela... de tudo, de não saber o que era um parto, não sabia, não sabia nada, nem se ela ia nascer com vida.” (M3)

A dificuldade de elaboração do luto referente ao parto idealizado é apontada por Cypriano e Pinto (2011) ao discorrerem sobre a importância do último mês de gestação para a família, haja vista se esperar por volta de 39 a 41 semanas para a realização do parto. Tal período seria necessário por corresponder ao momento em que o bebê se torna mais concreto para os pais, que se imaginam saindo do hospital e chegando em casa com o bebê nos braços.

2. “Eu vesti ele com a roupinha que eu tinha comprado e ele ficou perdido dentro dela”

O contato com o bebê prematuro demanda uma adaptação quanto às expectativas prévias, dado o encontro da mãe com o bebê real. A convivência gera dificuldades e sentimentos a partir dos quais a mãe é atravessada, encontrando um bebê diferente do imaginado, o qual se apresenta em menor tamanho. Além disso, ela vive dificuldades ao amamentar também devido ao nascimento precoce. Para as mães, as características físicas do bebê foram descritas a partir da fragilidade e da fraqueza, descrição associada ao medo de manusear o corpo do recém-nascido:

1 Nome fictício.

“Pro banho que a gente ficava com medo (...) Pequeninha (...) Até a parte de roupa, ficava tudo grande. Aí, hoje já está tudo certinho” (M2)

“Frágil, né, porque quando ela nasceu era complicado ver aquele bichinho tão pequenininho.” (M3)

Ao discorrer sobre a importância de segurar e manusear o corpo do bebê, Winnicott (1967/2020) define o termo “*holding*” como a prática de sustentar fisicamente a criança e o “*handling*” como a experiência materna de manusear o corpo do bebê. O *holding*, o *handling* e a apresentação de objetos se configuram como ações realizadas pela mãe, ou pelo ambiente, que contribuem para os processos de integração, personalização e realização, com o indivíduo podendo discernir sobre os limites corporais em uma existência psicossomática que integre mente e corpo, além de sua vivência com a realidade externa, o meio social (Winnicott, 1960/1983; Winnicott, 1963/1994).

Para tanto, é necessário um afinamento com as necessidades do bebê em uma comunicação silenciosa por meio da qual se tem um reconhecimento do que o infante precisa, enquanto ainda não há condições maturacionais para que ele o informe a partir de outras vias. Nesse sentido, a partir do nascimento, a mãe assume uma posição empática de identificação com o filho que a possibilita reconhecer as necessidades dele. Essa posição identificatória da mãe é chamada por Winnicott (1966/2020) de “Preocupação Materna Primária”, que pode realizar essa comunicação silenciosa com o bebê e realizar os cuidados necessários ao lactente. Por meio do *holding*, de um suporte físico e psicológico, oferta-se um ambiente de confiança ao bebê, facilitando os processos de amadurecimento do sujeito e sua integração com o mundo para que se reconheça enquanto unidade, ainda que permaneça extremamente dependente da mãe (Winnicott, 1966/2020).

Para que esse fenômeno aconteça é necessário um ambiente facilitador, humano, pessoal e suficientemente bom, que possibilite ao sujeito alcançar suas primeiras conquistas em seu desenvolvimento físico e emocional (Winnicott, 1966/2020). Ressalta-se que a entrada em um

estado de “preocupação materna primária” é ancorada pelo suporte que a figura paterna dá à mãe para que ela se identifique com o bebê (Winnicott, 1966/2020).

Entretanto, com o nascimento prematuro de mãe e filho, é possível identificar, na fala dos participantes, a dificuldade e o estranhamento da família ao se deparar com a aparência física da criança, o que poderá dificultar a realização do processo de cuidado, a oferta do suporte paterno e, conseqüentemente, uma posição que proporcione o *holding*. Nesse sentido, Klaus et al. (2000) argumenta que se trata de um momento no qual os pais encontram obstáculos ao associar a imagem idealizada do bebê, como saudável e de maior tamanho, com o bebê real, de aparência enfraquecida.

“Ele teve uma intercorrência no hospital que ele ficou quase um mês sem se alimentar, então, ele foi emagrecendo (...) Até a foto é difícil até de ver, da agonia” (M1)

Outra dificuldade relatada pelos participantes refere-se ao processo de amamentação, relacionado à imaturidade fisiológica do recém-nascido.

“Foi caótica, foi horrível. Eu não tinha ajuda lá (no hospital). Tinha que ficar lá tentando, e ela não mamava, e eu ficava o dia inteiro com a bomba elétrica, ver se saía alguma coisa (...) Acabou que foi muito estressante” (M3)

“Ele engasgava muito, porque eu acho que ele não tinha tamanho pro tanto de leite que saía” (M4)

De acordo com Cruz e Sebastião (2015), a imaturidade fisiológica, neurológica, as dificuldades na coordenação da sucção, da deglutição e da respiração se constituem enquanto fenômenos que podem prejudicar a amamentação no início da vida do bebê. Apontam, igualmente, que o parto natural e o contato íntimo entre mãe e criança, logo após o parto, podem favorecer o aleitamento materno.

Contudo, tais fenômenos se distanciam da realidade de um parto prematuro, a partir do qual o bebê precisa ser internado em uma UTIN, sem o contato pele a pele com a mãe. Foi possível identificar, na fala das participantes, a angústia familiar diante desse momento. É válido considerar a afirmação de Iaconelli (2020), que aponta o processo de amamentação

como mais uma oportunidade de criação de vínculo entre mãe e filho, não se devendo considerar tal prática como o único meio de aproximação e contato íntimo com o bebê.

3. "Eu não estava preparada"

Nessa categoria, discorre-se sobre a vivência da mãe, logo após o nascimento do bebê, baseada nos sentimentos advindos do parto. Sobre o tema, pode-se considerar, de acordo com Miyazaki et al. (2019), que o parto é caracterizado como um evento que inaugura concretamente a maternidade ao fazer parte da construção da função materna, sendo o evento que permeia a gestação e o puerpério. É nesse momento que ocorre a separação mãe-bebê, vivenciada pela mulher através de dores físicas e da angústia de separação. É válido ressaltar que essa vivência corresponde à de gestantes também de baixo risco, fazendo parte da experiência gestacional e do parto.

Outro ponto indicado por Campos (2019) corresponde à desconstrução dos sonhos e planejamentos maternos a respeito do parto, em decorrência da prematuridade, quando os sentimentos estariam relacionados à angústia e ao receio diante do estado de saúde do bebê. Em correspondência com a literatura, a fala das participantes sobre esse momento é marcada pelo medo:

"Quando ela nasceu, o médico disse que talvez ela não ia sobreviver e que a gente tinha que se preparar. Então, na verdade a gente estava com muito, muito, muito, muito medo." (M3)

A mãe deverá passar, assim, por um processo de enlutamento pela perda do nascimento a termo e de seus desdobramentos, como a ida ao hospital para realizar o parto, a preparação da mala que levará à maternidade, o enxoval, o quarto da criança. Nas falas das participantes, identificou-se a quebra de suas expectativas em face do parto real, visto que ele foi diferente do parto imaginado, tendo ocorrido prematuramente e acompanhado de preocupações sobre o risco de vida da mãe e do bebê:

"Foi parto normal, mas não porque eu queria, tá?! Eu nunca quis um parto normal, eu nunca desejei." (M1)

“Foi feita a cesárea, por conta... porque senão, tanto eu quanto ela poderíamos não aguentar” (M2)

Assim, somado à vivência traumática do parto prematuro, o início da internação do recém-nascido se constitui como um momento difícil para a família, envolvendo, novamente, sentimentos angustiantes a respeito da saúde e da sobrevivência do bebê (Fetzner et al., 2021). Tais sentimentos vivenciados pelos pais durante o período no qual o bebê permanece internado podem perdurar durante anos, o que poderá influenciar a forma com que a família se relaciona e interage com a criança ao longo de seu desenvolvimento (Francisco, 2019).

O que há pouco tempo fazia parte do corpo da mãe, o contato físico entre mãe e bebê passa a ser esporádico após o nascimento da criança, correspondendo apenas ao período de visitas estipulado pelo hospital, ocorrendo uma ruptura na relação mãe-bebê (Cypriano & Pinto, 2011). Nesse cenário, a mãe se vê impossibilitada de segurar o filho no colo; o bebê pode ser submetido a exames e procedimentos invasivos; a depender da situação, só é possível para a mãe tocá-lo através da incubadora (Campos, 2019).

O hospital e a UTIN podem ser percebidos como ambientes pouco acolhedores pelos pais, devido aos alarmes de máquinas tecnológicas e profissionais da área da saúde utilizando vocabulário específico (Cypriano & Pinto, 2011). Tais percepções foram descritas pelas participantes:

“Foram os piores dias da nossa vida, porque não é uma coisa que começa e tem prazo pra terminar. (...) Você fica vivendo aquilo, você imagina viver dentro de um hospital seis meses quase?! Quem não é da área da saúde, você tem horror a hospital. Deus me livre hospital. Mas a gente não teve escolha, né, a gente ia lá pra ver ele.” (M1)

Em suma, tais características podem contribuir para um ambiente desconfortável e até mesmo assustador, gerando sentimentos como medo, ansiedade e perplexidade aos pais diante da realidade não correspondente à planejada inicialmente para o seu filho.

4. “É punk, não é pra qualquer um, não.”

Nessa categoria são ressaltadas as experiências e vicissitudes que permeiam o ser mãe de um bebê prematuro. Sobre o tema, podem ser destacados os sentimentos advindos da experiência do exercício precoce da parentalidade, que passa a ser marcado pelos cuidados e preocupações mais intensos com o desenvolvimento do bebê.

Retoma-se, assim, a ideia da “preocupação materna primária” (Winnicott, 1958/2000), gradualmente desenvolvida com o início da gestação e concretizada ao final dela. É nesse momento que a mãe atingiria um estado de sensibilidade e identificação com o bebê viabilizando demandas e necessidades do filho. Entretanto, diferentemente do nascimento a termo, a mãe de um bebê prematuro é envolvida com preocupações outras que podem dificultar o processo de sintonia e a correspondência às necessidades do recém-nascido:

“É desafiador, é... incansável (...) eu sentia que eu não podia descansar em momento nenhum e que eu tinha que estar o tempo inteiro prestando atenção e dando mais, assim, pra tentar que ele se desenvolvesse melhor.” (M4)

Observa-se que, por não se aproximar muito do bebê em seus primeiros dias de vida, acaba-se por não conseguir proporcionar os cuidados e criar uma ligação da maneira como se almejava. Para além dos cuidados e incertezas que um bebê a termo gera, há tensões adicionais advindas da fragilidade de um prematuro, das necessidades diferenciadas que ele pode apresentar, do acompanhamento posterior à alta hospitalar, algo que pode trazer consequências para a relação entre mãe, bebê e sua família. Como indicado por M3:

“Ah eu não sei como é ser mãe de outra, né (ri) Eu acho que no começo (...) foi tenso (...) Ela tinha que ter um peso ‘x’ com uma idade ‘y’, porque senão ela não ia poder tomar nem vacina. Então, no começo era tipo, ‘vamos correr atrás’.” (M3)

De acordo com Campos (2019), a mãe de um bebê prematuro vive uma situação limítrofe, de incertezas e de inseguranças ante o exercício

de tornar-se mãe, uma vez que o nascimento precoce de mãe e bebê pode ocasionar consequências para o exercício da função materna. Ainda que a mãe realize grande esforço para ocupar tal posição, ela pode se sentir destituída psicologicamente desse lugar, dada a situação precoce de hospitalização, e mostrar-se insegura diante de sua função e do manejo do bebê.

5. "Tinha dia que eu queria matar a enfermeira, queria matar todo mundo que estava lá"

A relação com a equipe do hospital, seja durante o período de gestação, de internação do bebê e nos cuidados com ele, apresenta-se como algo que pode ajudar a família no exercício da parentalidade em face da prematuridade, ou implicar em mais dificuldades do que aquelas inerentes a uma situação como essa. Pode-se, então, contar com uma equipe de profissionais capaz de oferecer atenção e cuidado sintonizados com as necessidades do grupo familiar, haja vista que, nesse momento, a família se vê fragilizada e em uma situação de intenso potencial traumático (Campos, 2019).

De acordo com Cypriano e Pinto (2011), em uma UTIN, a equipe hospitalar muitas vezes, ao cuidar dos pacientes, revive suas relações de cuidado enquanto pais e filhos. Podem-se criar vínculos e construir laços afetivos entre equipe e família, proporcionando os melhores cuidados aos pacientes. Tal fato é perceptível na fala desta participante:

“O atendimento foi perfeito, maravilhoso, eles cuidaram bem” (M2)

Há situações nas quais a família não recebe o acolhimento esperado, algo destacado por duas participantes. Elas apontaram, assim, uma vivência negativa, evidenciando o sentimento de desamparo e a falta de preparo da equipe ao se relacionar com a mãe de um bebê prematuro:

“Foi péssima (...) Tinha uma mulher lá que me tratava bem (...) E que por causa dela eu tive alta (...) Foi tudo muito horrível, foi horrível, horrível...” (M3)

“Muito ruim, é uma falta de comunicação, uma falta de preparo, não me senti acolhida, não me senti segura, nada assim, foi péssimo” (M4)

Tendo isso em vista, é válido ressaltar a rotina bastante agitada de um hospital, com a equipe, frequentemente, assumindo diversos cuidados e atendendo pacientes com variados quadros de saúde. Mais ainda, alarmes constantes dos aparelhos ligados aos bebês é um fator com o qual a equipe está bastante acostumada, por significar, também, que sensores podem ter saído do lugar correto e, quando acionados, podem indicar que nada está errado. Pondera-se, assim, que os pais, por não terem esse conhecimento e já se sentirem fragilizados após o parto prematuro, podem se sentir desamparados pela equipe médica (Cypriano & Pinto, 2011). Tal aspecto é sinalizado por Neves e Dittz (2021) ao discorrerem sobre o sentimento de vulnerabilidade experienciado pela família após o parto, ao se perceber incapaz de cuidar ativamente de seus filhos, já que a condição de saúde do recém-nascido demanda internação em UTIN, impondo limites físicos como segurar ou tocar no bebê.

Já Oliveira et al. (2006) sinalizam a dificuldade da equipe hospitalar ao identificar o bebê em sua integridade, pertencente a uma família e que, naquela situação, se encontra vulnerável ante o parto prematuro e traumático. Portanto, ao não reconhecer a importância do manuseio – como trocar uma fralda ou escolher a roupa que o bebê irá vestir – como processo fundamental na construção da parentalidade, o pouco contato e a limitação física entre a família e o bebê podem contribuir para a dificuldade de se sentirem mãe e pai.

6. “Eu acho que foi uma parceria para manter o bebê vivo (...)”

Nessa categoria, destaca-se a forma como a relação matrimonial se estabeleceu após o nascimento do bebê, evidenciando a posição de suporte e apoio na figura do companheiro, pai da criança. Segundo Vasconcelos (1998), ninguém nasce pai ou mãe e essa construção se estabelece na possibilidade de interação entre pais e filhos, sendo um processo de eterna

construção e transformação. Baseado no que Calegari (2013) indica como “literatura tradicional”, o papel de pai se estabelece “em três funções fundamentais: apoiar e proteger a mãe durante a gestação, e no início da vida do filho; auxiliar na separação da díade (...); e por último ser modelo de identificação para o filho” (p. 7-8).

É no período da gestação que alguns pais já podem se mostrar envolvidos fisicamente e emocionalmente com o bebê que irá nascer, experienciando de forma intensa sentimentos semelhantes ao de mulheres que serão mães. A gravidez é, também, o momento em que o homem “avalia seus papéis como provedor financeiro, de apoio a sua companheira e de modelo para os filhos, reajustando sua concepção de papel paterno a fim de lidar com as demandas da chegada do filho” (Klaus et al., 2000, p. 109-10).

Nesse sentido, é geralmente a partir do parto e do nascimento do filho que o pai é capaz de se concretizar na paternidade, momento vivenciado com intensa emoção e orgulho (Fetzner et al., 2021). Entretanto, com o nascimento e o parto prematuro de um bebê, os pais são forçados a se reorganizarem psiquicamente para se adaptarem a esse novo papel. De acordo com Fetzner et al. (2021), após o nascimento do bebê e subsequente internação da criança, a figura paterna, além de vivenciar os sentimentos advindos da paternidade, também pode experimentar tristeza e impotência diante do nascimento prematuro de seu filho. Assim, ao mesmo tempo que experimenta tais sentimentos, o pai da criança deve se estabelecer como suporte à sua companheira, o que implicaria em deixar em segundo plano suas próprias emoções, algo evidenciado no relato das participantes:

“Meu companheiro me deu muita força. Eu falo que a prematuridade, se você não tem uma pessoa do seu lado pra te dar força, acho que você não dá conta (...) Um apoiou o outro (...) Tinha dias que meu companheiro estava fraco, mas eu estava forte, e vice-versa (...) Muita gente me dava força, mas só que era só eu e meu marido pra entender aquele momento.” (M1)

“Eu acho que foi uma parceria para manter o bebê vivo (...) Durante a noite, a gente se revezava para dar mama pra ela com a fórmula, né, porque eu precisava dormir (...) Foi parceria e a gente teve que se ajudar, porque a gente tava muito cansado, muito apreensivo, né, pra que ela sobrevivesse.” (M3)

Entretanto, a impossibilidade de se estabelecer um ambiente de suporte e apoio foi destacada por uma das participantes, implicando em um desgaste na relação conjugal e em uma vivência negativa, que ocasionou a separação do casal.

“Ficou muito difícil e teve um desgaste muito grande, muito, muito, muito grande, foi muito ruim.” (M4)

Em síntese, a separação conjugal aparece como um dos eventos que provocam transformações na família contemporânea, trazendo readaptações e reestruturação de papéis, surgindo a necessidade de reorganização da maternidade e da paternidade (Warpechowski & Mosmann, 2012). O impacto da separação conjugal na vida da família tende a ser maior ou menor a depender dos fatores econômicos, sociais e culturais. Ademais, a rede de suporte e de apoio que se constitui, ou não, também será um dos fatores determinantes para como a família será afetada pela quebra do núcleo conjugal. Tendo em vista que ambos permanecem ligados pela parentalidade, devem-se manter relações harmoniosas para que a coparentalidade possa ser constituída, apesar da dissolução conjugal (Pereira & Leitão, 2020).

Freitas et al. (2007) sustentam que quanto mais intenso forem os vínculos afetivos criados entre pais e filhos na gravidez, melhor será o desenvolvimento da paternidade e o vínculo pai-criança fora do útero, sendo a significação desses laços fundamentais para a instituição da paternidade. Finalmente, Dunker (2020) indica que, com o nascimento de um filho, cria-se uma dilatação temporal na conjugalidade, pois mesmo que um casal se dissolva, a parentalidade permanece nos cuidados e na responsabilidade perante os filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma parentalidade promotora de um desenvolvimento saudável se configura como tema relevante, especialmente em situações nas quais a mãe pode se ver diante de possíveis problemas. Considera-se que a prematuridade se apresenta como um acontecimento

que demanda adaptação da família, em especial da mãe, devendo haver uma elaboração das expectativas iniciais em relação ao filho. No caso desta pesquisa, que focalizou o início do processo de construção da parentalidade, notou-se que as participantes relataram questões concernentes ao tamanho do bebê, ao momento do parto e a situações nas quais o filho permanece internado no hospital antes de poder seguir para casa com os pais. Ressalta-se que tais adaptações se apresentam como dificuldades enfrentadas pela mãe para a construção de uma parentalidade suficientemente boa, com o pai desempenhando papel de apoio ao exercício desse cuidado.

Compreende-se, a partir das entrevistas, que a escuta e o acolhimento acerca dessa experiência é pertinente, tendo caráter profilático, minimizando agravos futuros da criança e de seu grupo familiar. Foi possível escutar, nas entrevistas realizadas, que nem sempre essas mães puderam contar com o hospital e a equipe de saúde como ambiente suficientemente bom, que desse acolhimento e orientação a fim de minimizar dúvidas e incertezas, contribuindo para que as mães pudessem se colocar em um estado de preocupação materna primária de forma mais fácil. Pondera-se ser necessário, então, o apoio psicológico às mães ainda no período de internação do bebê a fim de possibilitar acolhimento e ressignificação desse período. Sabe-se que nem sempre há recursos humanos suficientes ou capacitação aos profissionais para a oferta desse olhar em relação às mães, cabendo o desenvolvimento de ações nesse contexto.

No que se refere aos limites deste estudo, aponta-se o fato de ser uma pesquisa com caráter regional, haja vista centrar-se em um público do interior paranaense. Além disso, se observa uma limitação no que diz respeito à diversidade racial das participantes, dado que a maioria das entrevistadas é composta por mulheres brancas, não havendo representatividade significativa de outros grupos raciais na amostra. Acredita-se, assim, que estudos futuros, com maior abrangência, incluindo participantes de outras regiões e etnias favoreceria o aprofundamento acerca do tema em questão.

REFERÊNCIAS

- Andreani, G., Custódio, Z. A. O., & Crepaldi, M. A. (2006). Tecendo as redes de apoio na prematuridade. *Aletheia*, 24, 115-126. Recuperado em 12 ago. 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300011&lng=pt&tlng=pt.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Boas, L. M. V., Braga, M. C. C., & Chatelard, D. S. (2013). Escuta psicanalítica de gestantes no contexto ambulatorial: uma experiência em grupos de fala. *Psico*, 44(1), 8-15. Recuperado em 12 ago. 2022, de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8623/8842>.
- Calegari, T. P. (2013). *Paternidade e prematuridade: uma visão sócio-econômico-cultural*. Monografia de Curso de Especialização. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado em 12 ago. 2022, de <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70938/000878868.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Campos, K. S. (2019). *A mãe do bebê prematuro: um olhar psicanalítico*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Recuperado em 21 mai. 2022, de <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000229232>.
- Cruz, M. R. & Sebastião, L. T. (2015). Amamentação em prematuros: conhecimentos, sentimentos e vivências das mães. *Distúrbios Comun*, 27(1), 76-84. Recuperado em 29 jun. 2022, de <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/19362/16328>.
- Cypriano, L. M. & Pinto, E. E. P. (2011). Chegada inesperada: A construção da parentalidade e os bebês prematuros extremos. *Psicologia Hospitalar*, 9(2), 2-25. Recuperado em 29 jun. 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092011000200002&lng=pt&tlng=pt.

- Dunker, C. I. L. (2020). Economia libidinal da parentalidade. In D. Taperman, T. Garrafa, & V. Iaconelli (Orgs.), *Parentalidade* (pp. 39-53). Belo Horizonte: Autêntica.
- Esteves, C. M.; Anton, M. C. & Piccinini, C. A. (2011). Indicadores da preocupação materna primária na gestação de mães que tiveram parto pré-termo. *Psicologia Clínica*, 23(2), 75-99. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652011000200006>.
- Ferrari, A. G., Piccinini, C. A., & Lopes, R. S. (2006). O narcisismo no contexto da maternidade: algumas evidências empíricas. *Psico*, 37(3), 271-278. Recuperado em 29 de junho de 2022, de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1448/1136>
- Ferrari, A. G., Piccinini, C. A., & Lopes, R. S. (2007). O bebê imaginado na gestação: aspectos teóricos e empíricos. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 305-313. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200011>
- Fetzner, S. G., Machado, M. S., Pereira, C. R. R. (2021). Experiências paternas em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. *Revista Psicologia e Saúde*, 13(4), 107-121. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v13i4.1318>.
- Francisco, A. K. P. R. (2019). *Atitudes em relação à parentalidade de crianças muito pré-termo. Dissertação de Mestrado*. Programa de Mestrado em Saúde Pública, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto. Recuperado em 29 jun. 2022, de https://sigarra.up.pt/fmup/en/pub_geral.show_file?pi_doc_id=225129.
- Freitas, W. M. F., Coelho, E. A. C., & Silva, A. T. M. C. (2007). Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(1), 137-145. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000100015>
- Freud, S. (2006). Sobre o narcisismo: uma introdução. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp. 44-64). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914).

- Garrafa, T. (2020). Primeiros tempos da parentalidade. In Taperman, D., Garrafa, T., & Iaconelli, V. (Orgs.), *Parentalidade* (pp. 55-69). Belo Horizonte: Autêntica.
- Henrich, M. S., Schaefer, P. M., & Donelli, M. T. (2017). Vivências da maternidade e a relação mãe-bebê no primeiro ano de vida do bebê prematuro. *Barbarói*, 49(1), 71-93. Recuperado em 05 mai. 2021, de: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/7376>.
- Iaconelli, I. (2020) Reprodução de corpos e de sujeitos: a questão perinatal. In Taperman, D., Garrafa, T., & Iaconelli, V. (orgs.), *Parentalidade* (pp.71-86). Belo Horizonte: Autêntica.
- Klaus, M. H., Kennell, J. H., Klaus, P. H. (2000). *Vínculo: Construindo as bases para um apego seguro e para a independência*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Lebovici, S. (1987). *O bebê, a mãe e o psicanalista*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Martins, S. M. M. (2015). *Promover a parentalidade positiva em pais de crianças prematuras*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Enfermagem, Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Lisboa. Recuperado em 21 de maio de 2022, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/16402/1/Promover%20a%20Parentalidade%20Positiva%20em%20pais%20de%20crian%3%a7as%20prematu-ras.pdf>.
- Minayo, M. C. (2008a). O desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo, S. F. Deslandes, & R. Gomes (Orgs), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Rio de Janeiro: Vozes.
- Minayo, M. C. (2008b). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In M. C. S. Minayo, S. F. Deslandes, & R. Gomes (Orgs), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (pp. 61-77). Rio de Janeiro: Vozes.

- Miyazaki, C. M. A., Cordeiro, S. N., Almeida, R. P. & Verceze, F. A. (2019) Vivência da gestação e parto de alto risco: uma reflexão a partir do referencial psicanalítico. *Revista da SBPH*, 22(2), 04-24. Recuperado em 12 de agosto de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582019000300002&lng=pt&tlng=pt.
- Neves, J. R. & Dittz, E. S. (2021). Percepção materna sobre grupo de reflexão durante internação do neonato na Unidade de Terapia Intensiva. *Revista da SBPH*, 24(2), 62-75. Recuperado em 17 de ago. 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582021000200006&lng=pt&tlng=pt.
- Oliveira, B. R. G., Lopes, T. A., Viera, C.S. & Collet, N. (2006). O processo de trabalho da equipe de enfermagem na UTI neonatal e o cuidar humanizado. *Texto e Contexto- Enfermagem*, 15(spe), 105- 113. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000500012>
- Organização Mundial da Saúde. (2017). *CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças*. Recuperado de www.cid10.com.br.
- Pereira, V. B., & Leitão, H. A. L. (2020). Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(1), 1-12. Recuperado em 12 ago. 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100014&lng=pt&tlng=pt.
- Rosa, M. D. (2020). Passa anel: famílias, transmissão e tradição. In D. Taperman, T. Garrafa, & V. Iaconelli (Orgs.), *Parentalidade* (pp. 23-37). Belo Horizonte: Autêntica.
- Schermann, L.B. & Brum, E.H.M. (2012). Parentalidade no contexto do nascimento pré-termo: a importância das intervenções pais-bebê. In C. A. Piccinini, & P. Alvarenga (Orgs.), *Maternidade e Paternidade – a parentalidade em diferentes contextos* (pp. 35-58). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Soulé, M. (1987). O filho da cabeça, o filho imaginário. In T. B. Brazelton, B. Cramer, L. Kreisler, R. Schappi, & M. Soulé (Orgs.), *A dinâmica do bebê* (pp. 132-169). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Stern, D., Bruschiweiler-Stern, N. & Freeland, A. (1999). *El nacimiento de una madre*. España: Paidós.
- Szejer, M. & Stewart, R. (1997). *Nove meses na vida de uma mulher – uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vasconcelos, V. M. R. (1998). Desenvolvimento Humano e Psicologia. In P. Silveira (Org), *O exercício da paternidade* (pp. 41-45). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Veras, R. M., Vieira, J. M. F., & Morais, F. R. R. (2010) A maternidade prematura: o suporte emocional através da fé e religiosidade. *Psicologia em Estudo*, 15(2), 325-332. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000200011>
- Warpechowski, A., & Mosmann, C. (2012) A experiência da paternidade frente à separação conjugal: sentimentos e percepções. *Temas em Psicologia*, 20(1), 247-260. Recuperado em 12 ago. 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X201200100018&lng=pt&tlng=pt.
- Winnicott, D. W. (1983). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 38-54). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (1983). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 79-87). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1963)
- Winnicott, D. W. (1994). O Medo do Colapso (*Breakdown*). In C. Winnicott, Shepherd, R. & M. Davis, *Explorações Psicanalíticas: D. W. Winnicott* (pp. 70-76). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1963)

- Winnicott, D. W. (2000). A preocupação materna primária. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (pp. 399-405). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1956)
- Winnicott, D. W. (2020). A mãe dedicada comum. In D. W. Winnicott, *Bebês e suas mães* (pp. 17-28). São Paulo: Ebu Editora. (Original publicado em 1966)
- Winnicott, D. W. (2020). O ambiente saudável na infância. In D. W. Winnicott, *Bebês e suas mães* (pp. 73-82). São Paulo: Ebu Editora. (Original publicado em 1967)

Recebido em 25/01/2023

Aceito em 03/09/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Motivações de casais pretendentes à adoção – uma pesquisa qualitativa

Couples motivations to adoption – a qualitative research

Motivaciones de parejas para la adopción – una pesquisa qualitativa

Janaína Ramalho Ferraz Pereira de Souzaⁱ
Durval Luiz de Fariaⁱⁱ

Resumo

Este artigo relata uma pesquisa sobre adoção. Intentou-se melhor instrumentalizar a prática do psicólogo judiciário que atua assessorando o processo de habilitação para adoção, de maneira a contribuir para que sejam estabelecidos os vínculos necessários para o bom êxito do processo. Participaram da pesquisa de natureza qualitativa cinco casais heterossexuais inseridos no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, casados civilmente e com idade entre 29 e 49 anos – características prevalentes no maior grupo de pretendentes cadastrado no órgão. Os instrumentos utilizados foram: questionário sociodemográfico, entrevista semiaberta e recursos expressivos (desenho). Os conteúdos dos relatos foram analisados de maneira a identificar os temas comuns e os aspectos simbólicos envolvidos. As seguintes motivações para a adoção foram encontradas: desejo de formar uma família; desejo de exercer a paternidade/maternidade; desejo de ter filho. A infertilidade, nesta pesquisa, surgiu como um caminho para a adoção. Alguns elementos surgiram como aspectos inconscientes, como a idealização do filho e da família por vir, a ferida narcísica e os complexos parentais.

Palavras-chave: adoção; motivação; psicologia analítica; parentalidade; maternidade.

ⁱ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9904-3785>. E-mail: janaferraz@gmail.com

ⁱⁱ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5599-7176>. E-mail: dl.faria@uol.com.br

Abstract

This article describes a research on adoption. It was intended to better instrumentalize the practice of the judicial psychologist who acts advising the process of qualification for adoption, in order to contribute to the establishment of the necessary links for the success of the process. Five heterosexual couples, civilly married and included in the National System of Adoption and Foster Care, aged between 29 and 49 years, participated in the qualitative research, characteristics that were prevalent in the largest group of applicants registered in the SNA. The instruments used were: sociodemographic questionnaire and semi-open interview. The content of the reports was analyzed in order to identify the common themes and the symbolic aspects involved. The following motivations for adoption were found: desire to start a family; desire to exercise paternity/maternity; desire to have a child. Infertility, in this research, emerged as a pathway to adoption. Some elements emerged as unconscious aspects, such as the idealization of the child and the family to come, the narcissistic wound and the parental complexes.

Keywords: adoption; motivation; Analytical Psychology; Paternity; maternity.

Resumen

Este artículo relata una pesquisa sobre adoção com solicitantes de adopción que se insertan en el Sistema Nacional de Adopción y Acogimiento (SNA). Se pretendió instrumentalizar mejor la práctica del psicólogo judicial que actúa asesorando el proceso de calificación para la adopción, con el fin de contribuir al establecimiento de los vínculos necesarios para el éxito del proceso. Cinco parejas heterosexuales, civilmente casadas e incluidas en el SNA, con edades entre 29 y 49 años, participaron de la investigación cualitativa, características que prevalecieron en el mayor grupo de solicitantes registrados en el SNA. Los instrumentos utilizados fueron: cuestionario sociodemográfico y entrevista semiabierta. Se analizó el contenido de los informes con el fin de identificar los temas comunes y los aspectos simbólicos involucrados. Se encontraron las siguientes motivaciones para la adopción: deseo de formar una familia; deseo de ejercer la paternidad/maternidad; deseo de tener un hijo. La infertilidad, en esta investigación, surgió como una vía para la adopción. Algunos elementos emergieron como aspectos inconscientes, como la idealización del niño y de la familia por venir, la herida narcisista y los complejos parentales.

Palabras clave: adopción; motivación; Psicología Analítica; paternidade; maternidade.

Cabe ao psicólogo judiciário, como membro de equipe multidisciplinar, fornecer subsídios para as decisões judiciais, mediante a emissão de laudos, relatórios e pareceres (Lei Federal Nº 8.069, 1990, art. 151). Especificamente, ao participar de processos de habilitação para adoção, esse profissional é responsável pela avaliação psicológica dos que pretendem adotar uma criança ou adolescente. Tal avaliação compõe o “estudo psicossocial, que conterà subsídios que permitam aferir a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável” (Lei Federal Nº 12.010, 2009 art. 197-C).

Entre os objetivos da avaliação psicológica, em um processo de habilitação para a adoção, está o de promover um espaço de reflexão e acolhida para que os pretendentes possam gestar o filho simbolicamente, corporificando-o por meio das palavras, sentindo-se como futuros pais e conferindo ao adotivo o lugar afetivo destinado a um filho. Adicionalmente, como observa Paiva (2004), nessa ocasião, é possível contribuir para que os envolvidos venham a se dar conta de suas motivações conscientes e inconscientes, o que tende a favorecer o exercício da maternidade e da paternidade.

Vale lembrar, ainda, que os complexos parentais, que marcam tão profundamente a personalidade e repercutem ao longo de todo o desenvolvimento do indivíduo, podem ser ativados na experiência da paternidade e da maternidade. Diante da perspectiva de se tornar pai e mãe, o casal que deseja adotar se defronta com a possibilidade de uma troca de posição: “Afinal, agora o indivíduo estará do outro lado do relacionamento; ele será o pai e não mais o filho, o que implica uma troca de posição que acarretará um novo modo de se viver a relação pai-filho” (Faria, 2003, p. 107). Refletir sobre o significado dessa experiência pode facilitar a reelaboração de antigos conflitos e abrir caminho para o estabelecimento de vínculos mais saudáveis com o filho que se pretende adotar. Em suma, “o trabalho visa implicar cada um dos demandantes com o seu pedido, evitando que se distanciem das razões conscientes e inconscientes que os motivam, ao invés de apenas tentar satisfazer as solicitações, com a entrega de uma criança” (Paiva, 2004, p. 64).

Por meio dessa e de outras práticas, a legislação existente procura garantir que os pretendentes à adoção passem por um “período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude” (Lei Federal Nº 12.010, 2009, § 3, art. 50).

O objetivo deste trabalho foi, portanto, o de compreender as motivações para a adoção encontradas em pretendentes que estejam inseridos no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Intentou-se, dessa maneira, melhor instrumentalizar a prática do psicólogo judiciário que atua assessorando o processo de habilitação para adoção, de maneira a contribuir para que se estabeleçam os vínculos necessários para a construção da relação parental. Acredita-se, ainda, que esta pesquisa venha a ampliar o corpo de conhecimento sobre a abordagem junguiana ao abordar um tema ainda pouco explorado pela psicologia analítica.

REVISÃO DE LITERATURA

O estudo do tema adoção pode abranger alguns recortes, como: o abandono; o adotado; o processo de adoção; o adotante; a motivação para adotar; os fatores de natureza social, cultural e legal que influenciam a adoção, entre outros. Esta pesquisa volta-se, precipuamente, para a compreensão das motivações conscientes e inconscientes dos pretendentes à adoção, no âmbito da abordagem junguiana, com recortes de pesquisas em psicanálise.

O processo de adoção está intimamente ligado às áreas da paternidade e da maternidade (parentalidade). A parentalidade se expressa, em nossa cultura, pelo cuidado adulto em relação à criança e ao adolescente (Souza, 1994). Esse núcleo de cuidados se expressa hoje de diversas formas, abrangendo todos os gêneros, sendo distribuído em função das características de cada pessoa, grupo social e tipos da família (Faria, 2020).

Embora ainda haja uma predominância, em nossa sociedade, de famílias nucleares com componentes masculino e feminino cisgênero, cresce o número de famílias diversificadas: as mães e pais solo, as famílias com

casais homoafetivos, transexuais etc. O importante a ressaltar na relação de parentalidade seria a qualidade do cuidado destinado à formação do ser humano nas suas primeiras fases de desenvolvimento.

A emergência da criança por pais biológicos ou por adoção vai transformar a vida dos pais desde a mudança na habitação, nos hábitos, na relação do casal e na relação com a geração anterior. Psicologicamente, a presença de uma criança pode constelar complexos inconscientes e aspectos da sombra dos pais, havendo um movimento progressivo e regressivo da psique provocado pela nova situação. Esses movimentos estão ligados, na teoria junguiana, ao processo de individuação (Jung, 2015).

O processo de adoção vai, então, mobilizar tudo o que diz respeito à parentalidade, não só em um movimento de progressão para uma nova área da vida, quando o casal vai ter que se adaptar à nova situação, mas também à regressão da energia psíquica em direção às experiências de relações primárias, ou os complexos parentais. Segundo pesquisas de Faria (2003, 2020, 2023) realizadas em grupos de pais e mães e com casais, em um trabalho de atendimento breve, um fenômeno sempre ocorre: o desejo de serem diferentes dos pais e mães que tiveram. Essas experiências podem se tornar conscientes para permitir a diferenciação entre o que foi vivido com os pais e o que está sendo vivido agora, no novo papel de pai e mãe.

Segundo Jung (1934/2015), o processo de individuação é espiralado e movido pela sua base arquetípica, que sempre se expressa nos vínculos e nos relacionamentos e passa por vários momentos. Ser pai e ser mãe vai constelar os arquétipos paterno e materno e as vivências pregressas, assim como apontar as mudanças necessárias para a vida do casal e de cada membro dele. A parentalidade, então, pode ser uma oportunidade para o crescimento e a transformação pessoal, assim como do casal e de sua relação com os filhos.

Outro aspecto importante é que a sociedade oferece moldes e performances culturais para o exercício de ser pai e de ser mãe (persona). Se, por um lado, tais moldes e performances ajudam o indivíduo a se situar no novo papel, por outro lado, a identificação com a persona pode levar a uma artificialidade no desempenho, levando à criação de um ego ideal que não corresponde às aspirações mais profundas da personalidade. Essas

aspirações provêm daquilo que é mais genuíno no indivíduo, uma aspiração do Self. Mas o Self, ou si-mesmo, não é algo padronizado em que todos devem chegar, mas apresenta-se a cada pessoa de determinada forma.

Segundo Winnicott (2016), quando uma criança não pode ser cuidada por seus pais biológicos, o melhor é que seja adotada para que possa se sentir pertencente a uma família. O sentimento de pertença decorre, na perspectiva psicanalítica, do fato de a adoção ser tomada como um modo de filiação simbólica, consequência do desejo de nomear um filho (Oliveira; Souto; Silva Junior, 2017).

A revisão bibliográfica sobre adoção realizada por Vescovi (2013) indicou haver consenso em torno da ideia de que todo o processo de filiação é, na verdade, uma adoção. Daí a necessidade de que o filho, quer adotivo quer biológico, seja primeiramente gestado no psiquismo dos pais. Esse é o entendimento que guiou esta pesquisa e, portanto, serão destacados os estudos que exploram os possíveis fatores psicológicos que influenciam, positiva ou negativamente, o modo como essa gestação psíquica ocorre nos casos em que há o desejo de adotar.

Infertilidade

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (WHO, na sigla em inglês), a infertilidade é definida como “uma doença do sistema reprodutor definida pela falha em conseguir uma gravidez após doze meses ou mais de relações sexuais regulares sem proteção” (Zegers-Hoschchild, et al., 2009, p. 1522).

Arruda e Lima (2012) relacionam alguns sentimentos recorrentes e encontrados em casais que vivem essa condição, tais como: medo, ansiedade, tristeza, frustração, desvalia, quadros de estresse ou depressivos, que, muitas vezes, levam o casal ou o indivíduo ao isolamento social.

Paiva (2004), por sua vez, chama atenção para a realidade de muitos casais que se submetem a incansáveis tentativas de viver a gestação biológica por meio de invasivos procedimentos de fertilização, evitando, em um primeiro momento, cogitarem a possibilidade de adotar uma criança.

Gimenes (2016) parece ecoar tais noções quando destaca ser importante que a adoção não se caracterize como uma consequência de tratamentos médicos malsucedidos, mas que seja um processo amadurecido (melhor integrado à consciência, por meio da simbolização do sintoma). Desse modo, é possível que o pretendente à adoção amplie sua disponibilidade para receber a criança, não atribuindo a ela a pesada função de suprir uma falta, de ser como um substituto do filho original. Assim, a criança adotada tem mais condições de encontrar um lugar no desejo, na atmosfera psíquica dos pais e pode nascer psiquicamente como o filho do desejo.

Arruda e Lima (2012) identificaram que homens e mulheres lidam de maneiras e em intervalos de tempo diferentes com o diagnóstico da infertilidade. A pesquisa que desenvolveram buscou compreender, simbolicamente, o impacto da infertilidade masculina, destacando-se devido à escassez de estudos sobre o tema. Com base no arcabouço teórico da psicologia analítica, Arruda e Lima (2012) realizaram um estudo de caso a respeito de um homem de 34 anos, casado e diagnosticado como infértil. Foram realizados dois encontros, com a realização da linha do tempo e a aplicação da técnica do desenho (livre, da árvore e temático). A análise do material obtido aponta o sofrimento e a dor decorrentes do diagnóstico de infertilidade. Todavia, o participante também manifestou, ainda que de forma ambivalente, um sentimento de esperança por meio dos símbolos expressos nos desenhos, como o vazio e o buraco, os quais também existem para serem potencialmente preenchidos.

Ferida narcísica

Vários outros estudos e pesquisas indicam, em meio a outras motivações, a decorrente da existência de uma ferida narcísica relacionada ao fato de o casal não conseguir engravidar. Ela diria respeito à frustração do desejo da transmissão genética, ou seja, do desejo narcísico de ter um filho que seja reflexo e perpetuação dos pais (Oliveira; Souto; Silva Júnior, 2017).

A adoção pode representar uma tentativa de evitar entrar em contato, ou de pôr fim à dor psíquica intensa causada pela esterilidade, ou um modo de compensar perdas sofridas como a morte de um filho, ou até mesmo uma

forma de suprir a inexistência de projetos de vida e de trabalho. Há ainda os que objetivam “salvar o casamento”, ter companhia na velhice ou ter alguém para receber a herança e cuidar do patrimônio familiar. Também não são incomuns os pedidos pautados em questões religiosas, designados “missões” ou “vocações”. A decisão, entretanto, pode estar associada ao desejo dos postulantes de se tornarem pais e de constituírem ou ampliarem a família. (Paiva, 2017, p. 82, aspas do autor).

A dificuldade de engravidar foi uma das motivações encontradas por (2008) na pesquisa realizada com dez pais que estavam na fila da adoção ou já haviam adotado, sendo oito mulheres e dois homens entre 20 e 69 anos de idade. As respostas às dez questões da entrevista estruturada utilizada indicaram, ainda, que a vontade de adotar também estava relacionada ao desejo de formar uma família e à vontade de ter um filho e/ou ajudar uma criança (Gondim et al., 2008).

O estudo realizado por Oliveira, Souto e Silva Júnior (2017) também os levou a concluir que a decisão de adotar está significativamente relacionada à impossibilidade da gestação, por infertilidade ou esterilidade de algum dos cônjuges, e a refletir que esse seria um luto a ser elaborado pelos candidatos à adoção, visando privilegiar os significantes repetidos nas falas dos participantes da pesquisa. Os autores também identificaram o receio de envelhecer na solidão como um fator mobilizador para a adoção e levantaram a hipótese de ser essa uma das repercussões da ferida narcísica decorrente da não elaboração do luto pela impossibilidade da gestação biológica – ferida que implicaria a necessidade de compensação. Nesse caso, caberia ao filho adotado cuidar dos pais na velhice como recompensa pelos cuidados recebidos na infância e na adolescência (Oliveira; Souto; Silva Júnior, 2017).

Com base em sua experiência profissional e em extenso levantamento bibliográfico, Donatelli (2020) é mais uma autora a afirmar que, entre as possíveis razões para adoção, está a dificuldade em elaborar a ferida narcísica resultante da infertilidade:

Para alguns pais, a adoção pode significar doação, caridade, o fato de fazer algo por outra pessoa. Para outros, o objetivo é evitar o confronto com a realidade de não poder gerar. Algumas pessoas adotam por estarem sós e

precisarem preencher esse vazio em suas vidas. Muitos adotam simplesmente por quererem ter um filho, fazendo daquela relação algo sólido e real (Donatelli, 2020, p. 142).

Vescovi (2013), por sua vez, buscou identificar as motivações e expectativas do adotante quanto à adoção e apontar as influências que tais fatores podem ter no relacionamento familiar. Cita, nos resultados de sua pesquisa bibliográfica, que a principal motivação para adotar, atualmente, é a infertilidade de ambos ou de um dos membros do casal. “A adoção no Brasil é comumente vista como uma das soluções para a infertilidade, constituindo uma das razões para a procura de bebês” (Vescovi, 2013, p. 68).

Idealização

Gimenes (2016) aponta a importância de identificar a presença da idealização e trabalhá-la na fase preparatória de avaliação dos pretendentes à adoção. A autora promove uma reflexão acerca de dois aspectos envolvidos no fenômeno da idealização do filho e da adoção. O primeiro consiste no fato de que a idealização integra o processo constitutivo das relações humanas, especialmente no início, quando os indivíduos ainda não enxergam o outro em sua totalidade. À medida que o relacionamento amadurece, existe a possibilidade de olhar o outro de forma mais inteira e real. O segundo aspecto diz respeito à idealização da criança, uma projeção dos pais sobre ela, sobre o que ela poderia ser (desejo inconsciente dos pais).

Altruísmo e caridade

Outra motivação para a adoção, encontrada nos estudos, é o altruísmo (Donatelli, 2020; Gimenes, 2016; Vescovi, 2013). Vescovi cita a pesquisa de Weber (2001 apud Vescovi, 2013), cujos resultados indicaram que 34,6% dos 240 pais adotivos participantes da pesquisa apresentaram as motivações social, caridosa, religiosa, ou seja, adotaram para ajudar uma criança ou um adolescente em situação de risco, embora já tivessem filhos biológicos.

A autora destaca que esse estudo identificou que os pais que adotaram por motivos altruístas demonstraram serem mais críticos em relação aos filhos quando comparados aos pais que adotaram por serem inférteis.

Gimenes (2016), em sua dissertação de mestrado, estudou a adoção à luz da psicanálise, sob a perspectiva das motivações inconscientes e de alguns temas considerados pela autora como óbices, ou seja, possíveis obstáculos para o bom êxito da adoção. A partir do levantamento bibliográfico realizado, a autora concluiu que, quando a adoção tem como principal motivação a caridade:

[...] a integração, libidinização e interdição da criança podem ficar comprometidas, restando-lhe um lugar à margem, dificultando ou impedindo sua ascensão ao estatuto de filho e de sujeito, enquanto os pais adotivos preservam seu próprio narcisismo sem se haver com suas lacunas psíquicas: em sua fantasia, já não mais são desamparados, culpados das mazelas sociais, inférteis, tampouco roubaram filhos alheios ou possuem questões mal resolvidas, mas sim são exemplos de cidadãos que ajudam e salvam ao próximo, caridosamente; e se continuam mortais (visto não terem se apropriado verdadeiramente do estatuto de pais), talvez, ao menos, mereçam um lugar no céu; afinal, maus são os genitores que entregaram e abandonaram a criança (Gimenes, 2016, p. 67).

Histórico dos pais

É importante considerar que a história psíquica dos pais pode repercutir na motivação para a adoção e na relação que será construída com os filhos adotados (Levy; Féres-Carneiro, 2001). A análise do filme *Meu Malvado Favorito* realizada por Vescovi (2013) também aborda esses aspectos.

Ao longo do filme, é possível observar cenas que retratam a infância de Gru, o pai adotivo das três meninas, cuja mãe não valorizava suas produções, como desenhos, protótipos e até um foguete que construía de verdade. A autora analisa que, quando a mãe não olhava, não valorizava o que o filho fazia, não estava cuidando emocionalmente da criança. Ela, aparentemente e a despeito do vínculo biológico, não havia adotado psicologicamente o filho.

Assim, Gru cresce desenvolvendo a maldade como um mecanismo de defesa. A falta de disponibilidade da mãe que não oferecia segurança afetiva levou Gru a permanecer ligado à figura materna de maneira insegura.

Quando adulto, a decisão de adotar parece surgir como tentativa inconsciente de resolução do conflito primário com sua mãe. A adoção aciona o lado afetivo de Gru, o qual não foi vivenciado na relação primária com ela. No desfecho do filme, ele demonstra se orgulhar do bom pai que se tornou, situação que também desperta o tão desejado reconhecimento de sua mãe (Vescovi, 2013).

A partir de uma leitura junguiana, é possível entender que a relação de Gru com as crianças proporcionou uma regressão a aspectos inconscientes, gerando maior contato do personagem com seus complexos primordiais, os quais poderiam estar impedindo uma vivência mais genuína no campo afetivo. Tal vivência também suscitou o contato com temas arquetípicos, como o motivo do abandono vivido tanto pelas irmãs quanto por ele em sua infância, na relação com sua mãe, que não conseguia estar emocionalmente junto ao filho.

MÉTODO

Esta pesquisa adotou a metodologia qualitativa, que tomou como base a abordagem junguiana. Segundo Penna (2004), a investigação psicológica, nesse caso, compreende uma visão compreensiva e interpretativa do fenômeno pesquisado, por meio da observação da palavra e das imagens, consideradas símbolos presentes no discurso e nas produções advindas de técnicas expressivas.

Foram entrevistados dez participantes, compondo cinco casais heterossexuais, casados civilmente e inseridos no SNA. Essas características são comuns ao maior grupo de pretendentes inseridos no SNA, o que justificou serem utilizadas como critérios de inclusão.

Os instrumentos utilizados foram:

- **Questionário sociodemográfico:** aplicado com o intuito de identificar o perfil dos participantes, contendo perguntas estruturadas sobre idade, estado civil, profissão, filhos biológicos e/ou adotivos, religião.

- **Entrevista semiaberta:** foram elaboradas questões abertas pela pesquisadora com a finalidade de promover um espaço de escuta para que os participantes pudessem narrar de forma livre suas motivações para a adoção.
- **Desenho:** essa técnica expressiva foi utilizada na presente pesquisa como um recurso projetivo para colher material inconsciente, identificando a relação simbólica que os participantes fazem das motivações narradas na entrevista. Nesse sentido, foram colhidas imagens e símbolos que, segundo o método junguiano, emergem da atividade pictórica e complementam o discurso consciente (Penna, 2004).
- **Roteiro de questões sobre o desenho:** foram realizadas quatro questões sobre o desenho que promovessem espaço para que o casal manifestasse as percepções, associações, imagens, emoções que a expressão da motivação para adotar representava para eles.

Os objetivos da pesquisa e os cuidados éticos foram preservados, uma vez que a seleção dos participantes obedeceu aos critérios de inclusão relativos ao cadastro nacional de adoção do SNA: não terem passado, anteriormente, com a pesquisadora, por avaliação psicológica em processo de habilitação para adoção; heterossexuais, casados ou em união estável. O critério de exclusão foi o não atendimento aos critérios de inclusão.

Atendendo às orientações dos órgãos de saúde para prevenção do contágio por coronavírus, a coleta de dados foi realizada de forma remota, por meio da plataforma Zoom.

RESULTADOS E ANÁLISE

Foram identificados dois grupos temáticos: I – Motivação para adoção, que abrange os temas Desejo de ser pai e mãe e/ou Desejo de ter filho e Desejo de formar uma família; II – Caminho para a adoção, composto pelo tema Infertilidade/dificuldade para engravidar.

Grupo temático I – Motivação para a adoção

Desejo de ser pai e mãe e/ou desejo de ter filho

O desejo de ser pai e mãe foi mencionado por 60% dos participantes como motivação para a adoção, ao passo que o desejo de ter um ou mais filhos (no caso do casal que já possuía um filho) foi citado por 80% da amostra. Nesta análise, consideraremos que ambos os desejos se equivalem, pois o exercício da parentalidade, necessariamente, implica a existência de alguém na posição complementar, exercendo o papel de filho.

Em cada etapa da vida existem constelações específicas dos arquétipos, que resultam em padrões de comportamento, sentimento e pensamento. Byington (2015) escreve que, em uma das fases do processo de desenvolvimento, que pode ocorrer dos 20 aos 40 anos, aproximadamente, os indivíduos, na maioria das vezes, iniciam sua vida profissional, casam-se e constituem uma família. Nesse momento, é comum o despertar do desejo de ter filhos. Quando isso é vivido, o jovem casal abre-se tanto para a sensualidade matriarcal quanto para a força da organização patriarcal na luta para construir um novo lar e consolidar uma nova família. Isso não significa que seja um movimento geral das pessoas, pois ter filho sofre atravessamentos de outros fatores, como os complexos culturais ligados à etnia, à classe social e ao gênero.

O perfil dos casais desta pesquisa se aproximou do postulado por Byington (2015), uma vez que a faixa etária dos participantes foi de 29 a 49 anos de idade. Assim, o discurso dos casais confirma o que escreve o autor, pois disseram que, embora já tivessem experimentado outras vivências, nessa fase da vida viram despertar ou intensificar o desejo de exercer a parentalidade que parece estar associado a um processo mais profundo. Aqui, isso fica como uma hipótese a ser investigada.

Exercer a paternidade/maternidade implica responsabilizar-se pelo desenvolvimento de um indivíduo, em uma sequência de trocas que pode acarretar transformações recíprocas, ou seja, tanto para a criança que, na

primeira fase da vida, depende da constelação dos arquétipos parentais para se desenvolver, quanto para os pais, que podem vivenciar a parentalidade a favor de seu processo de desenvolvimento.

Muitos conteúdos podem emergir na experiência da paternidade/maternidade, que se torna, então, uma trajetória de descobertas e redescobertas, uma vez que propicia um retorno dos pais ao passado, ou seja, a seus complexos primordiais, oferecendo-lhes uma oportunidade de elaborá-los enfraquecendo sua autonomia.

No entanto, ao mesmo tempo que o movimento de regressão aparece com o lembrar dos possíveis erros que os participantes avaliam terem ocorrido em sua educação (certamente, cometidos por seus pais e/ou cuidadores), também aparece um movimento prospectivo quando eles expressam o desejo de não cometer os mesmos erros com a criança ainda presente apenas em seu imaginário.

Há, também, o embate entre dois sujeitos (pai-filho; mãe-filho) que, ao se encontrarem, simultaneamente se diferenciam e se integram, o que nos remete ao processo de desenvolvimento por meio da constelação do arquétipo da alteridade¹ – quando o indivíduo (pai/mãe) pode se reconhecer como si mesmo após estabelecer o confronto com o que é do outro.

Em síntese, considera-se que a adoção representa a chance de os pais adotivos exercerem a função paterna ou materna, tendo e criando filhos com os quais não há vinculação genética. Além de proporcionar à criança adotada a possibilidade de ser cuidada por uma família, atendendo à sua necessidade de desenvolvimento, oferece aos pais a oportunidade de seu próprio desenvolvimento.

1 De acordo com Byington (2015), dado que a essência do pensamento de Jung é a busca da totalidade, que compreende a possibilidade de integração das polaridades, o arquétipo da alteridade “é capaz de abordar o mistério da igualdade dos opostos e coordenar a interação dialética da polaridade básica da psique, formada pelos arquétipos matriarcal e patriarcal, no Self individual e coletivo” (Byington, 2015, p. 215).

Desejo de formar uma família

Verificou-se que 40% dos casais participantes mencionaram o desejo de formar uma família como motivação para a adoção. No entanto, o que chama atenção, nesta pesquisa, é que 100% dos casais participantes associaram o tema família ao desenho sobre os motivos que os levaram a procurar a adoção. Furth (2004) relembra que, na concepção de Jung, o inconsciente, coletivo ou pessoal, pode ser representado na arte por meio das imagens e dos símbolos.

Análise do tema: desejo de formar uma família

A família é a unidade básica de interação social que tem por finalidade assegurar a sobrevivência biológica da espécie e propiciar o desenvolvimento psíquico dos descendentes, que decorre da constante aprendizagem proveniente das relações estabelecidas. A família se desenvolve por meio de três tipos de relações pessoais: de aliança (casal), de filiação (pais/filhos) e de consanguinidade (irmãos). Mas a primeira e fundamental função psíquica da família é prover o alimento afetivo indispensável à sobrevivência de seus recém-nascidos (Osório, 2002).

A maioria dos participantes declarou já se sentir uma família por formar um casal, caracterizando a relação de aliança postulada por Osório (2002). No entanto, um dos casais, embora também tenha afirmado que já se percebia como uma família, relatou um sentimento de falta, de vazio devido à ausência de filhos. Outro casal mencionou sentir-se parte de uma família – a família de origem –, mas manifestou o desejo de formar seu próprio núcleo familiar, de modo a assumir um novo papel como pais de seus próprios filhos, valorizando, portanto, as relações de filiação. Por sua vez, outro casal, que já possui um filho biológico, demonstrou que se sentia família, mas desejava maior união, integração e movimento, que seriam proporcionados pelo acolhimento de mais filhos.

A importância simbólica e psicológica da família para a constituição do indivíduo é um tema inesgotável. O sentimento de pertencimento que pode ser proporcionado pela vida em família – que não precisa ser,

necessariamente, ligada por laços de sangue ou ao tipo de família, como um lugar de cuidado – ampara a formação da personalidade em suas várias dimensões.

Grupo temático II – Caminho para a adoção

Nessa seção, será analisado o tema que compõe o Grupo temático II, que resultou da resposta dos casais participantes à última questão realizada na entrevista: como o casal chegou à ideia da adoção?

Infertilidade e dificuldade de engravidar

Nesta pesquisa, 80% dos casais participantes trouxeram o tema da infertilidade/dificuldade para engravidar. Entre eles, um casal apresentou o que a OMS denomina como infertilidade secundária involuntária (incapacidade de gerar outro filho após ter gerado pelo menos um). Esse casal *já possuía um filho biológico e, segundo eles, “o tempo passou e não conseguimos mais”, referindo-se à idade avançada que, segundo a OMS, pode aumentar a dificuldade em se conseguir a gravidez biológica.*

Dois casais, ou 40% da amostra, atenderam ao critério da definição de infertilidade primária, não conseguindo engravidar após doze meses de relação sexual sem uso de método contraceptivo. No entanto, esses participantes não realizaram os exames específicos para comprovarem o possível diagnóstico de infertilidade, justificando que a ideia da adoção já atenderia ao desejo do casal de ter filho, ser pai/mãe e/ou de formar uma família.

Segundo as pesquisas consultadas na revisão da literatura sobre o tema, a infertilidade seria uma das motivações de muitos casais para a adoção. No entanto, neste trabalho, entende-se que a infertilidade/dificuldade para engravidar não foi apresentada pelos casais participantes como motivação, mas sim como caminho para a adoção.

Análise do tema: infertilidade e dificuldade de engravidar

Ainda que o fardo da infertilidade, em geral, recaia sobre a mulher, uma vez que os aspectos mais visíveis da fertilidade, como a gravidez e o parto, são prerrogativas femininas, vale lembrar que existe, também, a infertilidade masculina. Rowe, Comhaire, Hargrave, Mellows (2010) mencionam o manual da OMS para investigação e diagnóstico padronizado do casal infértil, indicando que a capacidade reprodutiva masculina foi considerada deficiente em pelo menos 50% dos casais inférteis.

O resultado desta pesquisa, de certa maneira, corrobora esse resultado, pois entre os cinco homens participantes, três relataram sofrer de algum problema orgânico que pode dificultar a concepção como: varicocele, baixa mobilidade dos espermatozoides e diminuição da sua produção. Vale salientar que um dos participantes também apresentou dificuldade de conceber, após doze meses de relações sexuais sem uso de método contraceptivo, mas não realizou os exames necessários para investigação de um possível diagnóstico de infertilidade masculina.

A definição de infertilidade como doença do sistema reprodutor caracterizada pela dificuldade de ter filhos após doze meses de relações sexuais sem proteção contraceptiva coincide com o fato de os médicos ginecologistas de duas participantes desta pesquisa terem sugerido que os casais realizassem exames para melhor investigação das possíveis causas que impediram uma gravidez após um ano de relações sexuais sem uso de métodos contraceptivos. Contudo, um casal não realizou nenhum dos exames, e outro realizou apenas parcialmente os exames solicitados. É possível levantar a hipótese de que esses participantes tiveram dificuldade em confrontar a possibilidade da infertilidade, preferindo manter a incerteza a se verem como inférteis. Nesses casos, é possível que um padrão machista de gênero tenha direcionado o casal para essa escolha.

É de se notar que o tema infertilidade versus gerar um filho biologicamente foi aquele que mais parece ter provocado divergência entre os casais, observada, por exemplo, quando um dos homens de um casal referiu que seu desejo era o de procurar o Poder Judiciário para buscar o procedimento de habilitação para a adoção, desde o início do casamento,

enquanto sua mulher preferiu primeiro realizar algumas tentativas de ter filho pela via biológica. Um outro homem de outro casal relatou que, mesmo habilitados para a adoção, o casal não tem utilizado métodos contraceptivos, acreditando na possibilidade de acontecer a gravidez biológica, enquanto sua mulher pareceu ter mudado de opinião e disse que não mais desejava ter filho biológico por acreditar que já tivesse passado da idade.

Observou-se, em comum no discurso dos casais, certa ambivalência ao falar sobre o desejo de ter um filho biológico. Embora a maioria dos casais tenha declarado não acreditar que a via biológica seria o único meio de se tornarem pais, manifestaram, em alguns momentos, dor, frustração, sentimento de fracasso e até mencionaram tentativas (fertilização, barriga de aluguel) de ter um filho pela via biológica. Mais uma vez, enfatiza-se a imagem da importância dos “laços de sangue”, em vez do cuidado como componente da parentalidade, visão esta própria do patriarcado tradicional.

Por fim, levando em conta os grupos temáticos identificados, entendemos que as motivações para a adoção apresentadas pela maioria dos casais participantes desta pesquisa estão relacionadas ao desejo de exercer a paternidade/maternidade, de ter filho ou de formar uma família. Entretanto, diante da infertilidade ou da dificuldade para engravidar, a adoção surgiu como um caminho, um meio para realizarem esse desejo.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Dutra e Maux (2010), a adoção ficou associada, na cultura, a uma medida para resolver a situação de casais inférteis. O fato de essa crença ainda povoar o imaginário social fica comprovado não só pelas observações que a pesquisadora teve a oportunidade de realizar em seu trabalho na Vara da Infância e da Juventude como também pelos depoimentos obtidos no desenvolvimento deste estudo. Os participantes que apresentaram alguma dificuldade de gerar um filho biológico demonstraram ter a expectativa de encontrar, na adoção, um caminho válido para superar essa dificuldade. Nesse sentido, ainda que a maioria dos estudos sobre o tema aponte a condição infértil como uma motivação para a adoção,

os achados desta pesquisa sugerem que a infertilidade não representa uma motivação propriamente dita, mas, antes, um dos elementos presentes e atuantes no percurso para a adoção.

No que diz respeito aos demais resultados derivados da análise qualitativa dos conteúdos, as seguintes motivações para a adoção foram encontradas: desejo de formar uma família; desejo de exercer a paternidade/maternidade; desejo de ter filho. Esse resultado corroborou as conclusões de grande parte dos estudos sobre as motivações para a adoção, exceto no que se refere à motivação de ajudar uma criança, citada por alguns autores e que não surgiu de maneira explícita nesta pesquisa.

Foi possível identificar que as motivações apresentadas expressavam aspectos conscientes e inconscientes. Observou-se, assim, que alguns casais conseguiram organizar em palavras, manifestando de forma clara os motivos que os levavam a querer adotar uma criança. Outros, todavia, pareceram organizar seus pensamentos, ao longo do processo de coleta de dados, como se ainda não tivessem totalmente clara ou consciente a razão que os tinha levado à adoção. Além desses, alguns participantes ainda apresentaram a motivação para a adoção de forma implícita no discurso.

A motivação para a formação de uma família merece análise mais aprofundada. Pouco presente no discurso dos participantes – apenas dois casais mencionaram esse motivo nas entrevistas –, destacou-se por ser tema da totalidade dos desenhos realizados durante a aplicação da técnica expressiva. Isso sugere que, para os casais estudados, essa é uma temática mais próxima do inconsciente do que da consciência.

A partir de uma leitura junguiana, entende-se que, quanto mais inconscientes estiverem alguns aspectos da motivação para a adoção, mais associados estarão à sombra ou aos complexos dos pretendentes. Sendo assim, vê-se aumentado o risco de conflitos derivados de possíveis projeções indevidas sobre a criança adotada. O fato de os motivos para a adoção poderem estar ligados a aspectos sombrios ou complexados é sugerido por algumas posturas defensivas dos participantes, tais como: a negação de alguns pretendentes a investigar, do ponto de vista biológico e psicológico, o

que impediu uma gestação clínica, com a conseqüente negação da realidade e dos significados da adoção; uma possível ausência de elaboração do luto pelo filho biológico; a idealização da criança e da adoção.

A dificuldade em elaborar o luto pela criança que não puderam gerar refletiu-se na ambivalência e nas divergências manifestadas pelos participantes ao tratarem do desejo de ter um filho biológico. De um lado, ao mesmo tempo em que reconheceram que esse não é o único caminho para o exercício da parentalidade, mencionaram o sofrimento, a frustração e o sentimento de fracasso em razão do insucesso das tentativas e dos investimentos feitos para conseguirem gerar um filho. De outro lado, os relatos obtidos demonstram que, nem sempre, os parceiros estavam ou tinham estado de acordo, por exemplo, com o momento mais indicado para buscarem a adoção e com a possibilidade de continuarem a tentar ter mais um filho por meio de uma gestação biológica.

A idealização da criança, da adoção e da família apareceu, nesta pesquisa, por meio da elevada expectativa que os participantes demonstraram, acreditando que, com a vinda do filho adotivo, poderiam se constituir como uma família completa e integrada. A família, também vista como um ideal quase sagrado, representaria a possibilidade de realização, continuidade, felicidade, vivência do amor e preenchimento de um vazio sentido de forma indefinida. Além disso, ainda na perspectiva simbólica, o fato de a criança a ser adotada não ter sido gerada pelos pais adotivos pode reforçar a projeção da criança divina, “salvadora”, análoga à representação do Menino Jesus, que, segundo o mito cristão, veio ao mundo sem ser concebido pelo ato sexual. Tal idealização, por meio da qual a figura do “salvador” é projetada sobre o futuro filho, pode sinalizar a constelação do arquétipo da criança divina.

Para a psicologia analítica, o motivo arquetípico da criança pode anunciar uma possível transformação futura da personalidade. Simbolizando a unificação dos opostos, traz a salvação e propicia a completude. Supõe-se que, se for possível a retirada da projeção da figura do salvador sobre o filho adotivo, os atributos relacionados à criança arquetípica podem vir a ser integrados à consciência do casal, contribuindo para o seu processo

de individuação. Mas, se essa idealização permanecer projetada na criança, ela será considerada a que vem para salvar os pais e a família, advindo daí grandes problemas, pois ela não será vista como outro.

A análise dos depoimentos e, em especial, dos desenhos, sugere também que as imagens materna e paterna e da família aparecem na psique dos pretendentes à adoção. Praticamente a totalidade das representações gráficas dos casais ressalta a função parental, tanto por colocar a criança (ou aquilo que a simboliza) entre as figuras que representam os pais quanto pelas associações feitas no inquérito. Idealmente, esse movimento poderia representar a revisão e ressignificação dos complexos parentais dos pretendentes à adoção, de modo a favorecer uma relação mais saudável com o filho que irão adotar.

REFERÊNCIAS

- Arruda, C. P. Lima M. P.A. (2012). O fruto inatingível: uma análise simbólica da infertilidade masculina. *O Mundo da Saúde*, 36 (2), 284-290.
- Byington, C. A. B. (2015). *Psicologia Simbólica Junguiana: a viagem de humanização do cosmos em busca da iluminação*. São Paulo: edição do autor.
- Rowe, P. Comhaire, F. H. Hargrave, T.B.Mellows, H.J. *Manual for the investigation and diagnosis of the infertile couple*. Geneva: WHO.
- Donatelli, M. F. (2020). *Adoção e segredo: a história de Marcos*. São Paulo: Sattva.
- Dutra, E.; Maux, A. A. B. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10 (2), 356-372.
- Faria, D. L. (2003). *O pai possível: conflitos da paternidade contemporânea*. São Paulo: EDUC/FAPESP.
- Faria, D. L. (2020). *Imagens do pai e do masculino na clínica e na cultura*. Curitiba: Appris.
- Faria, D. L. (2023). *Um modelo de trabalho grupal com a parentalidade*. São Paulo: Foco Editorial.
- Furth, G. M. (2004). *O mundo secreto dos desenhos: uma abordagem junguiana da cura pela arte*. São Paulo: Paulus, 2004

- Gimenes, F. M. A. (2016). *Entre o desejo manifesto de criança e a viabilidade da adoção: um estudo psicanalítico sobre motivações inconscientes que obstam o processo adotivo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Gondim, A. K. Crispim, C.S. Henrique, Fabianna Fernandes, T. Rosendo, J. C Brito, T. M. C. Oliveira, A. B. Nakano, T. C. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*. 58 (129), 161-170.
- Jung, C. G. (2015) *Individuação* In: Jung, C. G. *O eu e o inconsciente*. Petrópolis: Vozes, (Original publicado em 1928)
- Lei Federal Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 1 dez. 2019.
- Lei Federal Nº 12.010/09, de 3 de agosto de 2009. Lei Nacional da Adoção. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.010%2C%20DE%203%20DE%20AGOSTO%20DE%202009.&text=%C2%A7%2020%20Na%20impossibilidade,1990%2C%20e%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal>. Acesso em: 1 dez. 2019.
- Levy, L.; Féres-Carneiro, T.(2001). Da maternidade impossível ao possível da filiação: sobre o desejo de adoção. Rio de Janeiro: *Tempo Psicanálise*, 33, 77-88.
- Oliveira, P. A. B. A.; Souto, J. B.; Silva Júnior, E. G. S.(2019, dez.). Adoção e psicanálise: a escuta do desejo de filiação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (4), 909-922. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003672016>>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- Osório, L. C. (2002). *Casais e famílias: uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed.
- Paiva, L. D. (2004). *Adoção: significados e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Paiva, L. D. (2017). O psicólogo judiciário e as “avaliações” nos casos de adoção. In: Shine, S. (Org.). *Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas*. (pp. 73-112). São Paulo: Pearson Clinical Brasil.
- Penna, E. M. D. (2004). O paradigma no contexto da metodologia qualitativa de pesquisa. *Psicologia USP*, 16 (3), 71-94.
- Souza, R. M. de (1994). Paternidade em transformação: o pai singular e sua família. São Paulo. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. PUC-SP.
- Vescovi, G. (2013). Motivações para adotar e relacionamento na família adotiva: análise de um filme infantil. *Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 14 (1), 66-73.
- Winnicott, D. W. (2016). *Privação e delinquência*. São Paulo: WMF
- Zegers-Hoschchild, F. Adamson, G.D. Sylke D. Rakowisk, C. Mouzon, J. Sokol, R. Rienzi, L. Sunde A. Schmidt, L. Cooke, I. Simpson, J. L. Poel, V. D. P. (2017). International Committee of Monitoring Assisted Reproductive Technology (ICMART) and the World Health Organization (WHO) revised glossary of art terminology. *Fertility and Sterility*, 92 (5), 1520-1524.

Recebido em 12/01/2023

Aceito em 28/08/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Ser em Meio ao uso das Mídias Sociais: reflexões a partir da fenomenologia existencial

*Being in the midst of the use of Social Media: reflections
from existential phenomenology*

*Estar en medio del uso de Redes Sociales: reflexiones desde
la fenomenología existencial*

Nathália Santos Dutraⁱ
Maria Clara Silva Peixotoⁱⁱ

Resumo

Este estudo visa compreender, a partir da fenomenologia existencial, com base no pensamento de Heidegger, como as mídias sociais estão sendo utilizadas no contexto contemporâneo e como tal relação pode influenciar a existência de um Ser, acarretando ou não um adoecimento existencial. Foram realizadas entrevistas individuais, a partir do método fenomenológico hermenêutico de pesquisa. Tal método consiste em suspender julgamentos prévios, superando a dicotomia sujeito-objeto, bem como em valorizar a experiência como ela se apresenta. Encontrou-se, nas análises dos resultados, a existência de componentes existenciais que se enquadraram em três categorias: Sentido das mídias sociais, Influência das mídias no cotidiano e Modos de se afetar e se perceber ao utilizar as mídias. Posteriormente, elas foram articuladas com a perspectiva teórica de Heidegger. Foi possível demarcar que o acesso às mídias sociais pode se relacionar a um adoecimento existencial, caso o uso não reflexivo das mídias restrinja o ser da pessoa em seu mundo, não a mobilizando diante de seus limites e possibilidades de escolhas.

Palavras-chave: mídias sociais; Heidegger; tonalidades afetivas; Era da Técnica; adoecimento existencial.

ⁱ Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4274-9100>. E-mail: nathalia.dutra@unipac.br

ⁱⁱ Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, MG, Brasil. <https://orcid.org/0009-0007-6209-8794>. E-mail: mariaclarapeixoto97@hotmail.com

Abstract

The present study aims to understand, from the perspective of existential phenomenology, based on Heidegger's thought, how social media are being used in the contemporary context and how such a relationship can influence the existence of a subject, leading or not to an existential illness. Individual interviews were conducted with two women who regularly use social media, based on the phenomenological research method. This method consists of suspending previous judgments, overcoming the subject-object dichotomy as well as valuing the experience as it presents itself. In the analysis of the results, existential components were identified that fell into three categories: Meaning of social media, Influence of media in everyday life and Ways of affecting and perceiving oneself when using media, articulated later with the Heidegger's theoretical perspective. It was possible to demarcate that access to social media can be related to existential illness if this non-reflective use of media restricts the person's being in their world, not mobilizing them in the face of their limits and possibilities for choices.

Keywords: Social media; Heidegger; Affective Tones; Technician Era; Existential Illness.

Resúmen

El presente estudio tiene como objetivo comprender, desde la fenomenología existencial, basada en el pensamiento de Heidegger, cómo las redes sociales están siendo utilizadas en el contexto contemporáneo y cómo dicha relación puede influir en la existencia de un sujeto, conduciendo o no a una enfermedad existencial. Se realizaron entrevistas individuales a dos mujeres que utilizan constantemente las redes sociales, basadas en el método de investigación fenomenológica. Este método consiste en suspender juicios previos, superando la dicotomía sujeto-objeto así como en valorar la experiencia tal como se presenta. En el análisis de los resultados se encontró la existencia de componentes existenciales que se dividieron en tres categorías, a saber: Significado de las redes sociales, Influencia de los medios en la vida cotidiana y Modos de afectarse y percibirse a uno mismo al utilizar los medios, articulados posteriormente con la perspectiva teórica de Heidegger. Fue posible demarcar que el acceso a las redes sociales puede estar relacionado con una enfermedad existencial si ese uso no reflexivo de los medios restringe el estar de la persona en su mundo, sin movilizarla frente a sus límites y posibilidades de elección.

Palabras clave: Redes sociales; Heidegger; Tonos afectivos; Era de la técnica; Enfermedad existencial.

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, a partir dos reflexos importantes da globalização, houve diversas implicações no modo de viver de cada ser humano (Cássia, 2016). O advento da internet foi um deles, modificando totalmente o dia a dia das pessoas, possibilitando a realização virtual da maioria das atividades comuns, como: trabalhar, fazer compras diversas, pagar contas, fazer terapia, estudar, entre diversas outras possibilidades (Boechat, Freitas & Souza, 2019). Hoje em dia, as informações são compartilhadas instantaneamente. Gallina e Venturi (2020) apontam que o advento das mídias sociais facilitou ainda mais o contato virtual entre as pessoas.

Segundo Ciribelli e Paiva (2011), mídias sociais são plataformas on-line que permitem diferentes formas de socialização entre diversas pessoas. As formas de comunicação entre os sujeitos nesses meios se dão por meio de mensagens curtas, textos, comentários, vídeos, fotos, conferências ao vivo, áudios, ou mesmo de um simples clique em um botão digital (demonstrando se a pessoa gostou ou não de determinado conteúdo). Com o crescimento das mídias sociais, surgiram espaços específicos para determinado conteúdo, as chamadas redes sociais, que possuem conteúdos caracterizados por compartilhamentos de momentos, opiniões e fotos pessoais com o intuito de gerar comunicação entre pessoas, facilidade no acesso, entretenimento e exposição de opiniões (Souza, Freitas & Biagi, 2017).

Entretanto, de acordo com Holanda e Décio (2020), da mesma forma que as redes sociais podem ser positivas para as pessoas, elas também podem ser negativas, ocasionando stress, angústia e ansiedades. As mídias sociais podem gerar facilidade na comunicação, no contato, com informações e notícias do mundo todo, na expansão das possibilidades de trabalho, nos estabelecimentos de vínculos e no acesso a informações e estudos sobre vários assuntos, ao passo que também podem ocasionar um afastamento do Ser consigo mesmo, trazendo muitas solicitações de padrões e maneiras do que consumir, pesquisar, usar, de como se relacionar, além do padrão de beleza, o que pode ou não ser falado, bem como as melhores formas de vida.

Considerando as ideias expostas, o tema desta pesquisa gira em torno do impacto das mídias sociais no adoecimento existencial. Tal ideia se fez

presente no cotidiano da pesquisadora, ao observar a existência de pessoas próximas sendo afetada por grandes sofrimentos e patologias juntamente a uma grande preocupação/afetação com as mídias sociais. Dessa forma, pretendeu-se problematizar o tema, tendo como objetivo compreender, a partir da abordagem fenomenológica existencial, pelo olhar de Heidegger, como as mídias sociais estão sendo utilizadas no contexto contemporâneo e como tal relação pode influenciar a existência de um ser, acarretando ou não um adoecimento existencial.

Segundo Heidegger (1927/2005), na obra *Ser e Tempo*, adoecimento existencial diz sobre uma forma de adoecer que perpassa questões físicas, biológicas ou mentais. É um adoecimento no qual o Ser limita as possibilidades do seu existir e, portanto a sua liberdade.

Para compreender a ontologia fundamental de Heidegger e sua tarefa de investigação, Evangelista (2016) esclarece a importância de tecer a diferença entre Ente e Ser. Heidegger (1927/2005) aponta que ente é tudo aquilo que é, que já possui um significado ou caracterização. Já o ser não é passível de definição, no entanto, ao ser é indispensável uma interrogação sobre seu sentido (Evangelista, 2016).

Diante desses estudos, ele indagou sobre a percepção de um ente entre todos privilegiados: o homem, manifestação do ser, o qual foi denominado de ser-aí (*Dasein*). O *ser-aí* é o único ente, entre todos os outros, que possui abertura a possibilidades, conseguindo compreender a si mesmo, a outros *seres-aí* e, também, a todos os outros entes presentes no mundo. Para Heidegger, *Dasein* é indeterminado ontologicamente e, por isso, ao longo da sua existência finita, precisa realizar escolhas por meio de familiarizações e ocupações, formando, assim, seus *modos-de-ser*. Ele é o único ente autoconsciente e responsável por si mesmo (Feijoo, 2012).

Para Casanova (2015), a própria dinâmica existencial do *Dasein* já o concretiza como o seu *poder-ser* mais próprio a partir das possibilidades abertas pelo mundo. Nessa dinâmica de existência, o ser-aí abarca várias estruturas básicas que Heidegger denomina de existenciais. Entre as formas de existências, de acordo com Evangelista (2016), o *Dasein* se desdobra em remissões, sendo elas: *ser-em-si*, que envolve a característica de pertencimento do ente privilegiado sobre seu ser; *ser – em*, no qual o

ser é aberto a escolhas e possibilidades durante sua existência; *ser – com*, que compartilha o mundo com outros entes, significando-o, ocupando-se e se relacionando; *ser-no-mundo*, relacionado com um mundo onde nosso ser está sempre em questão (Souza et al., 2017).

Heidegger (1927/2005) aponta que a relação estabelecida entre ser e mundo é uma radical e não espacial, ou seja, não se pode compreender como se o homem estivesse “dentro” do mundo, apropriando-se das coisas já dadas de forma estática, mas ambos estão se relacionando dialeticamente em uma totalidade aberta de significação. O mundo não se limita a acontecimentos determinados, mas, sim, inclui todas as possibilidades em um processo dinâmico no qual, desde o momento em que um ser existe nele, ele se constrói e projeta o mundo.

Pelo fato de o *Dasein* ser lançado ao mundo sem determinações sobre sua vida, ele precisa se ocupar das possibilidades existentes no mundo para, assim, determinar-se em *modos-de-ser* e atingir seus projetos. Ele se ocupa com afazeres, sentidos fornecidos pelo mundo, e faz suas escolhas a partir daquilo que lhe apresenta maior familiaridade e sentido (Heidegger, 1927/2005).

No entanto, desde que somos lançados, somos apresentados ao mundo a partir da visão dos outros entes, então, suas vozes nos dizem o que precisamos fazer, o que é certo e errado. Por isso, existem situações nas quais o *Dasein* vive de uma forma inautêntica, fazendo escolhas impróprias ao seu ser, gerando estranheza. Enquanto o *Dasein* escolhe viver da forma como o mundo dita, deixando de lado seu modo autêntico de existir, ele pode se perder na impessoalidade, na inautenticidade, podendo gerar um adoecimento existencial (Boechat, Freitas & Souza, 2019).

Heidegger aponta que esse tipo de adoecimento não pode ser diagnosticado e catalogado como uma patologia em si, pois diz de um modo-de-ser do *Dasein* que está fixado na inautenticidade, podendo gerar ansiedades, sofrimentos e outros sintomas (Evangelista, 2016).

Com o crescente aumento do acesso às mídias sociais por parte de seus usuários, modificou-se a forma com que os seres se relacionam consigo mesmos e com os outros. Perante tantas possibilidades e incertezas, os existentes começam a se apresentar a partir de seus perfis nas mídias

sociais, permitindo a construção de uma vida baseada em seus desejos e suas vontades, já que, por se tratar de um ambiente livre, pode ser editado com facilidade. Assim, não há como ter clareza do que é real ou não nesse contexto. Com isso, tem-se o risco de enganação e alienação por meio da manipulação sobre as formas de viver; muitas vezes, isso torna a vida virtual mais interessante que a real (Gallina & Venturi, 2020).

MÉTODO

Essa investigação se estruturou como uma pesquisa fenomenológica de natureza qualitativa, apresentando como objetivo o desenvolvimento de uma análise ampla da temática apresentada. O método de pesquisa fenomenológica se constitui em uma trajetória que busca compreender questões relacionadas a um fenômeno formulado com base em suas experiências. Tal método compõe-se em uma forma de pesquisa na qual o fenômeno é valorizado tal como ele se mostra imerso em um contexto de sentido (Holanda, 2006).

O método e a análise desta pesquisa se amparam na fenomenologia hermenêutica de Heidegger, uma vez que se pretende superar toda dicotomia sujeito-objeto, considerando a existência em meio à sua historicidade (Feijoo, 2012). Zuben (2011) esclarece que a análise existencial hermenêutica se torna um modo de explicitação ontológica, visto que desvela, por meio da interpretação, a compreensão implícita do ser:

Sempre já imerso na compreensão do ser pelo seu próprio existir fático, o homem somente poderá realizar a obra de tirar o ser do esquecimento, interpretando o que ele próprio já compreende de alguma forma. É por essa razão que, como vimos de início, a via de acesso adequada ao tratamento da questão do ser é, para Heidegger, a analítica existencial do ser-aí (Dasein). A ontologia fundamental será, portanto, uma fenomenologia hermenêutica, no sentido de interpretação e decifragem da compreensão contida na existência fática do homem. (Zuben, 2011, p. 13)

Contudo, é válido ressaltar que a fenomenologia hermenêutica se afasta da concepção de qualquer tentativa de interpretação, em um sentido psicologista ou antropológico, e, desse modo, o ver fenomenológico só é

alcançado mediante compreensão do interior da vida e facticidade humana, que só pode se anunciar no horizonte do tempo por intermédio da mostração do *Dasein* (Zuben, 2011). Melgar (2009) alerta que não basta só descrever o fenômeno, mas é necessário, também, interpretá-lo e compreendê-lo, inaugurando a fenomenologia da hermenêutica, que deverá decifrar o texto da existência. Pois a existência é o mundo do *Dasein*, ele é um ser-no-mundo.

Em uma pesquisa fenomenológica, de acordo com Holanda (2006), o investigador deve, por meio da elaboração de um roteiro, direcionar assuntos que possibilitem a exploração do sentido da experiência mediante a descrição daqueles que vivenciaram o fenômeno, por intermédio do procedimento de entrevista. De acordo com Siani, Correa e Las Casas (2016), uma entrevista, para ser utilizada nesse método de pesquisa, deverá ser conduzida na direção de temas que tratem da experiência vivida pelas pessoas. Tais temas devem ser conduzidos por perguntas que possibilitem uma visão ampla do fenômeno.

Assim, para a coleta dos dados, realizaram-se entrevistas individuais com as duas pessoas interessadas na pesquisa, de modo a aprofundar o tema e compreender a experiência de cada uma com as redes sociais. Considerou-se como critério de inclusão a necessidade de o participante fazer uso das mídias sociais cotidianamente, estar inserido na faixa etária correspondente à fase adulta e ter interesse em discutir o assunto. Buscaram-se pessoas entre 18 anos e 30 anos, visto que esse público possui maior frequência de utilização de mídias sociais (Kemp, 2021). A escolha e o contato com os participantes foram realizados pelo próprio investigador por meio de um convite feito por ligação, na qual se explicou previamente o objetivo da pesquisa. Tais encontros de compreensão aconteceram de forma on-line devido ao contexto da pandemia de Covid-19.

As questões das entrevistas foram: fale um pouco sobre a sua relação com as mídias sociais; conte como você se percebe diante delas e conte de que modo você faz uso delas. Essas questões colocavam em jogo o modo como os existentes se relacionam, compreendem e como se sentem afetados pelas mídias sociais.

Para Paula, Padoin, Terra, Souza e Cabral (2014), a entrevista fenomenológica deve partir aberta de preconceitos para obter o desvelar

rigoroso do fenômeno pela narrativa do entrevistado. Trata-se de um método qualitativo de pesquisa que busca expor a experiência narrada. Para isso, é necessário, no viés heideggeriano, relatar suas proporções ônticas e ontológicas. Assim descreve Paula et al. (2014, p. 469):

A ôntica busca a descrição, remete aos fatos, um quê conhecido. Configura-se como algo dado, estático. Diz respeito ao fenomênico, àquilo que aparece pelos significados e é captado na entrevista. Fundamenta-se tanto no senso comum quanto no científico, sendo passível de mensuração e classificação. Na condução da entrevista, esta dimensão se refere aos fatos presentes no pesquisador, no sujeito pesquisado e no ambiente, contempla o planejamento e o desenvolvimento da produção de dados. A ontológica busca a compreensão, remete ao ser, um quem desconhecido. Desenvolve-se em um horizonte amplo de possibilidades e configura-se como movimento. Está para além do fenomênico, porque expressa a interpretação do fenomenal e revela sentidos. Ou seja, para além daquilo do que aparece e evidencia aquilo que é, transpõe o comum, àquilo que nem todos veem. Na condução da entrevista, esta dimensão está fundada na empatia e na intersubjetividade, mediante a redução de pressupostos.

Segundo Heidegger (1929/2001), a fenomenologia é um instrumento da hermenêutica, um modo de acesso ao primado ontológico que possui a capacidade metodológica de desvelar o que está obscuro ao ente em relação aos fenômenos; por meio da narrativa, ela colabora para revelar o fenômeno através da descrição, compreensão e interpretação (Zuben, 2011). Para essa trajetória, é necessário três suspensões filosóficas, isto é, suspender prejulgamentos, pressupostos e preconceitos relacionados ao fenômeno que está sendo desvelado (Paula et al., 2012).

Observaram-se os diversos sentidos que perpassaram as narrativas dos entrevistados, fazendo, assim, uma subdivisão em componentes existenciais referentes aos aspectos das experiências de cada participante, excluindo os que se repetiram. Com todas as informações encontradas, analisaram-se os temas centrais voltados para a existência dos participantes e relacionados ao tema da pesquisa, evitando que os sentidos descritos fossem relacionados à vida pessoal dos participantes, mas sim ao tema da pesquisa e à forma como são vivenciados e narrados. Diante da vivência dos participantes na intencionalidade de compreender essa práxis, surgiram

componentes existenciais atravessados pela fenomenologia por intermédio da perspectiva de Martin Heidegger. Tais temas foram agrupados em três categorias : sentido das mídias sociais; influência das mídias no cotidiano; modos de se afetar e se perceber ao utilizar as mídias. Posteriormente, foi realizada uma articulação dos resultados a partir da perspectiva teórica de Heidegger.

Por se tratar de uma investigação que envolve seres humanos, foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) institucional (nº 51420321.9.0000.5156).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram deste estudo duas mulheres residentes no interior do Estado de Minas Gerais. Devido às condições de sigilo, a fim de promover o cuidado com a identidade das entrevistadas, foram utilizados nomes fictícios para a apresentação e articulação das falas percebidas no processo. A participante Maria tem 23 anos de idade e possui formação em Medicina Veterinária; a participante Joana possui 28 anos, é graduada e atuante na área da Arquitetura. Ambas fazem uso das mídias sociais cotidianamente, considerando-se ativas nelas.

As entrevistadas realizaram as descrições espontaneamente, relatando o que julgavam pertinente, de acordo com suas vivências com as mídias sociais. Ambas tiveram acesso, anteriormente, ao tema base da pesquisa e sua finalidade, mas não tiveram informações sobre as perguntas abarcadas durante o processo para evitar a formulação de respostas antecipadas. Assim, preservou-se a espontaneidade.

A partir da análise das entrevistas aplicando o Método Fenomenológico de Investigação, a discussão dos resultados tomou como base as essências finais identificadas nas descrições das entrevistadas. Os sentidos percebidos circunscreveram as seguintes categorias: sentido das mídias sociais; influência das mídias no cotidiano; modos de se afetar e se perceber ao utilizar as mídias. Em cada categoria, serão apresentados os componentes

existenciais comumente vivenciados e dispostos pelas participantes; posteriormente, serão apresentadas algumas descrições vivenciadas de forma individual pelas entrevistadas.

Sentido das mídias sociais

Foi possível analisar, a partir do discurso das entrevistadas, que ambas percebem a importância das mídias sociais na atualidade por sua larga utilização em diferentes contextos, como profissional, educacional e social. Além do consumo de conteúdos diversificados sobre a vida dos outros e informações, as mídias sociais, dependendo da sua utilização, também oferecem espaços para crescimento profissional e pessoal. É possível apontar esses aspectos nas falas de Maria:

[...] hoje em dia, não tem como, já que tudo o que você vai fazer acaba voltando, de alguma forma, para o uso das mídias sociais como estudos, informações profissionais e possibilidade de contato com outras pessoas. [...] em minha formação, eu precisei utilizar as mídias sociais para várias situações e ainda preciso, mesmo depois de formada.

Segundo Cássia (2016), o mundo contemporâneo está se adaptando cada vez mais para que atividades do cotidiano do ser humano possam ser realizadas on-line. Em decorrência disso, é percebida maior facilidade e rapidez na realização de tarefas, já que podem ser feitas em qualquer lugar, sem a necessidade de um deslocamento. É possível fazer compras, trabalhar, receber, participar de reuniões, marcar consultas médicas, conhecer novas pessoas, comunicar-se com alguém distante, entre diversas outras situações. Devido a essa expansão da internet e das mídias sociais, as pessoas estão cada vez mais ligadas em tais tecnologias, a partir do computador, da televisão ou dos aparelhos celulares, que podem ser levados para qualquer lugar (Cássia, 2016).

As participantes dizem compreender que tais mídias estão crescendo muito atualmente, algo que tende a continuar devido à sua praticidade,

porém, as formas como são pensadas e desenvolvidas pelos seus criadores acarretam reflexos possivelmente prejudiciais na sociedade. Essas questões são ditas por Joana e Maria, respectivamente apresentadas a seguir:

[...] A mídia em si não é totalmente prejudicial. A forma como a sociedade faz o uso das mídias é prejudicial por ser rápido demais. A forma como a gente utiliza e como elas estão sendo trabalhadas pelos desenvolvedores que têm atrapalhado um pouco na forma de utilização. Têm cegado as pessoas. Porém, por mais que a gente tente parar de usar as mídias sociais, não acho que esse seja o ponto mais interessante, pois elas vieram para ficar [...] percebo que as mídias sociais são planejadas totalmente para incentivarem o consumo rotineiro.

Por conta desse crescimento constante de pessoas utilizando e se relacionando com a internet, as mídias sociais estão sendo desenvolvidas e atualizadas constantemente, buscando sempre aperfeiçoar as possibilidades de interação de seus usuários. De acordo com Boechat et al. (2019), a partir de escritos de Greenfield e seu entendimento de como as mídias sociais manipulam a sociedade contemporânea, é entendido que as mídias sociais são projetadas para que seus usuários passem muito tempo consumindo seus conteúdos a partir da ideia de que existe um imediatismo muito grande na apresentação das informações e de seus feedbacks. As opções de conteúdos são ilimitadas, fazendo com que os sujeitos sempre tenham o interesse em se utilizar de tais meios para ver algo novo. Além disso, devido à facilidade na comunicação e à velocidade com que as notícias sobre diversos contextos e pessoas aparecem também fazem com que os usuários busquem uma atualização constante sobre as novidades do mundo (Gallina & Venturi, 2020).

Na obra *Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude e solidão*, Heidegger (1929/2011) aborda que todo e qualquer tipo de comportamento humano aparece permeado por condições históricas. Sendo assim, para compreender a questão da relação da sociedade com as mídias sociais, é necessário relacioná-la com o contexto histórico no qual aparece. Existe uma correlação entre mundo e homem que faz com que ambos sejam analisados em conjunto— *Dasein é ser-aí*, ou seja, homem no mundo interligado com ele.

Para Heidegger (1929/2011), a contemporaneidade vivencia um contexto denominado de “Era da Técnica”. Nessa condição, apresenta-se um mundo repleto de informações e orientações que nos solicita ações. O tempo no qual os fenômenos acontecem é muito acelerado e repleto de possibilidades, fazendo com que o *Dasein* possa se perder no emaranhado de escolhas. Por ser indeterminado desde o início de sua existência, o *Dasein*, em um processo de escolha e construção, busca familiaridade com as referências do mundo em que se encontra, entretanto, tais familiaridades podem ser influenciadas pelas possibilidades já apresentadas no contexto histórico. Se tais escolhas não forem realizadas de maneira responsável, podem, em vez de situar o contexto, aprisioná-lo em modos de ser inautênticos; estes, por sua vez, caso não sejam questionados e reconsiderados, podem acarretar sofrimento existencial (Heidegger, 1927/2005).

Foi referido pelas entrevistadas que a maneira como as mídias sociais são projetadas pelos seus desenvolvedores e a forma como a sociedade contemporânea as utiliza são prejudiciais. Além disso, elas dizem sobre um acesso imperceptível a tais mídias, relacionando-o a uma possibilidade de vício. De acordo com Boechat et al. (2019) e Rosa e Santos (2015), o algoritmo planejado pelas mídias sociais decide o que será mostrado para seus usuários por meio do que é mais pesquisado por eles; assim tende à otimização e a um acesso constante. Por ser um acesso sem percepção, é muito mais fácil que os usuários percam o controle da utilização e se tornem cada vez mais submersos nesse contexto.

Tal assunto será mais aprofundado no tópico a seguir, que discorre, a partir da percepção das entrevistadas, sobre o uso das mídias sociais correlacionando-o ao pensamento de Heidegger.

Influência das mídias no cotidiano

Essa categoria aponta a percepção das participantes de que as publicações realizadas nas mídias sociais tendem a passar a falsa ideia de uma vida perfeita a todo momento, em que as pessoas procuram mostrar apenas o que é bom em seu dia a dia, deixando de lado os acontecimentos difíceis. Observa-se tal pensamento no discurso da participante Joana:

[...] tenho reparado como um ponto negativo, pois as pessoas publicam o que elas querem publicar o que elas têm de melhor, os momentos melhores e poucas vezes elas publicam algo relacionado a algo de ruim da vida ou experiência ruim. Na minha percepção, quando você observa a vida das outras pessoas só com momentos bons, você tende a pensar que na sua vida também deveria ser dessa forma, em momentos bons, em lugares que chamam atenção, que demonstram que a pessoa tem uma boa qualidade de vida e na verdade a vida não é só esses momentos.

Essa influência midiática de vida perfeita pode criar uma ilusão de que as pessoas que vivenciam aqueles momentos felizes postados não passam por dificuldades e, se passam, conseguem superá-las de maneira simples e fácil. Essa questão é muito prejudicial, pois pode chegar a um ponto no qual o sujeito busca apenas realizar o considerado correto nas mídias naquele momento, solicitando às pessoas uma adequação a certos padrões que mudam com muita frequência:

num[...] já me influenciéi muito, já me sujeitei, já me forcei a fazer algo para ir no fluxo de que todo mundo estava fazendo, então eu também preciso fazer, apenas por futilidade, por fazer e estar igual a todo mundo, coisa por boabeira só por ser influenciada (Participante Maria).

Nas mídias sociais, é possível modificar realidades com postagens que passam informações contraditórias à vida do sujeito fora do mundo virtual. Por conter informações pessoais, tem-se a impressão de que aquilo que está sendo mostrado é como o ser realmente vive, entretanto, podem existir questões não apresentadas nos perfis e que dizem muito sobre o sujeito (Souza et al., 2017).

De acordo com Heidegger (1927/2005), *Dasein* possui características em comum com outros existentes, na medida em que é nas relações sociais que se dá o desenvolvimento dos *modos-de-ser* de cada um. É por meio da relação com o outro e das familiaridades que os sujeitos apresentam, ao longo da sua existência, que a percepção sobre o seu ser e suas singularidades são constituídas.

A exposição exagerada por parte das pessoas nas mídias sociais pode ser negativa, de acordo com as entrevistadas, pois esse tipo de comportamento está sujeito a julgamentos de outras pessoas, influenciando na

percepção que temos sobre nós mesmos. Além disso, a grande quantidade de informações consumida pode gerar uma confusão de ideias sobre si próprio. O discurso da entrevistada Maria aponta essas percepções:

[...] ao mesmo tempo, esse acesso a muita coisa também é um ponto negativo. Às vezes, a gente se expõe demais e essa exposição pode gerar divergências entre opiniões que nos machucam dependendo da forma como são colocadas. Temos acesso a tanta coisa que, às vezes, dá uma bagunçada, ficando confuso sobre o que realmente gostamos. Acaba que a gente fica meio amorfo, a gente não pensa nada, só consome.

De acordo com os escritos de May (2000), nesse contexto de escolhas e possibilidades, o sujeito compartilha o mundo se relacionando e se constituindo com outros seres. Por isso, é por meio das relações com os outros que o *Dasein* percebe a si mesmo, construindo uma imagem sobre si; ele necessita do olhar do outro para se conhecer e se constituir como ser a partir dele.

Entretanto, pelo fato de o *Dasein* se importar com o reconhecimento do outro, pode acontecer que, em meio a tantas possibilidades, ele se aproxime mais dos *modos-de-ser* dos outros do que do seu próprio (Gallina & Venturi, 2020). Seguir publicações do outro nas mídias sociais pode ser uma forma de o sujeito conseguir aprovação das outras pessoas e se sentir constituído de alguma forma. Porém, essa tentativa de se assumir e se estabelecer a partir das orientações mundanas leva o *Dasein* a se distanciar do seu ser mais próprio, fazendo com que a experiência consigo mesmo seja imprópria. Nesse sentido, o ser, assumindo-se apenas na impessoalidade, faz com que, aos poucos, ele se sinta confuso sobre quem ele é (Gallina & Venturi, 2020).

Também foi possível perceber que ambas as entrevistadas trouxeram a ideia de que o consumo exagerado, com muita frequência, vem influenciando na produtividade e no cotidiano, acarretando um cansaço pós-uso. Elas apontaram que, pelo fato de se acostumarem a consumir o que já está pronto e dado pelas mídias, conseguem perceber, em seus cotidianos, uma dificuldade em produzir atividades que precisam de uma atenção maior. Apontam ter uma diminuição do foco depois de acessarem as mídias sociais

por longos períodos e uma dificuldade na realização de atividades que necessitam de atenção e de produção criativa maior por parte do sujeito. As falas de ambas as participantes apresentadas a seguir apontam isso:

[...] às vezes, é difícil para desassociar, porque é muito mais fácil você estar ali rolando o feed vendo coisas boas, divertidas, engraçadas, fotos bonitas do que pensar em um trabalho que eu preciso desenvolver, que é muito difícil. Percebo que a frequência de utilização do aplicativo acaba me atrapalhando de focar em outras tarefas do meu dia (Participante Joana) [...] percebi que estava indo para uma direção de consumo que estava me prejudicando, tirando o foco e a minha atenção (Participante Maria).

De acordo com Feijoo (2012), a técnica, na contemporaneidade, vem como um modo de desvelar a realidade que traz determinações nas possibilidades de escolhas e nos modos de ser. Na “Era da Técnica”, a produção, os resultados seguidos de uma causalidade, de um imediatismo e de uma intolerância a erros são os elementos mais levados em consideração. Ou seja, é demandada uma necessidade de produção a todo momento, em busca de resultados, tratando o erro como algo anormal a ser suprimido o mais rápido possível. O mundo acaba se apresentando em uma obrigatoriedade de positividade, acreditando ser possível controlar tudo que nos cerca. Para Heidegger (1929/2011), o maior dos perigos dessa era é a possibilidade de o *Dasein* se aprisionar em meio às solicitações e produções, tendo um obscurimento do seu ser, de sua indeterminação original e de sua historicidade.

As mídias sociais apresentam diversos conteúdos e *modos-de-ser* já prontos. Quando um Ser se acostuma a ficar grande parte dos seus dias apenas consumindo tais conteúdos, ele se limita em relação às suas possibilidades, direcionando essa limitação para as atividades do seu cotidiano. Isso o coloca em um processo de fixação do seu *modo-de-ser*, tornando mais difícil produzir coisas que demandam um exercício de criatividade e foco maior. Ao mesmo tempo, com a demanda de produção trazida pela contemporaneidade, cumprir com todas as atividades do dia a dia de forma perfeita se torna uma cobrança, fazendo com que as pessoas se sintam mal caso não consigam dar conta de realizarem tudo o que precisam (Evangelista, 2016).

Segundo Souza et al. (2017), um sujeito que se fixa nas atividades já dadas pelas mídias sociais se afasta de suas novas possibilidades de escolhas,

tendo, assim, uma dificuldade em produzir por si próprio o que lhe é solicitado pelo mundo. Com essa adversidade, ele pode buscar voltar-se para seu caráter de indeterminação original, movimentando-se e procurando novos *modos-de-ser* e de produzir, ou pode entrar em um movimento de procrastinação, fixando-se, cada vez mais, naquilo que já está pronto, o que torna toda essa situação em um ciclo.

Modos de se afetar e se perceber ao utilizar as mídias

Em face dos modos de serem afetados pela mídia, foi possível notar, por meio das falas das participantes, que existe uma sensação de confusão sobre a própria identidade, gostos e preferências. Tal confusão é percebida em relação ao consumo recorrente de conteúdos que demonstram um jeito de ser específico, difundido e defendido por grande número de pessoas nas mídias sociais. Devido a esse compartilhamento frequente de certo tipo de vivência, as participantes já se perceberam influenciadas a buscarem para si o mesmo estilo de vida, preocupando-se em “ser o que todos são”. Entretanto, esse tipo de comportamento, por mais que, em alguns aspectos, possa ser positivo, como em situações nas quais os pensamentos compartilhados fazem sentido para a pessoa, gerando bem-estar, as entrevistadas relataram ter passado por momentos em que se sentiram perdidas sobre quem elas realmente eram, a ponto de não conseguirem distinguir o que era de sua singularidade e o que pertencia aos outros. É possível exemplificar tais ideias a partir do discurso de Joana:

[...] me influencia de uma forma excessiva e negativa, porque eu já cheguei a um ponto de não conseguir discernir mais o que é influência da mídia social e o que não é (algo de mim mesma, da minha própria percepção). Vemos sobre a vida das pessoas, sobre a realidade que elas querem demonstrar e, por costume, acabamos levando para a nossa vida coisas que, às vezes, se for parar para pensar, nem faz tanto sentido assim para nós.

Segundo Sodelli e Sodelli-Teodoro (2011), apresentando os Seminários de Zollikon, Heidegger estabeleceu que o *Dasein* pode viver de forma autêntica ou inautêntica. Quando ele exerce sua liberdade de forma

responsável, fazendo escolhas a partir de seu sentido de existência, responsabilizando-se por elas e se abrindo a possibilidades de mudanças, ele tende a viver de forma autêntica, singularizando-se. Já a vida inautêntica se expressa quando ele se perde nas suas ocupações cotidianas, restringindo suas possibilidades e vivendo a partir da impessoalidade.

De acordo com Souza et al. (2017), nas mídias sociais, existe uma imensurável quantidade de conteúdos, produzida por diversas pessoas, com postagens que passam informações com infinitas possibilidades de escolhas e modos de ser. Ao mesmo tempo, tais conteúdos produzidos são, na maioria das vezes, caracterizados por uma positividade e produtividade que solicitam dos usuários uma adequação de sua maneira de existir. É possível perceber, nas mídias sociais, padrões de vida compartilhados que mostram um estilo de vida repleto de comportamentos nos quais um sujeito consegue realizar várias atividades em um período de tempo, colocando essa produção em massa como o ideal. Tais padrões de vida podem estar relacionados com questões que envolvem bem-estar físico, mental, sucesso no trabalho, adequação a padrões estéticos, entre outras (Souza et al., 2017).

Em relação à percepção de cada entrevistada, as mídias sociais propõem mudanças a todo momento; da mesma forma que algo é considerado positivo em um dia, depois de uma semana, pode não ser mais e vice-versa. Por conta dessas mudanças repentinas, juntamente à apresentação de grande quantidade de conteúdos, quando a pessoa não consegue dar conta de acompanhar tudo, é possível falar sobre um sentimento de angústia, apontado pela participante Maria:

[...] é ruim, pois, às vezes, no fundo, você nem liga para aquilo, mas se sente influenciado a fazer o mesmo, só que, se for parar para tentar acompanhar tudo, você não consegue dar conta, é uma explosão de conteúdos que você não sabe lidar, ficando angustiado frente a tanta informação.

Sobre a percepção do uso das mídias sociais, as duas participantes relataram fazer uso frequente e automático, sem algum fim específico. Em seus relatos, elas consideram que utilizam as mídias apenas para o consumo

de um conteúdo diversificado em vários aspectos da vida, como em casa, no trabalho, na hora de acordar, pela manhã e antes de dormir. Esse contexto é possível de ser percebido nas falas de Joana e Maria:

[...] eu percebo de uma forma muito frequente porque tudo o que eu faço hoje em dia eu recorro a algum tipo de mídia social, trabalho, em casa, quando levanto, quando vou dormir (Participante Joana), [...] hoje eu utilizo com mais frequência e se tornou um pouco no costume de manter o acesso todo dia. É algo automático, involuntário, acesso sem perceber. Quando vejo, já estou com o celular na mão (Participante Maria).

Além disso, realçaram que esse tempo utilizado para o acesso às mídias sociais poderia ser utilizado para outros fins, mais produtivos, em suas rotinas, já que os conteúdos consumidos, na maioria das vezes, são variados e relacionados ao que as outras pessoas publicam. Tal ideia pode ser representada pela fala de Maria: “[...] têm dias que são proveitosos e dias que não, têm dias que são só ociosos, onde eu passo a maior parte do tempo só rolando o feed, observando as publicações de outras pessoas”.

Segundo elas, o tempo que utilizam consumindo tais conteúdos passa despercebido, além de ser classificado como um acesso além da própria vontade, como um hábito, mania ou vício. É possível notar essas formas de perceber a relação com as mídias nas falas de Joana:

[...] é uma relação de frequência, onde eu passei a deixar de percebê-la como algo que eu tinha que fazer; passou a ser uma coisa rotineira, de tanto que eu uso, passou a ser automático. [...] gasto um tempo naquilo que eu poderia estar aproveitando para fazer outras coisas produtivas e, por questões de vício ou mania, enfim, virou rotina e eu fico ali e o tempo passa e nem vemos.

Pelo fato de o *Dasein* ser indeterminado ontologicamente, ele tende a assumir orientações do mundo na tentativa de escapar de sua indeterminação originária, entretanto, nessa tentativa de se determinar, pode acabar renunciando a suas possibilidades e restringindo seu *poder-ser* (Evangelista, 2016).

Segundo Casanova (2015), em seu livro *Compreender Heidegger*, toda a indeterminação e impessoalidade assumida pelo *ser-aí* tende a ser pronunciada mediante tonalidades afetivas fundamentais que dão voz às

impessoalidades. Elas tendem a mobilizar o caráter de indeterminação do sujeito, seu *poder-ser* e suas possibilidades de escolhas, muitas vezes obscurecidas pela cotidianidade do mundo. Entre as tonalidades afetivas principais, temos o tédio e a angústia.

Heidegger (1927/2005) retrata que o tédio diz sobre um modo de o *Dasein* se colocar diante do tempo em que ele se vê aprisionado em um mundo no qual não existe tempo para realizar novas escolhas; assim, o *ser-aí* vive uma experiência de se tornar desinteressante para si mesmo. O tédio profundo não é algo que vem de fora para dentro do sujeito, mas, sim, de um confronto pelo seu caráter de indeterminação, fazendo com que o sujeito se sinta perdido de si próprio.

De acordo com Casanova (2015), na cotidianidade, os acontecimentos rotineiros e repetidos apresentam uma ausência de sentido e uma supressão da possibilidade de encontrar um ritmo existencial próprio, devido a uma vivência na impessoalidade. O tédio vem para mobilizar o *Dasein* sobre sua indeterminação original, que, ao final, é finita e transitória, alertando sobre o ter que escolher e se abrir às possibilidades.

A ideia da tecnologia é possibilitar mais tempo livre e facilitar a realização de atividades que demandariam mais tempo (Rosa & Santos, 2015). Entretanto, com as mídias sociais, isso tende a não acontecer, não necessariamente por estarmos sempre ocupados, mas porque, automaticamente, já temos o nosso tempo preenchido pela utilização dessas mídias de forma constante. O sujeito possui dificuldade em viver um outro tempo que não esse, visto que, por meio das tecnologias, criam-se mecanismos de defesa perante o tédio que, ao mesmo tempo, traz reflexões sobre as possibilidades que são privadas diante de tal enrijecimento (Casanova, 2015). É possível perceber, na fala de Joana, a ocupação constante do tempo nas mídias:

[...] esse acesso automático das mídias me incomoda um pouco, pois sempre que tenho dificuldade em realizar alguma tarefa, ou quando não tenho nada para fazer, eu já entro automaticamente nas mídias, sem perceber, [...] são tantas informações de tantas pessoas que eu já me peguei perguntando sobre o que eu realmente gosto ou o que é apenas uma influência das mídias.

As participantes deste estudo trouxeram sentimentos/incômodos em face da incapacidade de acompanhar as mudanças propostas pelas mídias, que mudam a todo momento, junto à grande quantidade de conteúdos apresentados. Apontaram uma sensação de estarem sendo solicitadas a se inventarem e reinventarem para “dar conta” de realizar todas as mudanças propostas pelas mídias; tais mudanças podem estar relacionadas a diversos aspectos da cotidianidade, como estilo de vida saudável, cuidado com aparência física, produtividade no trabalho, relacionamentos com os outros e formas de adquirir conhecimentos.

A angústia, segundo Heidegger (1927/2005), como tonalidade afetiva, provém da própria indeterminação da existência, apontando a necessidade de o *ser-aí* se formar por meio de escolhas e, ao mesmo tempo, saber que está jogado em um projeto finito. A angústia anuncia o caráter de o sujeito estar em fuga de si mesmo por meio de identificações mundanas, implicando em seu *poder-ser* mais próprio. Quando o *ser-aí* dá voz à angústia, ouvindo-a e buscando compreendê-la, é possível romper com esse modo-de-ser ligado totalmente a significações mundanas e, assim, voltar-se para seu *poder-ser* e para o seu caráter de abertura às possibilidades para escolher em favor da singularidade. Ela faz com que o sujeito estranhe o mundo e não consiga mais seguir apenas as orientações dadas por ele (Casanova, 2015).

A fala de Joana aponta que se deve realizar o uso das mídias sociais com atenção e cautela:

[...] se você não souber separar ue aquilo está acontecendo com certas pessoas e se você não conseguir filtrar tudo na sua vida, você acaba ficando doido, porque é muita informação chegando e você não consegue focar em outras coisas. Mas o uso excessivo deixa também meio sem produtividade, angustiado (pois observo que as mudanças vêm de uma forma muito rápida e não consigo acompanhar o ritmo).

Ao mesmo tempo, esse incômodo sentido com a influência exagerada do uso das mídias sociais fez com que elas procurassem escolhas mais reflexivas e conscientes, conforme relata Maria:

[...]. De um curto tempo para cá, eu tenho tentado lidar com as mídias sociais de forma diferente, sobre o que me diz respeito e o que não me diz respeito.

Por isso, eu acho que estou me relacionando mais saudável com a internet no geral, porque antes era algo mais adoecido que me consumia e que me prendia e fazia pensar a minha vida de forma errada. Eu estou conseguindo controlar bastante, pois foi algo que já me incomodou. Percebi que estava fugindo do meu controle e quis mudar isso. A gente vai fazendo um balanço, um comparativo com tudo o que eu vejo, principalmente naquilo que me mostra sobre o que eu não devo ser e fazer.

As participantes refletiram que o consumo de conteúdo nas mídias sociais pode ser útil para melhorar hábitos, gerar conhecimentos, conhecer novas pessoas e expandir possibilidades no campo profissional. Nota-se tais assuntos nas falas abaixo:

[...] gosto da facilidade que a gente tem em se envolver com várias coisas e pessoas. Temos contato com muitos tipos diferentes de pessoas e realidade e isso é bacana, pois mesmo estando longe a gente consegue conhecer e entender, pois temos acesso a muitos tipos de informações. (Participante Maria), [...] O que eu mais gosto é a capacidade de conexão de você estar em qualquer lugar em qualquer momento ou saber de uma informação a qualquer momento. Isso tem uma importância muito grande em saber o que acontece no mundo, com seus amigos, ainda mais agora na pandemia que o contato pessoal ficou muito restrito (Participante Joana).

A seguir, será realizada uma discussão sobre o sentido de adoecimento existencial, juntamente a uma reflexão sobre o uso das mídias sociais e suas possíveis ligações.

Adoecimento existencial X Mídias Sociais

A sociedade contemporânea é caracterizada por uma cultura que estigmatiza a relação entre homem e mundo, colocando-os como separados e estabelecendo orientações sobre como as pessoas podem agir. Nas mídias sociais, os usuários podem se voltar para uma sujeição não percebida, direcionada para a impessoalidade do mundo e restringindo-os a uma existência privada em uma tela que seleciona aquilo que verão. As mídias sociais são

projetadas para mostrar aos seus usuários cada vez mais conteúdos direcionados ao que eles mais tendem a pesquisar, o que gera uma limitação que facilita a perda de experiência de novas possibilidades (Souza et al., 2017).

O adoecimento existencial diz sobre a limitação das possibilidades do *Dasein*, fazendo com que ele se fixe em um *modo-de-ser* único, restringindo-o de novas escolhas. Assim, ele passa a se sentir incomodado com a forma como está se apresentando ao mundo e, caso não procure refletir e mudar seu *modo-de-ser*, pode apresentar um sofrimento existencial (Evangelista, 2016).

Na pesquisa realizada, foi possível perceber a forma como o crescimento constante das mídias sociais pode afetar a existência das pessoas que as utilizam frequentemente. As entrevistadas abordaram a forma como percebem as influências de tais mídias de acordo com sua experiência, abordando questões que envolvem a necessidade de reflexão e cautela para utilizá-las.

É importante demarcar que não se pode ligar diretamente o acesso às mídias sociais a um adoecimento existencial, como se fosse a única possibilidade para a construção de um *modo-de-ser* – mas a possibilidade de gerar um sofrimento, caso esse uso não reflexivo das mídias restrinja o ser da pessoa a seu mundo, não a mobilizando diante dos limites e das possibilidades de escolhas é algo a ser pensado. Nenhuma dessas restrições estabelecidas pelas mídias sociais são ontológicas, mas, sim, existenciais, ou seja, é sempre possível um convite à reestruturação. Apenas questionando algo e se movimentando para mudanças é possível se preparar para uma relação livre com aquilo que pode aprisionar (Evangelista, 2015).

De acordo com Casanova (2015), é muito difícil que os sujeitos possuam o reconhecimento de sua indeterminação, mas é esse caráter que permite pensar sobre as formas de viver e de se encontrar no mundo. As tonalidades afetivas são um meio para direcionar o *ser-aí* para a sua indeterminação sempre que ele a esquecer, voltando à consciência de como ele está se relacionando com as coisas e os outros. Somos abertura e possibilidades de ressignificação da existência. As tonalidades afetivas permitem o entendimento de que existem outros sentidos e possibilidades

para algo se apresentar. É uma oportunidade de singularização, pois permite o rompimento do mundo pré-formatado e dos horizontes já estabelecidos na nossa cotidianidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de compreender, a partir da fenomenologia existencial e com base no pensamento de Heidegger, como as mídias sociais estão sendo utilizadas no contexto contemporâneo e como tal relação pode influenciar a existência de um ser, acarretando ou não um adoecimento existencial foi alcançado. A abordagem utilizada para a construção dos componentes existenciais direcionou a compreensão da relação entre o uso das mídias sociais na contemporaneidade e a possibilidade de um adoecimento existencial de acordo com o pensamento fenomenológico existencial de Heidegger.

Evidenciou-se, a partir das entrevistas realizadas, que as participantes trouxeram como ideias compartilhadas o entendimento sobre a importância atual das mídias sociais, mas que a forma como são utilizadas deve ser analisada, pois pode tornar algo muito automático e constante na vida de cada um, afastando os sujeitos de quem eles realmente são, da própria singularidade. As participantes apontaram, também, uma sensação de cansaço mental e angústia após ficarem muito tempo utilizando tais mídias e expostas a diversos conteúdos sem conseguir acompanhar o ritmo de mudanças.

Foi possível ressaltar uma influência das mídias na produtividade e no foco de cada entrevistada que se relaciona à ideia de que o consumido nas mídias já está pronto, tornando-se mais fácil do que planejar algo que exige uma imersão de criatividade maior. Por fim, ambas relataram se sentirem incomodadas com a influência das mídias sociais em suas vidas, o que as tem levado a escolhas mais reflexivas e conscientes de conteúdos positivos para adquirir hábitos mais saudáveis, gerar conhecimentos, conhecer novas pessoas e expandir possibilidades no campo profissional. É importante que cada pessoa perceba a forma com que tal relação se estabelece, de modo reflexivo e crítico.

A partir desta pesquisa, percebe-se uma possibilidade de se expandir o tema, direcionando-o para as tonalidades afetivas e sua relação com as mídias sociais na contemporaneidade, já que são elas que denunciam o caráter da impessoalidade na existência do sujeito e a forma como ele se abre para novas possibilidades ou se fixa em modos-de-ser únicos. A partir desses apontamentos, tem-se a necessidade de realizar uma pesquisa envolvendo maior amostragem de participantes com o intuito de expandir as informações sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- Boechat, I. T., Freitas, P. R., & Souza, C. H. M. (2019). O uso das mídias digitais e o adoecimento existencial: escolha na perspectiva fenomenológica em psicologia. *Interdisciplinary Scientific Journal*, 6(5), 234-249.
- Casanova, M. A. (2015). *Compreender Heidegger* (5ª ed). Rio de Janeiro,RJ: Vozes.
- Cássia, M. A. (2016). Entre curtir e compartilhar: um olhar sobre a visibilidade, privacidade e subjetividade contemporânea nas redes sociais virtuais. *Pretextos*, 1(1), 176 – 198.
- Ciribelli, J. P., & Paiva, V. H.P. (2011). Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. *Mediação*, 13 (12), 57-74.
- Evangelista, P. E. R. A. (2016). *Psicologia Fenomenológica Existencial: a prática psicológica à luz de Heidegger* (22ª ed.) Curitiba,PR: Juruá.
- Feijoo, A. M. L. C. (2012). A clínica psicológica em uma inspiração fenomenológica – hermenêutica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 12 (3) 973-986.
- Freitas, C. B. D., & Hossne, W. S. (2002). O papel dos Comitês de Ética em Pesquisa na proteção do ser humano. *Revista Bioética*, 10 (2), 129-146.

- Gallina, J. B., & Venturi, A. F. A. (2020). Redes sociais e existencialismo: uma perspectiva fenomenológica sobre o ser. *Interciência & Sociedade*, 5 (2), 37-50. Recuperado de: <https://revista.francomontoro.com.br/intercienciaesociedade/article/view/145>
- Heidegger, M. (2005). *Ser e tempo: parte I e parte II* (15ª ed.) (Márcia de Sá Cavalcante Shuback, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 1927).
- Heidegger, M. (2011). *Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude, solidão* (2ª ed.) (Marco Antônio Casanova, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1929).
- Holanda, A. (2006). Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, 24 (3), 363-372,
- Holanda, R. S., & Décio, R. (2020). Um olhar fenomenológico sobre as crises existenciais na contemporaneidade. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, 8 (1), 285-305, Recuperado de: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/28914> .
- Kemp, S. Digital 2021: Global overview report. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-global-overview-report>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- May, R. (2020) *A descoberta do ser: estudos sobre a psicoterapia existencial*. (Claudio G. Somohyi, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Melgar, G. G. (2009). *O ser-para-a-morte: como elemento fundamental da existência autêntica em Martin Heidegger (1889-1976)*. Sarandi, Pr : Humanitas Vivens.
- Paula, C. C. D., Padoin, S. M. D. M., Terra, M. G., Souza, Í. E. D. O., & Cabral, I. E. (2014). Modos de condução da entrevista em pesquisa fenomenológica: relato de experiência. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 67(3), 468-472.
- Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. (2012). Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 13 jun. 2013.

- Rosa, G. A. M., & Santos, B. R. (2015). Repercussões das redes sociais na subjetividade de usuários: uma revisão crítica da literatura. *Temas em Psicologia*, 23 (4), 913-92.
- Siani, S. R., Correa, D. A., & Las Casas, A. L. (2016). Fenomenologia, método fenomenológico e pesquisa empírica: o instigante universo da construção de conhecimento esquadrinhada na experiência de vida. *Revista de Administração da UNIMEP*, 14(1), 193-219.
- Sodelli, M., & Sodelli-Teodoro, A. (2011). Visitando os “Seminários de Zolli-kon”: novos fundamentos para a psicoterapia fenomenológica. *Psicologia Revista*, 20 (2), 245-272. Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/10343/7722>
- Souza, G.; Freitas, T. G., & Biagi, C. R. (2017). A relação das mídias sociais na construção da autoimagem na contemporaneidade. *Akrópolis*, 25 (2), 117-128, Recuperado de: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/issue/view/449>
- Zuben, N. A. V. (2011). A fenomenologia como retorno à ontologia em Martin Heidegger. *Transformação*, 34, 85-102.

Recebido em 28/02/2023

Aceito em 18/09/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.